



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A PRODUÇÃO EM ÁREA DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA  
VINCULAÇÃO COM O AGRONEGÓCIO: ESTUDO DE  
CASO DO PA CARIMÃ EM RONDONÓPOLIS/MT**

**Sálvio Itamar da Silva**

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis – MT: Dezembro/2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A PRODUÇÃO EM ÁREA DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA  
VINCULAÇÃO COM O AGRONEGÓCIO: ESTUDO DE  
CASO DO PA CARIMÃ EM RONDONÓPOLIS/MT**

Sálvio Itamar da Silva

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de **Mestre em Geografia**, área de concentração Ambiente e Sociedade, na linha de pesquisa Planejamento e Gestão Territorial.

Aprovado por:

---

Jorge Luiz Gomes Monteiro, Dr, (UFMT)  
(Orientador)

---

Leandro Pessoa de Lucena, Dr, (UFMT)  
(Examinador Interno)

---

Carlos Alberto Franco da Silva, Dr, (UFF)  
(Examinador Externo)

Rondonópolis-MT, 03 de Dezembro de 2015.

### Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

S586p Silva, Sálvio Itamar da.  
A produção em área da agricultura familiar e sua vinculação com o agronegócio: estudo de caso do PA Carimã em Rondonópolis/MT / Sálvio Itamar da Silva. – 2015 190 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Jorge Luiz Gomes Monteiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rondonópolis, 2015.

Inclui bibliografia.

1. segurança alimentar. 2. assentado. 3. circuito espacial produtivo. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**

## DEDICATÓRIA

À minha família, em especial a minha esposa,  
Luciene e aos meus filhos João Pedro e Luis  
Antônio.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio recebido, a minha esposa pela paciência e compreensão, nos momentos de ausência física e de “reclusão”, aos meus filhos que do modo deles, entenderam os momentos em que eu estava na “escola”.

Aos meus pais, Juvenal e Jelcira, meus primeiros professores, ele ensinando sobre a importância do trabalho e da honestidade e ela sempre nos motivando e acompanhando nossa vida escolar. Digo nossa porque era o mesmo tratamento dispensado a todos os filhos.

Aos meus irmãos e seus cônjuges, Silvia e Roberto, Silvan e Leandra, Silvio e Rosa e Stevan e Lorraine, de igual modo meus sobrinhos, que mesmo pequenos sempre alegam nosso convívio familiar, João Guilherme, André, Eloíse e Augusto César.

Aos discentes da primeira turma do PPGeo, Mágdriel, Shirley, Elenice, Oziel, Maurinéisa, Elina, André, Elias e Jaqueline, bem como os integrantes da segunda turma, Valdecir, Ronivalter, Ana, Théo, Gustavo, Moisés, Manoel Messias, Manoel Nirdo e Alex. Aos docentes que muito contribuíram nesta nova etapa da vida acadêmica, Doutores Silvio, José Adolfo, Jeater, Tarifa e Jorge, orientador nessa dissertação.

Orientador este, que nos compreende além da vida acadêmica, tem sempre uma palavra amiga para nossa vida pessoal e revela a capacidade acadêmica que por vezes, acreditamos não possuir. Detentor de um arcabouço teórico, que como ele diz, FANTÁSTICO! Conhecimento que não o restringe a si, mas o partilha com seus orientandos e todos que o procuram. Não poderia estar em melhores mãos, muito obrigado por tudo que me ensinou.

A minha família por fé, quem tem intercedido à Deus por mim. Aos colegas de trabalho que torceram e torcem pela concretização deste sonho, que acreditei estar muito distante da minha vida, são pessoas, que partilho experiências diversificadas na execução do ensino na rede municipal, na escola do campo.

Agradeço àqueles que deram à este trabalho uma outra representatividade, pois não está restrito à discussão teórica, as pessoas que dispuseram uma parte do seu tempo, ou uma manhã ou tarde do seu dia, para conversarmos sobre seu cotidiano e me conceder o privilégio

de ter uma experiência única, agradeço de todo coração a essas pessoas, os moradores do PA Carimã, entrevistados para constituição do referencial empírico dessa dissertação.

São pessoas especiais, atenciosas, prestativas e muitas delas com sonhos e vontade de realiza-los. Por isso agradeço pela experiência e principalmente pela vivência, mesmo que superficial, mas muito me ensinam.

Agradeço aos entrevistados na EMPAER, Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que me concederam informações importantes e também ao Sr Aguiar de Oliveira, coordenador da feira da agricultura familiar, que segundo relatou, está mobilizando a implantação de uma cooperativa voltada à agricultura familiar, tendo sucesso o projeto, facilitará a inserção da produção familiar no mercado consumidor.

O último agradecimento é a Deus, não por ser o menos importante, mas reconhecendo que foi Ele que proporcionou que todas essas experiências acontecessem, e sem Ele nada disso teria sentido ou razão de existência. Pois foi Deus que nos amou primeiro e mostrou como devemos nos relacionar com o próximo, dominados pela empatia, é dever valorizar as diferenças e auxiliar aqueles que necessitam.

Espero que este trabalho não seja somente para identificar as vinculações com o agronegócio, mas, contribua para o sucesso dos trabalhadores da agricultura familiar com a superação dos empecilhos enfrentados por eles.

## EPÍGRAFE

*“Termine primeiro o seu trabalho a céu aberto;  
deixe pronta a sua lavoura. Depois constitua  
família.”*

[Provérbios 24 : 27](#)

## RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o PA Carimã, assentamento criado pelo INCRA em 1997 e localizado no município de Rondonópolis/MT. Tem por objetivo compreender as relações estabelecidas entre os agricultores familiares assentados e o agronegócio, o local possui características que o distinguem, como a existência de dois ambientes cujas características físicas são desiguais e que influenciam diretamente na produção. Outro elemento de distinção é a presença em todo entorno de propriedades voltadas ao agronegócio, atividade essa caracterizada pela dependência e uso de inovações técnico-científicas, sendo esse avanço científico e informacional a base do agronegócio. O PA é portador de uma paisagem dúbia, ora análoga ao entorno, ora destoante desse. Para estabelecer as vinculações da produção familiar com o agronegócio, o método utilizado foi à pesquisa exploratória para coleta de dados e análise quantitativa e qualitativa dos mesmos, posteriormente estes dados foram analisados tendo por base o arcabouço teórico fundamentado no circuito espacial produtivo e no círculo de cooperação para verificar as vinculações entre esses espaços produtivos tão distintos.

**Palavras-Chave:** segurança alimentar, assentado e circuito espacial produtivo.



## **ABSTRACT**

This work has as study object the PA Carimã, settlement created by INCRA in 1997 and located in the municipality of Rondonópolis / MT. Aims to understand the relationships established among family settled farmers and agribusiness, the site has characteristics that set it apart, as the existence of two areas whose physical characteristics are uneven and that directly influence production. Another distinguishing element is the presence in all surrounding properties geared toward agribusiness, this activity characterized by dependence and use of technical and scientific innovations, making scientific and informational advance the agribusiness base. The PA is carrying a dubious landscape, sometimes analogous to the surroundings, sometimes jarring that. To establish the links of family farming with agribusiness, the method used was the exploratory research to collect data and quantitative and qualitative analysis of the data later this data was analyzed based on the reasoned theoretical framework in the productive space circuit and circle cooperation to check the links between these productive areas as diverse.

Keywords: food security, seated and productive space circuit.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 -	Produção irrigada de hortaliças e frutas no PA Carimã.....	125
Fluxograma 2 -	Atividade pecuária, leiteira e de corte, realizada no PA Carimã...	143
Fluxograma 3 -	Circuito produtivo de grãos (soja e milho), com o momento que ocorre a inserção do eucalipto no processo.....	156

### LISTA DE FOTOS

Foto 1 -	Lavoura de girassol no PA Carimã, política de incentivo ao biodiesel no ano de 2008.....	82
Foto 2 -	Produção familiar, conservas, mudas de plantas, suinocultura tradicional, doces, etc.....	102
Foto 3 -	Plantio de hortifrúti irrigado e mudas frutíferas de enxerto .....	122
Foto 4 -	Plantio de hortifrúti irrigados, viveiro para mudas, plantio mecanizado, barracão para trabalho e abrigo de máquinas/equipamentos .....	123
Foto 5 -	Plantio de melancia irrigada com escalonamento de área plantada, em duas etapas de 5 hectares .....	124
Foto 6 -	Espaços voltados ao turismo com estrutura disponibilizada.....	128
Foto 7 -	Eucalipto plantado com mudas clonadas e incorporação de cinza ao solo (oriunda da BUNGE - ESQ), eucalipto plantado com mudas entregues pela Secretaria Municipal de Agricultura (DIR), plantadas no mesmo período.....	134
Foto 8 -	Pecuária leiteira, parceria entre SEBRAE e COMAJUL, uso de ordenha mecânica, piquetes para pastagem, diferencial na pecuária leiteira.....	140

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Moradores do PA Carimã, por ano de chegada e área de moradia.....	92
Gráfico 2 -	Tamanho dos lotes no PA Carimã.....	95
Gráfico 3 -	Grau de escolaridade dos moradores nos lotes entrevistados.....	96
Gráfico 4 -	Faixa etária dos moradores do PA Carimã por ambientes de moradia.....	98
Gráfico 5 -	Quantidade de moradores por lote e ambiente de moradia.....	99
Gráfico 6 -	Propriedades que necessitam de mão de obra terceirizada para produzir.....	103
Gráfico 7 -	Incentivo financeiro concedido aos agricultores familiares do PA Carimã.....	110
Gráfico 8 -	Produção que não é mais desenvolvida na propriedade.....	112
Gráfico 9 -	Produção do PA Carimã voltada ao biodiesel.....	114
Gráfico 10 -	Meio de transporte utilizado para escoar a produção.....	119
Gráfico 11 -	Avaliação das vias de acesso utilizadas pelos moradores entrevistados..	129
Gráfico 12 -	Atividades desenvolvidas por meio de arrendamento/parceria no PA Carimã.....	151
Gráfico 13 -	Comparativo da área destinada a arrendamento/parceria nos ambientes do PA Carimã.....	151

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Vista da área do “Chapadão” .....	76
Imagem 2 - Vista da área do “Chapadão” com destaque de sua condição plana.....	77
Imagem 3 - Área do “Cerrado” delimitado por linha preta, destaca-se a declividade da área.....	78
Imagem 4 - Plano geral do PA Carimã, com a delimitação dos ambientes do “Chapadão” e do “Cerrado”.....	78
Imagem 5 - Área do PA Carimã e seu entorno, constituído de fazendas produtoras de grãos.....	85
Imagem 6 - PA em São Gabriel do Oeste/MS, implantado em área de chapadão.....	149
Imagem 7 - PA Santa Irene, no município de Ipiranga do Norte/MT, implantado pelo INCRA em área de chapadão.....	149

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de localização do PA Carimã .....	74
Mapa 2 - Área do “Chapadão”, apontamento dos lotes visitados na pesquisa de campo.....	76
Mapa 3 - PA Carimã, área do “Cerrado” com apontamentos dos lotes visitados durante a pesquisa de campo.....	77
Mapa 4 - Vista geral do PA Carimã com apontamento das propriedades visitadas durante a pesquisa de campo.....	79

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 -	Condições para crédito rural do PRONAF, modalidades e grupos.....	37
Quadro 2 -	Relação de comunidades de agricultores familiares em Rondonópolis/MT.....	71
Quadro 3 -	Relação de assentamentos do Crédito Fundiário em Rondonópolis/MT....	72
Quadro 4 -	Relação de Projetos de Assentamento criados pelo INCRA no município de Rondonópolis/MT.....	73
Quadro 5 -	Composição da renda familiar dos moradores do PA Carimã.....	104
Quadro 6 -	Apoio técnico recebido na propriedade.....	108
Quadro 7 -	Principais motivos que levaram os agricultores a encerrarem determinada atividade agrícola.....	113
Quadro 8 -	Necessidades das propriedades elencadas pelos moradores.....	115
Quadro 9 -	Produção destinada ao consumo familiar.....	117
Quadro 10 -	Produção destinada à venda.....	118
Quadro 11 -	Perspectiva futura para o desenvolvimento do trabalho na propriedade...	120
Quadro 12 -	Influência das vias de acesso no modo de vida dos assentados.....	130
Quadro 13 -	Simulação de venda de aves.....	132
Quadro 14 -	Motivos que levaram à produção em arrendamento/parceria na propriedade.....	153

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM	Archer Daniels Midland Company
ALL	América Latina Logística
APP	Área de Preservação Permanente
APSAT	Associação de Prestação de Serviço e Assistência e Técnica
BIRD	Banco Mundial
COMAJUL	Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DIR	Direita
EM	Exposição de Motivos
EMPAER	Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
ESQ	Esquerda
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ORNA	Ocupação Rural Não Agrícola
PA	Pronto Atendimento
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIF	Selo de Inspeção Federal
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SIPAF	Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPL	Sistemas Produtivos Locais
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UCT	Unidade de Coleta e Transfusão
UF	Unidade da Federação

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1 PROCEDIMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS.....	5
<b>CAPÍTULO 2 AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO: AS DUAS FACES DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO.....</b>	<b>8</b>
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E ELEMENTOS DE ANÁLISE....	8
2.2 UMA CARACTERIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO.....	16
2.3 A PRODUÇÃO FAMILIAR EM ÁREA DO AGRONEGÓCIO .....	22
2.4 PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS MORADORES DE COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS .....	43
<b>CAPÍTULO 3 O DESENCADear DA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO.....</b>	<b>57</b>
3.1 AS AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS E OS ASSENTAMENTOS EM RONDONÓPOLIS/MT.....	69
<b>CAPÍTULO 4 PA CARIMÃ: A ESPECIFICIDADE DO USO DE SUA ÁREA .....</b>	<b>74</b>
4.1 CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E CÍRCULO DE COOPERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PA CARIMÃ .....	86
<b>CAPÍTULO 5 APROVEITAMENTO DA TERRA NO PA CARIMÃ: IMAGEM DE UMA REALIDADE.....</b>	<b>91</b>
5.1 A PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS.....	121
5.2 TURISMO RURAL NA COMUNIDADE.....	126
5.3 ALTERNATIVA DA PISCICULTURA.....	130
5.4 A CRIAÇÃO DE AVES.....	131
5.5 A PRODUÇÃO DE LENHA.....	133
<b>CAPÍTULO 6 PREDOMÍNIO DA PRODUÇÃO PARA O AGRONEGÓCIO.....</b>	<b>136</b>
6.1 A PARTICIPAÇÃO DA PECUÁRIA.....	136
6.2 O INTERESSE PELO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DE GRÃOS.....	145



<b>CAPÍTULO 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>160</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>164</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>172</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>179</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Existe, de modo geral, um pré-conceito estabelecido pela sociedade sobre o ambiente rural. Isso acontece porque a

cultura urbana criou um estereótipo sobre o campo que impede enxergar as vantagens da profissionalização da agricultura, decorrente do enorme avanço tecnológico verificado após os anos 70. (GRAZIANO NETO, 1998, p. 168).

Essa visão, mesmo não sendo partilhada pela totalidade da sociedade urbana, estigmatiza o espaço rural, pois considera tanto a pequena quanto a grande propriedade como locais atrasados tecnologicamente. Desse modo, imprime-se uma visão estereotipada para o setor, representado pelas agroindústrias e pelo empresário rural e, além disso, não são lembrados pela cultura urbana. Assim, a visão estereotipada permanece sobre o setor e, intensificamente, sobre o agricultor familiar. Este, no decorrer da história, foi excluído socialmente. Por isso, viu-se obrigado a sair do campo e tornar-se protagonista do êxodo rural.

Parcela desses agentes do êxodo rural passa a compor a população urbana, outros continuam no campo, não mais como proprietários da terra, porém como empregados, meeiros, arrendatários. Com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) esses agentes veem a possibilidade de retornarem ao campo com “autonomia” sobre o uso da terra, dando corpo aos movimentos sociais que cobram a implementação da Reforma Agrária.

Ao estabelecer um paralelo entre os trabalhadores urbanos (operários) e os trabalhadores rurais, Martins (1982) os classifica como camponeses e defende que a principal diferença entre ambos é o envolvimento social, uma vez que o operário desde a sua constituição já se organiza enquanto categoria e luta por seus direitos de modo coletivo. No entanto o camponês, inicialmente, não aceita os sindicatos e seus ideais. O camponês tem no produto do seu trabalho sua inserção na economia, já o operário vê sua inserção com o trabalho dele.

Essa inserção indireta do camponês ou do agricultor familiar faz com que os lavradores vejam-se isolados da economia, acreditando não serem partes do sistema econômico. Por essa razão, necessitam sair do isolamento e fazer uso da força política social que possuem, uma vez que o capital que procura expropriar esta classe é o mesmo que desperta na categoria essa união para lutar por direitos. A expropriação e a exploração do

lavrador, apesar de serem ações distintas, ocorrem simultaneamente. Além da exploração econômica, o resultado desta é a expulsão do trabalhador do ambiente rural.

O Brasil sempre enfrentou problemas sociais além do êxodo rural, como meio para sanar ou, ao menos, amenizar esses problemas. Os movimentos de classe cobram do governo um posicionamento envolvendo a questão agrária, sendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma destas entidades de classe mais conhecidas, mas não é a única.

(...) o MST não foi o único movimento social na história do Brasil, e ele não é, na atualidade, o único no campo brasileiro, (...). Bastaria lembrar, a luta dos povos indígenas pela demarcação de seus territórios, a luta pela terra de trabalho realizada pelos posseiros ocorrendo em vários pontos do país; a luta dos peões contra a peonagem (“escravidão branca”). (...) Há ainda a luta dos camponeses contra as desapropriações de terra para a execução das grandes obras do Estado. Destaca-se que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nasceu exatamente deste processo de luta dos camponeses contra essas desapropriações e, particularmente, contra o valor irrisório para a sua remuneração. (OLIVEIRA, 2001, p.195).

De acordo com os moradores da região do Carimã, o MST, inicialmente, esteve à frente pela luta da terra no PA Carimã, realizando o sonho da posse da terra própria. Pode-se também dizer que essa luta pode ser compreendida como o sonho de ser autônomo, uma vez que alguns não possuíam experiência agrícola, e boa parte dos que possuíam experiência rural fez parte deste setor em um momento em que ele possuía uma forma de trabalho diferenciada, dependente de serviço braçal e finalidade de subsistência. Porém, independente da forma de realização à que se refere, havia um problema social e o acesso à terra era visto como o fim dos problemas sociais e, principalmente, fim das manifestações que incomodam os líderes políticos.

O PA Carimã, localizado no município de Rondonópolis-MT, objeto desta pesquisa, foi implantado no ano de 1997, com 194 lotes e apresenta uma característica distinta dos demais assentamentos do sul do Estado, possui cultivos que, historicamente, não fazem parte da cesta da agricultura familiar.

O outro lado que é contraposto diz respeito ao agronegócio, que teve seu início com a evolução da agropecuária. Para Graziano da Silva (1998), a agropecuária em seu processo histórico, até a década de 50, tinha sua produção voltada ao mercado interno.

Para aumentar a produção, foi usada a expansão das áreas utilizadas e aumento gradativo das máquinas agrícolas, sendo estas, em grande parte, importadas. Ao final da década de 1960, praticamente, é alcançada autonomia em relação à produção de maquinários para o mercado interno. Outro dado é a não diminuição no uso de tecnologia no decorrer dos anos. Isso aconteceu porque o setor assume um novo padrão agrícola e surge o complexo agroindustrial, aumentando o uso de máquinas e insumos.

O setor agropecuário tem favorecido, também, o crescimento de estados brasileiros, a saber: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia. Não se pode esquecer de que, inicialmente, essa contribuição econômica é para o setor primário, posteriormente, proporcionou oportunidades para que os demais setores da economia passem por incrementos no processo produtivo.

À primeira vista, o amplo uso das tecnologias no agronegócio está em oposição à agricultura familiar. Para compreender as relações existentes entre ambos, é preciso avaliar as relações tecnológicas, econômicas e sociais que os movem, entendendo que:

As relações sociais, determinantes para a interpretação de um determinado processo, são resultado das condições históricas anteriormente conquistadas. A articulação entre espaço e técnicas se dá, portanto, mediadas pelas relações sociais de produção, já que estas são condição geral da produção do território e da renovação da base técnica de produção (BERNARDES, 2007, p. 246).

As relações sociais da atualidade consistem de um processo evolutivo influenciador nas decisões do corpo social e também repercute no espaço. As escolhas atuais estão baseadas nas experiências vividas e na detecção das falhas ocorridas, cujo desdobramento são as mudanças sociais e a evolução técnica.

O conhecimento empírico é o único acessível ao agricultor familiar, pela falta de opção e oportunidade, usa somente técnicas de trabalho tradicionais. Portanto, é necessário conhecer sobre a produção familiar e a empresarial, assim como o processo histórico de cada uma delas e, após, avaliar o quanto cada sistema de produção é eficiente. Considerando também a independência dessa produção, e como é realizada, com ou sem influência e dependência do Estado.

Após assimilar sobre os elementos constituintes da agricultura familiar dentro PA Carimã e do agronegócio, a proposta desta dissertação será responder: Como se manifesta a relação da agricultura familiar com o agronegócio?

Para responder a essa questão, delineamos quatro objetivos para este trabalho. Assim, a pesquisa tem por objetivo geral:

- compreender as relações estabelecidas entre os agricultores familiares assentados e o agronegócio.

E, por objetivos específicos:

- quantificar a produção do assentamento;
- identificar as dificuldades enfrentadas por estes trabalhadores;
- avaliar a interação entre espaço e produção no PA Carimã.

A dissertação está estruturada em sete capítulos, sendo o inicial correspondente à introdução, o segundo capítulo versa sobre a produção familiar com base no Estatuto da Terra, contextualizando essa produção a partir da revolução tecnológica e do comportamento do agricultor familiar nesse cenário, composto de intensa mecanização e integração econômica.

O conteúdo do terceiro capítulo aborda a reforma agrária. Cita, brevemente, a idealização enquanto política pública para a solução de um problema social. São elencados os assentamentos por categoria no Estado de Mato Grosso e no município de Rondonópolis-MT.

A caracterização do PA Carimã é realizada no quarto capítulo. Nele, discorre-se, ainda, sobre o circuito espacial de produção e os círculos de cooperação, fazendo a abordagem nos dois ambientes de análise da produção do assentamento.

O quinto capítulo compõe-se da análise do sistema produtivo com base nas informações obtidas por intermédio da pesquisa de campo.

As relações estabelecidas entre a produção e o agronegócio são analisadas no sexto capítulo, ao passo que, no último, apresentam-se as considerações finais.

## 1.1 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram adotadas fontes de natureza primária e secundária, porque houve necessidade de se analisar a escala macro para contextualizar o foco de análise e também foi preciso fazer uso da escala local ou microescala, na qual a essência do fenômeno se materializa. Esse processo configura nossa pesquisa exploratória.

Com base nessa pesquisa exploratória, chegaram-se aos dados primários por meio de levantamento direto na fonte. Isso posto mostra que a obtenção de dados internos é o resultado da dinâmica da pequena produção feita pelos sujeitos da pesquisa em relação ao agronegócio. Estes dados foram base para a análise quantitativa como também para a qualitativa das informações. Decidiu-se pelas análises quantitativas e qualitativas, porque realizar somente uma análise quantitativa das informações levantadas, poderia não revelar a essência das situações vividas pelos entrevistados.

Essa valoração em maior grau aos dados primários não pode ser entendida como uma opção tendenciosa, mas sua importância consiste no fato de que suas informações não estão presentes nas estatísticas oficiais e são necessárias à pesquisa, como a inserção do pequeno produtor na complexidade do agronegócio. É importante o levantamento junto aos assentados para permitir respostas fidedignas diante dos problemas vivenciados pela pequena produção.

Para melhor identificar a espacialização dos dados ao longo da análise, as informações foram classificadas pelos ambientes existentes no local, “Chapadão”, ambiente onde predomina a prática da agricultura e o “Cerrado”, ambiente situado na parte declivosa em direção ao fundo do vale, onde predomina a vegetação do cerrado, com solo arenoso e com declividade, utilizado principalmente para atividade da pecuária.

O grupo de produtores da região denominada “Cerrado”, apesar de não estar completamente inserido na produção para alimentação humana ou para outros fins industriais, tem conhecimento por relações de amizade e até mesmo parentesco das práticas produtivas adotadas pelos moradores da área denominada “Chapadão”.

A produção possui uma relação com as condições propiciadas pelos elementos naturais, neste caso, o tipo de solo e a estrutura geomorfológica. Observando o uso do solo no assentamento, o chapadão é local de plantio de lavoura e, no cerrado, há a predominância da pecuária.

O reconhecimento desses espaços contribuiu com a pesquisa, pois este trabalho, primeiramente, buscou levantar a produção existente em todo o assentamento e, após a conclusão da pesquisa exploratória *in loco*, analisá-la e identificar as vinculações da produção familiar com o agronegócio, saber qual a origem da renda familiar e os valores recebidos mensal ou anualmente por esses pequenos produtores. Com a análise desses itens, busca-se identificar a(s) relação(ões) entre o modelo de produção familiar, oriundo de projeto de assentamento com o agronegócio.

Para levantar o conjunto de dados relativos ao assentamento, o instrumento de coleta utilizado foi um questionário composto por vinte e cinco perguntas abertas e fechadas, que abordou sobre:

- a produção na pequena propriedade;
- a política pública de incentivo à pequena produção recebida pelo morador;
- as fontes de renda da família;
- o tipo de produção do local;
- os dados gerais dos produtores em relação às unidades produtoras.

Apesar da dimensão da área pesquisada, um universo total de 194 lotes, a opção por captação de dados de maneira censitária e não amostral passa a constituir-se elemento fundamental, uma vez que existem produtores que adotam práticas de produção diferentes.

Para obter as informações através da aplicação do questionário quando o universo investigado possui quantidade numérica expressiva, normalmente, é utilizada uma amostra a partir do plano amostral. No entanto, para a compreensão da dinâmica da atividade produtiva, optou-se pela aplicação do questionário em todo o universo de análise. Todavia, não se conseguiu abranger todos os 195 lotes pelo fato de não haver moradores no lote no momento da visita, mesmo retornando-se à propriedade por mais de uma vez. Assim, foram pesquisadas, apenas, 140 propriedades.

As literaturas que permearam o arcabouço teórico desta dissertação foram fundamentadas em autores de acordo com o tema abordado. Sobre os assentamentos, espaço rural e a relação com a agricultura familiar, e os conflitos no campo foram utilizadas obras destes autores: Bergamasco (1995, 1998), Graziano da Silva (1998, 2001, 2002) e Martins (1982, 1996, 2003). Sobre a outra linha adotada, concernente ao agronegócio e suas relações, por vezes, conflituosas no contexto social e econômico e seu avanço no Estado, baseou-se, sobretudo, em Oliveira (2001, 2008), Bernardes (2007), Elias (2003), Navarro (2001) e Hespanhol (2007). E, para compreender os circuitos espaciais produtivos, recorreu-se às obras de Bernardes (2007), Elias (2003), Castillo e Frederico (2010), Santos (2000, 2012) e Santos e Silveira (2012).

Outro instrumento de pesquisa utilizado foi a realização de entrevistas com técnicos do setor agrícola no intuito de se obter informações relativas à prática produtiva e aos canais de ligação que permitem a articulação da agricultura familiar com o agronegócio.

Além disso, outros dados secundários foram obtidos junto ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletaram-se dados no site e na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); realizou-se entrevista com outras pessoas envolvidas com o tema desta pesquisa na Secretaria Municipal de Agricultura, na Empresa Mato-grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural (EMPAER) agência Rondonópolis - MT, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis - MT e na Associação Dando as Mãos, como também tivemos acesso a dados estatísticos por intermédio de publicação impressa e/ou internet nessas instituições. Após a análise dos dados obtidos, primários e secundários, pudemos confirmar a vinculação do produtor familiar com o agronegócio e onde ela ocorre.

Os dados obtidos foram tabulados e dispostos em quadros e empregados na elaboração de gráficos. Também foram submetidos a cálculos de percentuais para facilitar a observação da proporcionalidade dos dados apresentados. Outra técnica compreendeu a elaboração de mapas a partir de uma base disponibilizada pelo *Google earth*.



## **2 AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO: AS DUAS FACES DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO**

Neste capítulo, serão enfocados temas pertinentes à agricultura familiar, desde sua constituição no cenário agrário brasileiro até a atualidade e, igualmente, trataremos do agronegócio, focalizando suas principais características, sua tecnicidade e sua relação com as *tradings*.

### **2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E ELEMENTOS DE ANÁLISE**

Nossa abordagem inicia-se com a apresentação da definição do que seria a propriedade familiar e o resultado do trabalho dos produtores nessa propriedade. De acordo com a Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, sobre a propriedade da área rural, regulamenta que:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem. (Estatuto da Terra, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm)).

Pelo Estatuto da Terra, o acesso à propriedade rural é direito de todos, entretanto ele estabelece também que a propriedade deve cumprir com sua dupla função. A primeira é o suprimento das necessidades da pessoa que trabalha a terra e sua família, como os proprietários e os trabalhadores, e a produção obtida nesta relação de trabalho constitui a produtividade. A segunda função está relacionada com o trabalho consciente a ser feito, neste caso, a produção agrícola visa oferecer segurança ou benefício para as demais pessoas da

sociedade, assim como se preocupa em preservar ou utilizar conscientemente os recursos naturais disponíveis.

É importante observar que a lei existente sobre a produção e uso da área rural tem como prioridade o ser humano, a pessoa que lavra a terra. Nessa lei, no artigo 4º, fala-se sobre a propriedade familiar:

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros; (Estatuto da Terra, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm)).

Pela definição do Estatuto da Terra, para ser uma propriedade familiar, ela deve ser explorada direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família, absorvendo toda a sua força de trabalho, ou seja, todos os moradores da propriedade devem estar envolvidos na produção local. Este trabalho, por outro lado, deve garantir a subsistência e o progresso social e econômico da família.

Um ponto que deve ser avaliado é que essa lei é de 30 de novembro de 1964 e foi promulgada há cinquenta e um anos, quando, nessa época, o trabalho rural, em sua grande maioria, dependia sobremaneira da força braçal, e a família quanto mais numerosa apresentava vantagens para o pequeno produtor ou produtor familiar. Desse modo, dependia de pouca ou nenhuma mão de obra externa.

Os serviços desenvolvidos nas propriedades rurais eram, praticamente, todos realizados manualmente, logo a propriedade familiar, que não dependia de mão de obra externa, teria sua produção concorrendo com a produção de propriedades que dependeriam de prestadores de serviços, parceiros ou meeiros, fato que traria um custo para essa produção. Por isso, a vantagem em ter uma família numerosa diminuía o custo de produção. Por este motivo, a agricultura familiar possibilitava a manutenção da unidade familiar, pois o padrão de consumo desse período não apresentava a demanda atual.

Simultaneamente a este momento da economia brasileira, na Europa, intensificava-se a revolução verde, o que alterou o modo de trabalho no campo e até mesmo a relação que os indivíduos passaram a desenvolver com a terra, com adoção de novas técnicas de cultivo,

novos insumos e implementos agrícolas para explorar o solo intensamente. No Brasil, o uso de implementos nas propriedades rurais em primeira instância era um privilégio da elite rural, porém com produtividade inferior às áreas agrícolas europeias.

Fernandes (2013) define o campesinato como resistência ao capitalismo, precisamente, por reconhecer que algumas propriedades não se enquadram na categoria elite rural. Afirma, ainda, que a agricultura familiar foi absorvida pelo grande capital e, por sua prática de trabalho, não vê distinção entre a elite e agricultura familiar. Schmitz e Mota (2006) dizem que essa definição deve ser considerada sob o ponto de vista político ou social. Assim, sob a ótica social, a prática do campesinato e da agricultura familiar, em certa medida, fundiram-se, restando entre os termos uma diferença ideológica e política.

A definição de Abramovay (1997) para agricultura familiar considera que é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho advêm de pessoas que mantêm entre si laços de sangue ou casamento. Logo, esses atributos garantem o conceito de agricultura familiar, pois as atividades feitas por essas pessoas estão relacionadas à gestão, à propriedade e ao trabalho familiar.

Esse é o conceito que será considerado no decorrer do trabalho, não enveredando pelo viés ideológico, político, mas por essa visão mais social, por acreditar que a agricultura familiar e as relações de transformação no espaço são despertadoras de esperança nos trabalhadores que a compõem.

O embate entre grandes e pequenos produtores sempre existiu, em função da adoção de recursos tecnológicos e novas técnicas pelos produtores empresariais. No decorrer dos anos, pôde-se observar a adoção dessas inovações também pela agricultura familiar, com o uso de tecnologia e mecanização em menor escala obviamente. Como a mão de obra familiar torna-se excedente, o custo da produção familiar fica mais caro em relação à produção em larga escala, assim, o produto da agricultura familiar tem perdido, progressivamente, seu espaço no comércio.

Essa mudança na forma de produzir da agricultura familiar não foi incorporada pelo Estatuto da Terra, o qual define a agricultura familiar como uma atividade que necessita da presença de toda família no campo. Fernandes e Welch (2008), ao analisarem o produtor cícrico no Brasil e nos Estados Unidos, definem como camponês o produtor familiar que usa,

predominantemente, a mão de obra dos membros da família, ao passo que os produtores familiares ou não, que utilizam o trabalho assalariado são chamados de produtor capitalista.

Embora se reconheça essas distinções, deve-se ressaltar que os objetivos da família camponesa também mudaram. Hoje, há a preocupação com o grau de instrução dos filhos e do próprio produtor, além da busca pelo *status*. Outra mudança diz respeito aos bens que essa família objetiva adquirir. Por exemplo, busca-se todo o conforto da vida urbana no campo, como energia elétrica, para uso de eletrodomésticos, equipamentos de informática e de comunicação. As propriedades onde os moradores não têm acesso a esses itens, geralmente, permanecem com apenas um membro da família ou com os mais idosos, os demais migram por não conseguirem permanecer nesse espaço.

Dessa forma, a revolução tecnológica iniciada nas décadas de 1960 e 1970, cujo propósito inicial era resolver o problema da fome mundial, aumentou a produção agrícola a partir da modernização do processo, com subsídio exclusivo ou disponível aos mais ricos e latifundiários. Além disso, esse fato não mudou somente o modo de produzir no meio rural, mas alterou o modo de pensar e viver a vida rural, substituindo a produção para subsistência com modo rústico de plantio para propagação das vantagens como incentivo ao uso de novas técnicas e tecnologias no campo.

Essas mudanças contribuíram para que as famílias no campo passassem a ter novas necessidades ou novos objetivos além da simples manutenção da família, o desejo pelos novos maquinários como uma ferramenta para obter uma produtividade maior e obter melhor qualidade de vida do trabalhador, qualidade de vida refletida nas condições de trabalho e na aquisição de novos bens e não somente a subsistência em si mesma.

Sobre o processo de modernização agrícola, Oliveira (2002) afirma que, neste pacote, contendo máquinas e equipamentos, insumos e sementes, houve perdas para o produtor rural. Sementes que não tinham um resultado expressivo em termos de produtividade foram substituídas por outras, no entanto, qualidades como rusticidade, resistência a pragas e adaptação ao clima também foram perdidas. Por isso, foi necessário o uso de insumos uma vez que os produtores, por não terem acompanhamento técnico, utilizaram-nos em excesso, principalmente o pequeno produtor. Outro dado alarmante sobre esse processo são os registros de vários casos de intoxicações e mortes de trabalhadores rurais.

Essa situação foi vantajosa somente para os grandes grupos e/ou corporações que estavam vendendo pacotes tecnológicos com promessas de lucros superiores àquilo que os produtores estavam acostumados a obter. De fato, a produtividade aumentou, porém os custos também foram acrescidos e o produtor percebeu esta alteração, notadamente, quando a safra não atingia a expectativa.

A produtividade não aumenta somente com a adoção da tecnologia, Graziano Neto (1998) diz que a produtividade está intrinsicamente ligada à condição geográfica, como clima, relevo e constituição pedológica. Desse modo, conforme cada local é esperado um resultado na produção, que engloba não somente o avanço tecnológico bem como todo o processo da produtividade. Porém, quando o resultado da produção (safra) é analisado estatisticamente sob uma média aritmética, é atribuída a todas as áreas a mesma produção sem revelar os problemas que existem em cada local, sem distinção entre as condições naturais de cada propriedade e a produtividade do pequeno e do grande produtor.

Apesar do aumento da produção agrícola, a questão da fome mundial não foi resolvida, portanto, a justificativa para essa mudança não era real. Além disso, com o aumento da produção agrícola, o preço dos produtos caiu no mercado e, conseqüentemente, o volume sobressalente foi expressivo, surgindo, assim, um novo problema, a condição de vida da população rural piora e começa a ocorrer a migração para os centros urbanos, motivada pelas possibilidades e confortos domésticos encontrados nas cidades e divulgados pelos meios de comunicação.

Esse processo migratório perdurou por muito tempo, porque os agricultores familiares não estavam conseguindo suprir suas necessidades. A partir dos anos 1960, a legislação trabalhista e previdenciária voltou-se ao trabalhador rural, garantindo o direito à aposentadoria e a outros benefícios.

Existe reflexo dessa ação até a atualidade, pois muitos agricultores, que não têm condições de produzir em função da idade, não precisam sair do campo, pois a renda está garantida, oportunidade que os agricultores do passado não tiveram.

Os problemas que hoje são enfrentados pela agricultura familiar são os mesmos do passado. Mudou-se a relação econômica, mas a relação de exploração da mão de obra continua existindo, conforme esta afirmativa de Graziano Neto (1998, p. 160), “nessa

agricultura moderna permanecem, é óbvio, resquícios do passado. Inclusive latifúndios, escravismo, coronelismo. Existem, certamente, miséria e situação social degradante”.

A realidade de vida do agricultor familiar ao longo dos anos pouco difere da realidade atual. Ele continua sem apoio e/ou orientação técnica, cotidianamente, tem buscado inserir-se nesse setor que tem nos recursos tecnológicos sua maior motivação. Estando este grupo de produtores à margem desse processo. Os agricultores familiares tradicionais estão reduzindo seu percentual de participação no cenário agrícola, os jovens estão indo para os centros urbanos em busca de emprego, estudo, conforto, uma vida com horários mais definidos, um trabalho no horário comercial, sem o desgaste físico e baixa rentabilidade atribuídos à agricultura familiar.

No que diz respeito a essas mudanças ocorridas na maneira de produzir, Palmeira (1989, p.87) afirma que:

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, “efeitos perversos”: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de autoexploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo.

Após essa “evolução”, a condição de vida da população piorou, as pessoas residentes nas pequenas propriedades passaram a ter que trabalhar além do normal para se manter. Por esta razão, o termo utilizado pelo autor como sendo autoexploração significa que o trabalhador não passou a ser explorado por um patrão, mas, para poder ter uma produção condizente com sua necessidade, ele próprio submeteu-se a essa forma de trabalho exaustivo.

Nas atividades do campo, estão surgindo novas opções e necessidades de trabalho rural. De acordo com Schmidt e Mendes (2001), dentre as novas opções de trabalho no campo, estão a piscicultura que tem se expandido pelo país como modalidade de pesca para consumo e pesca esportiva; a criação de aves nobres para expor na propriedade ou vender para propriedades que têm o turismo rural como parte de sua renda; a criação de rãs e animais exóticos como jacaré, paca, javali e capivara para consumo enquanto comida exótica; e o plantio de ervas medicinais ou produtos orgânicos.

São atividades que podem ser desenvolvidas pelo agricultor familiar, uma vez que demanda produção concentrada, por exemplo, as plantas necessitam de irrigação ou até

mesmo de estufa, assim, em um espaço pequeno, obtêm-se alta produtividade. Quanto aos animais e aves criados em cativeiro, necessita-se de pouco espaço, logo pelo ponto de vista da área disponível para criação e plantio destas novas práticas, o pequeno produtor está liberado para realizar essas atividades, devendo buscar se há viabilidade do mercado consumidor e conseguir a licença ambiental para as atividades que assim exigirem.

É, praticamente, impossível para os agricultores familiares adquirirem todas as máquinas e equipamentos necessários ao trabalho na propriedade pelas condições financeiras apresentadas, a não ser que seja organizada uma associação ou cooperativa<sup>1</sup>, com finalidade de prestação de serviços por meio de uma escala prévia dos produtores e dos serviços a serem realizados para cada cooperado.

Um exemplo é a realidade vivenciada por produtores do Rio Grande do Sul. Eles se uniram e montaram uma cooperativa. A APSAT (Associação de Prestação de Serviço e Assistência Técnica) foi a alternativa encontrada para superarem a dificuldade de maquinários que possuíam, para assim, receberem do governo o maquinário. Após isso, a manutenção passou a ser de responsabilidade dos produtores.

O sistema de cooperativa agropecuária recebe descrédito de uma boa parcela dos agricultores familiares mato-grossenses, pois eles não têm confiança e não querem participar. Por essa razão, essa forma de consórcio não é possível na maior parcela das comunidades rurais no Estado de Mato Grosso. Diferente da região sul do Brasil, que possui tradição na prática cooperativista e tem sucesso nas práticas. Essa tradição permanece porque os cooperados acreditam no trabalho que está sendo realizado.

Este exemplo de trabalho cooperativo ratifica a posição de Martins (1982) sobre o trabalho do agricultor familiar com base no cooperativismo. Segundo o autor, o agricultor, ainda, sofrerá influência do capital. Isso porque, independente do modo de produção, o grande capital sempre irá reger a economia de mercado. Dito de outro modo, o sistema de cooperativa não faz com que o produtor se isole em uma economia paralela, mas oferece ao produtor uma chance de sobreviver neste ambiente.

---

<sup>1</sup> Revista Produtor Rural (2002). Nas páginas 18 e 19, apresenta-se matéria sobre a Associação de Prestação de Serviço e Assistência Técnica (APSAT) em Lagoa dos Três Cantos/RS.

O cooperativismo é uma adaptação à necessidade de mecanização do agricultor familiar, porque ela tem feito a diferença no campo, e as propriedades rurais estão cada vez mais dependentes do uso de máquinas e implementos agrícolas.

Individualmente, os agricultores familiares não têm condições de investir o valor necessário na mecanização, principalmente ao considerarem o tamanho da área a ser trabalhado, portanto a união destes produtores pela cooperativa é uma alternativa viável.

Os latifundiários buscam adquirir máquinas que resultem em maior produtividade, porém mais caras. Esses empresários rurais estão considerando a redução de custo, como a economia em contratação na quantidade de operadores, gasto com combustível e manutenção mecânica, serviços realizados com maior velocidade são importantes devido às grandes áreas destinadas ao plantio, relacionando sempre o fator tempo a dinheiro neste segmento do setor agrícola.

Sobre a qualidade dos equipamentos produzidos no país, “[...] houve grande progresso no padrão técnico, atingindo o mesmo nível dos fabricados nos países desenvolvidos” (SANTO, 2001, p. 51). Infelizmente, este maquinário com qualidade não é destinado à maior parte dos produtores brasileiros, os pequenos produtores.

Santo cita que, no Japão, existem microtratores e colheitadeiras produzidos, especificamente, para operarem em minifazendas. Essa preocupação em atender a essa parcela de produtores se deve ao pouco espaço disponível para dedicar à agricultura, sendo a maior parte das propriedades de pequena extensão territorial.

O Brasil, diferente do Japão, possui vasto território que pode ser utilizado por várias empresas ou grupos agropecuários. Trata-se de uma realidade diferente sob ponto de vista de disponibilidade do solo, mas, ao focalizarmos o acesso a essas áreas, ficamos em situação semelhante ao país oriental, pois a maior parte dos produtores rurais brasileiros é de pequeno porte, logo uma política de incentivo à produção de máquinas proporcionais ao tamanho da propriedade é uma alternativa de grande viabilidade.

Por essa razão, é necessário que haja políticas de incentivo específicas aos agricultores familiares, pelas particularidades que possuem. Para Neves (2007, p. 265), a agricultura familiar



[...] corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento: referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constrange os modos de inserção, tanto no mercado produtor como no consumidor.

Diferente das propriedades geridas pelo agronegócio, o proprietário da área familiar é o que gere e executa as ações na propriedade, às vezes, utiliza mão de obra terceirizada (diaristas), exceto nestas situações, a própria família que executa o trabalho na propriedade. Por isso, a dificuldade existente de pensar a propriedade como uma pequena empresa. O agricultor familiar desenvolve sua maneira própria de gerir a propriedade, sob influência da tradição familiar ou senso comum do trabalho no campo.

Falta em muitas situações a focalização do trabalho como algo comercial, pois conforme a atividade desenvolvida pelos participantes, a forma de trabalho influencia na convivência social da família e cria laços de afinidade com outros produtores, principalmente, aqueles que trabalham de modo semelhante para troca de informações, de conhecimento, isto se dá pela falta de orientação técnica para essa categoria de produtores.

## **2.2 UMA CARACTERIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EM MATO GROSSO**

A economia nacional, nos últimos anos, tem tido um crescimento lento, no entanto, um dos setores da economia brasileira que tem se destacado é o agronegócio. Mato Grosso no contexto do agronegócio é um estado em destaque na produção nacional e o tamanho das propriedades difere dos demais estados brasileiros, pois são grandes propriedades, latifúndios.

Sabemos que, no início da ocupação do território mato-grossense, os latifúndios tinham a finalidade especulativa ou destinavam-se à prática de pecuária extensiva. Atualmente, este modo de uso do solo no Estado, em grande parte, foi alterado. Segundo Pereira *et al* (2006), essa alteração fez surgir um

[...] número elevado de latifúndios capitalizados, grande parte dos estabelecimentos então existentes se transformou em modernas empresas capitalistas, diferenciando-se cada vez mais dos antigos latifúndios tradicionais. Essas empresas produzem bens dotados de alto valor comercial,

como a soja, o algodão, o arroz e outros produtos de origem agropecuária. (PEREIRA *et al*, 2006, p. 73).

Essa nova maneira de trabalho nos latifúndios, praticamente, o transforma em um novo ambiente. A propriedade rural, além da mecanização que é utilizada em larga escala nas áreas de plantio, tem como aliada a tecnologia genética, a qual combate as pragas das lavouras com a própria variedade de cultura plantada. Esta variedade, geneticamente, modificada sofreu mudanças em seu tempo de maturação e adaptação ao clima e ao solo. E esses itens são avaliados antes do plantio visando ao melhor custo-benefício.

No tocante a essas mudanças vivenciadas pelos produtores, as máquinas foram introduzidas para agilizar os processos na produção de grãos (plantio, imunização da lavoura e colheita) e além da agilidade, contribuem para redução dos custos na produção.

Ocorreram mudanças também na criação de rebanhos, a partir dos trabalhos com pesquisa genética e, além de favorecer a melhoria de algumas raças, ocorreu o desenvolvimento de outras, com as qualidades que o mercado deseja. A inseminação popularizou-se nas propriedades que trabalham com rebanhos, além de maior eficiência na melhoria do plantel, teve ainda um percentual maior de aproveitamento do ciclo de fecundação das matrizes.

Pensar no ambiente rural, com base nas características do passado, é retroceder, pois o atraso tecnológico seja no modo de produção ou nas condições de vida é irreal nos nossos dias. Para Graziano da Silva (2001), o atraso existente entre o meio urbano e rural se dá em relação à violência, pois considera que o ambiente rural está integrado à tecnologia e esta pode ser encontrada no *agribusiness* e entre os neorurais, que exploram novos ramos do setor agrícola. É citado, por ele, exemplos como a produção de *escargot*, plantas e animais exóticos. Os problemas sociais que existem na zona rural também existem na zona urbana. A diferença é que, no ambiente urbano, os problemas tornam-se mais latentes, como a falta d'água canalizada ou de coleta de esgoto.

O avanço da mecanização nas grandes propriedades ocorreu e ainda está ocorrendo, uma vez que esta nova prática de trabalho não exige somente a mecanização da prática produtiva, mas a atualização deste maquinário constantemente, sempre visando maior agilidade e custo menor ao final de cada safra.

A mecanização não é um processo isolado, existe uma cadeia que movimenta o setor, iniciada pela necessidade de suprir uma deficiência dentro propriedade rural e vai além dela, pois envolve a revendedora das máquinas, mão de obra para manutenção, fornecimento de peças para reposição e há o recolhimento de impostos ao município e estado.

Em primeiro plano, o uso de procedimentos e métodos científicos na agropecuária visa ao aumento da produtividade e à redução dos custos de produção por intermédio das inovações tecnológicas. Elias (2003, p. 59), sobre o uso das inovações tecnológicas, expõe que:

Com a pesquisa tecnológica foi possível reestruturar o conjunto de elementos técnicos empregados na atividade, transformando os tradicionais sistemas agrícolas e abrindo novas e inúmeras possibilidades à realização da mais-valia mundializada, por meio de um processo de fusão de capitais com os demais setores econômicos (2003, p. 59).

Com a pesquisa tecnológica, o recurso disponível de outrora (a terra, o capital e o trabalho) tem um novo fôlego e abre novas possibilidades de participar do processo de mais-valia mundializado. Com a junção de tecnologia à agropecuária, o setor tem ido a níveis anteriormente imaginados como intangíveis.

A tecnologia e o capital têm utilizado a natureza conforme seu interesse ou a tem substituída através da tecnologia, por meio de adubos químicos, produtos para acelerar maturação dos grãos ou seleção de grãos. São muitas as evoluções e Elias (2003) cita algumas e seu objetivo final:

Inúmeras pesquisas tecnológicas voltadas para o setor desenvolveram uma gama incontável de novos produtos químicos na tentativa de suprir as deficiências do solo, prevenir as doenças das plantas, combater as pragas das plantações, aumentar o rendimento por hectare, produzir no laboratório sementes mais produtivas; de construir máquinas de semear, cultivar, colher, irrigar o solo, e uma quantidade incomensurável de outras inovações, proporcionando maior rendimento por hectare (ELIAS, 2003, p.61).

Esse avanço com qualidade na produção é para ser inserido no campo comercial do agronegócio, onde as propriedades rurais realizam transações comerciais com empresas multinacionais, as *tradings*. Isso remete a uma estrutura de trabalho dominada pelo campo organizacional e,

representa um recorte específico da vida institucional composto por organizações como fornecedores, produtores, consumidores, agências regulatórias e outras organizações produtoras de bens e serviços similares. A função do campo organizacional é a de promover a estabilidade entre os agentes. (...), o campo organizacional existe para beneficiar os membros mais poderosos. (BELIK, 2001, p. 27).

Pelo exposto, não há perspectivas de melhoria na relação comercial entre produtores/empresas. Todo o sistema econômico está voltado para o favorecimento do grupo econômico maior, as empresas. Nesta análise do sistema produtivo entre os pequenos proprietários, ou praticantes da agricultura familiar comparados ao agronegócio, eles estão em condição de inferioridade. Se na balança comercial o grande empresário sucumbe diante da pressão das *tradings*, a “violência” pela qual passará estes pequenos produtores com os grupos empresariais será muito maior, assim, mesmo que este pequeno produtor tenha uma produção semelhante ao do latifundiário, no processo de negociação com as empresas, ele sucumbirá também. Por essa razão, Elias (2003, p. 67-68) afirma que:

As áreas, as culturas e os produtores que não foram de alguma forma incorporados ao processo de modernização exercem papéis periféricos na organização da produção agrícola que se processa nas últimas décadas. O espaço rural não se homogeneizou, porque foi desigualmente atingido pela difusão de inovações agrícolas. Construiu-se, assim, um espaço seletivo, com forte concentração territorial das formas resultantes do processo de modernização da agricultura.

Em função desses motivos, existe preocupação com o agricultor familiar e suas relações, para que ele participe do processo econômico, com condições de realizar transações comerciais necessárias para permanecer no campo, trabalhando a terra.

A comercialização de produtos oriundos da produção agrícola, atualmente, tem se concentrado nas mãos de empresas transnacionais e concorrendo com estes grupos está a Amaggi, empresa nacional. Algumas outras empresas nacionais que atuavam no setor foram vendidas para grupos transnacionais, por exemplo, a “BUNGE e ADM no domínio do mercado” (BELIK, 2001, p.66). A Cargill, também, compõe este grupo de transnacionais. Essas empresas têm ampliado sua área de atuação, não ficando somente com a comercialização mas também atuam no processamento da matéria-prima.

Como as empresas transnacionais estão em processo de domínio do mercado, Belik chama este processo de desnacionalização do comércio. Este fato pode ser confirmado, porque o valor da produção é definido no mercado internacional, estas medidas contribuem para uma submissão progressiva dos produtores brasileiros, ou seja, priorização contínua da empresa transnacional.

Os produtores integrantes do agronegócio têm buscado sua imposição no mercado interno e externo, tendo no mercado interno melhores resultados quanto à sua valorização, no entanto, este avanço não é observado nas pequenas propriedades. O pequeno produtor, em sua grande maioria, não tem acesso aos financiamentos de máquinas, principalmente quando o produtor for um assentado, uma vez que a área que poderia ser oferecida como garantia de pagamento não é dele.

Segundo Pereira (2000, 2001), quando foi criado o Estatuto da Terra, em 30/11/1964, o governo militar tinha a intenção de mecanizar a produção agrícola, fornecendo meios e recursos financeiros, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), assegurando o avanço tecnológico na agropecuária, em específico aos latifundiários.

Esta preocupação com o desenvolvimento do país não é porque existem pessoas morando neste ambiente e necessitam do apoio, mas trata-se de uma política governamental para o desenvolvimento rural que visa alcançar autonomia ou até mesmo a soberania na produção. Por isso, as políticas para o desenvolvimento rural são na realidade,

[...] uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças num determinado ambiente rural. Em consequência, o Estado nacional – ou seus níveis subnacionais – sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal. [...] (NAVARRO, 2001, p.88)

Foi observada essa influência do Estado no processo ocupacional das Regiões Norte e Centro-Oeste. E foram essas políticas ocupacionais que motivaram a ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste, infelizmente, nessa proposta de incentivo ao ambiente rural, os pequenos proprietários não eram visados para receberem os benefícios públicos.

No período do governo militar no Brasil, com apoio do governo, surgiu uma nova classe de empresários, os industriais urbanos, que, por sua vez, tornaram-se também latifundiários. Conforme Oliveira (2001), com os recursos oriundos da SUDAM e SUDENE,

a fusão das funções de industrial e latifundiário foi viabilizada, assim, a ideia de concentração fundiária foi motivada através do governo.

O governo sempre teve ações duais. Ainda, na região amazônica, houve o incentivo a outras formas de ocupação, envolvendo áreas menores, tendo por referência a sua concentração, como foi o caso de Lucas do Rio Verde,

Em 1982, teve início a execução do Projeto Especial de Assentamento em Lucas do Rio Verde, que tinha como objetivo assentar produtores rurais sem terra que estavam acampados no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul.(...) Foram transferidas para o território do atual município de Lucas do Rio Verde 203 famílias de trabalhadores rurais sem terra. Mas o Governo não cumpriu tudo o que prometeu e, em menos de dois anos, muitos assentados abandonaram as terras (PEREIRA, 2000/2001, p. 90).

Esse assentamento citado por Pereira foi implantado para que o governo eliminasse esse problema. Isso porque famílias já organizadas enquanto movimento social incomodavam as autoridades na região Sul do país.

Assim, por meio de negociações e promessas, foram levadas para essa parte do Estado de Mato Grosso que, ainda, estava sendo povoada. Entretanto o governo não cumpriu sua parte no acordo, de suprir as necessidades básicas dos colonos.

Ao perceberem o descaso do governo, os colonos desistiram de suas posses e retornaram para o Estado de origem. Não podemos nos esquecer de que os agricultores que foram assentados, posteriormente, ficaram em vantagem, pois o trabalho pesado na terra foi feito pelos primeiros colonos. Além dos pequenos produtores, vieram, também, os grandes grupos, como é de praxe no país, os grupos maiores tinham e têm facilidade para obterem recurso e/ou incentivo em relação aos pequenos produtores.

O governo incentivou a colonização em outros locais por meio de empresas privadas, as quais, até hoje, possuem terras para comercializar. Os agricultores que persistiram em continuar nas propriedades, atualmente, integrantes do agronegócio, estão em adaptação constante, porque a evolução contínua é uma característica forte do setor.

Exigente de ampla utilização de insumos e tecnologias, as propriedades rurais têm reduzido a mão de obra devido ao aumento com gastos financeiros. As obrigações financeiras sobre os empregados estão cada vez mais comuns, como pagamento de aluguel e energia. Esta situação ocorre em um momento em que “os salários rurais se deterioraram enquanto os

aluguéis e outras obrigações financeiras dos pobres das zonas rurais se tornam proibitivos” (BARRACLOUGH, 2001, p. 380).

A maior restrição existente no ambiente rural está relacionada à política econômica, a qual afeta o agricultor familiar. Em virtude disso, foram estabelecidas para a expansão do agronegócio três restrições essenciais:

(1) a restrição da demanda interna de bens e serviços; (2) a limitação das oportunidades de empregos; e (3) a manutenção de amplas áreas de terra improdutivas (DELGADO, 2010, p. 96).

Essa restrição de demanda interna visa favorecer ao comércio internacional, à limitação de empregos pelo uso de tecnologia na atividade agrícola e à continuidade das terras improdutivas. Trata-se de uma realidade atual e não somente um momento econômico do setor rural. Por isso, Delgado (2010, p 98) afirma que as

[...] condições ligadas à estratégia do agronegócio na agricultura brasileira são, simultaneamente, matriz da moderna questão agrária e representam um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária.

Os problemas existentes na produção familiar são resultados da estrutura política existente, que, por sua ação dual, reflete na produção familiar como fator inibidor de seu desenvolvimento.

### **2.3 A PRODUÇÃO FAMILIAR EM ÁREA DO AGRONEGÓCIO**

Segundo Gnaccarini (1980), após a II Guerra Mundial, iniciou-se no país o processo de segregação econômica, precisamente no setor primário. Este setor foi dividido em quatro partes.

A primeira parte era composta por aqueles que compunham a grande produção do capital, produção voltada para a exportação como o café. Estes produtores foram beneficiados pelas políticas cambiais do governo. A segunda era composta por produtores de médio porte que tinham por destino de seu capital a aquisição da terra para finalidade especulativa,

compondo este quadro as companhias colonizadoras. Na terceira parte, estavam os produtores capitalistas que ficavam com as “sobras” da economia, porém não estavam em destaque, porque não faziam parte da economia central do país, separando proprietário fundiário de arrendatário capitalista e, na quarta parte, estavam os pequenos agricultores, produtores de alimentos cujo valor não estava relacionado à intervenção do governo.

O descaso com o pequeno produtor não é fruto da economia moderna, o país sempre avaliou esta classe produtora com inferioridade. Esse modelo social tem perpetuado e, infelizmente, não deixa muita esperança de que a situação seja revertida.

No período posterior à II Guerra Mundial, em reflexo à condição econômica mundial, proprietários de terras brasileiros, latifundiários e aqueles que tinham na terra a visão especulativa tiveram que vender parte de suas propriedades, geralmente, as piores áreas para se trabalhar, como acontece, atualmente, quando um latifundiário vende sua propriedade para um programa de reforma agrária.

Eles vendiam as áreas acidentadas ou exauridas pela produção. O pequeno produtor que aquele momento era um arrendatário compra essa propriedade no desejo de alcançar a independência. Ele via, nos comerciantes locais, o caminho para concluir o sonho de ser um produtor autônomo, tornando-se estes os financiadores das lavouras. Mas, ao mesmo tempo, esses produtores desenvolveram um problema,

No afã de manter-se como produtor independente, o pequeno sítiante ou arrendatário escraviza-se inteiramente. É a única esperança que tem de manter-se como trabalhador independente, nessa forma histórica particular: escravizando-se às dívidas, pois que a estrutura da sociedade à sua volta, de que ele é produto histórico, produto de seu escasso e contraditório desenvolvimento, não lhe confere a autonomia desejada, compelindo-o, enquanto classe, a essa subordinação. (GNACCARINI, 1980, p.64)

Infelizmente, a ação, que para o pequeno produtor seria libertadora, torna-se uma realidade aprisionadora. Cria-se um ciclo vicioso, no qual a dependência do recurso financeiro de um agente financiador de sua atividade faz com que trabalhe até mesmo mais do que um empregado, sem o resultado que ele necessita para tornar-se um produtor independente.

O colono enquanto produtor autônomo nunca ofereceu risco ao fazendeiro, pois “o trabalho do colono está submetido indiretamente ao capital” (MARTINS, 1982, p. 102), isto



pode ser comprovado pela dependência do capital financeiro dos bancos para obterem alguma produção.

A produção familiar é contrastante ao agronegócio. A primeira impressão que se tem ao falar dos dois sistemas é que, na agricultura familiar, não há uso de tecnologia e está sendo praticada com pouco recurso financeiro. Por outro lado, no agronegócio, o amplo uso de tecnologia e de recurso financeiro está disponível a qualquer momento. Essa percepção não é algo recente, mas é um estigma presente desde o início da agricultura familiar no país. A falta de assistência às famílias aliada à inviabilidade econômica da produção nas propriedades familiares gerou a insatisfação em boa parte desses moradores rurais, contribuindo para o processo de migração interna no país.

Para Palmeira (1989), o período entre os anos de 1940 a 1980, foi o espaço temporal em que houve a inversão da concentração populacional da zona rural para zona urbana. Este movimento migratório interno teve papel fundamental na constituição da sociedade urbana e não pode ser desconsiderado o papel da migração interurbana. Desse modo, o crescimento das cidades não é resultado exclusivo do “êxodo rural”, uma vez que, de forma implícita, neste movimento, está a expulsão do trabalhador pelos grandes domínios e também o fato de o envolvido sair do campo em caráter definitivo e sem nenhuma garantia do atendimento às suas necessidades básicas.

Não é recente o processo pelo qual o agricultor familiar tenta se firmar na sociedade econômica rural. Nessa luta, o próprio Estado tem seu espaço firmado como detentor de terras e nem sempre atua ou já atuou em favor dos pequenos produtores. O quadro não se encontra em piores condições, porque surgiram os sindicatos que buscavam uma ação por parte da justiça tendo por princípio a isonomia. Palmeira (1989, p. 102) sobre o surgimento do sindicato diz:

O sindicato iria se colocar não só como um mediador alternativo, mas como um veículo para a implementação de regras impessoais que são a negação da dominação personalizada do latifúndio. Através do sindicato, os trabalhadores puderam ter acesso à justiça e a implementação das leis tornou-se uma possibilidade real.

Semelhante ao movimento sindical, que trava uma luta por determinada classe sem a visão individualista, os movimentos sociais surgem com este objetivo também, lutar em prol de pessoas que se encontram em situação semelhante, no caso, os trabalhadores rurais que em

função do latifúndio saíram do ambiente rural. Em tese, a luta seria por estas pessoas, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sempre frisou. Palmeira (1989), falando sobre a articulação dos sindicatos enquanto defensor de um grupo social, não se subjugando à dominação política da época do período militar, cria uma terminologia que não era adotada e é aceita nas bases da classe,

[...] trabalhador rural – [...] adotando-o como um termo “naturalmente” genérico para unir todos os que vivem do trabalho da terra, posseiro ou pequeno proprietário, arrendatário ou parceiro, assalariado permanente ou temporário, e fazendo-se reconhecer pelas demais forças sociais como o seu representante [...], *Ibidem* (1989, p.103).

Surge, assim, a figura do trabalhador rural, até então inexistente, e agrega todos que necessitam da terra para sua sobrevivência. Começa-se a busca pelos direitos destes até então desprovidos de qualquer assistência social, inclusive aposentadoria. Esses trabalhadores autônomos tornam-se empregados das fazendas que passam por uma modernização agrária.

A definição de modernização agrária é de que a “Modernização agrária expressa a radical mudança na dinâmica das atividades agrárias, com profundas implicações no que denomina de questões agrárias” (MULLER, 1989, p.110). Com a modernização, vem a mudança no modelo de produção tradicional, saindo de uma visão voltada à subsistência e à troca de produtos entre os proprietários rurais para submeter-se à vontade do capitalismo, no qual toda produção tem a finalidade de venda, o chamado capitalismo intensivo. Este, por sua vez, domina a prática agrícola e suas correlações, como as políticas públicas voltadas para o setor.

Entre os anos de 1937 a 1954, começaram a vir para o Brasil máquinas agrícolas importadas, cujo destino era o Rio Grande do Sul. Elas foram adquiridas com apoio do governo, inicialmente estadual sob a gestão de Getúlio Vargas e, posteriormente, quando o mesmo assumiu o Governo Federal, continuou com essa política de incentivo aos produtores do estado que compunham o capitalismo intensivo,

Essa política econômica resumia-se a: crédito oficial subsidiado através do governo federal; importação de maquinaria e fertilizantes químicos a preço de custo e com o subsídio cambial por intermédio das secretarias estaduais de agricultura; produção de novas variedades de arroz e trigo apropriadas às

condições ecológicas locais e aos novos processos de cultivo, e sua distribuição, através de uma rede de estações experimentais e um serviço de extensão agrícola federais. (GNACCARINI, 1980, p. 84).

O estado do Rio Grande do Sul é avaliado como uma Unidade da Federação (UF) em que a produção agrícola tem presença atuante na agricultura familiar, somada as características do capitalismo intensivo, os produtores rio-grandenses são citados como exemplo de sucesso na produção agrícola.

O processo histórico do estado revela que um fator preponderante para o sucesso da agricultura não é somente a boa vontade do agricultor, soma-se também os subsídios recebidos desde o início da mecanização das lavouras no estado.

O apoio econômico contribuiu para solidificação econômica inicial dos agricultores no Rio Grande do Sul, revelando, assim, que estes produtores há muito tempo são dependentes de políticas públicas no desenvolvimento de sua produção. Esse apoio não se revelou em todas as Unidades da Federação. Se, atualmente, o Estado possui uma produtividade representativa, considerando o tamanho médio das propriedades, não foi um processo que teve um início recente, ele é resultado de vários anos de trabalho que permite ao produtor desenvolver uma base econômica para seu crescimento e a cultura de valorização da agricultura familiar.

Esse fortalecimento da base produtiva é que tem faltado aos agricultores familiares dos demais Estados, pois eles têm trabalhado com os poucos recursos oferecidos pelas políticas públicas existentes. Ressaltamos que o estado de Mato Grosso, apesar de receber parcela significativa dos migrantes da região Sul, os quais influenciaram o sistema de uso da terra, não obteve sucesso na implantação de políticas de apoio ao agricultor familiar semelhante à existente ao estado de origem desses migrantes.

Quanto ao uso da terra, no processo de produção de grãos, são utilizadas áreas planas e com ausência de pedregosidade. Essas áreas eram desprezadas para o uso na agricultura, por aqueles que precederam os migrantes sulistas em Mato Grosso. As lavouras eram praticadas em fundos de vale, regiões mais úmidas e com matas, de maior teor de matéria orgânica e com o uso da parte mais plana para pastagem.

Os espaços mais elevados e planos foram ocupados por monoculturas, não pela fertilidade, mas pela viabilidade para mecanização, suprimindo a deficiência de fertilidade com adubos químicos e uso de variedades de sementes adaptadas ao ambiente regional.

Por isso, pode ser afirmado que, para produzir neste novo modelo, não basta possuir terras, são necessários outros elementos. O primeiro elemento é possuir recurso financeiro para investir na mecanização e sementes selecionadas. Este novo sistema produtivo surge, inicialmente, com a nomenclatura *agribusiness*, posteriormente sobre efeito da nacionalização passa a ser chamado de agronegócio<sup>2</sup>.

Este novo sistema de trabalho, introduzido a partir da Revolução Verde, passa a predominar nas lavouras brasileiras e a lavoura passa a ser de

[...] predominância quase absoluta das culturas de ciclo curto, em geral, originárias de países temperados ou frios e adaptadas às condições de solo destes, rico em nitrogênio – elemento pouco presente nos solos brasileiros. Esse e outros fatores exigem nas culturas brasileiras intensa utilização compensatória de insumos químicos (NOVAES, 2001, p. 52).

Não se deve reduzir o modo de produção agrícola do agronegócio apenas a essa característica, em que se exige ampla e intensa utilização de maquinários e insumos. Trata-se de um pensamento equivocado, uma vez que, conforme Novaes (2001), o uso intenso de adubos químicos é para suprir a deficiência do solo brasileiro para uma cultura que não seria própria de acordo com nossas características naturais. Porém, pelo interesse econômico, pratica-se, com um custo de produção maior que no país de origem da cultura.

Esse modo de produção é inverso ao natural. Lutzenberger (2001) nos traz à memória a relação que há entre os ecossistemas naturais e a terra, pois eles realizam um processo que ele chama de “retroação interna automática”, quer dizer, há reposição ao solo das propriedades químicas que ele oferece as plantas e demais organismos vivos. No entanto, com a agricultura moderna, esse processo não acontece. Seu sucesso depende de exaurir o solo e

---

<sup>2</sup> Nas décadas de 1980 e 1990, foi muito utilizado o termo complexo agroindustrial, definido por Müller (1991). Para ele, esse termo diz respeito à ligação das atividades agrárias com outros setores da indústria para agricultura (agroindústria de alimentos e de outras agroindústrias), envolvendo também a distribuição interna e internacional, como extensões dos mercados que rearticulam os setores desse conjunto produtivo. Distingue-se de outros complexos industriais por levar em conta as atividades agrárias. Atualmente, este termo não é muito utilizado ciência geográfica.

realizar a reposição de modo externo, com o uso de fertilizantes químicos, necessitando das indústrias de transformação.

O agronegócio vai além da produção de produtos primários, ou uso em larga escala de adubos químicos. Em relação a essa temática, Pereira *et al* (2006) trata sobre o *agribusiness*, com foco na produção centrada no setor primário da economia e nas transformações ocorridas no âmbito da tecnicidade e da pesquisa no setor. Segundo ele, para se analisar o conceito de *agribusiness*, é preciso compreender que:

O conceito de *agribusiness* abriga um conjunto de atividades intimamente articuladas entre si. A existência desse enfoque, como substrato teórico e como método de análise e de pesquisa, por oportuno, permite não apenas se analisar isoladamente o setor agropecuário, mas também identificar as suas relações com as organizações industriais e comerciais, que têm nas atividades agrárias o seu principal mercado, tanto de compra de produtos, quanto de fornecimento de matérias-primas (PEREIRA *et al*, 2006, p. 68).

A abordagem sobre o agronegócio ou como Pereira (2006) denomina, *agribusiness*, não pode ser entendida como somente a produção agrícola, a produção de matéria-prima unicamente. As relações existentes para que este processo aconteça também são consideradas, bem como as relações existentes posteriores à produção agrícola.

O agronegócio é constituído por formas de trabalho que poderiam resultar em fracasso, no entanto resultam no sucesso da atividade, como os

Sistemas Produtivos Locais (SPL), como concentrações espaciais de agronegócios independentes que se comunicam, dialogam e transacionam para partilhar coletivamente tanto oportunidades quanto ameaças, gerando novos conhecimentos, concorrência inovadora e chances de cooperação (VEIGA, 2001, p.109).

Para o autor, a união destes elementos contraditórios como a concorrência e a cooperação favorece a possibilidade de sucesso deste dinamismo econômico. Esse ponto de vista é verdadeiro, uma vez que, mesmo havendo a concentração de várias pessoas desenvolvendo a mesma atividade, diferente do comércio, elas estão aliadas aos interesses comuns.

Essa forma de pensar é concretizada com a criação de empresas voltadas à pesquisa no setor que beneficiará a todos, ou seja, as pragas em determinada propriedade serão objeto de pesquisa para que o problema seja controlado e não atinja outras propriedades, constituindo, assim, uma cooperação entre os produtores.

Nesse modo de produção, o produtor não pensa somente em produzir, mas também na comercialização. Caso este produtor tenha condições de armazenar sua produção, poderá aguardar um período maior pós-colheita visando preços melhores. A relação do produtor com a indústria não é somente no fornecimento de matéria-prima para ser transformada, mas, na indústria de produtos voltados ao plantio (sementes, adubos) e de maquinários, estão atrelados ao sucesso econômico do setor.

As empresas de *commodities* que compõem o setor constituem-se no resultado deste conjunto de atividades interligadas e Pereira *et al* (2006) esclarece que as *commodities* envolvem todos os elementos da produção, iniciando com insumos e maquinários utilizados, serviço de estocagem e de transformação, culminando com a venda, tudo em um modo de ação sistêmico. Assim, nesse modo de operação,

[...] o *agribusiness* pode ser dividido em quatro segmentos, cada um abrigando determinado conjunto de empresas: o I, as indústrias produtoras de tratores e equipamentos, além das indústrias produtores de insumos modernos (fertilizantes, defensivos, fungicidas, etc), o II, a agricultura propriamente dita, o III, as agroindústrias processadoras ou beneficiadoras e, o IV, as empresas de distribuição (transporte e comércio: atacado e varejo (2006, p. 69).

Pelo exposto acima, mesmo havendo a divisão por segmentos, eles não ficam soltos, independentes. Esse quadro retrata o que acontece em locais onde há o predomínio das atividades voltadas ao agronegócio, em que as relações não ficam restritas ao campo, sendo estabelecidas fora dele também.

O Estado atua na consolidação da economia do país, independente de serem agrícolas ou não, ele intervém com políticas voltadas a âmbitos específicos, segundo Delgado (2009, p.23), esta

política macroeconômica busca afetar os grandes agregados da economia, tanto em termos de quantidades [...] quanto de preços – os chamados preços macroeconômicos básicos, como taxa de câmbio, a taxa de juros, a taxa de salários, e o nível geral de preços.

É uma política ligada à entrada e saída de recursos externos, crescimento da renda nacional e do PIB. O Estado atua também com a política setorial que “refere-se à política econômica formulada com o objetivo de influenciar diretamente o comportamento

econômico-social de um setor específico da economia nacional (indústria, agricultura, transportes etc.)” (DELGADO, 2009, p. 25).

Essa política setorial pode ser aplicada a vários setores econômicos segundo o interesse do Estado. Conforme Delgado, a política setorial voltada à agricultura está dividida em três partes: política agrícola, política agrária e políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural.

A política agrícola engloba as políticas de mercado, como preço e comercialização e a de estrutura, pesquisa tecnológica e de extensão rural. Já a política agrária é para regularização das terras, que interfere na posse para regularização ou consolidação. Essas políticas necessitam estar integradas. E a última, políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural, diz respeito às políticas que são, geralmente, dirigidas ao campesinato, a classes que não estão integradas a modernização produtiva. Entretanto a maior parte destas políticas, infelizmente, fracassou.

O governo, no período militar, até mesmo para apresentar-se à sociedade brasileira como benéfico, sempre investiu na produção agrícola e, em alguns segmentos de pesquisa tecnológica, fez uso de imagens de satélite. Sobre o processo de financiamento agrícola, Belik e Paulillo (2009) afirmam que, na segunda metade da década de 80, o Estado recuou quase completamente do financiamento agrícola, período que marca o fim do governo militar no Brasil e início do Estado democrático.

Com a ausência do Estado junto aos produtores para financiamento da produção agrícola abre-se espaço para entrada das empresas agroindustriais, que, gradativamente, vem ampliando sua atuação nessa prática.

Atualmente, as *tradings*<sup>3</sup> têm papel fundamental para boa parte dos produtores rurais, pois agem como financiadoras das atividades, principalmente nos latifúndios, cujo acesso a estes recursos são facilitados. Esta forma alternativa de financiamento foi mais aplicada às lavouras de soja e café, devido ao seu preço no mercado externo. De acordo com Belik e Paulillo (2009, p. 101),

---

<sup>3</sup> São empresas comerciais exportadoras, sua atividade não se confunde com a de produção para exportação ou de representação comercial internacional, caracteriza-se, especialmente, pela aquisição de mercadorias no mercado interno para posterior exportação, <http://www.artigonal.com>.

Este movimento de perda deliberada do poder de regulação por parte do Estado se intensificou nos anos 90. A abertura da economia e a queda de barreiras a importação transformaram a agricultura e o agronegócio em segmentos afastados de qualquer política preferencial em uma situação muito diferente daquela do período de modernização compulsória da agricultura.

O estado no decorrer da história econômica do Brasil, de 1947 a 2010, diminuiu sua participação de forma gradativa em termos de política econômica estabelecida pelo governo voltada a produção agropastoril. Para Bacha (2012), as políticas estatais que antes concentravam seu incentivo na agropecuária são direcionadas ao desenvolvimento urbano-industrial com objetivo de fornecer produtos e serviços à agropecuária.

Ao alegar que essa perda de importância se deu unicamente pelas medidas adotadas pelo governo brasileiro, é ignorar que a produção agrícola nacional tem seu valor definido no mercado internacional. A definição de preço dos insumos a serem utilizados no plantio até o produto final, após a colheita, é determinada pelo mercado internacional. Isso se comprova através do período de baixa que o setor agrícola passou no ano de 2005.

Nesse período, houve uma queda no valor do dólar no mercado internacional, o que repercutiu no preço final da produção, assim, o produtor que comprou os insumos à vista, teve um prejuízo maior do que o produtor que fez contrato para pagamento futuro em dólar, este é o risco da produção motivada pelo mercado externo.

Apesar do volume financeiro que movimenta a agricultura, este setor econômico revela sua fragilidade por depender grandemente do mercado externo, pois uma série de fatores contribuirá para o sucesso ou não do setor e refletirá na economia do país, porque além da influência econômica exerce influência na questão ambiental.

Para constituição do chamado espaço do agronegócio, a questão ambiental não é vista de modo isolado, segundo Novaes (2001), os problemas atuais são resultado de ações passadas, realizadas de maneira indiscriminada e predatória. Foram realizados desmatamentos para aumento da área plantada e da produtividade, desencadeando problemas com erosão, assoreamento de cursos d'água.

A compactação do solo é resultado da exposição constante do solo as intempéries climáticas aliadas à utilização intensificada de maquinários. Assim, para mitigar a situação, o plantio direto é a opção adotada pela grande maioria das propriedades, além de contribuir para



retenção de água no solo, evita a circulação de máquinas sobre a área de plantio, resultando em compactação do solo. Por outro lado, o sistema exige um volume maior de herbicidas a ser aplicado para contenção das pragas e até mesmo das forrageiras plantadas nos intervalos das lavouras.

No setor, as pesquisas são constantes, e o Estado sempre tem participado seja de modo autônomo ou como parceiro de empresas privadas, mas, independente do percentual de participação nas pesquisas, o resultado em sua maior parte é para benefício daqueles que compõem o agronegócio. Este apoio diferenciado, infelizmente, só aumentam o problema social e a indignação em relação àquele que deveria ser o elemento chave, não para por fim a discrepância social porque seria impossível, mas que atenuasse esse quadro.

No processo de evolução do setor agrícola, o governo em relação às políticas públicas voltadas à agricultura familiar necessita de mudanças. Navarro (2001) apresenta uma forma de análise interessante da relação produtiva no campo, apontando de forma distinta o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento agrário.

[...] desenvolvimento agrícola [...]. Aqui estaria se referindo exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. [...] por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos (NAVARRO, 2001, p. 86).

O sucesso no desenvolvimento agrícola é marcado, principalmente, pela quantidade de implementos que possui e, a partir deste item, avalia-se o quanto é economizado com a mão de obra, bem como a utilização de sementes selecionadas, constituindo-se na própria marca do desenvolvimento. No Brasil, o desenvolvimento agrícola tem acontecido e existem políticas públicas de fomento ao setor, com ressalva do público que obterá este recurso.

[...] desenvolvimento agrário. [...] refere-se à interpretação acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo. [...] estudam as mudanças sociais e econômicas no longo prazo, reivindicando uma aplicação de modelos teóricos entre países e regiões (NAVARRO, 2001, p. 86).

Quanto ao desenvolvimento agrário, este tem sido o problema enfrentado pelo setor, de modo intenso pelos agricultores familiares, haja vista que a análise do agronegócio e sua

relação com o modo de vida de uma sociedade ocorrem em nosso cotidiano. Entretanto como o autor afirma o “mundo rural” não é constituído somente dos grandes proprietários, existem aqueles que compõem o segmento da agricultura familiar.

Em relação aos agricultores familiares, não há preocupação, pois não se estabelece a relação destes com a sociedade da qual fazem parte. A maneira como uma propriedade da agricultura familiar tem que ser gerenciada para enquadrar-se como tal e receber os benefícios das políticas disponibilizadas. Desse modo, determina-se a adoção de práticas de trabalho arcaicas contrastando com a sociedade moderna que a circunda.

Os trabalhadores da produção familiar para receber recursos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), além de possuir a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), deve apresentar renda anual bruta e não poder ser superior a 110 mil reais. Esse limite, conforme atividade desenvolvida, será superado em menos de um ano de trabalho. Praticamente, é imposta uma maneira de trabalho ultrapassada para que esse produtor continue sendo aceito como integrante da agricultura familiar.

Urge uma nova tabela com os limites financeiros possíveis de serem alcançados pelo agricultor familiar na atualidade, porque todo o entorno deste produtor foi modernizado enquanto o governo continua tratando-o e classificando-o com base em uma produção econômica superada, ao realizar uma reavaliação do desenvolvimento agrário o agricultor familiar poderá ter novas oportunidades.

Com base em experiências práticas da agricultura familiar, Navarro (2001) fala sobre os estados que compõem a Região Sul. Ele também caracteriza essas práticas, ao dizer que uma característica singular da produção agrícola diz respeito às mudanças ocorridas internamente na agricultura familiar. Segundo ele, a produção agrícola oriunda da agricultura familiar não deve ser compreendida apenas pelo uso dos maquinários, mas também pelas mudanças sofridas na gestão das propriedades. Estas transformações estão muito próximas dos moldes traçados pelo “capitalismo agrário, principalmente quando ela passa a ser dirigida pelas gerações mais novas”.

A modernização dos implementos agrícolas utilizados no campo, a mudança na concepção de trabalho dos agricultores familiares e a elevação da condição econômica, para Kautsky (1980), é o caminho que contribuirá para o fim da agricultura familiar. Nesse

processo, reconhece-se o incentivo à comercialização e à agroindustrialização da produção familiar.

Nos estados da Região Sul, a agricultura familiar é fortalecida pelas políticas implementadas pelo governo estadual. Trata-se aqui do reconhecimento da cultura do trabalho realizada em pequenas parcelas e da importância das cooperativas como meio para alcançar projetos maiores.

Nesse modo de trabalho diferenciado, o lucro torna-se mais tangível. Para Veigas (2001), torna-se complicado identificar as formas para se obter lucro na pequena propriedade, pelo fato do lucro nas mais diversas atividades econômicas estar ligado à especialização da produção. Esse ponto de vista nos leva a estes questionamentos: como sustentar essa tese se o ramo de atividade é marcado pela diversidade? Pela variedade de produção? Essas questões nos mostram que há uma contradição. Talvez a saída seja fazer uso de diferentes modelos de economia, a saber: a economia de escala, que busca diminuir os custos pelo aumento da produção ou distribuição, para se conseguir resultado satisfatório; a economia de escopo, que visa produzir e/ou distribuir mais mercadorias, quando operacionalizado no mesmo sistema de trabalho; e a diminuição dos custos de transação, cujo conceito está relacionado à distribuição das mercadorias.

Trabalhar de modo a integrar esses três modelos de economia é o caminho para aumentar a lucratividade da pequena propriedade, pois, quando se busca aumentar a produtividade, às vezes, a resposta não está em mudanças drásticas, ela pode vir através de um novo modelo de plantio sem mudar a forma de correção do solo. Assim, a adoção de plantio consorciado são fatores que aumentam a produção sem, praticamente, alterar custos. Se houver este novo enquadramento em relação ao aumento da produção, os custos de transição, que é a parte de transporte, distribuição, também, não se alterarão, porque poderão aproveitar o mesmo veículo.

Esse modelo de produção adotado pela grande propriedade possibilita resultados positivos, logo o agricultor familiar deve começar a mudar seu modo de trabalho, conforme esse modelo. Essa mudança se faz necessária para que a probabilidade de êxito aumente. Entretanto reconhecemos que essa alteração no modo de trabalho da produção familiar não será feita em sua totalidade.

Para que a agricultura familiar tenha sucesso, de modo a gerar emprego e renda, “é preciso que elas disponham de um mínimo de condições favoráveis em termos de comunicações e de serviços e, sobretudo, de condições que estimulem o “empreendedorismo”. [...]” (VEIGA, 2001, p.107). Por essa razão, a disponibilidade para mudança não está apenas na alteração de conceito em relação à agricultura familiar, mas na necessidade de divulgação de informações ao produtor de novas técnicas e tendências produtivas a fim de favorecer a comercialização dos produtos da propriedade e dar incentivo ao morador. Desse modo, o investimento na área de comunicação eliminará a sensação de isolamento e atraso vivenciado pelos produtores.

Do mesmo modo, deve-se, também, propor alterações nos serviços referentes à energia e ao fornecimento de água, pois são eles um dos responsáveis pelas inovações a serem realizadas no modelo de produção, uma vez que facilitarão o trabalho e atenderão às necessidades básicas dos moradores. Se isso não for considerado, não será possível ter uma visão empreendedora para esse modelo de produção. E, para conseguir essa visão, é necessário possuir recurso financeiro para se efetivar a inovação no modelo de produção.

Ao se disponibilizar o investimento financeiro ao agricultor familiar, deveria ser analisada uma problemática apresentada por Martins (2003). O autor trata do pensamento técnico que não é mediado pela necessidade, mas pelo ser humano. Assim, antes da implementação das políticas sociais, é fundamental pensar no sujeito. Dito de outra forma, não adianta liberar recurso financeiro para nenhuma prática agrícola se o trabalhador não possuir uma casa. Deve-se, primeiramente, considerar o ser humano, depois os demais investimentos destinados à produção.

O setor agropecuário passou a receber maior investimento a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), no ano de 1965, o

[...] governo federal, além de crédito rural subsidiado aos médios e grandes produtores rurais para investimento, comercialização e custeio da produção realizada em bases para investimento, comercialização e custeio da produção realizada em bases técnicas modernas, construiu e modernizou armazéns, apoiou a expansão do cooperativismo empresarial, criou facilidades para a instalação de indústrias químicas e mecânicas e estimulou a implantação de indústrias processadoras de matérias-primas provenientes do campo. (HESPANHOL, 2007, p.274).

A realidade vivida, atualmente, pelos agricultores familiares não é algo recente. O descaso com esta categoria e o favorecimento aos médios e grandes produtores constituem essa realidade e estão presentes desde o início do processo de modernização da agropecuária brasileira.

Esse favorecimento foi destinado principalmente aos estados das regiões Sul e Sudeste, estados marcados pelo desenvolvimento no setor e pelas desigualdades sociais. Entretanto o governo fez uma política para manutenção dessas desigualdades, ao eliminar a possibilidade de acesso a estes recursos que poderiam alterar a condição de vida dos arrendatários, meeiros, parceiros e pequenos produtores<sup>4</sup>.

Em 1996, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o intuito de amenizar a situação de descaso com os produtores rurais menos afortunados, os agricultores familiares. Esta afirmação é corroborada por Hespanhol (2007, p. 275):

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio do qual os produtores rurais com até quatro módulos fiscais a até dois trabalhadores contratados passaram a usufruir de tratamento diferenciado, tendo acesso ao crédito oficial a taxas de juros mais baixas do que a das modalidades convencionais de crédito.

A proposta do PRONAF era direcionar recurso financeiro aos agricultores familiares, organizada em três modalidades distintas: PRONAF Crédito, PRONAF Infraestrutura/Serviços Municipais e PRONAF Capacitação. Nos primeiros anos, as regiões Sudeste e Sul foram as mais beneficiadas pelo programa através do PRONAF Crédito, mas produtores continuavam excluídos do acesso ao recurso, podendo ser pela burocracia bancária ou por não terem sido incluídos como potenciais beneficiários (SILVA; CORRÊA; NEDER, 2007).

Esse programa de financiamento instituído pelo Governo Federal deveria ser o caminho mais fácil para que o produtor familiar tivesse acesso ao recurso financeiro e pusesse em prática um projeto de trabalho. Infelizmente, desde o início do programa, o acesso ao recurso financeiro tem sido blindado pela burocracia.

---

<sup>4</sup> No dia 06 de julho de 1971, foi instituído o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), com intuito de facilitar o acesso do homem a terra e fomentar a geração de empregos e agroindústrias nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Os elementos burocráticos são necessários para que não haja dúvidas quanto à legalidade da entrega e destinação do recurso financeiro. Entretanto essa burocratização não permite o acesso direto dos agricultores familiares, os quais são os beneficiários em potencial do programa devido ao grande número deles na nossa sociedade. Ao analisarmos esse quadro, percebemos que a política elaborada para esses agricultores familiares não é para ser posta plenamente em prática. Essa percepção deve-se à falta de incentivo e de esclarecimento da política para os envolvidos, neste caso, as pessoas que serão beneficiadas pelo programa quanto à disponibilidade do recurso e à forma de quitação, caso haja o interesse.

No tocante às condições do crédito rural do PRONAF, apresentamos, no quadro a seguir, os grupos de beneficiários.

#### QUADRO 1 - Condições para crédito rural do PRONAF, modalidades e grupos

BENEFICIÁRIO	ESPECIFICAÇÃO	CRÉDITO/TETO
<b>GRUPO A</b>	Produtores (as) assentados (as) da Reforma Agrária ou beneficiário(as) do Programa do Crédito Fundiário	Até R\$ 16,5 mil + R\$ 1,5 mil p/ ATER
<b>GRUPO A (COMPLEMENTAR)</b>	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional da Reforma Agrária – INCRA e beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário até 01/08/2002.	Até R\$ 6 mil
<b>GRUPO AC</b>	Produtores(as) egressos(as) do Grupo A ou do PROCERA.	De R\$ 500,00 até R\$ 3 mil
<b>GRUPO B</b>	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual de até R\$ 3 mil.	Até R\$ 1,5 mil por operação. Com direito a bônus de adimplência de 25% até o valor acumulado financiado de R\$ 4 mil. Após o limite de R\$ 4 mil, operações sem bônus de adimplência
<b>GRUPO C</b>	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 3 mil e até R\$ 16 mil.	Investimento: de R\$ 1,5 mil até R\$ 6 mil Custeio: de R\$ 500,00 até R\$ 4 mil
<b>GRUPO D</b>	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 16 mil e até R\$ 45 mil.	Investimento: até R\$ 18 mil Custeio: até R\$ 8 mil
<b>GRUPO E</b>	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 45 mil e até R\$ 80 mil.	Investimento: até R\$ 36 mil Custeio: até R\$ 28 mi

Fonte: <http://www.rbma.org.br/>, org. autor

O quadro apresenta os grupos de beneficiários do PRONAF e, conforme o grupo em que se enquadrar, são apresentados os respectivos valores que poderão receber por adesão. Assim, estipula-se o teto anual de 80 mil reais de renda bruta. No site do Banco do Brasil<sup>5</sup>, apresenta-se um valor superior para esse teto, 110 mil reais de renda bruta.

<sup>5</sup>Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/cartilhasolucoes.pdf>

Felizmente, a concepção de valoração ao produtor rural tem sido alterada, pois o pequeno produtor, a partir dessa política de crédito, passou a ter uma oportunidade de avanço na propriedade.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi implantado em 1965 e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. O intervalo entre ambos são de trinta e um anos. Se as propostas de incentivo tivessem sido implantadas no mesmo período, sem este longo intervalo, haveria uma possibilidade maior de uma parcela considerável dos problemas sociais existentes hoje ter sido sanada.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar beneficia não somente agricultores, mas também “[...] agricultores, pescadores artesanais, artesãos, assentados (beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária), extrativistas, mais, recentemente, silvicultores, e aquicultores” (NEVES, 2007, p. 235).

Pela nomenclatura do programa, ele demonstra sua destinação somente à agricultura familiar, no entanto os demais grupos de produtores familiares também podem ser beneficiados pelo PRONAF, mas isso não é algo simples para ser obtido. Abramovay (2001) diz que para atender às necessidades oriundas dos movimentos sociais houve um embate em muitas localidades com as instituições bancárias para que os créditos para infraestrutura e serviços fossem liberados aos pequenos produtores oriundos dos movimentos sociais, totalmente excluídos desse sistema, luta esta implementada pelos Conselhos de Desenvolvimento Rural nos municípios, uma vez que sem o Conselho, esse recurso não seria liberado aos produtores dos municípios.

O agricultor familiar assentado depende de incentivo estatal, mas não é o único item, Alves *et al* (2012), sobre a (in)eficiência dos assentamentos, diz que o acesso ao PRONAF não é garantia de sucesso econômico da propriedade, pelo fato de existir a possibilidade do recurso recebido estar sendo desviado ou insuficiente para impulsionar o desenvolvimento da propriedade. Ressalta, ainda, uma linha de incentivo ao produtor, ela nada mais é do que

uma modalidade de crédito para financiar artesanatos, bens processados ou industrializados no local como queijo, farinha de mandioca, polpa de frutas, vassouras de sorgo, entre outras, para garantir fontes alternativas de renda que poderiam melhorar consideravelmente a situação financeira do assentados. (ALVES *et al*, 2012, p. 155).

O financiamento de atividades desta natureza, juntamente com o SIF (Selo de Inspeção Federal) ou especificamente o SIPAF (Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar), criado em 2009, abrem-se as portas para inserção dos produtos familiares nos comércios, fazendo com que a produção agrícola tenha um aumento real em seu valor, favorecendo a comercialização direta sem atravessadores, que, atualmente, tem obtido lucro sobre a produção familiar.

Essas políticas específicas para a produção agrícola familiar é burocrática. Por isso, várias pessoas, muitas vezes, desistem de requerer o financiamento. Essa desistência é motivada pela falta de instrução necessária para compreender a montagem do processo burocrático, elas não têm orientação correta quanto à documentação necessária para ser entregue, dependem do serviço terceirizado para montagem do processo, um custo que será pago por alguém que não tem condições financeiras para tal. E outro motivo é o aumento dos trâmites legais ao longo dos anos, isto é, a burocracia não diminui. Tudo isso é um entrave para os produtores. Esse processo nos leva ao papel desempenhado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EMPAER).

A EMPAER tem como uma de suas funções a preparação de projetos para liberação de recursos financeiros destinados ao agricultor familiar tradicional. Ela não tem por meta o atendimento dos agricultores familiares oriundos de projetos de assentamento da reforma agrária.

Os produtores oriundos dos movimentos sociais que passam a compor o quadro de agricultores familiares, teoricamente, são os que realmente necessitam de apoio financeiro, pelo fato de não possuírem recurso nem para aquisição da terra e, para serem subsidiados pelo PRONAF, tiveram que participar de movimento juntamente com os Conselhos de Desenvolvimento Rural dos Municípios para que pudessem ser atendidos pelo programa, o que é muito contraditório.

Sem este recurso o trabalho dos pequenos produtores ficou inviabilizado. Delgado (2001) apresenta como pontos necessários para que a expansão do setor agrícola ocorra: a elevação do nível técnico de mão de obra, a mecanização das atividades, a utilização de adubos químicos e estrutura agrária eficiente. Se estes itens são necessários para que o produtor expanda sua produção, como a fará se não possuir recurso financeiro? Estes itens citados são as necessidades que a maior parte dos pequenos produtores apresenta como



entreve para sua produção. Essa ausência é o motivo pelo qual os produtores estão passando pelas dificuldades atuais.

O sucesso do pequeno produtor pode contribuir para a melhoria das condições econômicas. Isso porque, conforme o nível de produção, o país alcança o crescimento econômico. Para Bacha (2012), existe diferença entre o crescimento e o desenvolvimento econômico. O crescimento econômico ocorre quando há aumento no produto, podendo ser ele nacional ou interno, desencadeando o aumento da riqueza da nação ao passo que o desenvolvimento econômico ocorre com uma mudança estrutural econômica e resulta na melhora do bem-estar da população.

Por isso, pode ser afirmado que o Brasil passa por crescimento econômico e não desenvolvimento econômico. Não basta o país alcançar o crescimento econômico, se isso não refletir na população de modo geral, cujos resultados podem ser comprovados pela concentração de renda e pela concentração fundiária. Assim, para chegar à condição de desenvolvimento econômico, é necessário que a população receba algum benefício a fim de amenizar as deficiências existentes, principalmente aquelas vivenciadas pelos agricultores familiares, para assim, proporcionar para eles condições dignas de trabalho.

A identificação dos problemas vivenciados pelos sujeitos que vivem no campo é importante e faz parte de uma solução almejada. Entretanto, ao longo dos anos, temos observado que é necessária, além de sua identificação, apresentação de uma solução a fim de evitar a permanência desses problemas.

Os problemas do campo são de ordem econômica, de acesso aos mercados e de políticas voltadas para o desenvolvimento das suas populações. Programas de “assistência social” são incapazes de gerar renda, aumentar a auto-estima das populações rurais e, portanto, gerar desenvolvimento (SANTOS, 2001, p.226-227).

Os problemas de ordem econômica são os que dificultam a produção, como já citados. Além disso, salienta-se que não adianta aumentar a produção se não houver um mercado consumidor desta produção. Este mercado necessita ser motivado para que exista, e o produtor necessita de meios de transporte para sua produção ou suporte logístico, pois o acesso ao mercado consumidor precisa ser facilitado.

As políticas devem ser pensadas para a solução dos problemas, tendo como resultado um morador rural satisfeito pela situação em que se encontra. Isso porque os programas de assistência social, realmente, não resolvem o problema. São ações paliativas que não interferem na mente do produtor, revelando o quanto ele é capaz de fazer. Desse modo, é preciso que as ações gerem produção, renda e desenvolvimento para aqueles que são envolvidos diretos no processo produtivo, tendo em vista que, além de manter a casa, a prática da atividade deve ser um atrativo para os filhos permanecerem na propriedade ou pelo menos continuarem com a propriedade, reconhecendo seu valor enquanto geradora de renda.

Portanto, se atividade praticada na propriedade está sendo atrativa para família, então o desenvolvimento está chegando a esse grupo de pessoas e, conseqüentemente, a pequena propriedade familiar está desempenhando seu papel social e oferecendo as garantias mínimas à unidade familiar. Em virtude disso, podemos dizer que a reforma agrária é o caminho para alcançar esse objetivo, e com o sucesso do programa o trabalho familiar rural tenderá à expansão,

Portanto, a reforma agrária só terá sustentabilidade econômica e social se estiver inserida num contexto de políticas globais de valorização e ampliação do papel estratégico da agricultura em regime de economia familiar para o desenvolvimento do país (SANTOS, 2001, p.229).

A reforma agrária, mesmo tendo origem num processo de distribuição ou redistribuição de terras, numa busca ideológica da redistribuição de renda à população em situação de vulnerabilidade econômica, característica do socialismo, não é vista como um programa de sucesso, porque, em boa medida, entrega terra para agricultor sem-terra.

De modo contrastante, o sucesso desta medida “socialista” está no resultado característico do capitalismo, o lucro. Isto é, a propriedade tem que gerar lucro que, por sua vez, é gerado pela produção na propriedade ou pelo processo de compra e venda, que ocorre, geralmente, com a pecuária de corte.

Agricultores familiares, oriundos da agricultura familiar tradicional ou da reforma agrária, estão se tornando especialistas de produção, aderindo à monocultura. Estão aderindo a este sistema por meio do plantio próprio, sendo dotados dos equipamentos e recursos para a prática agrícola. Outros que não possuem o recurso financeiro arrendam suas terras para um produtor maior. Assim, até mesmo o produtor descapitalizado passa a ser uma engrenagem desta máquina destinada a produzir para o abastecimento dos mercados externos e internos.

É uma necessidade de fazer parte, estar inserido nas políticas globais para sentir-se grande, conforme Santos expõe, por isso, ressalta-se que somente pela produção do agricultor na propriedade não se alcança a sustentabilidade, as políticas para tal são essenciais bem como a adaptação ao novo cenário do mercado.

Corrêa (2001) tece comentários sobre o pequeno produtor, especificamente, o produtor familiar de maçã na Região Sul do país. Ele afirma que a sobrevivência deste no novo cenário comercial, diferentemente daquele quando ocorreu à implantação da proposta de agricultura familiar, houve adaptação e passou a desenvolver atividades especializadas, mudando a proposta de atividade familiar pautada na policultura.

Esta mudança é para que o produtor tenha condições de permanecer trabalhando no campo, tendo lucro em suas atividades por estar integrado à economia de mercado, mas a política agrícola o move a tornar-se um especialista de produção, o que foge das características do agricultor familiar, policultor.

Na sociedade rural, o proletariado com a aprovação do Estatuto da Terra pelo governo, acreditou estar iniciando um novo tempo para esses agricultores, na realidade, isto não alterou a vida do latifundiário que tinha a terra para fins especulativos.

Neste processo de mudança da sociedade rural, o agricultor, principalmente o latifundiário, tem que se adequar há um novo modelo instituído. Nesse sentido, surge paralelamente à valorização do trabalhador rural pela lei, a figura do empresário rural.

Mais que ultrapassar o latifúndio, a empresa rural geraria necessariamente a transformação do latifundiário em empresário, dotado de atributos tais como a racionalidade, a criatividade e o espírito de iniciativa, capaz, por tudo isso, de fazer frente aos negócios e às necessidades da modernização da agricultura e ao desenvolvimento da nação. (...) Assim, o processo de modernização da agricultura — isto é, a construção da empresa agropecuária — para além de seu caráter conservador, produtivista e concentracionista, contaria, em sua própria tessitura, com esse novo protagonista, igualmente em construção no decorrer das décadas de 1960 e 1970: o moderno empresário rural.(...)” (MENDONÇA, 2006, p. 53).

Trata-se de uma mudança radical, pois entender que a propriedade rural torna-se uma empresa e como tal deve ser lucrativa, não importando os caminhos para obter, é desconstruir conceitos já cristalizados. Nessa nova forma de compreender a propriedade rural, os grupos familiares passam a deixar de lado o sentimento e adotam a razão; a realização pessoal em determinada atividade é substituída pela produtividade, Esta é a característica do agronegócio,

do empreendedorismo rural que tem se alastrado por vários estados brasileiros, dentre eles, o estado de Mato Grosso, reconhecido por todos por essa política.

## **2.4 PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS MORADORES DE COMUNIDADES RURAIS E ASSENTAMENTOS**

Ao procurar fazer uma análise quanto à origem do pequeno produtor, deparamos com algumas situações, como o pequeno produtor que obteve a terra por meio de herança e esta dando sequência a tradição da família no trabalho rural; aqueles que passaram a ter acesso a terra através da compra, geralmente, pessoas que, em outro momento de suas vidas, tiveram contato com a terra e, por motivos diversos, saíram do ambiente rural e tornaram-se migrantes. Já o assentado, geralmente, é um migrante, porém por não possuir condições de comprar a terra, depende de programa do governo por meio da reforma agrária para alcançar seu objetivo.

Nesse reconhecimento dos sujeitos que trabalham com a terra, surgirão alguns questionamentos: Qual a finalidade da reforma agrária? Com a sua implantação o que muda no contexto socioeconômico? São perguntas cujas respostas apresentam a mudança como necessária ou não. A proposta de reorganização do espaço agrário, segundo Barraclough (2001), desenvolve visões diferentes nas pessoas. Estas visões estão influenciadas diretamente pela posição em que se encontram. É uma medida política que causa sentimentos distintos, para os ricos é uma ação paternalista e para os pobres uma ação de equiparação social.

Além da mudança na estrutura econômica, notamos que a redistribuição de terras para aqueles que a desejam não é tomada como fonte de renda por meio da especulação, mas como renda em função da produção existente nelas. Assim, a reforma agrária

visa alterar toda uma estrutura de poder que, além de igualmente perversa e viciosa, produz um ambiente social, econômico, cultural e político inibidor do desenvolvimento econômico, sim, mas, principalmente, inibidor do desenvolvimento democrático (MENDONÇA, 2006, p. 83).

Quando Mendonça (2006) cita que a concentração fundiária atua como um “inibidor do desenvolvimento democrático”, há o entendimento de que por meio das lutas encampadas

pelos movimentos sociais pode-se reverter este quadro. Isso porque, todos os cidadãos possuem direitos, principalmente à vida. Além disso, esses cidadãos precisam ter trabalho, renda, acesso à saúde, à educação e à moradia, enfim, acesso pleno à cidadania.

Independente da condição na qual os agricultores familiares se encontram, o que se espera é que o assentamento do produtor promova “[...] um “ganho” social, representado pela reinserção das famílias no processo produtivo, revelando-se como uma importante alternativa de trabalho e geração de renda para uma população historicamente excluída.[...]” (BENEDETTI, 2004, p.88).

Para muitos dos beneficiados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, esta medida foi vista como última esperança para solucionar a situação dos sujeitos envolvidos na questão da reforma agrária. É sabido que parte dos moradores em assentamentos ou participantes dos movimentos sociais veio de outras regiões. Gonçalves (2001) avalia este movimento migratório como algo que não está e nem deve ser entendido como normal, por isso, para caracterizar esse movimento, faz uso do termo “migração forçada” ou “migração compulsória”.

A partir do acesso a terra, teoricamente, todos os pequenos produtores passam ter a mesma condição, conforme Alves *et al* (2012, p. 70), “se a agricultura familiar está em situação difícil, piores estão os agricultores de assentamentos rurais, que chegam a terra descapitalizados e sem apoio governamental.”, realidade que nem sempre se aplica à classe de agricultores familiares.

Nesse processo de acesso a terra, observamos que alguns assentados, mesmo contrariando as normas do INCRA para assentamento, adquirem terras comprando de terceiros, disponibilizando seu patrimônio (casa, carro etc.). Esse tipo de pagamento é chamado pelos assentados de direito de uso e benefícios realizados. Assim, o assentado pelo INCRA ou aquele que adquiriu o direito fica na mesma condição, descapitalizado para investir na propriedade, mas não é uma categoria de pessoas que tem em sua origem a segregação social.

Quanto à origem, o agricultor familiar é reconhecido pela forma como teve acesso a terra: agricultor familiar assentado pelo INCRA e agricultor familiar que adquiriu as terras em assentamento. Esses dois tipos de agricultores familiares passam pelos mesmos percalços, sendo a grande maioria deste grupo constituída de pessoas migrantes. É preciso dizer que a

migração ocorreu por necessidade, contra a vontade da pessoa. Isto é, ela teve que se submeter a essa situação devido à falta de perspectiva onde se encontrava.

O Brasil passou por um período de êxodo rural e houve esvaziamento considerável do campo. As pequenas propriedades foram sendo adquiridas por proprietários maiores e foram incorporadas a uma única propriedade. Deste processo, houve o aumento da população urbana e, como as cidades não possuíam infraestruturas necessárias para aqueles que já residiam na zona urbana, agravou-se a condição social desses sujeitos.

A reforma agrária leva ao campo esta classe de pessoas, segregadas socialmente. Muitas eram descendentes dos migrantes rurais e, juntamente com estes, outras pessoas que nunca haviam trabalhado a terra passam a ter acesso a ela por intermédio da reforma agrária.

Inicialmente, a permanência no campo é mais branda, uma vez que os migrantes não dependem exclusivamente da produção do campo, pois estão sendo subsidiados. O Estado está presente no fornecimento de custeio para sua produção, na forma de financiamentos a serem pagos anualmente, com período de carência.

Quando este período de apoio passa, começam as dificuldades. Na maior parte destes assentamentos, não há estrutura básica, pois a população não possui acesso à saúde, à educação, ao saneamento e a uma moradia digna. Além disso, decorridos alguns anos, os filhos sentem necessidade de saírem do campo para darem continuidade aos estudos ou para buscarem trabalho para iniciarem suas vidas como adultos e dar continuidade ao ciclo familiar.

Logo, a migração deixa de ser um direito do cidadão e passa a ser o resultado do processo excludente na sociedade em que este indivíduo faz parte, sua vontade de ficar não é levada em consideração. Todavia o movimento migratório é visto com naturalidade e, nas últimas décadas, este movimento ocorreu principalmente para outros centros urbanos. Para Gonçalves, o êxodo rural “[...] embora tenha sofrido uma certa desaceleração nas duas últimas décadas, permanece intenso e contínuo.” (2001, p.177).

Ainda, perseguindo essa temática, Gonçalves (2001) fala sobre “as migrações temporárias ou sazonais”. Estes períodos são determinados pela necessidade de mão de obra, seja para o período de colheita ou para o período de safra (período este compreendido entre o plantio e colheita). Após a conclusão dos trabalhos, o trabalhador retorna ao seu local de origem.

Esta forma de mão de obra tem sido utilizada também pelo setor de construção civil, que vê, neste tipo de trabalhador, uma melhor adaptação ao trabalho, comprovando que a migração ocorre por necessidade e não voluntariamente.

Uma análise realizada sobre a realidade rural apresenta que a mecanização do campo não era a solução para erradicação da fome no mundo e nem no Brasil. O IBGE, na década de 1960, possuía um levantamento de que existiam 32 milhões de pessoas em condição de vulnerabilidade alimentar, sendo 50% destas pessoas residentes na zona rural. Esta problemática fez com que a Reforma Agrária fosse vista como uma luz no fim do túnel para erradicação da fome.

A Reforma Agrária tem sido apontada como uma das possibilidades de redução dos índices de pobreza, tanto rural quanto urbana, mas sua implementação está subordinada à entraves jurídicos e administrativos cuja fundamentação está na concepção estritamente produtivista que as classes dominantes fazem da sociedade. É claro que a agricultura brasileira era bastante diferente nos anos 60, quando a modernização era ainda apenas um projeto. Mas é com base neste referencial econômico e político que a reforma agrária continua sendo colocada (BERGAMASCO; NORDER, p. 177, 1995).

Para a execução da Reforma Agrária, era necessário resolver os entraves jurídicos para que esta pudesse ser encaminhada, mas havia uma esperança para aqueles que participaram do êxodo rural, a implantação do processo de redistribuição de terras.

Com a Reforma Agrária, algumas pessoas fazem um caminho inverso ao êxodo rural que outrora foram obrigados a fazê-lo, mas a posse da terra nem sempre significa fim dos problemas. Para algumas pessoas, eles não precisam mais realizar a migração sazonal, mas se veem obrigados a realizarem a migração do seu local de trabalho, buscando outras oportunidades para sobreviverem, apesar de não mudarem de residência. Assim, passam a prestar serviço em outras localidades para compor a renda familiar, porque apenas a produção na propriedade não é suficiente.

Essa é a realidade na vida de muitos assentados, além de cuidarem da sua propriedade, são prestadores de serviços em outros locais, podendo ser outros lotes ou em fazenda no entorno.

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), anteriormente denominado IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária<sup>6</sup>) foi quem começou a implantação do programa de reforma agrária custeado pelo erário brasileiro, por meio do Decreto nº 59.456, de 04 de novembro de 1966, com a criação do primeiro plano nacional de reforma agrária, que não saiu do papel.

Em fevereiro de 1998, foi criado o “Fundo de Terras/Banco da Terra pelo Congresso Nacional” (PEREIRA; SAUER, 2006, p. 178), para dar início a um modelo de reforma agrária implementada pelo BIRD (Banco Mundial) em outros países. Ressaltamos que o assentamento coordenado pelo INCRA envolve a participação de movimentos sociais e as ações do Banco da Terra são para evitar o conflito social.

O projeto-piloto denominado Cédula da Terra foi implantado inicialmente nos estados do Ceará, Bahia, Maranhão, Pernambuco e região norte de Minas Gerais. O propósito era fazer com que a negociação para aquisição da terra deixasse de ser realizada pelo governo, INCRA, e passasse e ser realizada pelo próprio produtor através de associações.

Durante o processo de negociação da terra, “a situação de pobreza e a falta de alternativas pressionaram para a entrada na Cédula fazendo com que, de modo geral, os “beneficiários” aceitassem preços mais elevados” (PEREIRA; SAUER, 2006, p. 185). Portanto, problemas evidenciados e criticados nas negociações efetuados pelo INCRA, como o valor da propriedade que sempre despertou dúvidas, no processo de assentamento promovido pelo Fundo de Terras, que envolve, diretamente, a economia de mercado (lei da oferta e da procura) também ocorreram. As Associações, representantes dos trabalhadores, agiram por impulso adquirindo áreas inviáveis a produção familiar e preço acima do mercado, a mesma ingerência ocorrida na desapropriação social.

Segundo Germani *et al* (2006), a assistência técnica neste programa também é um problema, ressaltando que existem alguns técnicos comprometidos com o programa, pois preparam a documentação do projeto, organizam e orientam as associações. Porém, quando

---

<sup>6</sup> Em 1964, foram criados o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). Em 07 de julho de 1970, foi criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), resultado da fusão do IBRA com o INDA. O INCRA incentivou a colonização da Amazônia, por meio da ocupação das margens da Transamazônica. Ele instituiu o plano nacional de reforma agrária pelo Decreto nº 97.766, de 6 de outubro de 1985. Este órgão foi extinto em 1987 e recriado em 29 de fevereiro de 1989. Fonte: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br).



esse atendimento não ocorre com eficiência, torna-se o causador do prejuízo financeiro do produtor ou da associação de produtores, que está adquirindo a propriedade rural.

Mesmo sendo um assentamento que não tenha surgido pela desapropriação oficial, possui os mesmos problemas de outro PA. Isto revela que o problema não está na política para assentar o produtor, mas na política para o assentado. Nesse sentido, ele terá que superar a falta de sucessão familiar na propriedade ou o desejo de sair do campo, após a aposentadoria, porque já está cansado (DAROS, 2006).

A vantagem da reforma agrária pela ação do Banco da Terra é a agilidade no processo, reduz-se consideravelmente a demora burocrática como na desapropriação institucional. Pela lei de mercado pode adquirir uma propriedade com menor valor, “a essência da proposta é baseada na lei da oferta e da procura, portanto, todas as medidas, encaminhamentos e propostas estão assentados na lógica de mercado” (SAUER, 2006, p. 297).

Algo que precisa ficar evidenciado é que independente da forma de assentamento, os problemas enfrentados pelos moradores da zona rural, principalmente os pequenos produtores são muitos, mas um que gradativamente tem se instalado no meio rural e não tem demonstrado nenhum interesse sobre a questão é o da evasão da população jovem das propriedades rurais. Diante dessa problemática, se faz mister pensar em medidas a serem adotadas para essas pequenas propriedades a fim de evitar o desaparecimento das pequenas propriedades. Essa preocupação deve-se à atuação dos grandes proprietários que as incorporam ou da ação semelhante de outro pequeno produtor.

Outro ponto destacado é que os moradores das propriedades rurais são as pessoas mais velhas e os jovens estão saindo em busca de estudo e trabalho. De acordo com Novaes (2001), a solução é fazer mudanças na proposta política para o setor, as quais passariam por

[...] uma reformulação do sistema de ensino rural, que o adeque às novas necessidades e aos novos tempos – sem recorrer ao controvertido, discutível, caminho de desativar escolas rurais e obrigar a população do campo a educar-se na cidade. Não só o sistema urbano é incapaz de prepara-las para o mercado de trabalho rural, como contraria o desejo da própria clientela das escolas, [...] *op cit* (2001, p.59).

Esta proposta de fixar o jovem no campo é interessante, pois através do estudo, formaria um rol de mão de obra qualificada para atender à demanda do campo, inicialmente,

esta absorção de ferramentas humanas ocorreria com facilidade. Todavia corre-se o risco de haver muita mão de obra especializada.

A viabilidade em manter o jovem no campo seria sua utilização dentro da propriedade familiar e, para que isso aconteça, a propriedade tem que possuir viabilidade econômica a ponto de atender às necessidades de todos que nela se encontram,

[...] vale lembrar que embora a produção permaneça familiar, as transformações tecnológicas associadas as mudanças de comportamento nas sociedades modernas se refletem na composição interna das famílias as quais, atualmente, são mais reduzidas, no que diz respeito ao trabalho no estabelecimento, não há necessidade de envolver todos os membros na produção. Além disso, o consumo também sofre redefinição, ou seja, o agricultor participa da sociedade moderna e, por isso, aspira acessar a todos os bens materiais e culturais disponíveis (CORRÊA, 2001, p.116).

No passado, as famílias eram constituídas por elevado número de filhos. Estes representavam, no futuro, mão de obra barata para o patriarca ou matriarca, pois todos tinham que participar da produção na propriedade. E a subsistência da família era garantida pela venda dessa produção no ano seguinte.

Outro motivo para as famílias terem muitos filhos diz respeito ao tipo de trabalho realizado, o qual era, estritamente manual. Isso demandava muitos trabalhadores para realizar as atividades do campo. Com o passar do tempo, houve a introdução de mecanização no trabalho feito nas propriedades, entretanto isso não reduziu, em menor quantidade, o uso da mão de obra.

Outra mudança de comportamento foi a redução no número médio de filhos por família bem como nos seus objetivos. Reiteramos que essas mudanças são influenciadas pela possibilidade de nova vida no ambiente urbano, uma vez que boa parte dos jovens migra em busca de estudo e de trabalho. Por essa razão, a família continua encontrando dificuldade para permanecer na propriedade. Segundo Corrêa (2001), o produtor da agricultura familiar vive um tempo em que está inserido em um sistema econômico globalizado.

Esse mundo globalizado é constituído por características de vários países diferentes, todas relacionadas ao ambiente urbano, fato que consolida esta sociedade urbana e, cada vez mais, transfere suas características ao modo de vida rural.

Percebe-se que há um discurso de que o custo com alimentos básicos na alimentação de uma família de agricultores, se ela for produzi-los, ficará mais caro do que adquirir em supermercados, conforme informações obtidas no decorrer da pesquisa de campo. Assim, O custo com sementes, defensivos, mão de obra e serviço de máquinas, torna o produto final mais caro do que adquirir o produto em supermercados na cidade. Porém, não são todos agricultores que possuem veículo próprio para ir à cidade comprar, assim, aqueles que não têm como adquirir esses alimentos continuarão a consumir o que plantam em suas propriedades e também em adquirir em comércios presentes nas comunidades rurais.

Nestes comércios, os preços dos produtos ficam acima do valor de mercado, porque nele estão inclusos o frete e o preço de custo do produto, mas o que realmente importa é a lei de mercado, lei da oferta e da procura. Como não há opção para compra, seja de estabelecimentos ou de variedade de marcas dos produtos, o produtor torna-se refém da situação e compra nesses comércios.

Apesar dos preços abusivos, compensa-se comprar os alimentos como arroz e feijão do que produzir. Por esses motivos desestimuladores, muitas famílias têm visto, no ambiente urbano, a possibilidade de melhora social: vida mais calma, menos trabalho e mais conforto, enquanto morador urbano.

As necessidades, as vontades, dos moradores do campo são, praticamente, as mesmas dos moradores da zona urbana. Este modo de consumo foi introduzido também na forma de trabalho destas propriedades, logo, por uma necessidade de enquadramento comercial, o campo foi obrigado a modernizar-se, alterando o modo de produção e o modo de comercializar para que ocorresse sua inserção no mercado.

A evolução do setor agrícola, que Graziano da Silva (2002) denomina de urbanização do meio rural, aponta como um dos itens que contribuiu para esta urbanização a integração da evolução com os setores da economia que fornecem insumos e que compram sua produção.

A partir do estreitamento desta relação comercial, o setor perdeu a “autonomia” que imaginava possuir, pois acreditava que cada propriedade poderia desenvolver qualquer atividade, no entanto, descobre que esta “autonomia” esta submissa à economia de mercado, da qual faz parte os complexos agroindustriais.

Muitos não têm conseguido esta inserção, devido às exigências sanitárias para comercialização dos produtos alimentícios oriundos da produção familiar, como por exemplo, o queijo, o requeijão, os doces, a venda de carnes (aves, suínos e caprinos), o leite in natura sob restrição.

São produtos que auxiliavam a composição da renda familiar, e muitos pequenos produtores têm dificuldade em se encontrar no mercado, com uma atividade produtiva que resolva seus problemas financeiros. A produção orgânica é vista como uma opção para o trabalho na agricultura familiar. Na visão de Arruda *et al* (2008), trata-se de uma cadeia produtiva de orgânicos.

Ao utilizar o termo cadeia, o sentido que deve ser tomado é de sequência, uma série de fatores e/ou elementos inseridos neste processo, que vai da produção à comercialização. A produção de orgânicos necessita de uma certificação da qualidade e origem do produto, e esta certificação atesta a qualidade do produto. É vantagem para o produtor e consumidor, porém obtê-la pode ser um entrave como os autores afirmam, até mesmo pelo fato de não existirem tantos órgãos certificadores reconhecidos no país.

Para realizar a transição da produção tradicional moderna, da química para a orgânica, há um custo elevado no Brasil, o qual pode receber incentivo por meio do PRONAF Agroecologia para que ocorra. Em outros países, este custo tem o apoio do governo para ser superado.

No entanto, o programa não atende às necessidades da maior parte dos agricultores familiares, logo a prática fica inviabilizada, por conseguinte, a produção orgânica em grandes propriedades leva a concentração de mercado consumidor. Aos médios produtores fica disponível à sua produção o mercado local ou como os autores tipificam, como “nichos”. Dessa forma, a possibilidade de renda ao pequeno produtor por meio da produção orgânica fica inviabilizada pelo alto custo e ausência de apoio financeiro público.

É preciso reconhecer que essa realidade de produção e apoio inexistente faz parte do cotidiano do agricultor familiar. Sendo assim, ao propor determinado plantio ou atividade na propriedade deve ser pensado sobre como fazê-lo e essa preocupação deve ser algo habitual, pois o fato de ser um trabalho da agricultura familiar não impede a busca pelo lucro para essa atividade desenvolvida.

Nogueira e Santana (2009), realizando uma análise sobre a sazonalidade de preços de frutas nativas e comercializadas tendo como origem o estado do Pará e sua distribuição a outros estados, falam da relação entre o açaí e a bacaba, que tem sua produção na entressafra da outra. Nesta análise, o produtor familiar tem que começar a fazer plantios ou atividades que tenham esta relação produtiva. Dessa forma, buscar a intercalação de atividades deve ser a meta destes produtores bem como dos latifundiários monocultores, apesar de sua produção ser temporária e não permanente. Salienta-se que, no interstício entre uma lavoura e outra, a família não deixará de ter renda.

O acompanhamento técnico por meio do agrônomo ou técnico agrícola é fundamental para o sucesso da lavoura e o latifundiário possui um profissional à disposição. Todavia, para a agricultura familiar receber esse tipo de orientação, ela depende da ação das Secretarias Municipais de Agricultura que, em boa medida, não oferecem este tipo de atendimento, de orientação e acompanhamento, ocorrendo apenas visitas.

Como não recebem o apoio técnico necessário para alcançar produção satisfatória, as propriedades familiares têm buscado novas atividades em substituição à agricultura tradicional, voltando sua atenção para pluriatividades,

Essa forma de atividade praticada fora do domicílio rural vem sendo denominada de pluriatividade. Em linhas gerais, elas abrigam situações em que os indivíduos nelas inseridos implementam atividades econômicas não diretamente associadas ao cultivo da terra, ou seja, não exclusivamente agrícolas (OYAMADA, et al, 2007, p. 30).

Esse segmento de atividades tem dominado as áreas destinadas à produção familiar. Constata-se que a renda oriunda da produção agrícola não está sendo suficiente para suprir as necessidades da família, por isso surge esta forma de trabalho no campo. As mudanças podem ser compreendidas pela realidade atual dos moradores rurais, o cavalo, atualmente, para a grande maioria destes moradores rurais não é mais uma valiosa ferramenta de trabalho e transporte, em muitos locais, foi substituído pelas motos, que além da maior agilidade no deslocamento, não necessitam de uma área para pastagem, que pode ser utilizada para outro fim, como o turismo no meio rural.

Floresta (2006) traz a definição sobre o ecoturismo ou turismo ecológico como sendo um momento em que há, além do desfrute da natureza, o aproveitamento cultural da comunidade, sem ocorrer ou com o menor impacto ambiental possível pela atividade

desenvolvida. Há, ainda, o turismo na natureza, cujo objetivo é estar em um ambiente natural sem desenvolvimento e com sua vida selvagem presente. Essa prática do ecoturismo exige um planejamento técnico bem elaborado.

O ecoturismo está entre as novas modalidades de trabalho adotadas pelos moradores do campo, para tanto,

[...] o ecoturismo deve abranger, em sua conceituação, a dimensão do conhecimento da natureza, a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a promoção do desenvolvimento sustentável. (FLORESTA, 2006, p. 77).

Essa prática é algo que tem de certo modo encantado aos proprietários de terras que veem, nesta prática, uma opção para obter renda, diferente das demais atividades rurais, não é uma atividade que exija intenso desgaste físico, é avaliada como rentável além de ser no momento um tema muito explorado, a preocupação ambiental.

Sobre essa relação entre preservação e lucro econômico, Abramovay (2009, p.31) expõe que:

À medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado – e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover -, vão ganhando força as políticas e a práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade.

Com isso, o lucro econômico não necessita estar ligado, intrinsecamente, à destruição e, por vezes, crimes ambientais. Existe um ponto de equilíbrio entre ambos, mas mesmo visando este ponto de equilíbrio, essas atividades rurais não-agrícolas necessitam ser orientadas, para que não haja realmente impacto ambiental.

Outro ponto de exploração pela atividade é a parte cultural, esta é mais complexa, porque envolvem pessoas e seus sentimentos. Um questionamento sobre as pessoas da comunidade em que será explorada a prática turística é se ela está pronta para ter seu modo de vida, de certo modo, invadido pelo visitante, que deseja conhecer mais sobre o local e, às vezes, isso poderá ser inconveniente. Essa preocupação deveria existir também por parte do visitante, mas para ele vale a regra do comércio, o cliente tem sempre razão e ele está pagando pelo serviço e deseja e deve ser bem atendido.

Outro fato importante sobre a atividade é que

O ecoturismo praticado no Brasil foi uma atividade bastante desordenada, impulsionada quase que exclusivamente pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados, (...) conta com um precário embasamento técnico-científico que permite seu efetivo desenvolvimento dentro dos padrões mínimos e recomendáveis de sustentabilidade e suportabilidade do meio (FLORESTA, 2006, p. 79).

O ecoturismo é uma exploração econômica ou um caminho para mostrar que, no país, existe a prática de exploração econômica sem “impacto natural”. Nas avaliações de impactos, analisando somente a destruição da natureza, ela não ocorre. Entretanto existem outros aspectos sociais e ambientais a serem avaliados, como valorização do morador, impacto do pisoteio nas áreas de acesso e quantidade de lixo gerado pelo aumento de visitantes, e o que fazer enquanto destinação do lixo gerado.

Em muitas situações, o impacto ambiental não é imediato, é um reflexo futuro, por isso a importância de realizar um levantamento com todas as possibilidades de sustentabilidade e suportabilidade deste uso intenso característico da atividade turística.

Em relação a esse ramo de atividade, Floresta (2006) apresenta não somente como algo politicamente correto, mas faz uma análise dos impactos e benefícios da atividade no local, que pode motivar a cultura local e, ao mesmo tempo, gerar uma situação de conflito entre os usuários da comunidade e os visitantes. Existem os dois lados da moeda que devem ser observados, uma vez que esta prática envolve o campo sociocultural, econômico, físico-geográfico, flora e fauna silvestre.

O impacto ambiental não tem sido avaliado em todas as suas proporções, seja pelo custo em se fazer tal análise por profissional qualificado ou por não existir interesse em fazê-lo, pois se acredita que qualquer pessoa está apta a fazer uma análise do local e adaptá-lo ao uso intenso através da atividade turística, sem pensar nas consequências futuras para a propriedade e vizinhos.

Nos países desenvolvidos, a maior parte dos que permanecem no campo tem sua subsistência em atividades não agrícolas. Conforme Abramovay (2009), está surgindo um novo sujeito, o *part-time farmer*, que é um fazendeiro em tempo parcial. Este novo sujeito integra as atividades agrícolas características do ambiente rural com outras novas, não

agrícolas, “(...) o *part-time* não é mais fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas” (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p.5).

Sobre este assunto e como ocorre nos países desenvolvidos, Schneider (1994) diz que esta realidade é aplicada aos pequenos produtores que têm suas propriedades em locais isolados, distantes dos centros urbanos. Este processo ocorre quando um ou mais membros da família buscam uma atividade remunerada fora do ambiente agrícola familiar, com intuito de aumentar a renda. Esta mudança de comportamento não está restrita a pequenos produtores, mas a produtores bem sucedidos e tecnificados, demonstrando uma busca por status pessoal e não uma preocupação com a família.

As atividades não-agrícolas têm descaracterizadas as atividades que, até então, eram características exclusivas do campo, mas é apresentada uma nova perspectiva sobre a questão quando Graziano da Silva (2002) diz que antes da introdução desta nova prática trabalhista, a média de salário entre campo e cidade sempre mostrou a cidade com média salarial maior, mas com a adoção destas novas práticas as médias salariais se equipararam.

Alcançar esta equiparação salarial por meio de novas práticas de trabalho é algo que até então nenhuma política pública havia alcançado. Isso é um grande avanço no setor, reconhecendo que os moradores desse setor sempre trabalharam de forma mais intensa em relação à maior parte das atividades funcionais urbanas, portanto não pode alegar que não houve ganho devido ao aumento da carga horária de trabalho, mas jornada de trabalho excessiva sempre houve.

Os empregos não-agrícolas na zona rural têm por objetivo “[...] reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar a sua renda.” (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 29).

A mudança ocupacional da população rural para postos não-agrícolas evidencia, por um lado, a baixa oferta de trabalho especificamente agrícola; e, de outro, a busca de ocupações monetarizadas e com maior rendimento. As principais ocupações da população rural não agrícola estão ligadas a prestação de serviços, indústria de transformação, comércio e construção civil. Via de regra, são postos de trabalho que exigem baixo nível de qualificação profissional (SILVA, 20002, p. 49).



Essas mudanças no mercado de trabalho com a introdução de atividades não rurais, situação detectada entre os anos de 1981 a 1995, através da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), que detectou em meio a População Economicamente Ativa (PEA), quais atividades não-agrícolas têm se destacado no meio rural. Após as primeiras detecções deste quadro na sociedade, não houve até o momento redução no quadro de atividades e sim um incremento no setor.

A migração de várias pessoas para o setor se deve a pouca exigência quanto a formação profissional. Basta possuir a prática para prestar serviço na comunidade. Assim, pode haver favorecimento ao trabalhador pelo fato de haver poucas pessoas disponíveis nas comunidades rurais para atuarem como prestadores de serviço,

Em resumo, a pluriatividade pode se configurar de duas formas básicas:

- a) por meio do mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.);
- b) por meio da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário como o “management” das atividades agropecuárias (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p.7).

Entre as mudanças pelas quais o campo está passando, uma que tem surgido é a sua utilização como moradia rural, nestas propriedades, não há interesse em produção, muda o propósito da vida no campo.

A característica do uso do campo como local de moradia rural está no fato de pessoas aposentadas buscarem este ambiente por fatores como comodidade, tranquilidade, conforto térmico, por outro lado, não conseguem produzir sozinhos e contratam diaristas, geralmente, um sitiante mais jovem e que precisam ampliar sua renda, para realizar os trabalhos pesados em sua propriedade.

Essa é a realidade de boa parte das pequenas propriedades, não se aplicando o termo pequeno produtor ou agricultor familiar porque esta não é a intenção do proprietário, incluindo, neste grupo de residentes rurais, pessoas oriundas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNR), condição em que estão inseridos os assentamentos no estado de Mato Grosso.

### **3 O DESENCADear DA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO**

Possuir uma propriedade rural para muitos é um sonho e a reforma agrária para estas pessoas é o único caminho possível para sua concretização. A execução do programa, às vezes, não proporciona a realização pessoal dos assentados. Esse problema faz parte da reforma agrária no Brasil por não inserir a parte envolvida no decorrer do processo de redistribuição fundiária.

Ribeiro (2009) fez um estudo comparando a realidade brasileira e a peruana no tocante à reforma agrária. No Peru, há a inserção do produtor assentado no processo e sua organização enquanto classe após o assentamento. O governo peruano incentivou a criação de cooperativas e associações para solidificação deste produtor enquanto categoria, com objetivo final de obter dos assentados uma produção agrícola que viesse abastecer o mercado interno peruano. Como incentivo à categoria, são disponibilizados técnicos do programa de assentamento peruano, mas estes já foram expulsos das propriedades rurais, porque seus objetivos estavam indo contra a finalidade da instalação dos moradores assentados.

No Brasil, na criação dos assentamentos, o governo brasileiro não incentivou e não incentiva a criação de cooperativas e associações. As associações que existem, nos assentamentos, são para atender a uma necessidade burocrática, principalmente nos assentamentos criados pelo Banco da Terra e não para incentivar à produção coletiva. A falta de incentivo à constituição a qualquer uma destas formas de organização citadas talvez ocorra por medo da perda do controle e da cobrança de suas obrigações.

Na constituição dos primeiros assentamentos, entre os anos de 1985 e 1986, não foi possível incentivar a produção, pois o país estava passando por um momento de transição política administrativa, mas é uma situação que pode ser revertida, avaliando os benefícios que podem ser oferecidos aos assentados.

Para o governo peruano, o contexto político do início da reforma agrária era diferente, mas via no reconhecimento de camponeses índios como cidadãos um grande avanço, mesmo a produção não tendo aumentado conforme as expectativas com o programa de reforma agrária, a mudança social era um ganho de valor para o governo.

O modo como essa parcela da sociedade peruana era tratada, constituída por agricultores familiares assentados e não assentados, é bem definida por Barraclough (2001, p. 385):

Os direitos civis e políticos dos sem-terra e dos desamparados eram, em geral restritos. Os pequenos proprietários, em grande parte, detinham direitos bastante frágeis sobre suas propriedades, bem como acesso desvantajoso aos serviços, aos mercados, à infraestrutura e aos subsídios públicos, que evoluíram primordialmente para beneficiar os grandes proprietários.

Essa situação de descaso com esta parcela da sociedade peruana não difere muito da situação brasileira. Outro problema da reforma agrária no Brasil é apresentado por Oliveira (2008), que aborda a política de reforma agrária proposta no de 2008. Segundo ele, a proposta é vergonhosa, porque é uma política que não é voltada para aqueles que realmente necessitam. No período focado, o governo deveria sanar divergências sociais, pois sua origem está nas bases populares e não agiu com este intuito. Tal atitude fez com que os problemas vivenciados pelos agricultores familiares oriundos dos assentamentos fossem alargados e eles não continuam sem apoio do governo e do movimento social para defendê-los.

Oliveira (2008) reafirma essa questão da ausência de apoio para essa classe trabalhadora, ao dizer que

política de reforma agrária do governo do PT está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde “ela” possa ajudar o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária esta definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil, (2008, p.69).

A obra citada anteriormente possui uma carga de pré-conceitos políticos estabelecidos, no entanto isto não desqualifica a veracidade dos fatos em relação ao tratamento que o governo tem oferecido às pessoas que estão buscando terras para trabalhar, infelizmente, não é um tratamento digno, para quem faz parte do círculo do agronegócio.

Estes fatos não são novos dentro do órgão responsável (INCRA) e as fraudes não ocorreram somente no governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Mas causa muita estranheza o atual governo pactuar com algo que sempre foi bandeira de luta contra outras administrações. Criticaram os outros governos e cometeram os mesmos erros, com uma diferença crucial, hoje a classe trabalhadora não possui mais quem a defenda.

No início do governo Lula, havia uma meta de reforma agrária a ser alcançada, Alentejano e Silva (2008), sobre a política de reforma agrária neste período, alertam para esta imobilidade dos movimentos sociais. Fazem uma análise coerente sobre os assentamentos realizados no período de gestão do governo, em que a quantidade de famílias assentadas no período entre 2003 – 2007, equivaleu a 26% do total previsto e distante da meta estabelecida pelo próprio governo.

Outro fator que coloca em xeque a qualidade destes assentamentos, a maior parte deles implantados na Região Norte, comparado às lutas por terra das demais regiões brasileiras, consiste no fato de que esses assentamentos criados como Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) tiveram apoio dos madeireiros da região. Segundo os autores, estes empresários possuíam interesse na exploração da madeira de modo legal, e o assentamento passa a ser visto como este fornecedor de matéria-prima legalizada.

Essa proposta de assentamento com desenvolvimento sustentável não é o ideal, porque o interesse não é atender o excluído social, mas continuar favorecendo a elite e motivando a relação de exploração social, pelo fato da terra não estar cumprindo seu papel social. Desse modo, a estrutura do estado é tendenciosa e, lamentavelmente, os movimentos sociais continuam calados. Outro ponto de destaque é que

a distribuição da terra é apenas o primeiro passo na conquista da reforma agrária, sendo necessário garantir saúde, educação, infraestrutura, condições de produção e comercialização, bem como uma relação ambiental saudável, [...] (ALENTEJANO; SILVA, 2008, p.134).

Se a relação com a terra começa dessa forma exploratória, ela tenderá a ficar pior. E se as demais condições necessárias para que haja a fixação deste trabalhador na propriedade ficarem escassas, o trabalhador não permanecerá na área recebida.

É, neste contexto histórico, que se organiza o quadro de assentamentos no estado de Mato Grosso. O processo de concentração de uma grande porção de terras nas mãos de uma minoria acontece há muito tempo. Gonçalves (2001) ratifica isso, quando relembra que é “[...] o tripé que assenta a economia do Brasil, desde os tempos coloniais: latifúndio, monocultura de exportação e trabalho escravo [...]”, (2001, p.179). Esse quadro com o passar dos anos não diminuiu, ao contrário, solidificou-se mais, o que mudou nesta perspectiva foi a questão do trabalho escravo enquanto bem do produtor. Ainda, acontecem situações de trabalho escravo na atualidade, mas a pior forma de escravidão que ocorre é a promovida pela

economia de mercado, na qual o funcionário é explorado por esta política e, perante a lei, sob os termos da legalidade não pode ser contestada.

As terras nem sempre são utilizadas em sua totalidade por seus proprietários, mas esta não é uma situação exclusiva do estado de Mato Grosso, Bergamasco e Norder (1995) afirmam que 2/3 do território nacional estão desocupados e sem proprietários, pelo fato de serem regiões de difícil sobrevivência, portanto existe muita terra sem ser utilizada e, segundo o autor, são áreas sem proprietários, mesmo sendo uma informação superada em vinte anos, o Brasil ainda possui boa parte de seu território desocupado.

Dentro do estado de Mato Grosso, nos anos 70 e 80, muitas áreas devolutas foram legalizadas, Moreno (1998) explica que um recurso legal tem sido utilizado não somente no estado, mas em toda Amazônia Legal como forma de regularização de domínios irregulares, legalizando terras de grileiros, tendo amparo federal das Exposições de Motivos<sup>7</sup> (EM), a saber: “EM 05/76 e 06/76 do Conselho de Segurança Nacional” (EM). Esse termo é, largamente, usado pelo INCRA/MT e o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT).

Nas décadas de 70 e 80, a três formas de distribuição das terras devolutas públicas adotadas pelo INCRA e INTERMAT foram:

- a) Regularização fundiária – entendida como uma ação ampla de “reforma agrária”;
- b) Colonização oficial e particular;
- c) Alienação de terras públicas – contrato de compra e venda por meio de licitação (MORENO, 1998, p.11).

Segundo Moreno (1998), entre os anos de 1970 e 1990, o INCRA foi o órgão que mais regularizou propriedades fundiárias no estado de Mato Grosso. Muitas áreas foram entregues e tituladas a empresas de colonização, gerando uma comercialização de terras com aval do INCRA. Desse modo, após o recebimento da carta de anuência nos cartórios, estas poderiam ser escrituradas em nome da pessoa jurídica.

Nesse período, houve um aumento nos conflitos sociais, porque muitas áreas escrituradas possuíam trabalhadores lavrando o solo ou nelas sobrevivendo na forma de extrativistas. Com a escritura das terras em mãos de colonizadores particulares, justificou-se a

---

<sup>7</sup> A Exposição de Motivos foi muito utilizada para regularizar terras devolutas federais, com emissão de títulos de alienação aos ocupantes da área. Utilizada para fins de grilagem, pois promovia a expulsão dos posseiros e legalizava os grileiros.

entrega de terras a empresários capitalistas, alegando a intenção de solucionar o problema social e fomentar a produção. Com a implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), estas ações foram paralisadas, pois como o governo estava assumindo esse papel de reorganização social e não justificava a ação de uma empresa particular com o mesmo papel social. Vale ressaltar que esse processo gerou a comercialização de terras por particulares, agravando os problemas sociais.

A desigualdade em relação à apropriação da terra como posse e meio produtivo, poderia ser resolvida com a Reforma Agrária. No Estatuto da Terra, no Capítulo I, artigo 1º, “§1º, Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.” Buscar acabar com a desigualdade em relação à propriedade da terra é um princípio da justiça social já estabelecido no Estatuto. Em contrapartida, contribuiria para o aumento da produtividade que estava sendo visto como necessário, devido ao aumento do contingente populacional.

Com base nessas afirmações anteriores, a seguinte indagação surge: Mas onde realizar esta reforma agrária? A resposta nos parece difícil haja vista os diferentes entraves existentes para solução dessa reforma. Bergamasco e Norder (1995) apontam a dificuldade dos produtores que estão instalados nas regiões desocupadas, e que realizar um projeto de reforma agrária nestes locais pioraria o quadro local, logo “[...] A luta pela terra, portanto, não era a luta por qualquer terra, mas a luta pelo espaço mal aproveitado e com maior capacidade de uso.” (1995, p.170). As fazendas improdutivas eram e são esses espaços, área com capacidade produtiva que não está sendo utilizada.

Com essa proposta de ocupação das áreas mal aproveitadas, que tenha condições reais de produção, uma vez que, no Estatuto além da função social, a reforma visa ao aumento da produtividade no local, poder-se-ia obter uma produção maior e, obviamente, geraria renda.

Ainda, sobre a reforma agrária, Silva (1995) fala que existem duas noções contidas no processo, a “dimensão e temporalidade”. Ele entende que a dimensão influencia no sucesso do programa e acredita que esta ação tenha que ser em massa. Caso não seja feita a reforma agrária desta forma, “ações fundiárias tópicas” ocorrerão.

Apesar do programa de reforma agrária no Brasil ter sido implantando em maior número no período compreendido entre 1985 até 2004, não houve a adoção em massa do programa de reforma agrária, pois as propostas políticas para a implementação desse programa foi reduzindo. Desse modo, podemos dizer que as ações podem ser pontuais, porém o que realmente importa é se está proporcionando o início de um novo momento para as pessoas assentadas ou simplesmente é algo para atender uma necessidade social.

A temporalidade é importante e deve ser respeitada. O programa de reforma agrária necessita ocorrer em prazo reduzido, não pode “perpetuar-se no tempo”. Atualmente, se o assentamento for promovido pelo INCRA, entre o período que compreende o acampamento e o assentamento, até ser entregue o título definitivo ao parceleiro, são mais de vinte anos.

Se o produtor tiver interesse em buscar um recurso externo para investir na propriedade, além do PRONAF que é disponibilizado, ele não terá condições de fazer em virtude da documentação da propriedade que não possui. Quando a pessoa obtiver o título e for buscar recurso financeiro em maior quantidade, o período de maior força física do trabalhador ficou para as atividades feitas na propriedade sem recurso. Por exemplo, um trabalhador que entra em um assentamento com trinta anos de idade, certamente, pelas práticas atuais, ele não receberá o título definitivo antes de completar cinquenta anos, por isso, é que está sendo dito que, quando ele tiver condições de conseguir recurso financeiro, ele não terá força física, devido à morosidade do processo.

O INCRA/MT adotou medidas de colonização visando à inserção da parte norte do estado, região limítrofe à Amazônia, na economia nacional (ANEXO A). Foram criados programas de colonização, havia, paralelamente, os programas oficiais e particulares,

[...] os programas de Colonização particular dividia-se em “Colonização empresarial”, destinado a implementação de projetos agropecuários, agro-industriais, etc, e em “Colonização de povoamento”, vinculado a política fundiária aos interesses da política econômica, francamente favorável ao estabelecimento de grandes empresas capitalistas nas áreas de fronteira (MORENO, 1998, p. 14).

Estes programas de colonização ocorreram em regiões segundo Fernández e Ferreira (2004), em áreas de “Ocupação Tradicional” com atividade econômica voltada à pecuária, e área de “Ocupação Consolidada”, aquelas em que além da pecuária e da atividade agrícola, com produção de grãos e em menor escala a produção diversificada familiar.

Esses itens que movimentam a economia nesta área de “Transição”, entre ocupação antiga e ocupação recente em áreas de “Fronteira Recente”, que estavam sendo abertas e iniciando suas atividades econômicas. Nestas áreas, iniciaram as duas situações de colonização citadas, Colonização Empresarial e Colonização de Povoamento.

A ocupação influenciou de modo diferenciado em cada uma destas áreas, mas quem realmente foi beneficiado foram as grandes empresas, as quais recebiam terras para produzir e incentivar. A mão de obra viria da Colonização de Povoamento, logo o trabalhador ficava como “escravo”, pelo fato da única opção de trabalho vir do grande empresário já estabelecido.

Para formalizar o processo, o INCRA arrecadava grandes extensões de terras devolutas, após a realização do procedimento discriminatório, e procedia à “licitação pública”, dando preferência de compra ao empresário ocupante. Foi assim que diversos empresários do centro-sul do país tornaram-se também grandes proprietários de terra. Inicialmente “ocupavam” as terras ao longo das rodovias federais ou nas áreas consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional, depois adquiriam-nas a preços simbólicos, justificados pela ocupação pioneira e desbravamento dos cerrados/florestas para a implantação da empresa capitalista. [...] (MORENO, 1998, p.15).

A Constituição Federal estabelece um limite de área a ser vendida nos termos citados, porém, quando o tamanho da área excede, as terras são postas em nome de terceiros que, posteriormente, as comercializam para o empresário que adquiriu o percentual permitido pela constituição, sendo esta uma ação permitida e legal.

Muller (1989) via na Reforma Agrária a base para constituição de uma nação sólida, observando o processo de modo interligado entre os setores da economia. Acreditava que com a reforma agrária a busca por melhorias no campo seria inevitável, como por exemplo: melhorias no modo de trabalho, que envolveria a aquisição de bens e serviços fazendo com que o ciclo econômico do país movimentasse, o que ele chama de “mercado rural”.

No entanto a reforma agrária não propiciou essa mudança uma vez que as pessoas beneficiadas pela reforma estão destituídas de capital para investimento. Por intermédio da reforma agrária, a quantidade de famílias beneficiadas foi:

[...] de 1927 a 1963 foram assentadas em projetos de colonização no Brasil, oficialmente, 53 mil famílias; de 1964 a 1984, entre colonização e assentamentos, 162 mil famílias; de 1985 a 1994, foram assentadas 140 mil



famílias. [...] 1995 a 2000, foram assentadas 179 mil famílias (OLIVEIRA, 2001, p. 200).

O número de famílias assentadas no ano de 2000 foi 534 mil famílias e, no ano de 2014, passou-se para 1.320.463 famílias<sup>8</sup>. Assim deu-se um salto de 1.472 famílias assentadas em média anual de 1927 a 1963, para 60.497 famílias em média assentadas anualmente de 2001 a 2014, considerando-se, nesses extremos, o que apresenta Oliveira (2001) e o DT/Gablhovistoria/SIPRA do INCRA. Nesse quadro, estão presentes dois momentos: o do Brasil de ocupação da franja litorânea e o Brasil de ocupação territorial interiorana.

Pelo total de famílias assentadas até o momento não quer dizer que não haja problemas no programa, a compreensão de como a Reforma Agrária deve ser implementada bem como os benefícios gerados à sociedade têm sido alterados ao longo dos anos, assim como o ponto de vista acerca do assunto.

Para Bergamasco e Norder (p. 173, 1995), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG),

[...] sustentava que a reforma agrária significava ‘um programa capitalista, um reforço e um fortalecimento da propriedade privada, objetivando transformar, nos próximos 15 anos, 7,1 milhões de trabalhadores rurais em proprietários de imóveis rurais’, o MST afirmava a preferência pela concessão de uso coletivo em lugar de títulos definitivos de propriedade individual.

A ideia de trabalho e uso coletivo da terra só acontece dentro dos assentamentos, enquanto ele ainda é acampamento. Assim, os integrantes do movimento não têm alternativa, a não ser aceitarem essa forma de trabalho.

Entretanto, quando os assentados recebem a terra via Reforma Agrária, tornam-se proprietários privados da terra, ou seja, cada um cuida de seu imóvel, mesmo nos locais onde ainda não receberam título definitivo da terra. Logo, a preferência do MST em tornar os assentamentos em espaços de uso coletivos é utópica.

---

<sup>8</sup> Esta informação foi obtida através do site [www.incra.gov](http://www.incra.gov), foi apresentada como fonte o DT/Gab-Monitoria-SIPRA, acesso realizado em 31/12/2014.

Não é só o sistema de produção nos acampamentos/assentamentos que tem sido alterado, o MST tem mudado seu lema e ação conforme a liderança política que está à frente do país<sup>9</sup>.

Este modo de ação diferenciado por parte das lideranças do MST em relação aos governos leva a refletir sobre o que realmente importa ao movimento, a necessidade social ou fatores políticos, que podem acirrar ou atenuar esta luta pela terra? A reflexão não pode levar a ignorar a história da Reforma Agrária no país, pelo simples fato de que independente do que motivou a luta pela terra, muitas pessoas que, realmente, necessitavam da propriedade, puderam realizar um sonho.

O INCRA possui uma classificação dos assentamentos, segundo o propósito de criação. Mato Grosso possui uma variedade de assentamentos (ANEXO B) com finalidades de produção diferenciadas. Alguns desses assentamentos contribuíram para o processo de colonização do Estado, mas, em sua trajetória, certos momentos revelam a fragilidade do programa, porque

Os programas oficiais de assentamento e as agrovilas eram válidos, mas não contaram com uma estratégia e programação sócio-economicamente viáveis. Trata-se do fluxo, comandado pelo governo federal, nos anos 70 e 80, com o assentamento de milhares de agricultores pobres ao longo da Transamazônica e outras plagas ao norte e a oeste do país (SANTO, 2001, p.24).

Estes assentados ficaram sem nenhuma estrutura, simplesmente, porque o Governo Federal havia pensado no local e na ocupação destas áreas para delimitação do território

---

<sup>9</sup> Governos brasileiros compreendidos no período de 1979 à 2015, com os lemas do MST de cada período:

- a) 1979 – 1985: governo militar do General João Baptista de Oliveira Figueiredo: Terra para quem nela trabalha (1979 – 1983), Terra não se ganha, terra se conquista (1984);
- b) 1985 – 1990: o presidente do Brasil eleito foi Tancredo Neves quem assumiu foi o vice-presidente José Sarney: Sem Reforma Agrária não há democracia (1985), Reforma Agrária já (1985 – 1986), Ocupação é a única solução (1986), Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra (1986 – 1987), Reforma Agrária: na lei ou na marra (1988), Ocupar, Resistir, Produzir (1989);
- c) 1990 – 1992: governo de Fernando Collor de Mello: Reforma Agrária: essa luta é nossa (1990-1991), MST, agora é prá valer (1992 – 1993);
- d) 1995 – 2003: governo de Fernando Henrique Cardoso: Reforma Agrária: uma luta de todos! (1995), Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio (2000);
- e) 2003 – 2011: governo de Luiz Inácio Lula da Silva: (2007) Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular;
- f) 2011 – 2015: governo de Dilma Vana Rousseff: (2014) Lutar, Construir Reforma Agrária Popular.

nacional, os produtores foram usados para um propósito político e não para oferecer melhores condições de vida aos envolvidos, solução do problema social.

Além destes que foram levados pelo programa oficial, outros produtores acompanharam estes grupos, reforçando, assim, o quadro de precariedade a que estavam submetidos. Muitos, após um período, retornaram para os estados de origem, outros por insistência ou por não terem condições de retornarem permaneceram no local.

A visão que se tinha era que, após o reconhecimento do assentamento pela política de reforma agrária (MEDEIROS; LEITE, 2004), haveria uma impulsão nos demais movimentos, uma vez que a conquista da terra era a realização do sonho. E a partir da realização deste sonho, surge a possibilidade de melhoria na condição econômica da família, permitindo “[...] a geração de empregos e, de alguma maneira, o aumento do nível de renda de boa parte das famílias assentadas (com reflexo nas economias municipais e regionais); [...]” (MEDEIRO; LEITE, 2004, p. 19 e 20).

Ao compararmos as condições sociais dos assentados, é possível dizer que muitos chegaram ao Projeto de Assentamento (PA) sem condições e, após certo período, conseguiram uma melhora na sua condição social. Porém toda perspectiva de mudança, saindo da condição de um sem-terra e chegar a ser um gerador de emprego como era o desejo de muitos, infelizmente, não acontece para a maioria dos trabalhadores. São dificuldades de diversas ordens, problemas internos e externos ao PA e que refletem, diretamente, sobre o trabalho do assentado. Mas não pode ser negado que a partir da instituição dos assentamentos surgiu um novo ator no ambiente rural, o assentado, com suas peculiaridades, muitas vezes, contrastante com a realidade que o circunda.

Todo PA tem seus pontos positivos e negativos, o insucesso, em muitos casos, poderia ser evitado, se ao pensar a reforma agrária, fosse observado um fator apresentado por Barraclough (2001), que apresenta um caminho simples a ser trilhado:

A reforma agrária necessariamente requer a participação dos indivíduos a quem ela pretende beneficiar, bem como dos grandes proprietários que irão perder parte dos direitos sobre suas terras, e do Estado, que é o provedor do arcabouço legal da reforma (2001, p. 388).

O que é necessário para o sucesso do plano é a participação real de todos os envolvidos, principalmente, daqueles que serão beneficiados, pois serão eles que terão laços

com a terra, laços efetivos através do trabalho a ser realizado e laços afetivos por meio dos sentimentos que surgirão. Será da terra que estes agricultores tirarão o sustento da família, portanto, se for uma área que não seja própria à produção, eles serão os prejudicados diretos.

A emoção de receber a terra ou medo de perdê-la, não pode superar a razão, seja dos líderes dos movimentos que estão ocupando uma determinada área ou pelas cooperativas que estão à frente nas negociações para aquisições de propriedades pelo Banco da Terra.

Por uma decisão equivocada, todo o processo produtivo final fica inviabilizado, porque as famílias assentadas não terão condições de produzir se a área não for favorável à utilização pelo agricultor familiar. A dificuldade para produzir é a justificativa apresentada por muitos agricultores familiares para o fato de serem arrendantes de seus lotes.

Conforme Reydon e Plata (2006), no processo de aquisição de terras agrícolas, há uma escada que necessita ser galgada por aqueles que desejam a terra. O primeiro degrau é composto pela parceria, relação de risco principalmente para o arrendante; o segundo degrau seria o contrato com arrendamento fixo que oferece melhores garantias ao arrendante e o arrendatário adota esta prática quando a atividade desenvolvida tem previsibilidade de resultado; e o terceiro degrau é aquisição de terra por meio de compra e venda, necessita de recurso para investimento na aquisição e, posteriormente, na produção.

Os autores (2006, p. 230 e 231) dizem que “a imagem negativa da parceria está associada com o pouco poder de negociação que apresentam os agricultores sem-terra perante os grandes proprietários quando decidem os contratos de parceria. [...]”, esta falta de poder de negociação não se aplica somente a parceria, mas também ao arrendamento. Nesta relação, o preço é determinado pelo fazendeiro que se apropria da terra com baixo custo por possuir condições de especulação sobre a necessidade do assentado, não leva em consideração o valor de uso da terra e, muitas vezes, nem mesmo o valor de mercado, sendo o assentado uma massa de manobra do latifundiário, o qual acaba por estabelecer uma estrutura do sistema fundiário em geral.

Em situação semelhante de relação de trabalho com a terra, com a presença do latifundiário e o trabalhador, Martins (1996)<sup>10</sup> relata sobre a convivência do colono, em momento posterior a abolição da escravatura com o “patrão”, o colono via nesta relação de

---

<sup>10</sup> MARTINS, José S. *O cativo da terra*, editora HUCITEC, 1996. Trata sobre a relação capitalista nas fazendas de café em regime de colonato.

trabalho como algo benéfico e, as vezes, por incentivo verbal do próprio fazendeiro como relatado sobre o conde Francisco Matarazzo, que expunha aos colonos sua suposta origem operária e obteve no trabalho como colono o sucesso econômico.

A visão que esta relação laboral era realmente ideal permaneceu por muito tempo, motivava o colono a inserir toda a família no trabalho diário, mas tinha somente ao final do ano, no encerramento da safra, o resultado econômico do trabalho realizado. Neste momento, é que ele iria saber o preço da saca de café e ver se houve lucro naquele ano ou se continuaria devendo ao fazendeiro. Somente, após muitos anos, os colonos passaram a entender que esta relação econômica era viável unicamente ao proprietário da lavoura.

Com o assentado, a relação fica, parcialmente, invertida, porque o assentado é o proprietário da terra explorada pelo fazendeiro, que continua ficando com o lucro. Ainda, falta ao assentado a percepção real desta relação e, principalmente, desejar que ela mude, porque, nas terras que estão sendo trabalhadas em “parceria”, o ganho real é do arrendatário.

O arrendatário, por sua vez, sabe que diante da falta de terras destinadas à produção, “os sistemas de arrendamento e a parceria permitem o acesso à terra do agricultor profissional quando este se defronta com dificuldades para comprar esse recurso natural [...]”, (REYDON; PLATA, 2006, p. 229), e, para isso, não é necessário grande investimento para que tenha o retorno financeiro esperado.

Os motivos que levam ao arrendamento, de acordo com (2006, p. 229) (2006, p. 229), são:

O arrendamento é viabilizado quando os proprietários decidem evitar problemas com o fator trabalho e colocam suas terras em arrendamento ou parceria, também quando o produtor que pretende ajustar o tamanho de sua fazenda achar que imobilizar grandes quantidades de capital na compra de terras não é um bom negócio, dada a baixa rentabilidade da agricultura vis-à-vis os outros investimentos reais e/ou financeiros.

Quando o proprietário de uma área resolve arrendar uma propriedade pelo trabalho que ela dispense, revela que esta pessoa não é apta ao trabalho no campo, por isso, opta pelo arrendamento. Isso dentro de um PA revela que o projeto está sendo destinado a pessoas erradamente, por isso, a inoperância no quesito produtivo.

Já para o arrendatário é uma forma barata de expandir suas terras, comparando com a aquisição, caso a produção não seja satisfatória, ele não se vê obrigado em continuar a plantar, basta não arrendar mais e a situação está resolvida.

Sobre como estas propriedades familiares tem trabalhado, Alves *et al* dizem que:

Percebe-se, ainda, que os agricultores familiares mato-grossenses eram extremamente carentes de acesso a assistência técnica, energia elétrica, técnicas de irrigação, máquinas, entre outras inovações tecnológicas, o que também se deva à escassez de recursos para investir no estabelecimento (2012, p. 110).

Por isso, podemos dizer que essa condição de carência técnica e financeira são alguns dos fatores que têm influenciado o resultado da produção familiar no Estado, onde esta característica estende-se sobre os municípios do estado, inclusive Rondonópolis, objeto de deste estudo.

### **3.1 AS AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS E OS ASSENTAMENTOS EM RONDONÓPOLIS/MT**

A avaliação adotada pelo governo sobre os assentamentos implantados, realizada pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão oficial responsável pela avaliação de um projeto oficial, levanta algumas questões, como a interpretação dos dados.

A leitura do Censo, encarado como radiografia de relações e processos sociais, tem que ser adaptada à realidade extremamente mutável dos assentamentos. Não permite, em si mesma, a compreensão da complexidade constitutiva dos assentamentos rurais (BERGAMASCO; FERRANTE, 1998, p. 172).

Os números do censo sempre irão apresentar uma situação fixa, sem interferência ou variável. Nas avaliações sobre os assentamentos, devem ser considerados mais elementos flexíveis, pelo fato do assentamento ainda não estar pronto, está em constituição e o conceito teórico e o prático não se completam.

A reforma agrária tem na constituição dos assentamentos um dos pontos mais elevados, sendo o ápice a titulação de cada parcela. O propósito da reforma agrária é atender às necessidades do trabalhador rural, mas, para isso, é necessário saber como é o trabalho no campo e principalmente, quais são os objetivos destes trabalhadores.

Saber se esses objetivos estão relacionados ao campo é imprescindível, pois “a luta pela reforma agrária deve nascer no campo e não na cidade” (MARTINS, 1982, p. 22), caso ocorra em sentido inverso, os beneficiados poderão querer transformar o ambiente rural em urbano, por isso, em algumas situações, o assentado não se adapta em residir no campo, nem ao trabalho que necessita ser realizado.

Do resultado desse programa de reorganização do espaço rural para uso pela agricultura familiar, é que se faz a análise da produção familiar em estudo, não de todos locais no município, mas somente de um, PA Carimã e, em boa medida, revela as semelhanças entre os projetos de assentamento já realizados.

Martins (1982), ao tratar sobre a propriedade familiar e a propriedade capitalista, avalia a capitalista por utilizar o capital para explorar a mão de obra de um trabalhador, o que torna essa propriedade uma terra de negócio. Por outro lado, na propriedade familiar, por não utilizar o capital como meio de exploração da mão de obra de outro, classifica essa propriedade como terra de trabalho. É uma definição incompleta, porque sendo toda a produção da propriedade vendida, só pelo fato da não contratação de mão de obra externa, torna-se incoerente denominá-la de terra de negócio.

Na atualidade, a propriedade familiar, de modo geral, tem utilizado também a mão de obra terceirizada, mesmo que, sazonalmente, e, às vezes, não envolvendo recurso financeiro e sim troca de dia de serviço entre eles, mas o produtor familiar tem buscado um resultado diferenciado, tendo como principal motivação para o trabalho a busca pelo capital e não a realização ideológica.

No município de Rondonópolis – MT, podemos elencar três grupos distintos de propriedades que originam ou são destinadas a produtores familiares: existem as pequenas propriedades tradicionais, cuja aquisição se dá por meio da compra ou herança de família, os assentamentos criados pelo INCRA e os assentamentos oriundos pelo Crédito Fundiário, os Assentamentos do Banco da Terra.

As comunidades de agricultores familiares (Quadro 2), como a Cascata, são resultado dos denominados núcleos rurais, havendo dezoito deles em Rondonópolis.

**Quadro 2 – Relação de comunidades de agricultores familiares em Rondonópolis/MT**

Comunidades	Nº Famílias
Aldeinha	10
Boa Vista (Água Fria/Pinguela/Várzea do Ouro)	30
Beroaba (Bananal)	10
Cabeceira do Café (Estiva)	10
Campo Limpo (Grotta Seca)	15
Cascata	60
Fátima de São Lourenço (Águas Quente)	3
Gleba São João	10
Gleba União	4
Marajá (Lourencinho)	8
Mata Grande (Macaíba/Globo Recreio)	10
Naboreiro	15
Nova Galiléia	24
Pequi (Leite/Santa Paz - MT 130)	7
Três Pontes (São Sebastião)	8
Vila Bueno	25
Lageadinho (Anel Viário)	5
Vila Paulista (Bajara/Chácaras Jardim Atlântico)	5
<b>TOTAIS DE FAMÍLIAS</b>	<b>259</b>

Fonte: EMPAER/Rondonópolis – MT, org. autor

Os assentamentos, originados através do Crédito Fundiário, tiveram início no Brasil a partir da metade de 1990. Teixeira (2013) tece críticas quanto a esse projeto idealizado pelo Banco Mundial (BIRD) e adotado pelo Brasil, pois vê nele um meio de calar os movimentos sociais que lutam pela terra. Os problemas que existem nos assentamentos criados pelo INCRA persistem também nessa modalidade, cuja diferença está na negociação pacífica pela terra.

Em Rondonópolis-MT, existem quatro assentamentos originados pelo crédito fundiário, geralmente, cada assentamento possui mais de uma associação de moradores, pois as associações são responsáveis pela aquisição da área de modo coletivo através de financiamento. Além disso, gera-se um problema quanto à quitação da dívida que não pode ser paga individualmente, somente de modo coletivos, fazendo com que todos se tornem inadimplentes e privados de financiamentos destinados à agricultura familiar.



Os assentamentos do Banco da Terra em Rondonópolis – MT são, conforme dados do Quadro 3:

**Quadro 3 – Relação de assentamentos do Crédito Fundiário em Rondonópolis/MT**

Nome Assentamento	Número de Lotes	Número de Famílias
PA Alvorada	11	4
PA Apetraron/Apetracerter	60	18
PA Esperança	150	45
PA Vale Encantado	60	5
<b>TOTAIS DE LOTES/FAMÍLIAS</b>	<b>281</b>	<b>72</b>

Fonte: EMPAER/Rondonópolis-MT, org. autor

O aproveitamento desses assentamentos do Banco da Terra em Rondonópolis é muito baixo, do total de lotes existentes, duzentos e oitenta e um (281). Neles, existem setenta e duas (72) famílias nos locais, pressupondo a ocupação efetiva de 25,62% dos lotes. Este percentual para não ser real é preciso que tenha ocorrido aglutinação dos lotes por alguns proprietários<sup>11</sup>.

O INCRA financiou alguns programas de assentamento no município (Quadro 4), porém nenhum dos PA's possui o título definitivo. Mesmo o mais antigo, com data de aquisição da propriedade em 26/06/1987, com vinte e oito anos de existência, está até hoje sem titulação. Isso nos mostra que há grande morosidade na resolução da titularidade das terras. Comparando a quantidade de lotes com as famílias assentadas, há um aproveitamento de 87,45% dos lotes, percentual muito superior em relação aos PA's do Banco da Terra.

<sup>11</sup> Para confirmar, é necessária uma pesquisa neste sentido, fato que para este momento não é viável, para descobrir o que realmente aconteceu.

**Quadro 4 – Relação de PA's criados pelo INCRA no município de Rondonópolis/MT**

<b>Nome Assentamento</b>	<b>Famílias Capacidade</b>	<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Data Aquis/Desap</b>
PA Rio Vermelho	320	246	26/06/1987
PA Vale do Bacuri	30	25	11/10/1995
PA Santa Luzia	27	27	26/12/1995
PA Primavera	50	45	30/09/1996
PA São Francisco	50	49	18/10/1996
PA Carimã	194	174	18/10/1996
PA Coqueiro	40	39	15/01/1998
PA Águas da Serra	18	17	07/07/1998
PA 17 de Março	99	99	06/10/1998
PA Pau D'Alho	25	25	23/11/2005
<b>TOTAL</b>	<b>853</b>	<b>746</b>	

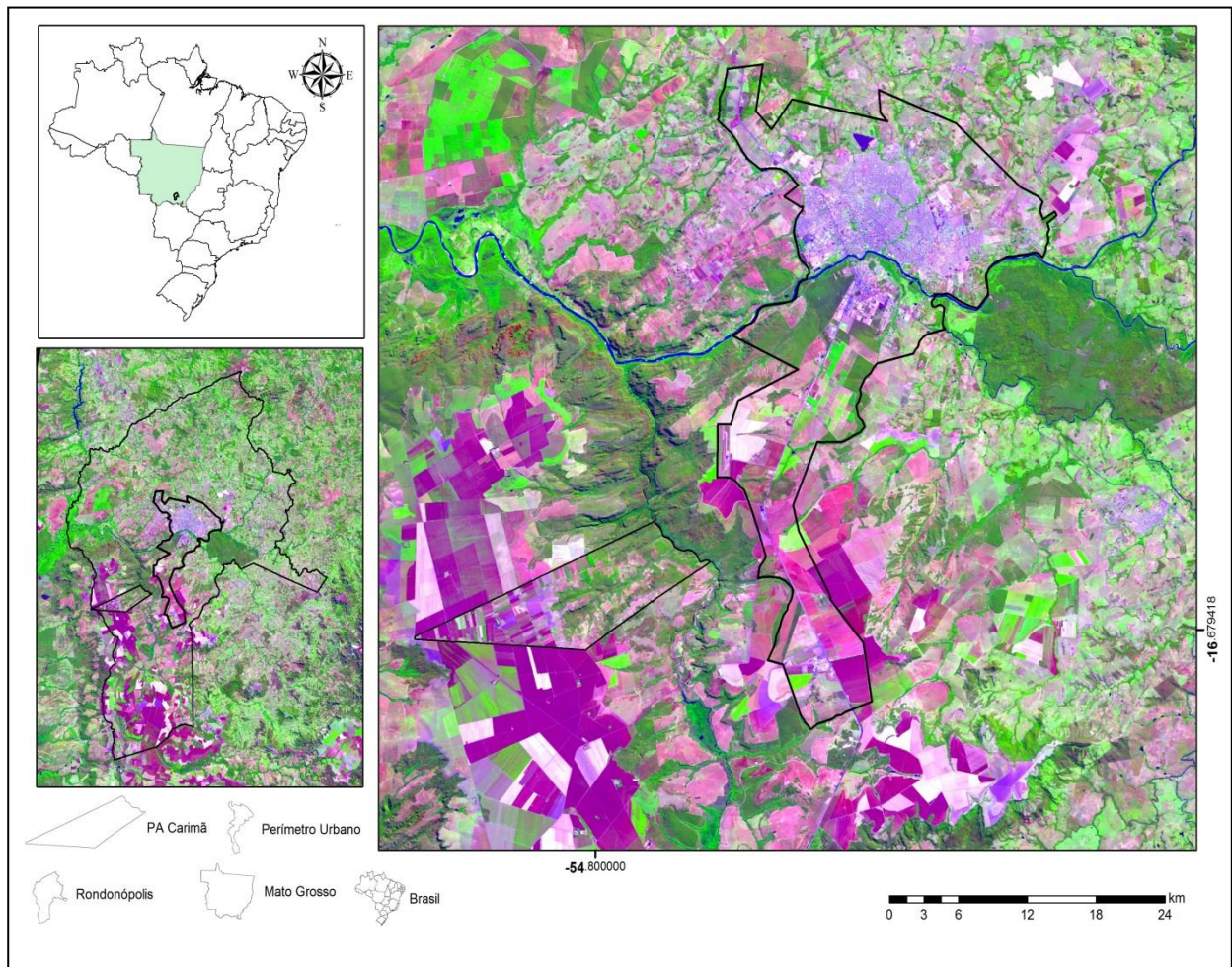
Fonte: INCRA, org. autor

Em relação a esses assentamentos existentes no município de Rondonópolis, o PA Carimã se difere dos demais em razão de uma série de fatores: primeiro pela dimensão, tanto em área quanto em número de assentados, ocupa a segunda posição entre os assentamentos do INCRA no município; segundo fator são as características físicas apresentadas, com dois “compartimentos” geomorfológicos distintos e, por último, por ser dos mais produtivos, quanto à quantidade produzida e a área efetivamente ocupada por essa produção.

## 4 PROJETO DE ASSENTAMENTO CARIMÃ: A ESPECIFICIDADE DO USO DE SUA ÁREA

O Assentamento Carimã, PA Carimã, está localizado nas proximidades da área urbana de Rondonópolis/MT. O trajeto rodoviário é feito pela rodovia BR 163 por aproximadamente 20 quilômetros com pavimentação asfáltica, até a localidade denominada “Sete Placas”, após este local, segue-se por uma via sem pavimentação asfáltica, a rodovia MT 47. Percorre-se, aproximadamente, 40 quilômetros, até um ponto de referência, a sede do PA Carimã (Mapa 1).

**MAPA 1 - Mapa de localização do PA Carimã**



Fonte: autor

Os participantes do movimento que deram origem ao assentamento enfrentaram momentos críticos. Segundo os moradores e confirmado na obra de Mikuska (2001), sob a liderança de “Gerônimo Sem Terra”, eles ocuparam a Fazenda Itiratupã, sendo obrigados a

cumprirem ordem de despejo várias vezes. Antes, estiveram acampados em um campo experimental da EMPAER em frente ao Posto Ursão, na rodovia BR 163. Estiveram, ainda, acampados em um terreno na Rua Rio Branco em frente à Escola Estadual Antônio Guimarães Balbino, onde atualmente há a Unidade de Coleta e Transfusão – Banco de Sangue Público (UCT) e o Pronto Atendimento (PA) na cidade de Rondonópolis. Depois foram realocados em uma área no Bairro Pedra 90, quando neste local, houve a secção do movimento, uma parte permaneceu liderada pelo “Gerônimo Sem Terra” e receberam os lotes no município de Juara – MT, o restante do grupo passou a ser liderado por “Wilson Martins”.

Mikuska (2001) diz que a Fazenda Carimã estava em negociação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), diante da desistência do MST, ela foi adquirida pelo INCRA e entregue ao grupo liderado por “Wilson Martins”, movimento que não era integrado ao MST.

O período de acampamento em barracos de lona é denominado pelos moradores como período da lona preta, característica que se aplica a todos que passaram por acampamento promovido pelo MST em nível de Brasil, e revela a expectativa em relação ao futuro dos participantes. Sigaud (2010) aborda sobre os participantes do MST no nordeste brasileiro, onde os acampados veem outro momento no futuro:

A crença de que um futuro melhor passava pela *lona preta* constitui-se assim em elemento decisivo para explicar e compreender a disposição dos trabalhadores de se instalarem nas terras dos patrões (SIGAUD, 2010, p.248).

Esta expectativa também foi gerada nos moradores do PA Carimã, sendo motivo de orgulho para aqueles que ainda residem na comunidade e afirmam que são moradores desde a lona preta. E assim surge uma categoria social brasileira. Em relação a esse tipo de divisão em grupos sociais, Graziano da Silva (2001) fala que, neste meio, surge um novo grupo social como trabalhador rural, o qual é constituído por

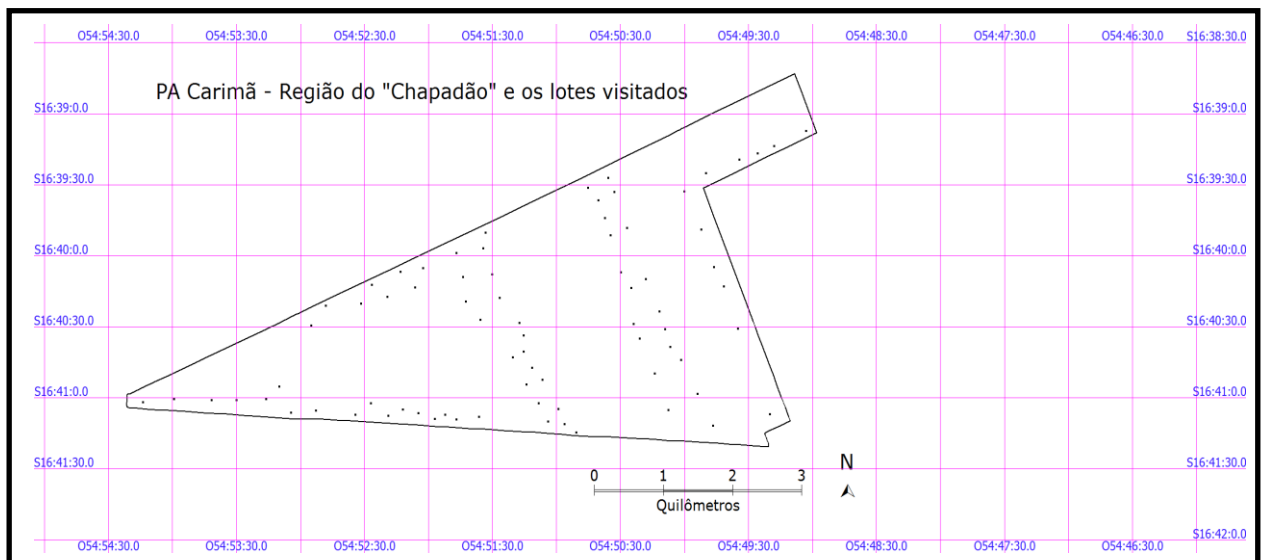
[...] milhões de sem-sem, excluídos e desorganizados, que além de não terem terra, também não têm emprego, não têm casa, não têm saúde, não têm educação e nem mesmo pertencem a uma organização como o MST para poderem expressar suas reivindicações [...] (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p.37).

Os participantes do movimento vivenciaram a situação ilustrada anteriormente. Eram sem-sem e tinham na conquista da terra a esperança de mudarem sua condição social e

começarem um novo momento juntamente com suas famílias. O PA Carimã “foi criado pela Portaria nº 011/22.01.1997, tendo registro no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) com o número MT 0158000”, (MIKUSKA, 2001). Este local seria a consolidação destes pensamentos.

O PA Carimã está localizado em área de domínio do bioma cerrado, porém existem dois ambientes naturais distintos, uma parte é composta por chapadão com constituição geológica definida por Lima (2004) como “Latosolo vermelho escuro álico de textura argilosa média”. Essa área é denominada pelos moradores do PA como “Chapadão” (Mapa 1 e Imagens 1 e 2).

**Mapa 2 - Área do “Chapadão”, apontamento dos lotes visitados na pesquisa de campo**



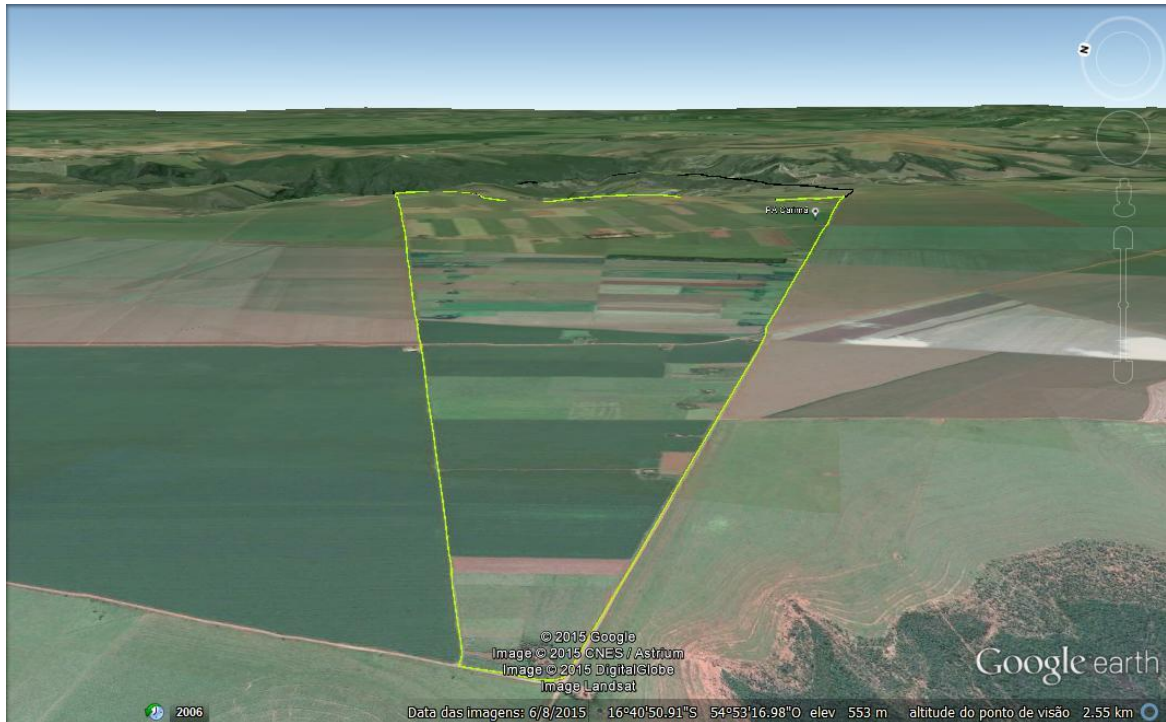
Fonte: Terra View, org. autor

**Imagem 1 - Vista do “Chapadão”**



Fonte: Google earth, org. autor

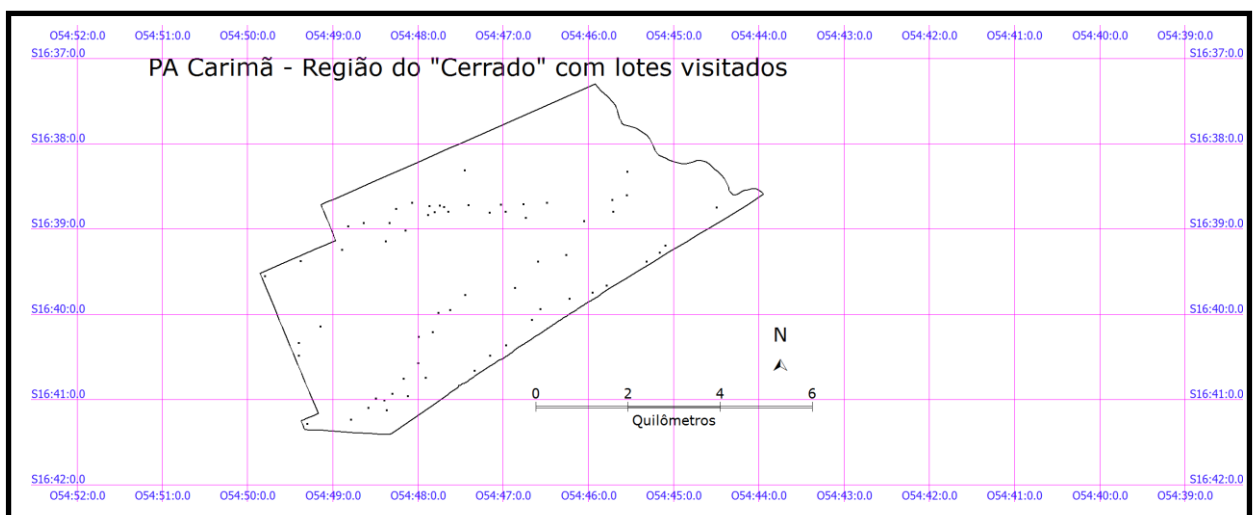
## Imagem 2 - Vista da área do “Chapadão” com destaque de sua condição plana



Fonte: Google earth, org. autor

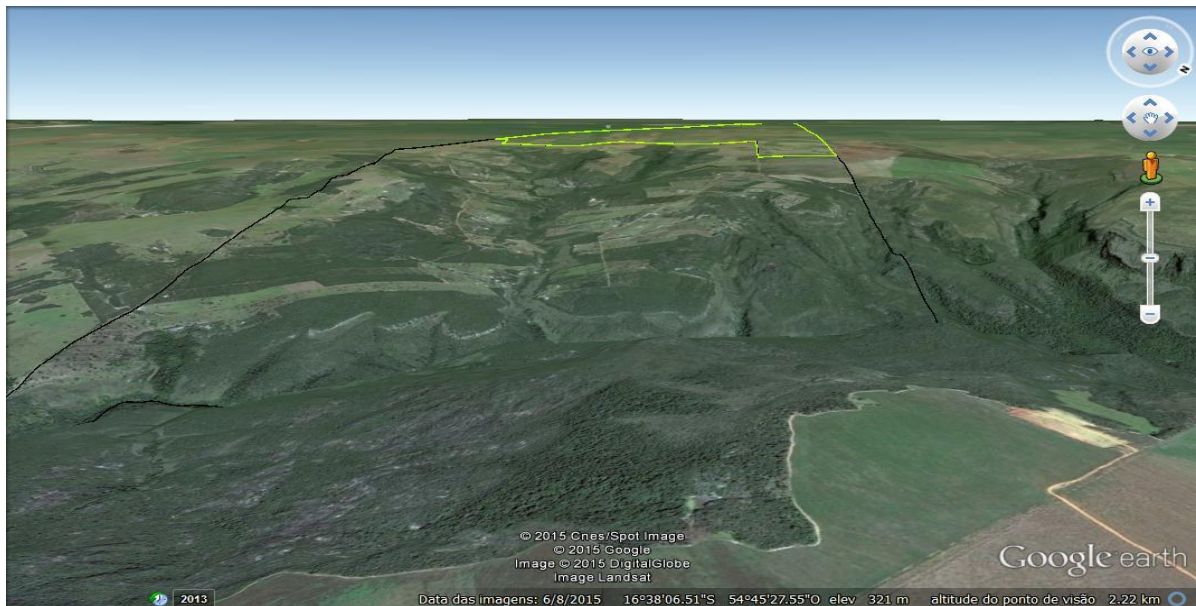
A outra área é constituída por um vale e segundo Lima (2004), é composta por “Areias Quatzosas álicas moderadas de textura média”, existindo ainda nesta área a ocorrência de vegetação nativa de cerrado, sendo esse ambiente identificado pela denominação de “Cerrado”, pelos moradores da localidade (Mapa 2 e Imagens 3 e 4).

## Mapa 3 - PA Carimã, área do “Cerrado” com apontamento dos lotes visitados durante a pesquisa de campo



Terra View, org. autor

**Imagem 3 - Área do “Cerrado” delimitada por linha preta, destaca-se a declividade da área**



Fonte: Google earth, org. autor

Da junção destas duas áreas distintas quanto à condição natural e uso pelos moradores se dá a constituição do PA Carimã. Pela demarcação das áreas realizada para este trabalho, há uma reentrância de alguns lotes na área do “Cerrado”, porque esses lotes foram inseridos como parte do “Chapadão”. Foi adotada essa medida devido às condições naturais do local e pelo uso dado pelos moradores, por isso foram inseridos como parte do “Chapadão”, mas, para os moradores, são considerados como parte do “Cerrado” (Imagem 4 e Mapa 4).

**Imagem 4 - Plano geral do PA Carimã, com a delimitação dos ambientes do “Chapadão” e do “Cerrado”**



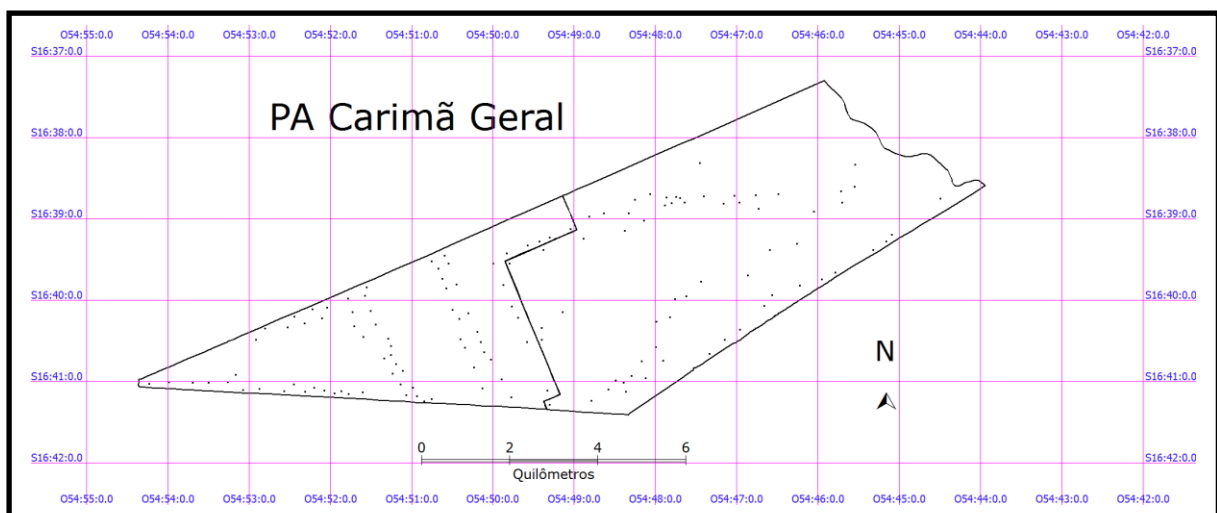
Fonte: Google earth, org. autor

Mesmo não tendo sido realizado um levantamento específico quanto à situação documental junto ao INCRA dos moradores do PA, Schmidt *et al* (1998, p. 26) apresentam interessantes possibilidades sobre a condição desses moradores:

- a) pré-assentado: candidato identificado e selecionado, aguardando homologação da Relação de Beneficiário pelo superintendente regional;
- b) assentado: beneficiário, residente na área, cuja seleção foi homologada pelo superintendente regional, com anuência da comunidade envolvida;
- c) agregado: família que se encontra morando na área sob responsabilidade de um beneficiário, possuindo produção agropecuária;
- d) irregular: família morando na área sem autorização do INCRA; e
- e) titulado: beneficiário portador de Título Definitivo expedido pelo INCRA. (1998, p. 26).

No decorrer da pesquisa, conseguimos identificar, nas falas dos entrevistados, as situações relacionadas aos itens “a”, “b” e “c”; o item “d” não foi percebido, quanto ao item “e”, embora seja um PA com dezoito anos de criação, nenhum dos moradores é titulado, sendo este um dos fatores que contribui com a não permanência do assentado no lote recebido, apesar da entrevista não ter sido realizada em todas propriedades. Praticamente, todos os que foram entrevistados reclamam da morosidade para a entrega do título definitivo, isso é um dos desestímulos para a permanência na propriedade.

#### Mapa 4 - Vista Geral do PA Carimã com apontamento das propriedades visitadas durante a pesquisa de campo



Fonte: Terra View, org. autor

Pelas situações vivenciadas pode ser afirmado que o êxodo rural não pode ser referido como um problema social do passado. Ele ocorreu entre 1960 e 1985, em maior proporção, porém o processo de exclusão do trabalhador rural por meio da imposição do sistema



econômico continua acontecendo e muitos pequenos produtores têm visto a mudança para a zona urbana como a melhor opção de vida.

Dentre os fatores que motivam a ocorrência do êxodo rural, Thomaz Júnior assim enfoca sobre a influência econômica sobre o movimento migratório.

A exclusão social e territorial do campesinato é um fenômeno ainda vivo e que se intensifica pela concentração das terras, pela retomadas dos arrendamentos com fins de viabilizar os empreendimentos agroindustriais, fundados na agroindustrialização de produtos para exportação, como a soja, o milho, o algodão, nos cerrados, a cana-de-açúcar, com vistas a inserção do álcool etílico no mercado internacional, mas como *commodity*; o eucalipto, para a produção de pasta de celulose, papel; e carvão vegetal, para abastecer os fornos das siderúrgicas que visam a se apropriar do bom momento, no mercado externo, para o aço fabricado no Brasil etc. (2008, p. 230).

Quando são oferecidos subsídios para investimento no setor rural, com restrições aos pequenos produtores, a intenção é manter a relação de subserviência da classe em prol do capital estrangeiro, porque se esses pequenos produtores deixarem de ter ou dificultar o acesso aos subsídios, eles não terão condições de prosseguir em suas atividades.

Essa forma de gestão das políticas agrícolas é a aplicação de modo sutil da exclusão dos produtores campestinos<sup>12</sup>, cuja opção para sobrevivência é a venda da propriedade ou arrendamento, opções que contribuem para concentração de terras.

No tocante ao investimento no setor ambiental, como a política governamental para os biocombustíveis, Thomaz Júnior trata como “o engodo que recobre toda a temática dos biocombustíveis na atualidade, [...]” (2008, p. 232). Sua avaliação é de que esta é uma forma de controle da produção dos campestinos, ao assegurar mesmo que, teoricamente, o uso de combustíveis limpos, assim, os pequenos produzem o biocombustível que contribuirá para amenizar a poluição emitida pelos grandes proprietários.

Podemos dizer que isso é uma ficção. Atualmente, a maior parte dos biocombustíveis tem como matéria-prima a soja, que, em sua grande parte, não é produzida pelo agricultor familiar. Entretanto, devido às imposições da lei, a qual instituiu os biocombustíveis, faz-se uso dessa condição. Em muitos casos, nem mesmo a produção incentivada por políticas

---

<sup>12</sup> Em relação ao campesinato ou do produtor campestino, este é visto como uma forma de resistência no sistema produtivo atual, que não se insere nos moldes do agronegócio. Nesta concepção, campesinato e agricultura familiar são distintos.

públicas é adquirida. Um exemplo é o PA Carimã, onde houve o incentivo ao plantio de mamona e a empresa responsável, posteriormente, não adquiriu a produção local, restando ao produtor somente o prejuízo financeiro.

Monteiro (2011) relata que, em 2003, houve o plantio de cerca de 40 hectares de mamona plantados para a empresa Biobrás da cidade de Dom Aquino, a qual não adquiriu a produção. Em 2004, os produtores mantiveram a cultura para recuperar o prejuízo do ano anterior, porém, mais uma vez, não obtiveram lucro. Em 2007, houve a inserção da Brasil Ecodiesel nessa parceria e ela não forneceu sementes de pinhão manso, conseqüentemente, o projeto não prosseguiu. No ano de 2008, a Agreco de Alto Araguaia firmou parceria para produção de mamona com uma produção aproximada de 30 toneladas não comercializadas por problemas jurídicos da empresa, até que

técnicos da Plural, empresa que ganhou licitação do MDA e que contratou pessoal técnico destinado a incentivar e articular pequenos produtores PNPB, reuniram-se com produtores do Assentamento Carimã, buscando estimulá-los ao plantio de soja e girassol destinado ao PNPB, vinculado à Biocamp de Campo Verde (Monteiro, 2011, p. 138).

Sobre o plantio de girassol, ele ocorreu no assentamento somente uma vez, como a produção não foi reintroduzida, a hipótese sobre a questão é que não compensou financeiramente (Foto 1). Dentre todas as matérias-primas vinculadas ao biodiesel, a soja é o produto que persistiu.

Alguns assentados que arrendam suas terras informaram que já assinaram documentos de venda de soja por diversas vezes. Assim, ocorre a venda do produto destinado à produção de biodiesel, por existir um documento de venda do agricultor familiar, mas o produto utilizado é do latifundiário, por ele, em algumas situações ser arrendatário ou porque seu produto estar mais próximo das usinas esmagadoras.

Nesse processo, é aproveitada somente a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) do agricultor familiar (MONTEIRO, 2011). O biodiesel, que seria a oportunidade do pequeno produtor ter um ganho real por meio da produção agrícola, não é um programa que vise atender aos interesses da agricultura familiar.

**Foto 1 - Lavoura de girassol no PA Carimã, política de incentivo ao biodiesel no ano de 2008**



Fonte: Foto tirada pelo autor em 2008

A agricultura brasileira vem em processo evolutivo desde o período colonial com a introdução dos engenhos para transformação da cana-de-açúcar; no período militar, a partir dos anos de 1960, houve a institucionalização dos créditos e políticas agrícolas. Deve-se frisar que alguns locais que receberam os incentivos passaram por um processo de avanço e, ao mesmo tempo, surgiam novas áreas para receberem os incentivos para dar continuidade ao processo,

[...] áreas que, ocupadas em outro momento, hoje se densificam e tecnificam. Nelas amadurecem as inovações de ontem e chegam outras, próprias do período, para criar novos arranjos, com a resistência e a cooperação das rugosidades do lugar (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 119).

Embora o estado de Mato Grosso tenha sido alvo dessa política, não há como realizar uma avaliação do avanço econômico regional de um tempo ou período específico, pelo fato de que este avanço é processual e contínuo. Cada período será marcado pela sua importância, sob essa mesma política, ocorre o crescimento regional, ressaltando que, em algumas situações, ocorre a convivência entre ações típicas do passado com a modernidade, isto é, são as rugosidades que permanecem no espaço.

Lavouras que, em certo momento, eram de áreas específicas (municípios/estados/regiões) passam a receber concorrência de outros locais de produção, por exemplo, o arroz produzido na Região Sul do país, que passa a concorrer com o arroz

produzido na Região Norte. Além do arroz, outras variedades melhoradas têm sido adaptadas ao clima e ao solo de cada estado. Essa adaptação agrícola também foi aplicada à soja, que passou a ser cultivada em áreas antes avaliadas como impróprias, entre outras variedades de culturas.

Com a especialização surge, então, o intercâmbio regional da produção, favorecendo outro elemento deste círculo, a logística. Contudo não é a única forma de intercâmbio ou interação econômica, seja ela em escala micro ou macro. Essa relação confirma a especialização do uso do espaço ou a divisão do trabalho.

Mesmo possuindo níveis de importância diferenciados, todos os países compõem a economia mundial com diferentes funções e essa integração ocorre em diferentes escalas, a saber: a macrointegração, que possibilita a compreensão das relações econômicas entre países; a microintegração, composta pelas relações econômicas entre setores econômicos ou dentro de um único setor econômico. Assim,

Esses circuitos podem ser identificados com base na noção de cooperação, que permite identificar a importância das complementariedades no novo meio técnico científico em diversas escalas, desde o nível do processo no interior da firma, através do processo produtivo, até os que alcançam o mercado internacional. A noção de circuito completo e incompleto ajuda a perceber as regras do mercado pleno e de como se realimenta das outras áreas. (BERNARDES, 2007, p. 249).

Sobre os circuitos espaciais de produção, Santos e Silveira (2012) apresentam estes circuitos espaciais como os diferentes locais que têm a mesma produção ou pela especialização em determinados produtos e/ou serviços a locais específicos. E, por esse motivo, mesmo a produção estando em um município, a relação comercial ocorre com o município vizinho. Com a especialização da produção, muitas vezes, para uma determinada produção agrícola, os insumos necessários a sua produção independente de destino terá sempre como origem um mesmo local.

O círculo de cooperação é composto pela gestão financeira e pela distribuição da produção. Ressalta-se que, mesmo a empresa pertencendo a um determinado município, a gestão financeira independe àquela unidade, ocorrendo a circulação do capital no país. É uma relação distanciada, igualmente o produto que circula por várias localidades, porém necessita de infraestrutura de logística para que ocorra o círculo de cooperação.

Esses agentes do processo produtivo contribuirão na constituição das diferentes paisagens, porque “numa região em que não há homogeneidade cultural, a paisagem resulta de uma interação complexa entre os diversos agentes sociais e entre as suas visões sobre o que a paisagem significa” (ALMEIDA JÚNIOR; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p. 35). É a relação entre os espaços heterogêneos, com maior ou menor tecnicidade que irão interagir e constituir o espaço econômico.

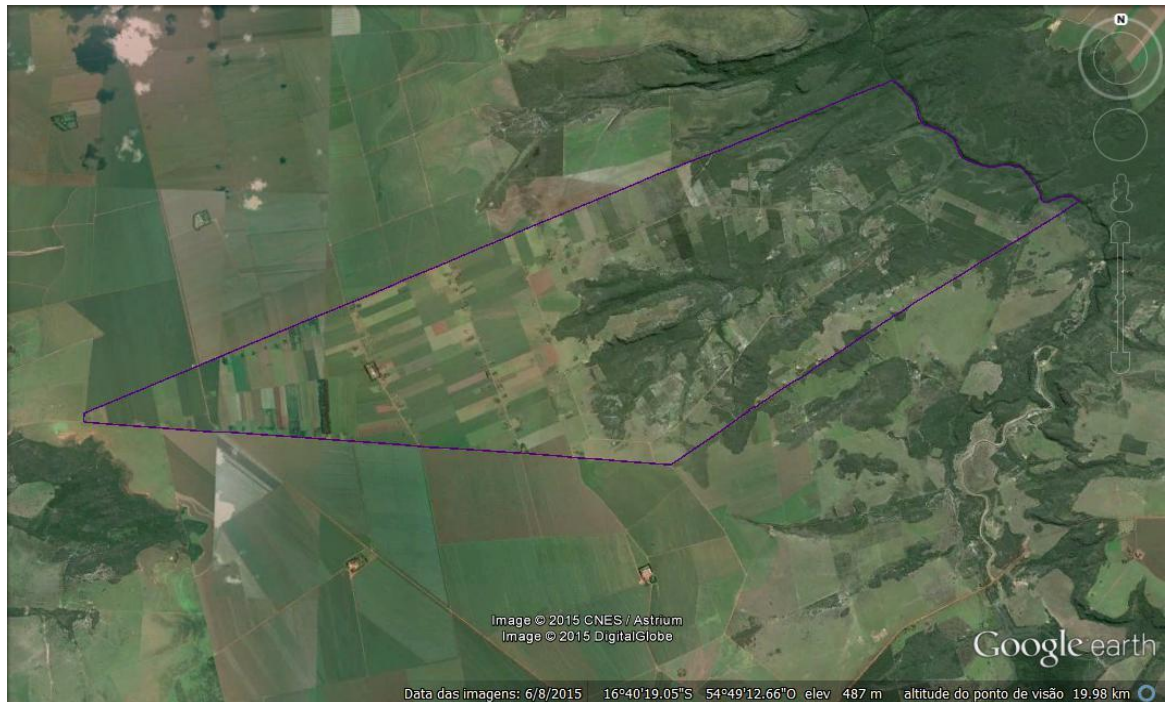
Segundo Piccin (2012, p.119), os problemas surgidos com a agricultura modernizada, inclusive os sociais, favoreceram “novas formas de representação nesse espaço” e passou a valorizar novos valores e funções. As diversidades de atividades econômicas no campo foram, então, incorporadas por algumas políticas públicas, onde tradição, culturas e paisagem receberam novos valores.

A paisagem é resultado da junção entre formação cultural e uso do espaço, podendo este espaço ser de uso agrícola ou não. No uso do espaço para fins agrícolas, especificamente pela agricultura familiar, existem pessoas que acreditam que ela deva ser pautada pela policultura, gerando uma paisagem mais rica em termos de variedades produzidas, não sob o ponto de vista econômico.

No entanto, quando há influência do meio, esta agricultura familiar pode constituir-se em monocultura, conforme ocorre no PA Carimã, cuja produção, na maior parte dos lotes do “Chapadão”, é voltada à monocultura. A diferença é que, nas fazendas, as sedes são mais centralizadas na propriedade e cercadas por árvores, enquanto que, no PA, as casas são próximas à estrada, mas também cercadas por árvores, que é o seu quintal (Imagem 5).

A simples visualização da Imagem (5) permite observar que, no “Chapadão”, praticamente, não há diferença de produção entre as imagens das fazendas do agronegócio e do PA, revelando a mesma atividade agrícola monocultora.

**Imagem 5 – Área do PA Carimã e seu entorno constituído de fazendas produtoras de grãos**



Fonte: Google earth, org. autor

Pela imagem pode ser percebido o valor que é dado à vegetação nativa nesta região, quer dizer, ela é vista como empecilho ao desenvolvimento agrícola, por isso a devastação foi praticada para dar lugar à lavoura.

O valor aos recursos naturais é adquirido no decorrer da vida de cada pessoa, com o sentimento de pertencimento à natureza. Vale ressaltar que a paisagem do chapadão foi modificada em sua plenitude pela atividade agrícola praticada pela empresa rural que anteriormente ocupava esse espaço.

Segundo os valores que cada pessoa absorve no decorrer de sua vida, eles irão refletir sobre sua convivência social. Os recursos naturais são avaliados de modo diferenciado pelas pessoas, para alguns, eles são fonte de matéria-prima para a atividade que desenvolvem; para outros, eles são intocáveis, porque são naturais e é através desta condição que ele irá obter a sua renda, como a opção por atividade econômica ligada à prática do ecoturismo.

São modos diferenciados de avaliar o meio do qual faz parte e resultará em intervenção no meio ambiente, quanto maior a diversidade de pessoas no ambiente rural, mais

heterogêneo será este ambiente, por vezes, com muitos prejuízos ambientais e culturais, pois os hábitos que seriam próprios do ambiente rural deixam de existir,

Quem não precisa cultivar a terra para viver tende a ter uma moralidade ambiental diferente de quem pensa a terra como elemento principal e talvez único para obtenção de alimentos e de outros elementos necessários a sua vida [...] (ALMEIDA JÚNIOR; HOEFFEL; QUEDA, 2008, p. 69).

Dentro do PA Carimã, as pessoas têm opiniões diferenciadas quando a questão ambiental e uso do solo. Isso pode ser observado no modo como cada morador ou sitiante estabelece sua relação com o meio natural onde está residindo, seja no “Chapadão” ou no “Cerrado”.

Com base na produção dos lotes, é que será realizada a análise dos dados da pesquisa de campo, cujo objetivo será estabelecer a vinculação da agricultura familiar com o agronegócio, utilizando como referências os quesitos integrantes dos circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação.

#### **4.1 CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E CÍRCULO DE COOPERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PA CARIMÃ**

Para estabelecer as vinculações entre a agricultura familiar existente no PA Carimã e o agronegócio, não, necessariamente, o agronegócio que o circunda, é preciso entender primeiro como foi a forma de análise adotada.

A análise será baseada nos diversos elementos que compõem o circuito espacial produtivo, e como se apresentam nesta relação os círculos de cooperação. Quanto ao circuito espacial produtivo, ele

[...] enfatiza, a um só tempo, a centralidade da circulação (circuito) no encadeamento das diversas etapas da produção; a condição do espaço (espacial) como variável ativa na reprodução social; e o enfoque centrado no campo, ou seja, na atividade produtiva dominante (produtivo) (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p.463).

Dentro dessa concepção analítica, nenhum produto é avaliado de modo isolado, até a chegada ao consumidor final, todos os pontos que contribuíram para que isso acontecesse,

devem ser considerados e avaliados quanto a influência exercida no processo e no espaço em que cada um destes pontos estão, “mas é indispensável precisar que as redes são também humanas, formadas, inseparavelmente, de objetos e ações” (SANTOS, 2012, p. 98).

Conforme Santos, as pessoas nem sempre sabem da real importância ou qual o seu papel no desencadeamento do processo, o porquê dessa participação no processo de modernização ou evolução técnica. Os elementos humanos são necessários para execução do processo, todos precisam entender seu funcionamento, basta uma pessoa conhecer o desenvolvimento técnico para repassar a obrigação de execução aos demais.

No contexto do agronegócio, a relação de trabalho cotidiana ocorre com objetivos finais pré-definidos.

[...] Essa criação cotidiana do homem ignorante também leva regiões inteiras a ignorar o que elas são, sempre que não conhecem os segredos do funcionamento dos respectivos objetos e ações. Quanto menos dominam esses segredos, têm menos condições de comandar a sua própria evolução e mais dirigidos de fora tendem a ser (SANTOS, 2012, p. 227).

Um dos objetivos do agronegócio é este, o de manter determinado grupo ignorante quanto ao processo do qual faz parte, sendo este grupo constituído de trabalhadores diretos ou indiretos. No caso do arrendamento, o proprietário sente-se parte do processo por produzir soja em sua propriedade, porém não avalia o quanto está expropriado nesta relação econômica. Por isso, o interesse em continuar arrendando suas terras.

No processo de dominação, muitos não compreendem como se dá a produção, circulação, distribuição e consumo das mercadorias, porém o circuito espacial produtivo proporciona o esclarecimento.

As propriedades rurais no entorno do PA Carimã são produtoras de grãos e algodão, logo são integrantes dos circuitos produtivos característicos do agronegócio, sabendo que estes estão subdivididos em completos e incompletos.

Os circuitos produtivos completos são aqueles que

[...] constituem sistemas coerentes que articulam a produção agrícola, industrial e os serviços complementares, exigindo inovações, pesquisa, direito à propriedade de patentes, infra-estrutura, investimentos, mercado de capital, economias de escala, aglomeração de economias, ambiente de



negócio, além de sustentabilidade, que se assenta no novo padrão ético, que envolve questões sociais e ambientais (BERNARDES, 2006, p.32).

Como o município não possui todos estes elementos citados, somos integrantes de um circuito produtivo incompleto. O circuito espacial produtivo dos grãos, mesmo sendo incompleto, exerce influência no espaço onde se concentra.

Em relação ao PA Carimã, ocorre uma situação semelhante à situação citada por Elias com os produtores de cana de açúcar, na região de Ribeirão Preto/SP, onde as “grandes propriedades incorporaram gradativamente as pequenas e as demais culturas foram sendo substituídas pela cana de açúcar [...]” (ELIAS, 2003, p. 149).

No caso do PA, não houve a incorporação efetiva da propriedade por impedimentos legais, houve o arrendamento da área utilizada pelo agricultor familiar. As atividades de policulturas foram substituídas, retornando uma parte considerável desse espaço à prática da monocultura.

A justificativa para este retorno à monocultura, apresentada pelos agricultores assentados, está na falta de assistência técnica nas atividades já implementadas por eles, fato que resultou no fracasso produtivo e econômico da atividade adotada, sendo o arrendamento o meio mais viável para sobrevivência da família.

No processo produtivo, evidencia-se a divisão territorial do trabalho e a divisão territorial do espaço produtivo. Nessa divisão, a terra tem seu valor de uso ampliado quando destinada à produção de grãos, comparando com terras cuja fertilidade pode ser inferior e com declividade no relevo, fato que inviabiliza o uso de máquinas, características da produção de grãos.

A eficiência do circuito espacial produtivo não ocorre em si mesma, ocorre, simultaneamente, a participação nos “circuitos da distribuição e do consumo desenham-se no território para garantir que as produções agrícolas e industriais estejam presentes num território unificado pelo mercado” (SANTOS; OLIVEIRA, 2012, p. 148). A distribuição do produto é o que realmente dá sentido a produção em seus diversos níveis e locais.

O circuito produtivo não deixa o mercado estático. Ele dá mobilidade aos fixos e fluxos, independente da relação de proximidade. Arruzzo e Brito (2010, p.46) dizem que

“esses circuitos produtivos acabam por instalar e dinamizar serviços de distribuição e comercialização da produção, bem como demandar outros financiamentos, levando a uma série de modificações regionais [...]”.

Há distinção entre cadeia produtiva e circuito espacial produtivo. Cadeia produtiva é compreendida

[...] no âmbito da administração de empresas e da busca por maior racionalidade econômica, visando ganhos de competitividade de agentes e de setores, pressupondo que esse objetivo traz benefícios para o conjunto da sociedade, mormente local. Outrossim, faz parte de um sistema de conceitos e ideias que inclui a divisão técnica e social do trabalho, o desenvolvimento local (arranjos e sistemas produtivos locais e/ou clusters), competitividade sistêmica (do produto e da empresa), integração funcional entre outros (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 468).

Já circuito espacial produtivo altera o campo de visão,

[...] desloca o foco da empresa para o espaço geográfico. O objetivo deixa de ser a identificação de gargalos que dificultem a plena integração funcional e prejudiquem a competitividade final dos produtos e passa a ser implicações sócio-espaciais da adaptação de lugares, regiões e territórios aos ditames da competitividade, bem como o papel ativo do espaço geográfico na lógica de localização das atividades econômicas, na atividade produtiva e na dinâmica dos fluxos (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 468).

Pelos motivos expostos houve a opção da análise a partir do circuito espacial produtivo, porque, no processo, existem relações humanas, as influências culturais sobre os envolvidos e a modificação do espaço pelas atividades realizadas, o comportamento dos elementos fixos desta relação econômica, e a avaliação dos resultados desse processo na vida dos envolvidos.

Os fluxos integrantes desse processo, constituído de elementos imateriais, fazem a junção com circuito espacial produtivo, constituído de elementos materiais. Por isso

[...] Os círculos de cooperação são essenciais por permitirem colocar em conexão as diversas etapas, especialmente separadas, da produção, articulando os diversos agentes e lugares que compõem o circuito espacial da produção (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 464).

A conexão por meio dos círculos de cooperação ocorre independente de proximidade, “[...] tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente” (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 464).

Utilizando o capital como exemplo, pode ser afirmado que

[...] Raro é hoje o lugar, em todo o mundo, onde há a circulação de dinheiro em sua forma-moeda nacional. Mas o dinheiro pode, também, circular com outras formas, como moeda estrangeira, cheque, cartão de crédito local, nacional, internacional, duplicatas, notas promissórias, bônus, ações, obrigações, debêntures, *warrants*, aplicações, fundos, *open* e *over*, certificados e tantos outros produtos (SANTOS, 2012, p. 134).

Em função dessas facilidades, muitas vezes, não é necessária a presença física de determinado objeto para alcançar um objetivo, assim o domínio de mercado ocorre pelo capital que se espalha com facilidade, mas principalmente, pelas informações. Atualmente, existem informações, que não têm como atribuir valor monetário, devido à sua importância.

São as informações que favorecem o domínio do mercado pelas empresas que estão se impondo, confirmando o domínio pelo capital que tem disponível. Analisando o mercado dessa forma, facilita a compreensão de sua dinâmica, seus agentes e os papéis que realizam. Esse mercado não é distante da realidade do assentado, pois, de certo modo, ele é um elo dessa corrente.

## **5 APROVEITAMENTO DA TERRA NO PA CARIMÃ: IMAGEM DE UMA REALIDADE**

Para os integrantes do movimento que resultou no PA Carimã, a terra significava o fim dos problemas sociais que enfrentavam e a esperança de um futuro melhor. Anseio compartilhado com outros que estavam na mesma situação, uma luta que ocorria em diversas partes do país pelo mesmo motivo. Essa luta, como relata Markus, foi necessária para “[...] construir uma consciência de que a problemática da terra precisava ser enfrentada não mais individualmente, mas junto com outros trabalhadores” (MARKUS, 2008, p. 157).

Quando um grupo de pessoas com objetivo comum de conquistar uma parcela de terras se une, esta ação é resultado dos movimentos sociais e estes movimentos defendem que a solução para os problemas que ora estão enfrentando serão sanados com a conquista da terra,

[...] o que fica patente em sua concepção de territorialização como apropriação do espaço social, como se a realização de uma ocupação ou a conquista de um assentamento representasse a afirmação de outro projeto de sociedade sobre aquela parcela do território. Tal concepção ignora os complexos conflitos que se estabelecem a partir da constituição dos assentamentos, quando se confrontam diferentes projetos de ordenamento territorial, do movimento social, certamente, mas também do Estado, do capital (ALENTEJANO, 2008, p. 241).

A luta agora é em outro sentido, mas continuará existindo. O sonho da parcela que era comum ao grupo passa a enfrentar divergências quanto à escolha do ordenamento territorial, como adoção de agrovilas ou constituição de cooperativas. Logo, o confronto com o Estado e o capital é algo natural, uma vez que poucos estiveram em apoio a este grupo de pessoas.

Por terem desenvolvido esta consciência de luta coletiva, os movimentos eram fortes, e o movimento pela posse da Fazenda Carimã não era diferente, passaram por várias ações de despejo, ocuparam outras áreas até receberem a propriedade que ora possuem.

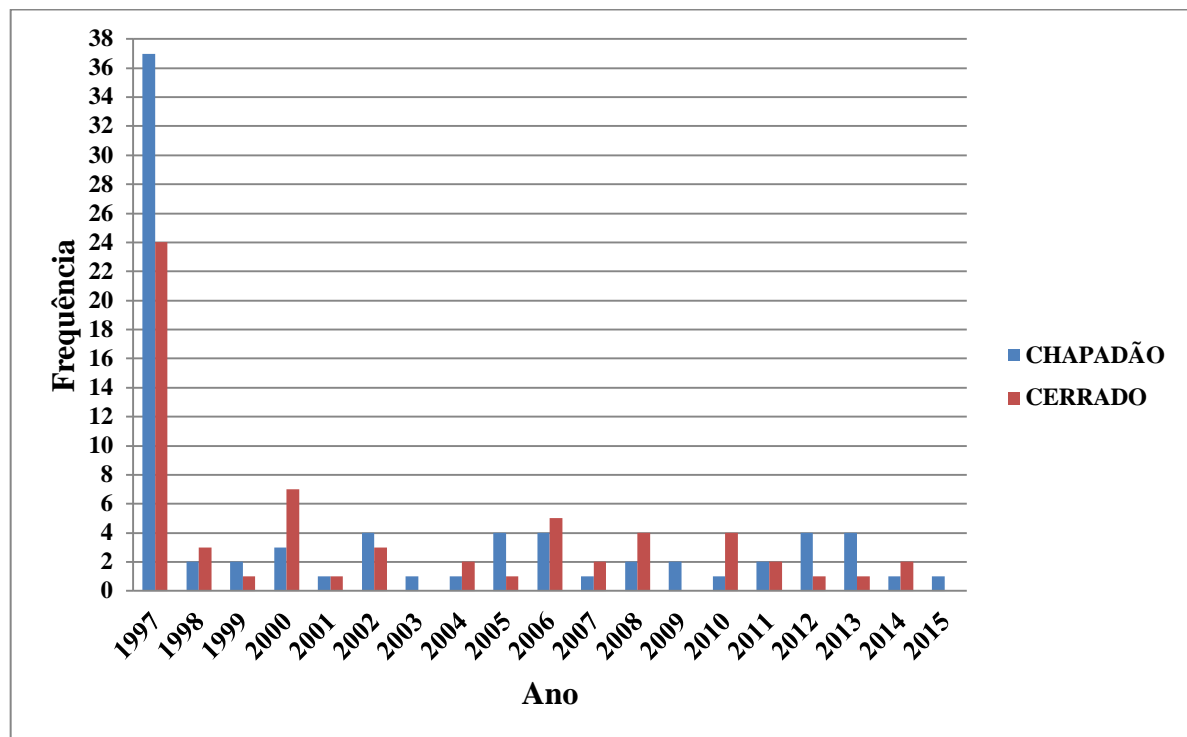
Infelizmente, de modo geral, esta identidade de luta e coletividade do período de acampamento, do movimento na “lona preta”, se perde quando ocorre a concretização do

sonho, entrega das parcelas de terras. Agora, cada assentado luta pelo local recebido, a qual, por sua vez, tornou-se fragmentada.

Fragmentada assim como o PA Carimã que possui esse ambiente natural distinto que interfere na forma de produção da área, o “Chapadão” e o “Cerrado”. Esta influência ocorre desde os tempos que antecederam a transformação da área em Projeto de Assentamento (PA), quando ainda era a Fazenda Carimã.

Em levantamento, foi apurado que dos assentados entrevistados residentes no “Chapadão”, 48% são assentados originais, ou seja, foram assentados em 1997, enquanto, no “Cerrado”, este percentual é menor, são 38%. Nos demais anos, o fluxo de pessoas não se altera de modo representativo, sendo que de 1998 a 2015, chegaram 40 pessoas no “Chapadão” e 39 pessoas no “Cerrado”, dividindo pelo período de 18 anos, a média obtida do fluxo migratório é de duas pessoas por ano (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Moradores do PA Carimã, por ano de chegada e área de moradia**



Fonte: o autor

Entre os fatores que podem ter estimulado mais a saída dos moradores do “Cerrado” em relação aos do “Chapadão” estão as dificuldades naturais do ambiente, principalmente no período inicial, em que algumas áreas tinham que ser desmatadas, além da dificuldade com

estradas para chegar até ao lote. Os moradores, para obterem qualquer renda, sempre tiveram que produzir dentro da propriedade, fato que não se repete no “Chapadão”, pois, para aqueles que não têm condições de produzir, existe a opção do arrendamento ou parceria, fato que explica a conversão da área em uma monocultura de grãos, situação que será abordada posteriormente.

Uma vez reconhecidas essas características, é necessário estabelecer algumas considerações sobre as práticas agrícolas. Do total das famílias entrevistadas que moram no “Chapadão”, 33% afirmaram que tiveram o início de suas vidas no campo, mas por necessidade saíram do ambiente rural, e o retorno ao campo ocorreu a partir do momento em que receberam o lote; enquanto que 37% destes moradores alegaram que sempre estiveram ligados ao campo, seja em roças ou trabalhando em fazendas de pecuária ou agricultura mecanizada e 22% afirmaram que aprenderam a trabalhar no próprio lote.

Com relação ao grupo do “Cerrado”, 39% afirmaram que, posteriormente, trabalharam no campo e tiveram que sair e o lote foi o motivo que os fizeram retornar ao ambiente rural, ao passo que 27% disseram que sempre estiveram ligados ao campo, seja no trabalho tradicional da agricultura familiar ou trabalhando em fazendas de pecuária ou agricultura, já 29% afirmaram que aprenderam a trabalhar no próprio lote.

Por meio deste levantamento, observa-se que o grupo de pessoas que sempre estiveram em condições de produzir são os que não saíram do campo, que eram funcionários de fazendas ou sítios, o que perfaz 63% dos indivíduos que estavam sem condições de produção inicial no “Chapadão” e 73% no “Cerrado”. Pode-se afirmar que essas pessoas não tinham condição de produção, porque estiveram fora do ambiente rural, ou seja, morando na cidade, trabalharam com lavoura quando crianças, e o sistema de trabalho era outro, o modo de plantio era diferente da atualidade, e há o grupo daqueles que aprenderam a trabalhar no lote, situação que é autoexplicativa.

Para Piccin (2012), a opção dos trabalhadores passa pelo processo de autonomia relativa, ou seja, a capacidade de tomar decisões e analisa:

Dois aspectos são fundamentais para situar o campo de autonomia relativa dos agricultores-assentados: a) como a propriedade familiar se articula com o modo de produção capitalista e b) as características internas do grupo doméstico relacionadas com o trabalho e recursos socioculturais. Tais aspectos remetem a um *espaço de integração social* em suas dimensões política,

cultural e econômica em que os agricultores-assentados interagem e acionam as mais variadas estratégias de reprodução social (PICCIN, 2012, p. 118).

Inicialmente, pela estrutura disponibilizada no local, não haveria condições, realmente, de existir uma produção agrícola familiar, porém alguns assentados continuam influenciados pela vida urbana e não têm produção própria em sua propriedade, mas muitos aprenderam o trabalho no campo e faltam a eles, atualmente, condições financeiras para fazer fluir melhor o trabalho na propriedade.

O “Chapadão”, anteriormente, era utilizado para plantação de monoculturas e o “Cerrado” destinado à pecuária. O mesmo uso diferenciado da terra permanece até a atualidade, a área do “Chapadão” continua sendo utilizada para a prática de agricultura e o “Cerrado”, assim como no período em que pertencia à fazenda, era destinado à pecuária. Esta área permanece voltada para a pecuária, devido à declividade existente na região e ao tipo de solo diferente do “Chapadão”.

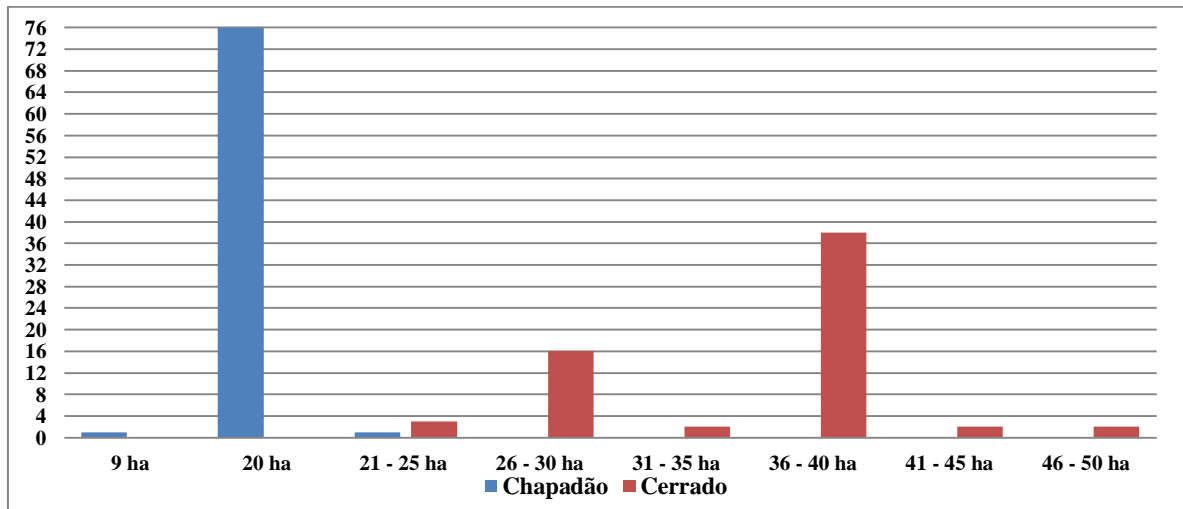
Em virtude das condições do relevo, durante a divisão dos lotes, aqueles que estavam localizados na área do “Chapadão”, uma superfície plana, tiveram uma uniformidade em seu tamanho, exceto nas faixas de transição entre o “Chapadão” e o “Cerrado”.

Há um lote com tamanho diferenciado nesta área, o qual foi criado em 2013 com dimensão inferior aos demais, porque o INCRA utilizou uma área destinada inicialmente ao uso comunitário, para o assentamento de uma família que já estava no local desde o ano 2000.

Na área do “Cerrado”, não há um padrão no tamanho dos lotes, porque a linha divisória quase sempre é um curso d’água de leito meândrico, além de existirem, nos lotes, as Áreas de Preservação Permanente (APP), consistindo na parte do PA que tem como limite o Ribeirão Ponte de Pedra e que está inserido no Parque Estadual Dom Osório Stofell.

Dessa forma, devido à irregularidade do curso d’água, o limite do fundo das propriedades possui o traçado irregular e, assim, determina tamanhos diferentes dos lotes (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Tamanho dos lotes no PA Carimã



Fonte: o autor

As famílias que, atualmente, moram no campo têm preocupações que, no passado, praticamente, não existiam. Neste novo momento, a preocupação com a formação dos filhos é presente. Esta formação que, no passado, era realizada pela esposa ou outro familiar dos grandes fazendeiros. Agora é transferida a responsabilidade da administração pública, que nem sempre realiza essa obrigação. Entretanto existem escolas rurais para atendimento não de uma localidade específica, mas de uma região.

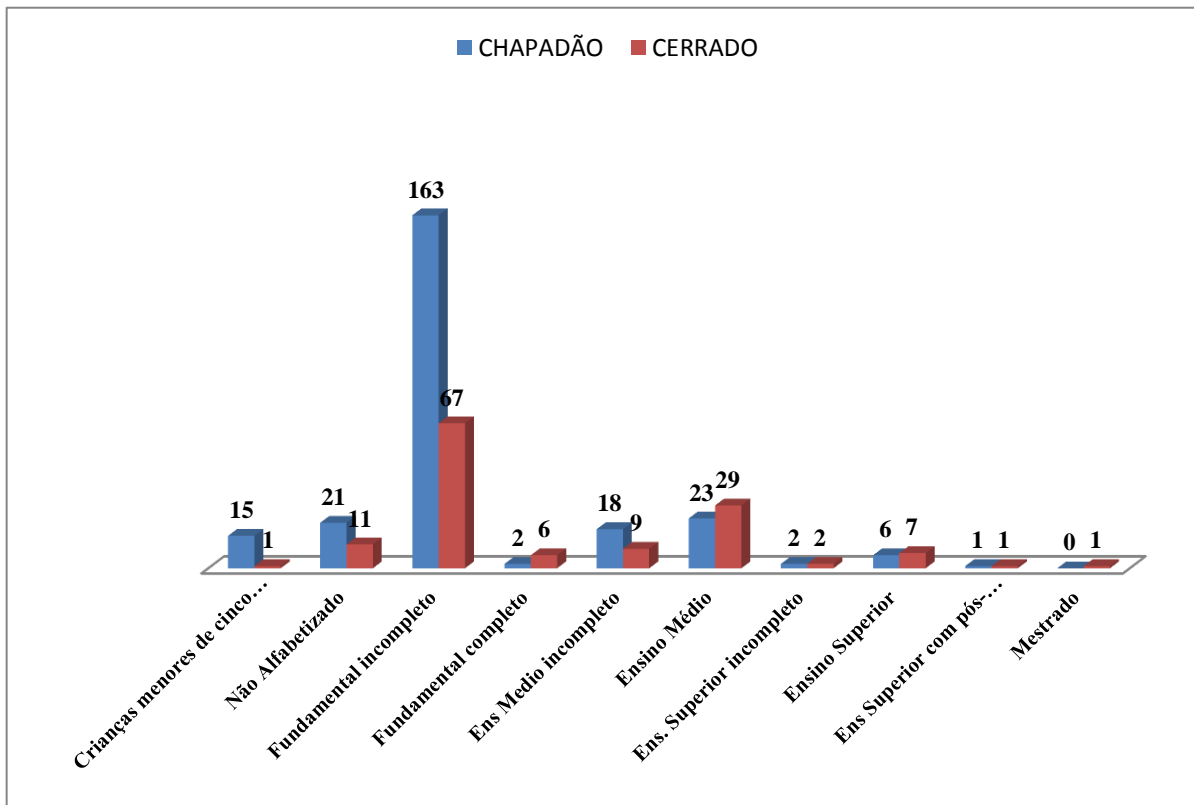
Também há a disponibilização de transporte para levar os alunos para a zona urbana, destinado ao oferecimento do ensino fundamental às crianças e aos adolescentes (Gráfico 3).

A preocupação com a educação é refletida na quantidade de pessoas não alfabetizadas, que representam 8,31% do total de pessoas residentes nos lotes entrevistados, 385 pessoas. O adulto também é atendido através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ação que contribui para redução no índice de analfabetos na comunidade.

Mas, para cursar o ensino médio ou o ensino superior, alguns jovens optam por sair de casa, por isso está se tornando mais comum a saída dos jovens do campo, o que, em certas situações, é seguido por toda família.



**Gráfico 3 – Grau de escolaridade dos moradores nos lotes entrevistados do PA**



Fonte: o autor

Esta ausência dos filhos nas propriedades é confirmada nas propriedades do “Chapadão”. De um total de 77 lotes, em 40% destes, os filhos não estão residindo com a família, foram para a cidade em função de estarem casados. Como a renda gerada na propriedade não é suficiente para suprir duas famílias, os filhos saem do local ou estão em busca de estudo e/ou trabalho. As famílias que, ainda, possuem os filhos morando no lote compreendem 31%, sendo que 21% são filhos pequenos ou adolescentes.

Os motivos que levam a saída dos filhos nas propriedades do “Cerrado” são os mesmos, assim do total de 63 entrevistados, o equivalente a 73% não reside mais na propriedade junto aos pais. As propriedades em que ainda existem os filhos morando com a família chegam a 12%, e com os filhos pequenos e adolescentes atingem 5%.

A saída dos filhos do meio familiar é um processo natural, porém no campo havia uma resistência quanto à saída dos filhos, que permaneciam mesmo casados, morando na propriedade. Atualmente, os jovens buscam objetivos diferentes daqueles idealizados pelos pais, tornando este processo de saída uma prática comum.

Outra situação peculiar do cenário rural em geral é que

[...], em muitas áreas rurais do país a população se encontra em idade avançada e enfrenta graves problemas de sucessão, pois os jovens continuam procurando alternativas e têm relutado em permanecer na zona rural, dado o relativo isolamento de algumas áreas e a dificuldade de acesso aos serviços básicos, inclusive à educação (HESPANHOL, 2007, p. 279).

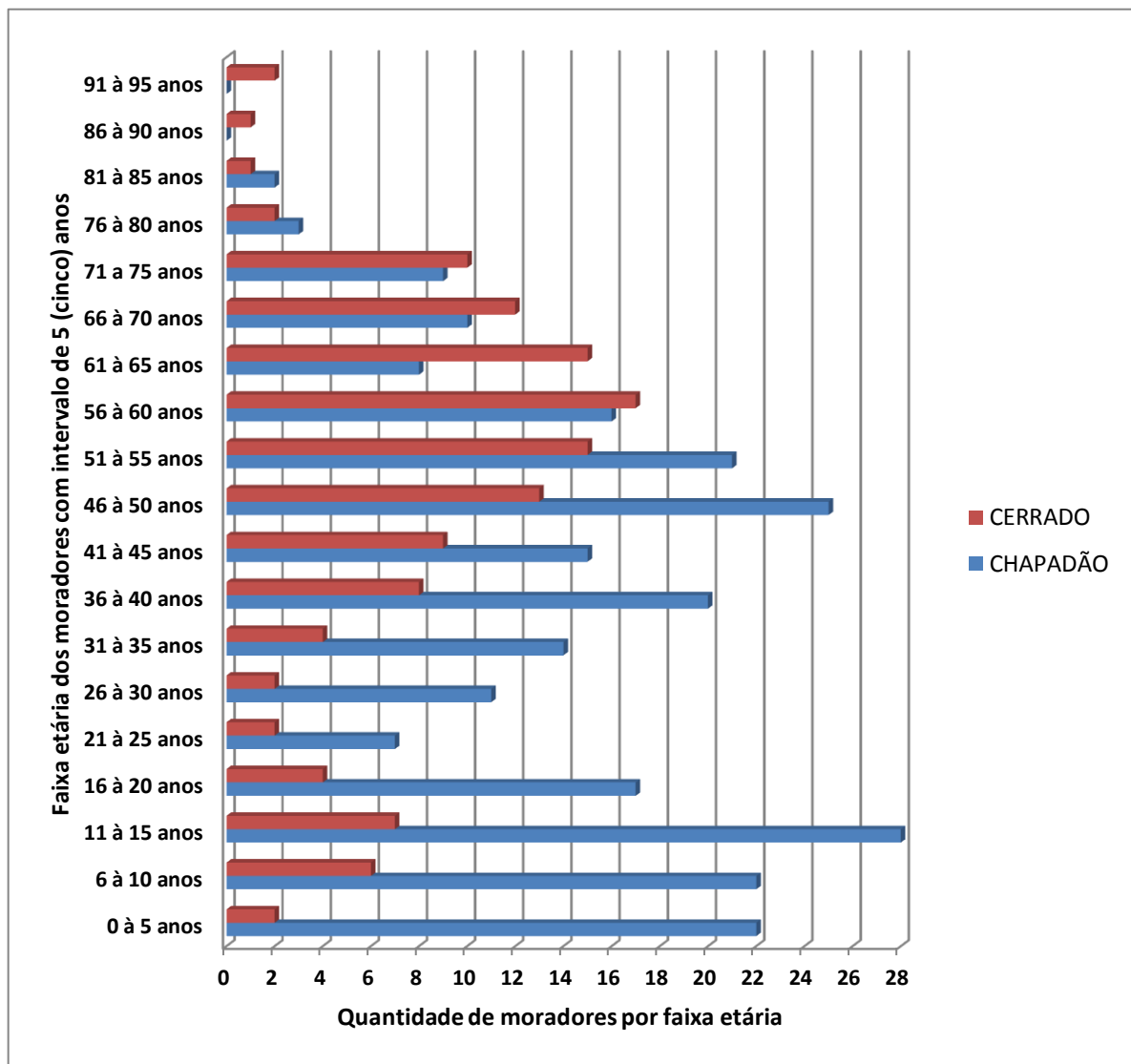
O PA Carimã está passando por esse momento também, os moradores, em sua maior parte, são constituídos por pessoas de meia idade ou acima dessa faixa etária. Uma grande maioria dos jovens não reside mais com a família, saíram pela necessidade de estudo e/ou trabalho uma vez que a produção do sítio tornara-se insuficiente para suprir as despesas da família.

Conforme visualização no Gráfico 4, as pessoas com idade entre 46 e 55 anos, são as que estão em maior número, ao realizar uma divisão entre pessoas com idade de 0 a 40 anos, é obtido um total de 176 pessoas e com idade entre 41 a 95 anos, o somatório é de 206 pessoas. Convertendo esse número para frequência relativa, o grupo de 0 a 40 anos representa 46% e o grupo de 41 a 95 anos representa 54%. É uma diferença pequena entre estes totais, no entanto quando são distribuídos por lotes, pode-se perceber a relevância destes números.

O formato do Gráfico 4 também é indicador de uma característica de sociedades em conflito social, características de migração em virtude de cataclismas e de deslocamentos, motivados por desigualdades regionais. Esse tipo de manifestação observado no gráfico reflete a história de sua população.

Na faixa etária de 21 a 35 anos, justamente na fase do ápice do vigor físico do agricultor, há o decréscimo no número de indivíduos, essa redução no número de pessoas nessa faixa etária (21 a 35 anos) confirma o deslocamento deste grupo populacional para outras áreas. O peso do grupo acima de 46 anos permite concluir que o envelhecimento da força de trabalho tem refletido nas condições de exploração da propriedade.

**Gráfico 4 - Faixa etária dos moradores do PA Carimã por ambientes de moradia**



Fonte: o autor

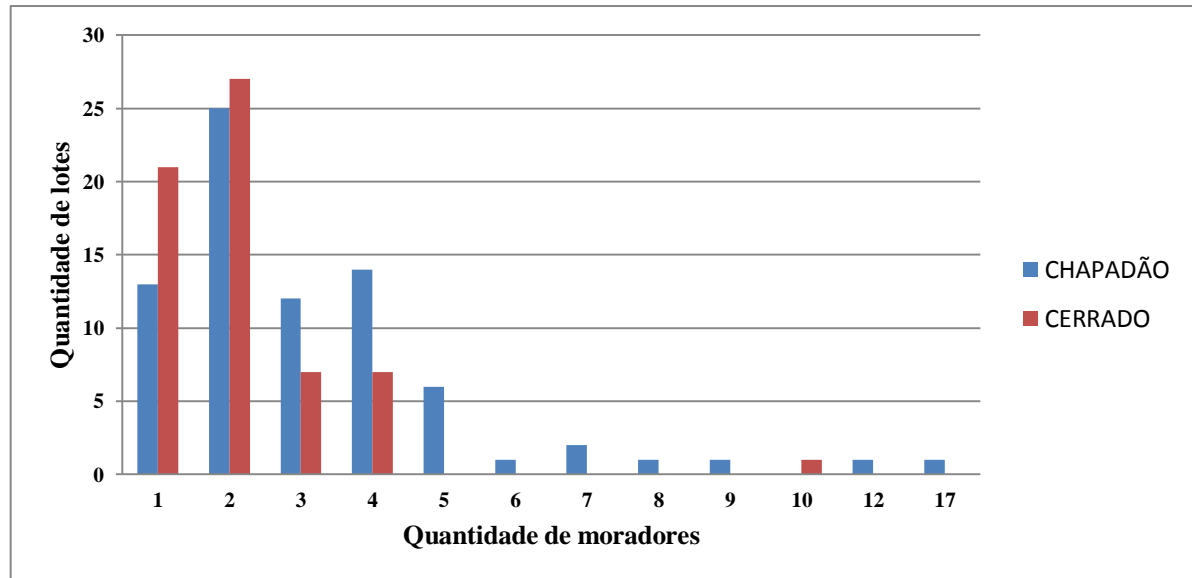
Do total de 140 lotes visitados, foram identificados que 85 destes têm de 1 a 2 moradores e representam 60% das propriedades; 50 lotes possuem de 3 a 7 moradores e representam 36%; e 5 lotes possuem de 8 a 17 moradores, perfazendo 4%.

As propriedades, onde existem de 1 a 2 (dois) moradores por lote (Gráfico 5), compõem-se basicamente de pessoas idosas. Isso foi confirmado durante a pesquisa de campo, sendo, geralmente, o homem que permanece só na propriedade por não adaptar-se à vida urbana ou é o casal, já aposentado, que faz do campo um local de moradia.

Quando são analisados os números referentes à idade dos moradores e à quantidade destes em cada faixa etária, não é visualizado o papel do idoso no campo, mas torna-se

perceptível quando é apresentada a quantidade de propriedades geridas por pessoas idosas. São as propriedades que têm de um a dois moradores, comprovando que os moradores do campo são idosos (Gráfico 5).

**Gráfico 5 - Quantidade de moradores por lote e ambiente de moradia**



Fonte: o autor

A população do PA Carimã está se tornando cada vez mais idosa e sua população jovem não tem sido renovada. Os jovens estão saindo do ambiente rural e mudando para o urbano, por motivos que são reproduzidos praticamente em todo país, estão em busca de trabalho e/ou estudo.

Outra situação vivenciada no campo, abordado por Graziano da Silva aborda diz respeito ao aumento da “[...] massa de desempregados, inativos e aposentados que mantêm residência rural” (2001, p.40), ou seja, está ocorrendo uma substituição de moradores no campo.

Essa substituição demográfica não quer dizer que não haverá alteração no quadro produtivo do espaço rural, uma vez que esses novos moradores rurais não dependerão do labor agrícola para sua subsistência. Graziano da Silva (2001, p.40) diz que elas possuem renda “não-agrícolas”, isto é, sua renda é oriunda do ambiente externo ao rural, são pensionistas, aposentados. Essa tem sido uma nova característica do espaço rural, transferência de recursos do ambiente urbano para o rural.

Esse grupo de moradores idosos traz ao campo uma nova fonte de renda, a aposentadoria. Para avaliar se este processo é real, no PA Carimã foram somados todos os moradores dos lotes entrevistados. Obteve-se o total de 382 pessoas, sendo que 2% recebem auxílio doença; 20% têm a aposentadoria como fonte de renda, e boa parte destes aposentados também recebe arrendamento, isto é natural, pela condição física deles, que não permite mais realizar trabalhos pesados, perfazendo um total de 22% dos moradores que recebem benefícios da Previdência Social.

As áreas rurais têm passado por mudanças em suas características. Para Bicalho, a “reestruturação rural, portanto, não segue padrões homogêneos e combina atividades agrícolas e não-agrícolas, que, por sua vez, podem assumir posição preponderante, de acordo com a região e o lugar de ocorrência” (BICALHO, 2008, p. 281), desse modo, para a autora essa mudança é característica de áreas próximas a grandes centros.

Esse processo é uma adaptação pela qual o setor rural está passando, independente de proximidade de grandes centros, mas pela conjuntura econômica, os agricultores familiares para alcançar a subsistência dentro da propriedade estão aderindo à condição de pluriatividades.

No caso do PA Carimã, o quadro produtivo comprova que de fato o campo, atualmente, tem se mostrado como um ambiente heterogêneo. Mudanças no sistema de produção e na relação que os atuais produtores possuem com a terra são cada vez mais perceptíveis, incluindo os pequenos proprietários, sendo essas alterações devido à

[...] expansão dos níveis de instrução da população rural, sobretudo dos jovens, a baixa rentabilidade das atividades agropecuárias, a expansão da eletrificação rural e as maiores facilidades de locomoção e de comunicação entre os espaços rural e urbano têm feito com que uma parcela cada vez maior da população do campo desenvolva atividades na cidade, embora permaneça residindo na zona rural. A agricultura *part-time* e a pluriatividade são cada vez mais expressivas; a aposentadoria rural passou a se constituir numa importante fonte de renda para boa parte da população residente nas áreas rurais; a segunda residência é um fenômeno comum a essas zonas, e novos condomínios residenciais destinados à população de média e alta renda têm sido criados em zonas rurais situadas nas proximidades de médias e grandes cidades (HESPANHOL, 2007, p. 277 e 278).

Com a nova realidade do ambiente rural, as pequenas propriedades que, no passado, tinham na mão de obra familiar sua principal fonte de trabalho transformaram-se. A perspectiva de trabalho constante na propriedade não é mais o objetivo da família, são

realizados cálculos sobre as atividades desenvolvidas, e o resultado destes cálculos tem que ser o lucro, não basta ter trabalho e alimentação básica dentro da casa. O agricultor familiar possui metas, objetivos, necessidades, por isso a atividade rural tem que ser lucrativa. Por estar visando ao lucro é que surge o agricultor *part-time*, aliado a pluriatividade desenvolvida na propriedade.

Numa pequena propriedade, a viabilidade econômica depende dos níveis de produtividade, de diversidade do cultivo e do uso intensivo da terra, sem a qual a sustentabilidade econômica é difícil de ser obtida. Existem exemplos de sucesso só que estes são a exceção nessa categoria de produtores. Piccin (2012, p. 120), em pesquisa empreendida com assentados no Rio Grande do Sul, afirma que

na concorrência intercapitalista, para a fixação do lucro e da renda da terra, há a tendência de que *pequenos patrimônios produtivos* não realizem tais grandezas econômicas, nas quais o valor retido corresponderia à reprodução simples das condições de trabalho dos integrantes da família e dos meios de produção.

Assim, haveria perda de autonomia e, conseqüente, subordinação à sociedade envolvente. Com essa forma de reestruturação heterogênea do espaço rural, o grau de influência das atividades agrícolas e não-agrícolas é diferenciada e não atua com o mesmo grau de intensidade nos locais. Em algumas regiões, a influência poderá ser a atividade agrícola em outra a não-agrícola, quanto a isso, não há como estabelecer um padrão, mas é certo que a reestruturação do setor agrícola familiar está ocorrendo em praticamente todo o país em razão dessa diferenciação de atividades.

Não pode ser esquecido que essas famílias do PA Carimã fazem parte de um grupo de pessoas segregadas socialmente e que buscaram uma oportunidade para transformar sua história. Porém, não possuindo recurso próprio para realizar investimentos necessários à produção familiar, dependem do governo por intermédio das políticas públicas.

Para Graziano da Silva, sobre a produção em pequenas áreas, ele afirma que:

Pequenas áreas destinadas a produzir apenas arroz-feijão, assim como outros produtos agrícolas tradicionais, especialmente grãos, realmente não são mais viáveis. Mas, felizmente, as atividades agrícolas tradicionais também não são mais as únicas alternativas hoje disponíveis para a geração de ocupação e renda para as famílias rurais (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p.45).

Para o autor, a renda da família assentada não precisa ficar restrita à produção agrícola, deve-se incentivar a agregação de valor aos produtos oriundos da propriedade, como a industrialização doméstica de seus produtos, por exemplo, produção de leite, doces, queijo, requeijão, frutas para fazer doces e geleias etc.

Esta produção realmente melhora a renda da família, mas há o problema de logística. Então como retirar esta produção de um local distante do centro urbano do município sendo que a maioria das pessoas não possui transporte próprio e não há regularidade no transporte destinado à população? Assim, não basta produzir, o produto tem que ser posto em um mercado consumidor além da comunidade onde está inserido, que não tem condições de absorver toda produção existente.

Vale ressaltar, ainda, que parcela significativa dos produtos da propriedade familiar são perecíveis e devem ser colocados rapidamente no mercado consumidor (Foto 2).

**Foto 2 - Produção familiar, mudas de plantas, suinocultura tradicional, conservas, doces, etc.**



Fonte: o autor

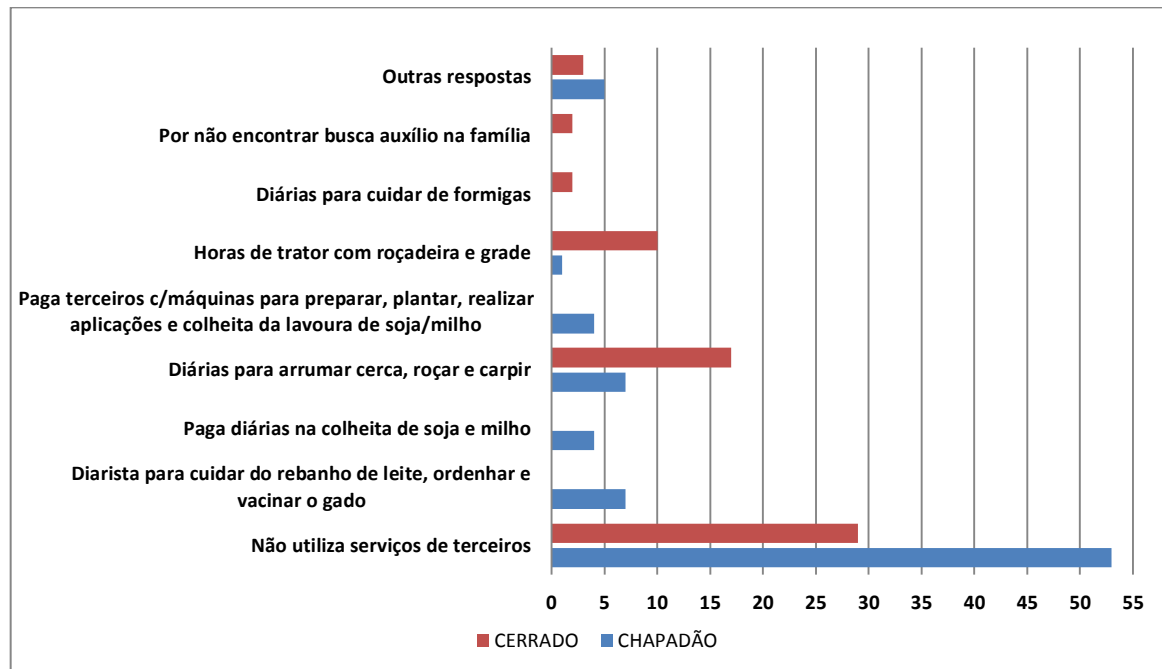
O transporte público é precário, uma vez que não há regularidade no transporte existente na comunidade. A concessionária do transporte coletivo no município, em 2014, fez

linhas semanais no local em caráter experimental, porém não houve continuidade devido à baixa demanda, o que caracterizou essa rota como inviável economicamente. Assim, moradores com veículos particulares (Kombi e micro-ônibus) são utilizados como lotação. Essa irregularidade no transporte inviabiliza a venda de mercadorias da agricultura familiar.

Na composição da renda familiar, o arrendamento e parceria constitui a renda de 13% dos moradores, pessoas com emprego fixo nas fazendas circunvizinhas, 5%; trabalhadores diaristas, prestadores de serviços no PA e nas fazendas, representam 4%; o percentual de prestadores de serviços na comunidade é a soma destes dois grupos, 9% dos moradores. Estes também são formas de renda não agrícolas, presentes no ambiente rural.

Outra realidade presente são os assentados que se utilizam dos serviços prestados por esses diaristas (Gráfico 6), e os aposentados estão entre os usuários destes serviços. A demanda é menor do que a procura, fato que gera para alguns trabalhadores uma lista de espera, como a realização de serviços, com trator (roçar, gradear, etc.) ou de pedreiro.

**Gráfico 6 – Propriedades que necessitam de mão de obra terceirizada para produzir**



Fonte: o autor

Quando o serviço a ser realizado é durante a colheita e não há trabalhadores disponíveis, alguns proprietários recorrem ao apoio dos familiares, mas nem sempre é possível ter a necessidade atendida. Os aposentados usam estes trabalhadores para ajudá-los,



ou para realizar os serviços necessários em suas propriedades, principalmente as que praticam a pecuária, independente de ser leiteira ou de corte.

Na composição da renda familiar, a pecuária leiteira está presente na renda de 9% dos moradores e a pecuária de corte em 7%. São valores próximos um do outro e revelam que estas atividades existem quase na mesma proporção dentro da comunidade, por ser uma comunidade de agricultores familiares, previa-se o predomínio em percentual maior da pecuária leiteira (Quadro 5).

**Quadro 5 - Composição da renda familiar dos moradores do PA Carimã**

<b>ATIVIDADES QUE COMPÕEM A RENDA</b>	<b>CHAPADÃO</b>	<b>CERRADO</b>
Aposentadoria	35	41
Arrendamento de pastagem	3	2
Arrendamento para plantio de soja e milho	45	0
Atualmente, o sítio não está produzindo nenhuma renda	2	3
Auxílio doença	5	2
Comércio na propriedade	4	0
Contrato de trabalho temporário pelo Estado ou Município	2	0
Criação de porcos (suinocultura tradicional)	12	10
Diárias ou empreitas em fazendas e no assentamento	12	4
Emprego fixo em empresas do setor privado	2	2
Emprego fixo em fazendas	16	5
Funcionária(o) público municipal efetiva(o)	6	6
Parceria com plantio de milho, soja é do parceiro	2	0
Plantio de hortaliças irrigadas (tomate, pepino, pimentão, jiló, melancia, feijão catador, quiabo)	3	0
Plantio próprio de soja e milho	9	0
Prestação de serviço de mecânico/pedreiro/servente	5	3
Prestação de serviços com colheitadeira/trator com implementos para terceiros	2	0
Produção de doces, geleias e conservas	0	2
Produção de eucalipto	3	11
Produção de frutas e polpas diversas	2	0
Produção de galinha e frango caipira	19	17
Produção de galinha e frango de corte	4	4
Produção de ovos	4	3
Produção de pecuária de corte	7	19
Produção de pecuária leiteira com piquetes para rotação dos animais	3	0
Produção de pecuária leiteira no sistema tradicional/em parceria	14	19
Produção de piscicultura	0	2
Produção de queijo e requeijão – venda	5	4
Venda de bezerros	0	2
Venda em domicílio (cosméticos e roupas)	2	0
Outras fontes de renda	7	10
<b>TOTAIS</b>	<b>236</b>	<b>166</b>

Fonte: o autor

A análise mais apurada do Quadro 5 possibilita uma série de interpretações, como a composição da renda agrícola e não agrícola. Na área do “Chapadão”, as denominadas rendas

de natureza não agrícola estiveram presentes em 37,71 % das citações por ocasião da pesquisa de campo, enquanto na área do “Cerrado” a frequência relativa equivaleu a 37,95%, havendo portanto um equilíbrio entre as duas porções espaciais. Decorrente desses dados praticamente iguais, a renda não agrícola de todo o assentamento atingiu 37,81% e, conforme o quadro, compreendendo dez fontes distintas.

Tomando por referência somente as quatro maiores frequências absolutas se manifestam. A aposentadoria, categoria de maior frequência, chega a 39,32% no “Chapadão” e a 65,07% no “Cerrado”; o emprego fixo em fazendas perfaz 17,97% no “Chapadão” e a 7,93% no “Cerrado”; as diárias ou empreita nas fazendas respectivamente apresentam 17,48% e 6,34% e, por último, a renda proveniente de emprego público se assemelha a 6,74% e 9,52%. Dignos de nota são os resultados para aposentadoria, no “Cerrado” e a participação do emprego fixo em fazendas e das diárias ou empreita em fazendas e no assentamento. A frequência elevada da renda não agrícola também foi observada por Oyamada *et al* (2007) em pesquisa desenvolvida em uma comunidade rural no município de Poconé/MT, que atingiu a 70,53% da renda familiar. Esses indicadores demonstram que as pequenas propriedades padecem na geração de renda.

Essa é uma mudança em todo cenário brasileiro. Por exemplo, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, a região há muito tempo é considerada como uma das mais pobres do país, constituída em sua maioria por pequenos agricultores familiares e muitos deles dependem dos produtos vendidos nas feiras para suprir as necessidades familiares. Análise realizada por Ribeiro, Araújo e Galizoni (2007), identificando a origem das fontes de renda das famílias da região mineira, estabeleceu a seguinte classificação: 1) as receitas rurais; 2) benefícios e transferências de programas públicos; 3) receitas de outras atividades; e 4) receitas de outras fontes.

As receitas rurais são compostas por venda da produção considerando também a produção de autoconsumo, podem ser produtos originados da coleta ou do trabalho na propriedade; os benefícios são recursos que compõem a renda familiar por meio de programas governamentais e aposentadorias.

Nas receitas de outras atividades, estão os serviços prestados a terceiros, logo a prestação de serviço é uma atividade não agrícola e as receitas de outras fontes são os auxílios de parentes (filhos ou pais) que não estão trabalhando na propriedade, mas transferem recursos para a família; o recebimento de aluguéis também se enquadra nesta categoria.

Essa é a realidade desta área pobre de Minas Gerais, composta por agricultores familiares. Essa característica da composição da renda familiar destes agricultores mineiros é muito semelhante à composição da renda da área de pesquisa, o PA Carimã. Mesmo estando localizado em uma região produtora de grãos, subentendida como de alta produtividade, revela a igualdade vivida por agricultores familiares de estados diferentes.

Não é porque os proprietários do entorno do PA Carimã são ricos, com bons níveis de produtividade na área plantada, que os agricultores familiares também gozarão dos mesmos privilégios. Desse modo, a semelhança existente entre os agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha e do PA Carimã nos possibilitar inferir que a influência determinante sobre o agricultor familiar é o tamanho da propriedade e as políticas destinadas a eles e não, necessariamente, as condições naturais de onde estão localizados.

As dificuldades para produção são muitas, infelizmente, não são problemas recentes, são situações que se arrastam ao longo dos anos sem ações que busquem solucionar estes problemas, os quais podem ser categorizados como problemas crônicos. Para Carvalho Filho (1995, p.191), há a

[...] necessidade de uma política de fortes investimentos em pesquisa agropecuária, educação e extensão rural; a revisão da carga tributária incidente sobre os produtos alimentares; o melhoramento da infraestrutura de transporte e energia; a correção das imperfeições no sistema de comercialização; a redução das perdas na agricultura, abrangendo toda a cadeia produtiva e o consumo; as medidas específicas visando à produção de alimentos (preços mínimos, apoio à agricultura familiar).

Ao suprimir essas dificuldades, haverá um reflexo direto sobre a sustentabilidade agrícola, a definição que mais se aproxima do que tem se entendido “[...] é a capacidade de manter alguma atividade em face de um estresse ou choque [...]” (CONWAY, 2003, p. 199). Essa situação de estresse ou choque pode ser entendida com um período de seca ou chuva em excesso, onde o produtor leva seu rebanho para se alimentar em outros locais, como para pastagens mais altas para fugir da enchente ou apresenta uma alimentação alternativa.

Situações semelhantes de estresse são as infestações de pragas em lavouras ou problemas de fertilidade do solo, problemas naturais, também, podem ser de origem humana, como as barreiras impostas para salvar a produção. Essas medidas protecionistas adotadas por alguns países para protegerem o produtor nacional são situações que necessitam ser superadas pelo produtor. A sustentabilidade agrícola é a superação destas situações, das dificuldades, de

modo que a produção não pare, pode, às vezes, não ter a mesma produtividade de uma safra anterior, mas o mais importante é a superação da crise.

Dessa forma, haverá a garantia de alimento diário, a necessidade da população perpassa pelo aval das políticas públicas, fato que para Carvalho Filho, vai além, uma vez que são

[...] relevantes para a segurança alimentar da população as ações que objetivem integrar mais agricultores ao sistema produtivo, principalmente aqueles que foram e estão sendo excluídos pelo processo de modernização da agricultura. [...] consideramos que o acesso à terra para os produtores familiares tem a função primordial de integrar esses agricultores à sociedade e ao mercado, garantindo-lhes direitos (entitlements), renda e, conseqüentemente, segurança alimentar. (1995, p.191).

A segurança alimentar, segundo Hoffmann, ocorre quando todas as pessoas de uma população “[...] têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável.” (1995, p. 159). Para o autor, a garantia não é a oferta, disponibilidade de produtos alimentícios básicos à população, mas sim a demanda, capacidade de compra que essa população possui. A solução para a fome não está somente na produção, mas, principalmente, na capacidade econômica desta população de adquiri-la.

O aumento da jornada de trabalho no campo se deve pela saída de uma grande massa de jovens do ambiente rural em busca de emprego e/ou estudo sem o retorno à propriedade, permanecendo a carga de trabalho sobre os pais ou as pessoas mais velhas da família.

Sobre a produção realizada nas propriedades, reclamações quanto à falta de assistência técnica foram feitas por muitos agricultores familiares. Essa reclamação feita por esses agricultores não é infundada. Isso porque os moradores do PA Carimã afirmam que nunca receberam uma assistência técnica governamental e, mesmo durante o período de existência do Projeto Lumiar, foi afirmado por eles que o técnico auxiliava na montagem de projetos, porém não eram orientados no plantio ou criação de animais (Quadro 6).

**Quadro 6 – Apoio técnico recebido na propriedade**

<b>RESPOSTAS OBTIDAS QUANTO AO APOIO TÉCNICO</b>	<b>CHAPADÃO</b>	<b>CERRADO</b>
Não possuem produção; e	2	2
Apoio técnico particular ou de fornecedor de insumos;	8	0
EMPAER, se solicitar ajuda técnica eles assessoram;	2	0
Já passaram técnicos da Secretaria de Agricultura porém não ajudaram muito, só promessas, não acompanham produção;	12	11
Não foi oferecido apoio pelo: INCRA, Governo Municipal, EMPAER, ONG, Governo Estadual;	57	39
Nunca houve apoio técnico, acredita que por isso o P.A. como um todo não está melhor em produção;	2	2
Recebeu apoio técnico da COMAJUL e SEBRRAE, nenhum outro órgão;	2	0
Técnico da Secretaria de Agricultura veio furar o tanque para piscicultura e não veio mais;	3	3
Teve apoio da EMPAER por dois anos no início do P.A., depois não mais;	2	0
Teve do projeto LUMIAR, elaborava projeto mas não acompanhava lavoura/gado;	11	4
Outras respostas.	3	5
<b>TOTAIS</b>	<b>104</b>	<b>68</b>

Fonte: o autor

Os agricultores que estão plantando soja e milho com recurso próprio dizem receber apoio técnico da empresa que vende as sementes ou contam com a voluntariedade de amigos agrônomos. Para os que arrendam suas terras, maioria, essa parte técnica é de responsabilidade do fazendeiro e não há interesse da parte deles.

Essa situação se confirma com a entrevista realizada junto a Secretaria Municipal de Agricultura de Rondonópolis, alegando que, atualmente, estão sem estrutura de apoio ao agricultor familiar, seja oriundo da reforma agrária ou agricultura tradicional. A ação que existe para esses produtores por parte da Secretaria Municipal de Agricultura é a abertura no solo de tanque para aqueles que desejam iniciar uma atividade de piscicultura, fornecimento de sementes de hortaliças (salsa, coentro, abóbora, pepino, berinjela etc.), para aqueles que estão trabalhando com hortaliças ou uma horta para autoconsumo, incluindo entidades filantrópicas voltadas à recuperação de dependentes químicos.

O mesmo quadro foi informado por funcionário da EMPAER. Na atualidade, a empresa é mais uma agenciadora para liberação de recursos financeiros, através da elaboração de projetos voltados à agricultura familiar tradicional, não estando voltada aos assentados.

A mesma informação foi confirmada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis<sup>13</sup>, sindicato que atende aos empregados rurais assalariados e aos agricultores familiares, sendo ele também um agricultor familiar, confirma a falta de assistência técnica, fato que dificulta o trabalho produtivo.

Em Rondonópolis, todas as quartas-feiras, realiza-se uma feira voltada à comercialização da produção oriunda da agricultura familiar. O projeto foi implantado na gestão municipal anterior, do então prefeito José Carlos Junqueira de Araújo, o “Zé Carlos do Pátio” e foi dada continuidade pelo atual prefeito, Percival Santos Muniz. No entanto, os agricultores familiares afirmam que, mesmo não sendo uma política perfeita de apoio a estes agricultores, na gestão anterior o apoio destinado a eles era maior.

Para a efetivação dessa feira específica do produtor familiar, um caminhão da prefeitura busca os produtos dos assentados. A maior parte dos feirantes pertence ao PA Primavera e Esperança e há um número reduzido de agricultores familiares tradicionais. No entanto, conforme informação obtida no local, esta feira já teve uma participação maior, mas falta incentivo por parte da administração, na divulgação da feira, principalmente nos bairros mais próximos do local onde existem potenciais consumidores.

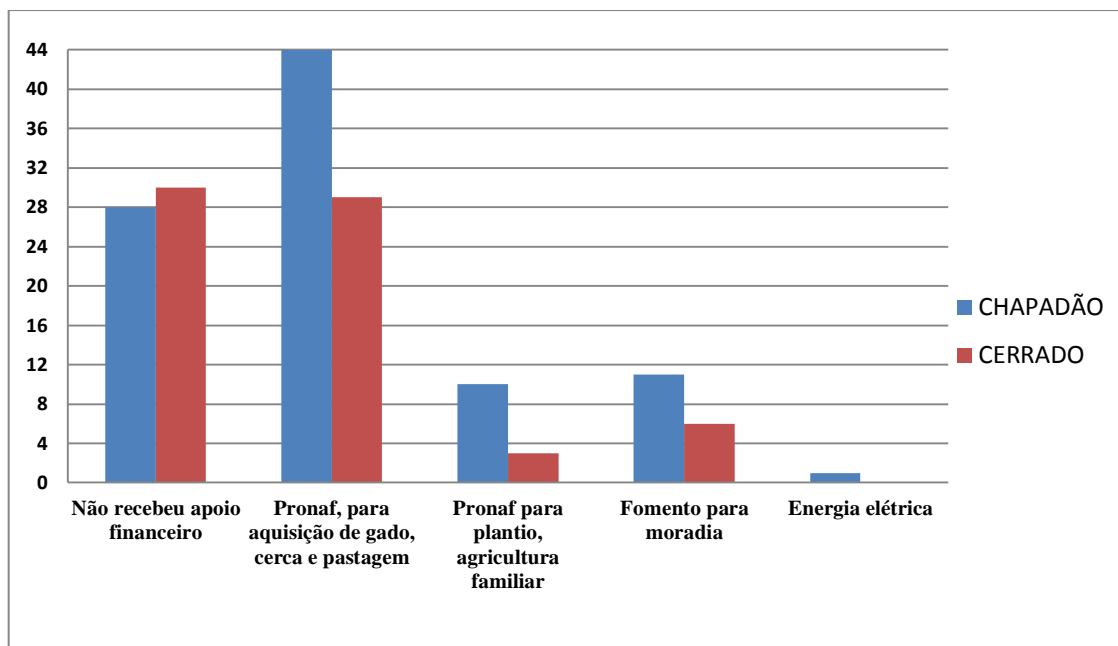
Em relação à participação de produtores do PA Carimã, somente um produtor participou da feira em seu início. Entretanto, como percebeu a não viabilidade econômica, devido ao tempo que demandava permanecer no local e ao risco de não vender, optou pelos supermercados ou pelos atacadistas do município.

Percebe-se que a falta de incentivo à agricultura familiar não é um problema existente somente no PA Carimã, mas a falha está na política municipal sobre o assunto. Em levantamento sobre o incentivo financeiro recebido, o PRONAF destinado à pecuária foi o recurso mais utilizado (Gráfico 7).

---

<sup>13</sup> O nome do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis/MT entrevistado, foi o senhor Valdivino T. Aquino.

**Gráfico 7 – Incentivo financeiro concedido aos agricultores familiares do PA Carimã**



Fonte: o autor

O número de pessoas que não receberam incentivo financeiro, no universo pesquisado, representa 36% dos moradores do “Chapadão” e 47% dos moradores do “Cerrado”. Trata-se de um percentual elevado, ao fazermos a análise desses números. Mas, se considerarmos que, no “Chapadão”, 52% dos entrevistados e, no “Cerrado”, 62% vieram após o início do PA, então parte desses moradores que chegaram, posteriormente, ao assentamento também foram beneficiados pelo PRONAF, sendo 16% do “Chapadão” e 15% do “Cerrado”.

Algumas pessoas que usaram o recurso do PRONAF não gostaram do resultado do investimento, pontuaram que os recursos foram aplicados em uma atividade na qual o agricultor familiar não tinha afinidade. Para não perderem o recurso disponibilizado, os agricultores aceitaram os termos do programa, fato que gera um problema, pois se o agricultor pagar as parcelas do financiamento nas datas previstas é concedido um desconto considerável, mas, para aqueles que não pagam, a taxa de juros é alta.

No caso da pecuária, quando foi liberado o recurso para aquisição de animais, formação de pastagem e construção de cercas, ocorreu tudo praticamente ao mesmo tempo, o que é uma deficiência do programa. Estas situações somadas à má gestão faz com que alguns agricultores familiares estejam com problemas junto às instituições financeiras.

Porém, mesmo existindo falhas no programa, ele é visto como viável e útil. Já aqueles que utilizaram o recurso para a agricultura ficaram insatisfeitos. Apesar dessa insatisfação, o investimento feito na pecuária, em boa medida, ajudou os assentados, pois, naquele, momento da vida, eles não tinham condições de realizar nenhum investimento na terra para que essa gerasse renda à família.

Para muitos agricultores, as lavouras tradicionais da agricultura familiar foram apresentadas como atividades inviáveis sob o ponto de vista econômico. Segundo os agricultores, é mais viável adquirir os produtos no comércio do que produzi-los. É uma situação intrigante imaginar que o custo de produção para esses agricultores familiares equivale ao preço de mercado do mesmo produto para outros produtores.

A produção agrícola no PA Carimã já passou por diversos momentos e várias culturas praticadas. Algumas culturas não são mais cultivadas pelas famílias e diversos motivos foram apresentados pelos produtores para encerrarem algumas atividades, dentre os quais, está a falta d'água no início do PA para cuidar das plantas e dos animais existentes, pois no início só existia um poço artesiano, na sede da fazenda, posteriormente, foram construídos mais cinco poços e instalada a rede distribuidora.

Existiram situações vividas pelos agricultores familiares que os desestimularam a continuar com alguma atividade, no entanto, elas são recorrentes no presente, como a falta de incentivo à comercialização da produção. Outro ponto é a falta de orientação técnica para produzir algo ou alertar quanto à dificuldade de aceitação no mercado de algum produto. Um exemplo é o de um produtor que teve dificuldade para vender berinjela, porque é um alimento que nem todas as pessoas gostam, não a usam em sua alimentação diária, diferente dos demais produtos que têm melhor aceitação no mercado (Gráfico 8).

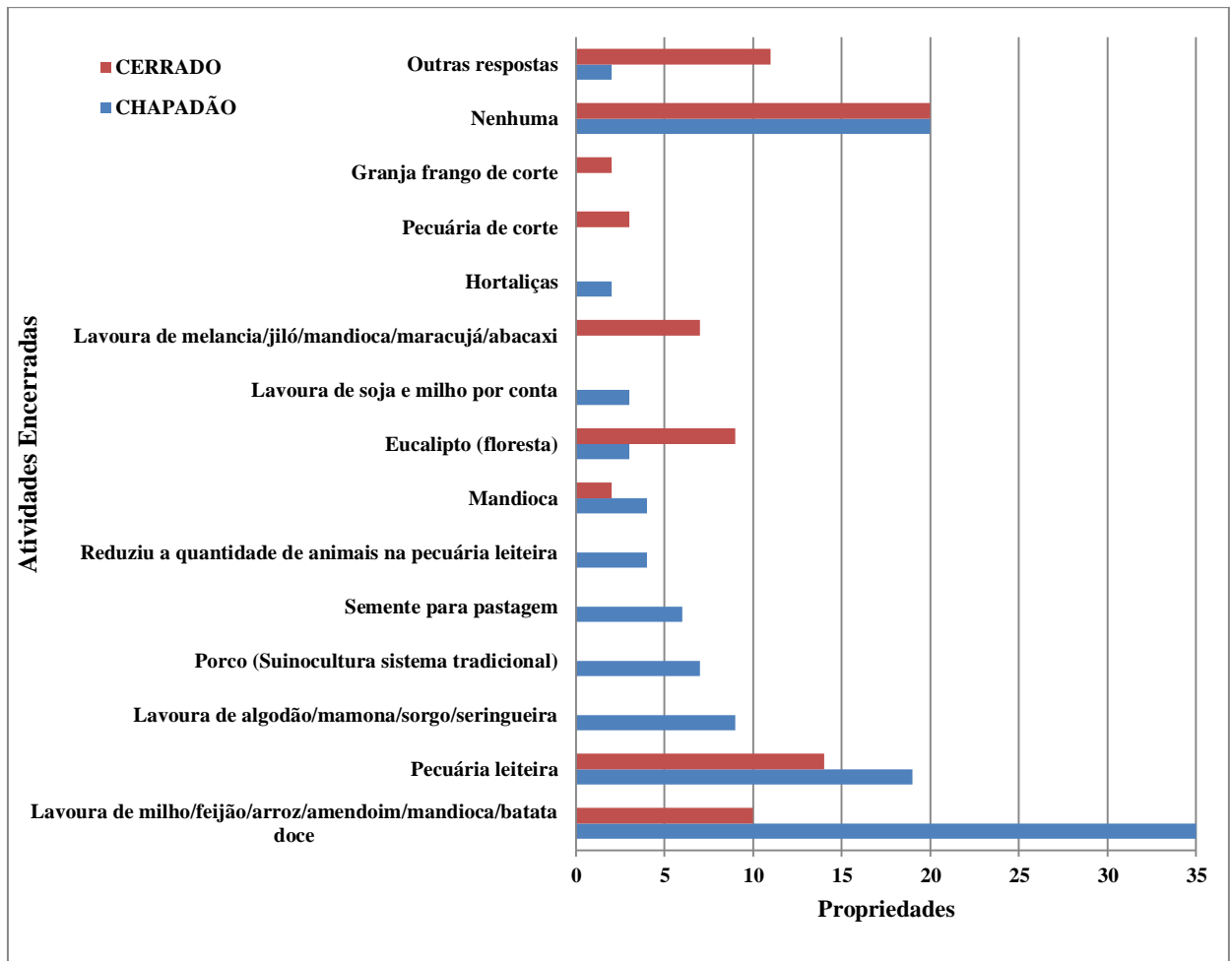
No “Chapadão”, a pecuária leiteira já foi muito praticada, fato que pode ser comprovado uma vez que havia imposição para liberação de recurso do PRONAF. Mesmo ainda não tendo pastagem, alguns produtores adquiriram o rebanho leiteiro e, posteriormente, o vendeu. Muitos já tentaram o plantio de hortifrúti, plantio de eucalipto, mas a grande maioria destas propriedades está sendo utilizada para plantio de soja em sistema de arrendamento, ou seja, está ocorrendo uma reintrodução da monocultura neste espaço.

A área do “Cerrado” foi a que passou por uma variação menor de produção, predominando a pecuária leiteira. Algumas propriedades tentaram o plantio de eucalipto,



porém uma grande parte dos produtores não acreditam mais em sua viabilidade econômica. Houve o plantio de seringueiras, mas quase todas as mudas plantadas morreram. Atualmente, o “Cerrado” está ligado à pecuária de corte e à pecuária leiteira, que continua compondo seu quadro produtivo.

**Gráfico 8 – Produção que não é mais desenvolvida na propriedade**



Fonte: o autor

No PA Carimã, ocorreram momentos de incentivo ao plantio, reflexo de uma prática nacional, de focar em determinados produtos como o incentivo à produção de mandioca, seringa e mamona. Nesta última, no momento de aquisição da produção do assentado, ela não ocorreu, ficando o prejuízo a este. Houve incentivo à seringueira cujas mudas morreram ainda pequenas por falta de orientação técnica no plantio e manejo. Caso tivesse dado certo, hoje, seria um problema, uma vez que a principal produtora na região, a Fazenda Michelin, no

município de Itiquira, encerrou suas atividades, e a usina de beneficiamento existente no Distrito de Ouro Branco corre o risco de ser fechada.

Com a produção de mandioca não foi diferente, incentivada pelo Projeto LUMIAR<sup>14</sup>, quando chegou o momento de encontrar o mercado para a colheita, ficou a responsabilidade para os agricultores, como não conseguiram vender e não havia ninguém que soubesse fazer farinha, a lavoura ficou, praticamente, perdida.

Essas propostas de trabalho não tiveram a adesão de boa parte dos assentados, mas aqueles que participaram e passaram por estes transtornos transmitem aos demais agricultores familiares à imagem de descrédito das políticas de incentivo à produção familiar pelo governo em geral (Quadro 7).

**Quadro 7 – Principais motivos que levaram os agricultores a encerrarem determinada atividade agrícola**

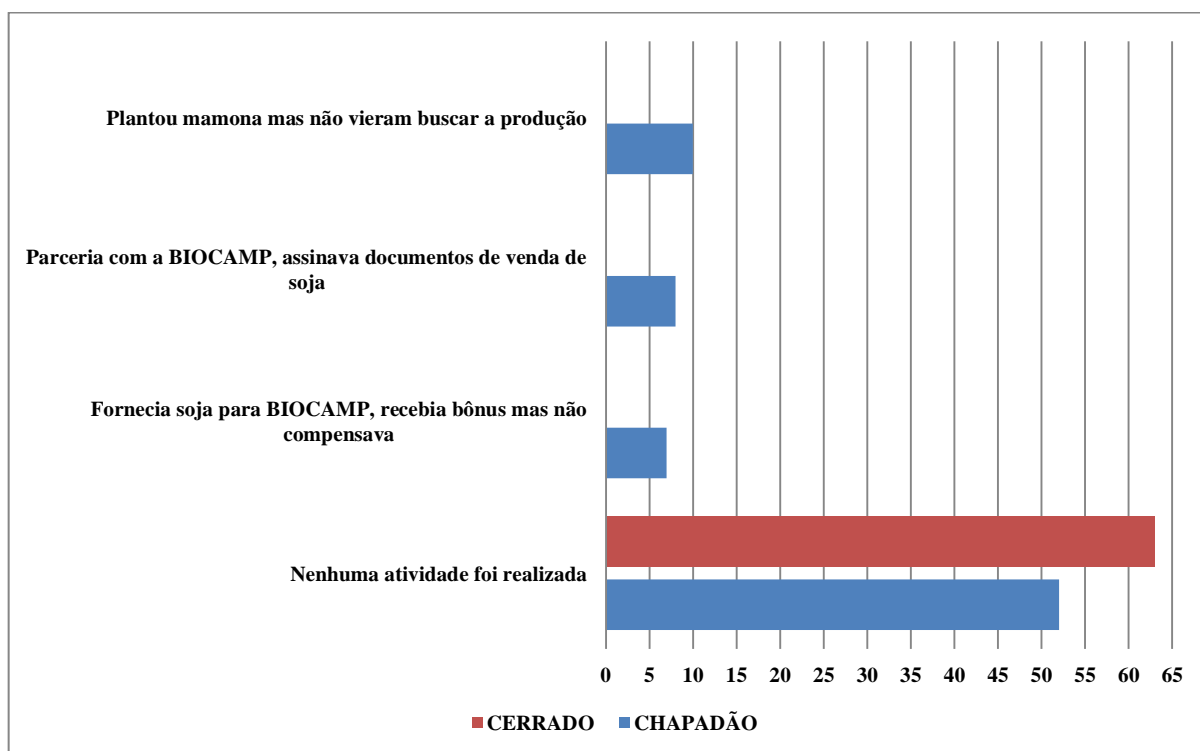
MOTIVOS QUE LEVARAM A ENCERRAR ATIVIDADE REALIZADA	CHAPADÃO	CERRADO
Lavoura (arroz/feijão/milho/batata doce) deu prejuízo, faltou orientação técnica, baixo preço para venda, trabalho era manual com baixa produtividade, é melhor comprar o produto do que produzir	27	8
Lavoura de melancia não teve produção ideal, não foi boa, faltou correção solo	0	4
Parou com a semente de pastagem porque mudou a parceria	6	0
Baixo preço do leite desestimula a atividade	6	4
Suinocultura, teve praga no milho, faltou alimento/água para os animais, eles comem muito e dá prejuízo	5	0
Lavoura de mandioca não teve comprador para ela, projeto incentivado pelo LUMIAR	4	2
Gastava com maquinários (planta, aplicações e colheita) nas lavouras, não compensou financeiramente	4	0
Faltava água, as criações morriam, provocando a desistência da criação, dificuldade para trazer água para a propriedade	4	0
O valor do eucalipto para comercialização não viabiliza o plantio	3	6
Parou com o leite por problema de saúde/falecimento do esposo/falta de mão de obra	3	4
Plantou mamona e não vieram buscar a produção	3	0
Pés de seringa morreram e o projeto não foi avante	3	0
O pasto não aguenta durante o período de seca, por causa do solo, gado fica com fome	2	0
Houve dificuldade em inserir o produto no mercado (berinjela/abóbora)	2	0
Diminuiu a quantidade de gado para investir mais no plantio de soja e milho	2	0
Diminuiu gado leiteiro porque o preço do leite não compensa/falta mão de obra	0	2
Parou de entregar leite para COMAJUL por causa do baixo preço do produto, não compensa, está fazendo queijo para venda	0	2
Eucalipto morreu por ataque de praga e falta de correção do solo	0	2
Eucalipto foi atacado por praga, morreu tudo antes do ponto comercial, usou a madeira como lenha	0	2
Não parou nenhuma atividade	20	20
Outras respostas	15	24
<b>TOTAIS</b>	<b>109</b>	<b>80</b>

Fonte: o autor

<sup>14</sup> O Projeto LUMIAR, foi um programa de apoio técnico ao assentado, antecedeu ao serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), também criado pelo INCRA.

A mamona seria destinada à produção de biodiesel, o que não ocorreu e ainda não ocorre, porque a empresa Brasil Ecodiesel não adquiriu a safra. Hoje o biodiesel tem como matéria-prima a soja. No PA Carimã, a empresa que intermedia a documentação com os agricultores familiares é a Biocamp, porque a produção da soja é realizada pelo arrendatário nas terras dos agricultores familiares, e a documentação é emitida em nome do proprietário da terra. No Gráfico 9, apresenta-se o levantamento da produção voltada ao biodiesel no PA:

**Gráfico 9 – Produção do PA Carimã voltada ao biodiesel**



Fonte: o autor

As dificuldades enfrentadas pelos agricultores para produzir no decorrer de suas histórias no PA, certamente, contribuem para que muitos moradores desistam em permanecer no lote recebido. Quanto à existência de pessoas oportunistas que desejavam desde o primeiro momento vender o lote recebido, não há como ser cético sobre o assunto.

Pelas dificuldades vivenciadas por esses agricultores, foram feitas estas perguntas a eles: é compensatório viver no campo, como integrante da agricultura familiar? Para estas pessoas entrevistadas continuarem morando no campo é uma vantagem ou desvantagem? O que as tem mantido neste ambiente?

Foram elencadas várias necessidades pelos moradores do ambiente em tela (Quadro 8), porém, em percentuais próximos, sendo 56% do “Chapadão” e 59% do “Cerrado” dos moradores desses ambientes acham vantajoso permanecer no campo, devido à tranquilidade, segurança, vida mais fácil, qualidade de vida com baixo custo.

**Quadro 8 – Necessidades das propriedades elencadas pelos moradores**

NECESSIDADES ELENCADAS	CHAPADÃO	CERRADO
Apoio técnico	4	0
Atualmente esta tranquilo, não precisa de nada.	17	8
Barracão coberto 12x15 para guardar maquinários/venenos/milho	3	0
Barracão coberto para instalação de granja de poedeiras	0	2
Carro com carroceria para transportar a produção	2	0
Curral coberto	3	2
Fazer/reformar cercas/ novas divisões de pasto	4	11
Formar mais pasto	0	4
Galpão p/galinhas/frangos dividido para os estágios de: maternidade, intermediário, final e poedeira	3	0
Liberação de recurso financeiro	9	14
Mangueiro (Chiqueiro) para porco	2	0
Poço artesiano	22	11
Produzir por conta, soja e milho	2	0
Recurso financeiro para investir na irrigação	2	3
Reforma da moradia	6	2
Reformar a pastagem com correção do solo (calcário e adubo)	2	13
Regularizar o lote, para pegar o título definitivo	2	0
Semente de pastagem	2	0
Trator com implementos (grade, niveladora, plantadeira) e colheitadeira	11	0
Trator com implementos (grade/niveladora/roçadeira)	0	2
Triturador bom	0	2
Outras respostas	5	21
<b>TOTAIS</b>	<b>101</b>	<b>95</b>

Fonte: o autor

Em relação aos percentuais expostos anteriormente, eles são contraditórios, pois, nas respostas das famílias, foram apresentadas algumas dificuldades, dentre elas, a produção e a obtenção de renda. Segurança e qualidade de vida pela tranquilidade do local, realmente é visível, assim como o baixo custo de vida, porque não há preocupação com as roupas de trabalho e, até mesmo no dia a dia, as roupas e sapatos melhores são para os momentos de festa, isso, realmente, reflete no custo de vida da família.

No entanto, falar que a vida é mais fácil do que na cidade não é possível acreditar, porque a vida no campo só é mais fácil para aqueles que não precisam retirar seu sustento do

campo. Enquadram-se, neste grupo, as pessoas aposentadas ou para aquele que arrenda suas terras, porém, para aqueles que dependem do labor nas terras não possuem uma vida fácil.

Há um percentual de 10% dos moradores do “Chapadão” e 3% dos moradores do “Cerrado” que analisam como vantagem morar no campo, porque não se habituaram à vida urbana. Essas respostas confirmam a nova tendência do campo em se tornar um ambiente de moradia, principalmente para aposentados e pessoas que não dependem da renda da propriedade rural para subsistência e vê nela uma área de lazer, principalmente nas proximidades de um centro urbano.

Em meio às respostas de pessoas que veem na terra, além da tranquilidade, a capacidade produtiva e obtenção de lucro, para 2% do “Chapadão” e 8% do “Cerrado”, há valorização da produtiva, no entanto, em percentual bem menor comparando as respostas daqueles que têm, na terra, um local de refúgio, uma vez que estão buscando um novo local de moradia e não um novo sistema produtivo.

Quando se fala de produção, não pode ser esquecido um elemento fundamental para o sucesso da produção, as condições de escoamento. Realizar a distribuição da produção é outro fator de estrangulamento no setor. Bicalho (2008) apresenta estruturas de distribuição da produção agrícola como: indireta, direta e semidireta.

Para o produtor, a melhor forma seria a distribuição direta. Nesta forma, é mantido o contato com o consumidor, pois se permite analisar a opinião do consumidor referente à qualidade do produto e às necessidades do mercado bem como a relação de fidelização do cliente pela relação amigável que pode ser estabelecida. O custo do produto diminui e aumenta o percentual de lucro do produtor, aumentando, também, os riscos de perdas dos produtos que não são vendidos.

Na distribuição indireta, há um aumento do custo pelo fato de estarem envolvidas, na distribuição, mais pessoas, mais empresas, porém, nesta relação comercial, os produtos têm condições de alcançarem mercados consumidores mais distantes. Para poder chegar a esses mercados consumidores distantes, o produto terá perda na qualidade, pois necessita ser colhido com nível de maturação menor. Neste sistema, a qualidade do produto não é prioridade nem há preocupação com o produtor.

No sistema semidireto, a quantidade de terceiros em relação à distribuição indireta é menor, a possibilidade de aumento no lucro é para o intermediário e não para o produtor, persistindo a relação exploratória sobre o agricultor.

Como políticas de apoio e incentivo à produção pelos agricultores familiares, é preciso uma nova prática na distribuição da produção e transferir o ganho do atravessador para o produtor.

A produção voltada ao consumo dos moradores do PA Carimã, conforme Quadro 9, não difere das demais propriedades geridas por agricultores familiares:

**Quadro 9 – Produção destinada ao consumo familiar**

<b>PRODUÇÃO DESTINADA AO CONSUMO</b>	<b>CHAPADÃO</b>	<b>CERRADO</b>
Abóbora/quiabo/melancia/maxixe	2	0
Café	3	0
Cana	7	4
Carneiro/ovelhas	0	2
Frutas diversas	23	21
Frutas irrigadas (limão e abacate)	1	0
Galinha/frango caipira	56	42
Galinha/frango de corte	5	4
Horta irrigada (tomate, pepino, pimentão, jiló, melancia, feijão catador, quiabo)	2	0
Hortaliças sistema tradicional (alface, coentro, salsa, cebolinha, couve, abóbora, quiabo, jiló, melancia, feijão catador/andu/feijão/amendoim)	36	13
Leite	12	9
Mandioca	7	5
Não possui nenhuma produção para consumo	4	10
Ovos	5	8
Piscicultura	0	3
Porco (suinocultura no sistema tradicional)	35	26
Queijo/requeijão	4	4
Outros	6	3
<b>TOTAIS</b>	<b>208</b>	<b>154</b>

Fonte: o autor

Na produção para consumo, a criação de galinha caipira é a que possui maior frequência, sendo seguida por hortaliças, suinocultura tradicional e a produção de frutas diversas, que é a composição do quintal das residências.

O percentual de 25% dos assentados, nos dois ambientes, pratica essa maneira de produzir e afirma não possuir nenhum produto exclusivo ao consumo, ou seja, tudo pode ser vendido e vir a compor a renda familiar.

A relação de produtos destinados à venda, comparando com o Quadro 9, é mais ampla. Neste quadro, houve o destaque do modelo de produção (arrendamento ou próprio) em alguns produtos, porque a soja e o milho são os produtos mais vendidos, no entanto, pertencem ao arrendatário (Quadro 10).

**Quadro 10 - Produção destinada à venda**

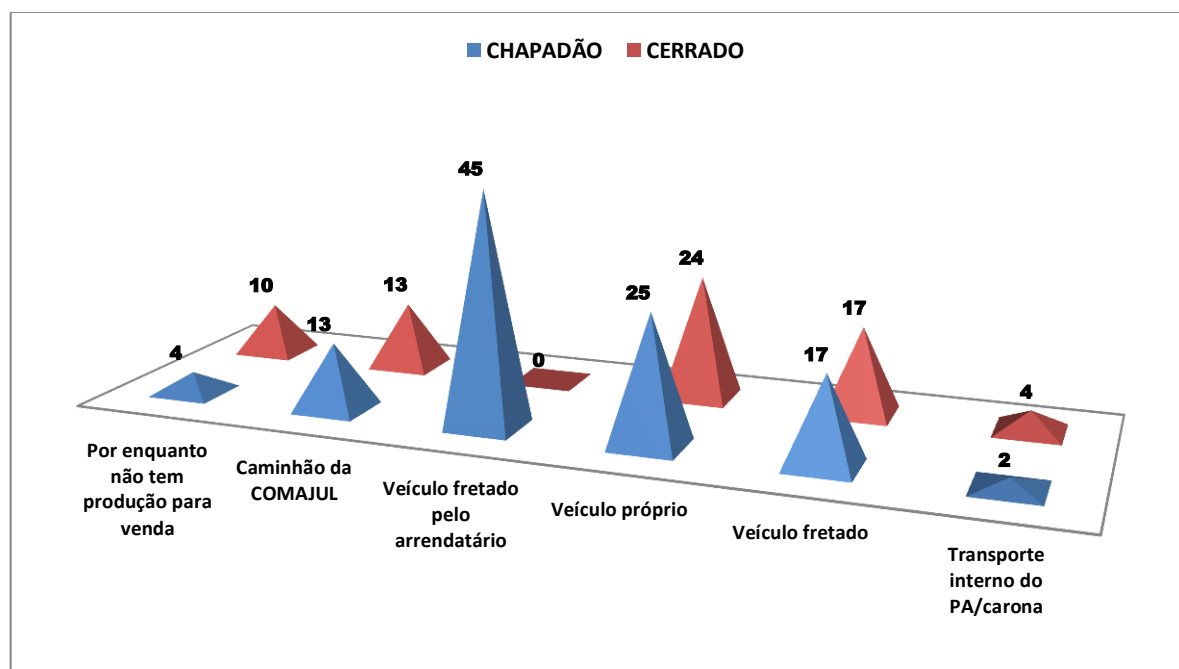
Produtos	Destino da Venda	Quantidade Produzida	Chapadão	Cerrado
Carneiros e ovelhas	Varejo PA Carimã/Amigos cidade		0	2
Doces, geleias, e conserva de pimenta	PA Carimã/Fazendas/Cidade		2	2
Eucalipto	ADM/Frigorífico/Bunge/ALL/Cerâmica		3	18
Feijão: de corda, catador, andu, feijão carioca e amendoim	PA Carimã/Fazendas/Cidade		3	0
Frutas irrigadas (limão, abacate)	Mercados/Atacadistas		1	0
Galinha e frango caipira	PA Carimã/Fazendas/Cidade		22	19
Galinha e frango de corte	Cidade/PA Carimã		5	4
Horta irrigada (tomate, pepino, pimentão, jiló, melancia, feijão catador, quiabo)	Mercados/Atacadistas		2	0
Melancia e coco verde irrigados	Mercados/avulsos		2	1
Milho produzido com recurso próprio	ADM/Fábrica de ração *	80 sc/há *	9	0
Milho produzido em arrendamento		80 sc/há *	45	0
Milho produzido em parceria, fica para o dono do lote	Fazendas/PA Carimã/uso c/gado		2	0
Ovos	PA Carimã/Fazendas/Cidade		4	3
Pecuária de corte	Frigorífico/PA Carimã		8	25
Pecuária leiteira	Famílias do PA/Fazendas	600 lt/mês *	3	1
Pecuária leiteira	Faz queijo devido ao preço baixo	900 lt/mês *	0	2
Pecuária leiteira	COMAJUL	600 lt/mês *	0	4
Pecuária leiteira	COMAJUL	900 lt/mês *	0	4
Pecuária leiteira	COMAJUL	1200 lt/mês *	2	3
Pecuária leiteira	COMAJUL	1500 lt/mês *	5	3
Pecuária leiteira	COMAJUL	1800 lt/mês *	4	0
Pecuária leiteira	COMAJUL	2100 lt/mês *	1	0
Pecuária leiteira	COMAJUL	2400 lt/mês *	1	2
Pecuária leiteira	COMAJUL	5000 lt/mês *	1	0
Piscicultura	Varejo PA Carimã/Amigos cidade		0	2
Polpas e frutas diversas	PA Carimã/Fazendas/Cidade		3	0
Porco (suinocultura sistema tradicional)	PA Carimã/Fazendas/Cidade		13	11
Queijo e requeijão	Feira/cidade/PA Carimã		5	5
Semente de pastagem	PA Carimã/Fazendas		1	0
Soja produzida com recurso próprio	ADM/Noble *	50 sc/há *	9	0
Soja produzida em arrendamento		50 sc/há *	47	0
Venda de materiais de limpeza caseiro	Comunidade		1	0
Outras respostas.			0	5
<b>TOTAIS</b>			<b>204</b>	<b>116</b>

Fonte: o autor

\* Informação repassada pelo proprietário do lote.

Para o escoamento dessa produção, são utilizados, principalmente, veículos fretados (Gráfico 10).

**Gráfico 10 – Meio de transporte utilizado para escoar a produção**



Fonte: o autor

Em relação à produção e à venda realizadas pelo agricultor familiar, destaca-se a produção de leite. Além disso, alguns itens têm a finalidade de abastecer a casa e ocorre a venda do excedente. Essa produção necessita ser escoada, e aqueles que não possuem veículo próprio e têm uma produção expressiva recorrem ao frete de veículos.

Exceto a pecuária leiteira, plantio de hortaliças com irrigação e a produção de grãos (por arrendamento ou com recursos próprios) que são destinados à venda, todo o resto da produção destacada na área do “Chapadão” destina-se, inicialmente, ao autoconsumo. Este significa que a produção obtida é, inteiramente, destinada ao consumo da unidade familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

Já o termo subsistência adotado no debate sobre a agricultura familiar pressupõe a produção para o autoconsumo, e o excedente é comercializado. O lucro obtido dessa comercialização destina-se à compra de outros produtos.

Os moradores do “Chapadão” possuem perspectivas para o uso futuro desse espaço. Entre os desejos desses moradores está o plantio de soja e milho com equipamentos e recursos



próprios, o que para a maioria destes agricultores é um objetivo difícil de ser alcançado devido ao alto investimento de que necessita. Outros apostam na pecuária de corte, voltada à engorda de animais por meio de confinamento ou semiconfinamento, sendo que alguns destes estão insatisfeitos com a pecuária leiteira (Quadro 11).

### Quadro 11 – Perspectiva futura para o desenvolvimento do trabalho na propriedade

PERSPECTIVA DE INVESTIMENTOS FUTUROS	CHAPADÃO	CERRADO
Banana irrigada	0	2
Comprar/Aumentar quantidade de gado leiteiro	0	6
Cortar o eucalipto e formar de pasto	0	3
Encher o tanque, começar piscicultura	0	10
Formar o restante do lote que esta em parceria, já comprou semente pastagem	2	0
Furar poço artesiano	6	0
Gado de corte em confinamento/semiconfinamento	5	2
Gado de corte/engordar bezerros para venda	6	9
Granja de frango caipira (meta de venda: 400 frangos mês, fornecer aos feirantes o frango vivo)	0	2
Granja de frango semicaipira	0	3
Granja galinha/frango de corte com barracão	4	9
Hortaliças c/sistema de irrigação (jiló, melancia, milho, quiabo, tomate, pepino, pimentão)	9	0
Não possui nenhuma perspectiva, deseja continuar com a mesma forma de trabalho	20	18
Parar parceria e plantar soja/milho por conta	2	0
Plantar soja e milho por conta, com maquinário próprio	12	0
Plantar/aumentar área de cana para o gado na época da seca	2	0
Plantio de maracujá	2	0
Porco (suinocultura tradicional)	0	3
Reformar/ampliar a moradia, está aguardando financiamento	2	4
Reformar/aumentar a área destinada à pastagem	3	2
Trabalhar com gado leiteiro no sistema tradicional	2	0
Turismo tem promessa positiva, turismo rural/turismo de aventura (esportes)	0	3
Outras respostas	34	26
<b>TOTAIS</b>	<b>111</b>	<b>102</b>

Fonte: o autor

Em metas mais próximas da realidade, estão aqueles que desejam produzir hortaliças irrigadas, mas, para a atividade, é necessário que a propriedade possua poço artesiano para uso exclusivo do lote, porque as propriedades utilizam água de poço artesiano da comunidade, de uso coletivo.

O custo de manutenção do poço comunitário, neste caso, a despesa com energia elétrica e manutenção da bomba, é rateado pelos usuários em partes iguais. No entanto outros usuários que usam a água em menor quantidade não aceitam o uso em atividades dessa natureza, pois aumentará o consumo de energia.

Serão destacadas algumas atividades realizadas no PA Carimã, pelas peculiaridades que estas possuem, pois algumas são avaliadas pelos moradores como promissoras, pelo uso de técnicas (informações) e tecnologias ou por não serem comuns encontrá-las em ambientes dominados pela agricultura familiar.

## 5.1 A PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS

O uso da irrigação é outro diferencial, pois, durante muito tempo, os agricultores familiares acreditavam que essa técnica não servia para eles, mas a posição está começando a ser mudada, pela comprovação daqueles que aderiram à técnica dentro do PA.

A produção de hortaliças é uma produção que sempre é lembrada como característica do pequeno produtor. Para ser comercial, necessita ser transformada. Nesse sentido, Bicalho (2008, p. 290) fala sobre os produtores capitalizados e seu modo de trabalho, “[...] são altamente intensivos em seus sistemas produtivos, com práticas de irrigação e sistema de “plasticultura”, visando a produção contínua no ano e atentos aos padrões de qualidade de seus produtos [...]”. Alcançar esse nível de produção é o desejo de todos, mas é necessário o capital, que mantém uma relação distante com o pequeno produtor, com a agricultura familiar.

Ao estabelecer metas quanto aos avanços na produção familiar, automaticamente, devem ser apresentadas as fontes dos recursos a serem investidos, pois são poucos produtores que têm recurso disponível para investimento sem ter que vender parte de seus bens, caso o possuam. O recurso financeiro é necessário para haver constância na produção e assegurar ao consumidor que, independentemente, das condições climáticas, ele sempre terá o produto à disposição.

Pela produção, há a transformação do espaço segundo o interesse do agente transformador. Para Santos e Silveira, a “produção em cada lugar é o motor do processo, porque transforma as relações do todo e cria novas vinculações entre as áreas.” (2012, p. 30). A transformação do espaço é somente um dos itens, mudam-se também as relações do todo, que envolvam os elementos naturais e não naturais, que irão relacionar-se com este “novo” ambiente, e as novas vinculações, laços que unem estas partes, são alterados, mas o elo não deixa de existir.

Com adoção da irrigação, outras técnicas de manejo devem ser incorporadas, porque é um sistema de trabalho diferente das práticas da agricultura familiar tradicional, bem como o resultado na quantidade produzida. A maior vantagem da irrigação é produzir algo em um momento de entressafra, pois irá prevalecer a lei da oferta e da procura, assim o agricultor obterá um preço maior para venda em seu produto.

Os agricultores familiares (Fotos 3, 4 e 5) estão trabalhando com plantio de frutas e verduras com irrigação, em uma propriedade foi montado um viveiro fechado para mudas. As verduras produzidas são: pepino, jiló, pimenta de cheiro, berinjela. São produtos que, durante o transporte até o consumidor na cidade, não estragam com facilidade, diferente das hortaliças de folhas, que necessitam de mais cuidado durante o transporte.

**Foto 3 - Plantio de hortifrúti irrigado e mudas frutíferas de enxerto**



Fonte: o autor

**Foto 4 - Plantio de hortifrúti irrigados, viveiro para mudas, plantio mecanizado, barracão para trabalho e abrigo de máquinas/equipamentos**



Fonte: o autor

**Foto 5 - Plantio de melancia irrigada com escalonamento da área plantada, em duas etapas de 5 hectares**



Fonte: o autor

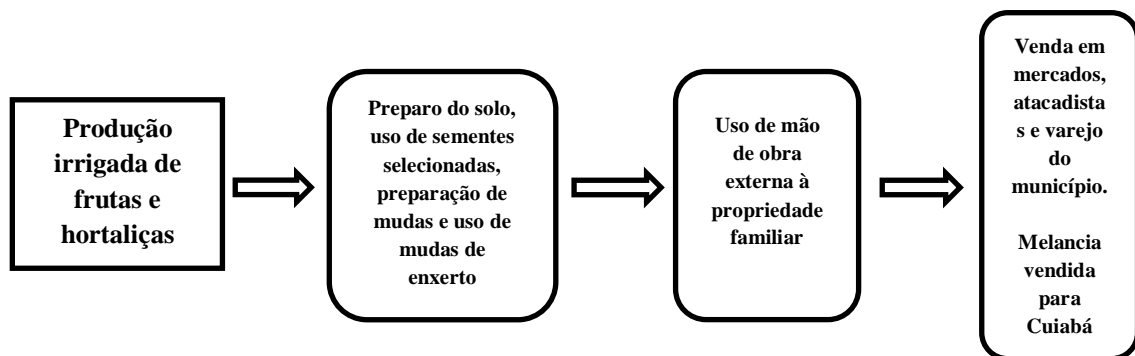
Essa atividade tem despertado o interesse de outros agricultores familiares do PA Carimã, pois houve um aumento no número de adeptos deste sistema de trabalho, o que poderá ser benéfico para a comunidade, com a geração de emprego, mesmo que sejam diários.

O sistema de atuação adotado tem apresentado resultado positivo a quem aderiu a essa forma de trabalho, utilizando tecnologias e técnicas diferentes da empregada pela agricultura familiar tradicional. Aqueles que iniciaram essa prática buscaram orientação com agrônomos particulares, pagando pelo serviço ou através de amigos, não obtendo essa

orientação de órgãos públicos. Para continuar na atividade, utilizam sementes selecionadas, preparação de mudas das verduras e plantio de mudas frutíferas de enxerto.

A atividade da agricultura familiar (Fluxograma 1) descreve a trajetória do ciclo de produção, com base em referenciais teóricos que abordam o circuito produtivo e círculos de cooperação.

### Fluxograma 1: Produção irrigada de hortaliças e frutas no PA Carimã



Fonte: o autor

Ao analisarmos a produção sob essa ótica, Castillo e Frederico (2010, p. 463) afirmam que o “[...] o circuito produtivo pode ser entendido como uma unidade, com elementos distintos em seu interior. A circulação ganha destaque, demonstrando o caráter essencial dos fluxos para realização da produção”.

Para explicar de modo simplificado a análise de uma produção, utilizando a teoria dos circuitos espaciais produtivos, qualquer produção não pode ser compreendida de modo isolado, mas como unidade, integrante de algo maior.

A produção de hortaliças e frutas irrigadas no PA Carimã possui circulação curta. Trata-se de uma atividade constituída de fluxos, denominados materiais e imateriais.

Os fluxos materiais compreendem os elementos palpáveis ou visíveis na produção. O primeiro elemento é a apropriação do espaço produtivo, segundo o interesse produtivo. Após, são utilizadas sementes, preparação de mudas, aquisição de mudas de enxerto, insumos, preparo do solo e plantio. Até o momento da colheita, a lavoura exige cuidados, como aplicação de agroquímicos, uso de adubos e controle de água no processo de gotejamento até

a colheita, em alguns momentos da produção, é utilizada a mão de obra externa à propriedade familiar.

Após a colheita, utilizando transporte próprio ou terceirizado, esses produtos são vendidos a supermercados, atacadistas ou varejo. O final do circuito é quando ele chega ao consumidor final.

Os fluxos imateriais são elementos não palpáveis, como a informação que se troca entre os agricultores com atividades semelhantes. Além disso, a influência que a produção exerce no mercado, a transferência de capitais que acontece no decorrer do processo são as articulações existentes entre as diversas partes da atividade.

O circuito espacial produtivo da produção de hortaliças, frutas irrigadas é pequeno, não há grande expansão, exceto pela produção de melancia que chega a ser vendida a atacadistas de Cuiabá/MT, o restante da produção é vendida no município de Rondonópolis/MT. Em situações de venda direta (varejo), a produção é entregue a atacadistas ou supermercados locais.

A ligação mais distante desse circuito envolve as sementes de hortaliças e frutas que vêm de outros municípios, pertencentes a outros estados assim com as mudas frutíferas enxertadas. As demais etapas ocorrem a nível local.

## 5.2 TURISMO RURAL NA COMUNIDADE

O turismo está inserido no rol das novas fontes de renda que o campo pode proporcionar, e é considerado como uma ORNA<sup>15</sup>. Esta opção, ao trabalho no campo, precisa ser lembrada constantemente em sua condição de ambiguidade, destacando essa condição do sistema, Guimarães e Zavala dizem:

É aceite que o turismo como atividade econômica tem impactos em diversos domínios: econômico, social, cultural e ambiental. E esses podem ter uma implicância positiva ou negativa sobre esses domínios dependendo da responsabilidade de utilização da atividade. Principalmente quando se leva em conta o efeito multiplicador do turismo (GUIMARÃES; ZAVALA, 2009, p. 42).

---

<sup>15</sup> Definição dada por Guimarães e Zavala (2009) para ORNA é: Ocupação Rural Não Agrícola.

Esses domínios estão interligados e podem ser positivos ou negativos como apresentado. Ao analisarmos o domínio econômico, o lucro precisa ser encarado como o elemento menos importante, em relação aos demais, como o social, cultural e o ambiental, e todos estão sob a influência desta atividade econômica.

Ao optar por esse ramo de atividade, esses aspectos devem ser evidenciados, as possibilidades relacionadas, sabendo que todas as respostas não serão alcançadas previamente. Reconhecer que o projeto não é irredutível em seu modo de operação, oferecendo, os atrativos para tal, como equipamentos, serviços e infraestrutura de apoio turístico (idem, 2009).

Sobre essas atividades, denominadas ORNA's, Sachs emite a opinião de que

Os empregos rurais não-agrícolas desenvolvem-se em grande parte em função do turismo e das atividades vinculadas ao lazer dos cidadãos. Mas, a modernização da agricultura familiar vai exigir cada vez mais serviços técnicos no campo e abrirá oportunidades nas agroindústrias (SACHS, 2001, p.78 e 79).

Os autores deixam claro que o turismo, ecoturismo ou turismo rural não é a única atividade rural que usa este tipo de mão de obra, técnica ou qualificada para determinada função.

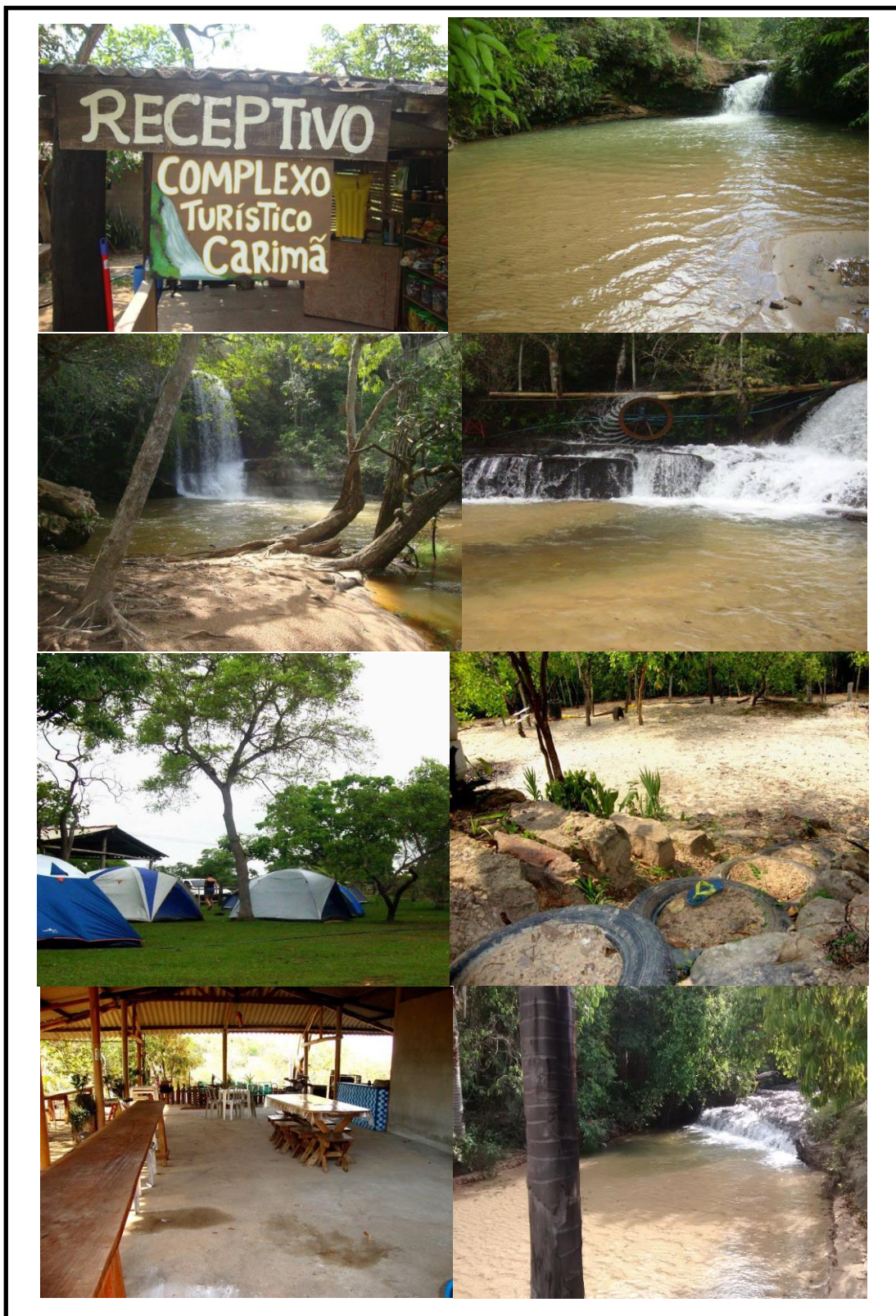
O turismo dentro do PA Carimã está em fase embrionária, mas é visto com potencial de tornar-se uma nova opção de renda, principalmente para os moradores do espaço do “Cerrado”.

Quanto ao potencial turístico, a região possui beleza cênica, cachoeiras de água cristalina, pois as vertentes ainda preservadas desse espaço são integrantes da mesma paisagem geomorfológica da qual fazem parte a RPPN João Basso e o Parque Estadual Dom Osório Stoffel, contíguas ao assentamento.

Porém, falta ainda estrutura nas propriedades para receber os turistas, principalmente os que desejam um serviço mais esmerado. Para aqueles mais aventureiros, existe um serviço mais rústico oferecido, com refeição simples, área de camping, quartos com ventilador, mas limitados em quantidade (Foto 6).



Foto 6 – Espaços voltados ao turismo com estrutura disponibilizada

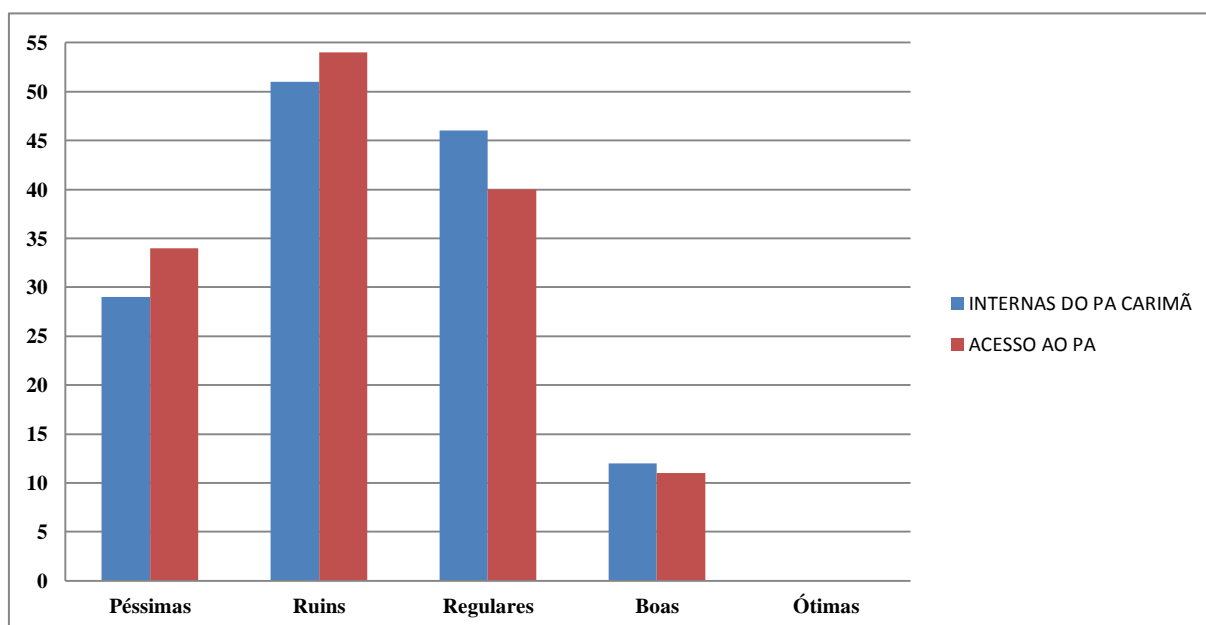


Fonte: [www.facebook.com](http://www.facebook.com), carimã cachoeiras, org: SILVA, S.I., 2015

O maior entrave à atividade são as vias de acesso, em sua maior parte, constituídas por estrada sem pavimentação asfáltica, com trepidação, poeira e trânsito de caminhões, pois a via de acesso ao PA, a MT 471, é usada intensamente para escoar a produção do agronegócio (soja, milho, algodão, gado de corte, gado leiteiro e suíno), possuindo trânsito de veículos pesados no decorrer do ano todo.

As vias internas possuem fluxo de veículos menor, mas assim como a MT 471, o problema é a manutenção que demora a ser feita, o que gera insatisfação aos usuários e aos moradores do PA Carimã, conforme é apresentado no Gráfico 11:

**Gráfico 11 – Avaliação das vias de acesso utilizadas pelos moradores entrevistados**



Fonte: o autor

Os motivos que levaram os moradores a avaliarem as vias negativamente estão relacionados à demora ao realizar o trajeto em qualquer sentido, PA Carimã/Cidade e vice versa. Outro ponto negativo é a quebra dos veículos que ocorre com frequência. Essas são as reclamações mais comuns (Quadro 12).

**Quadro 12 – Influência das vias de acesso no modo de vida dos assentados**

<b>INFLUÊNCIA DAS VIAS DE ACESSO</b>	<b>CHAPADÃO</b>	<b>CERRADO</b>
Não interfere em nada	22	19
Atrapalha o escoamento da produção, grãos, hortifrútiis ou leite, prejuízo do produtor	4	5
Ocorre quebra de veículo com maior frequência	22	16
Demora para realizar o trajeto PA Carimã/Cidade em qualquer sentido e internamente	32	21
Nestas condições tem um aumento no consumo de combustível do carro	2	4
O frete de carro para vir até o PA ou ir até a cidade fica mais caro	4	1
Com a chuva as estradas ficam com muito atoleiro, atrapalham todo mundo, moradores, alunos etc.	6	1
Vê no turismo uma possibilidade de ganho para todos, mas precisa de estrada boa, acesso fácil para as pessoas chegarem ao local, acredita que a estrada por baixo ajudaria	0	2
Dificuldade com o transporte interno, além da passagem ficar mais cara, os donos dos veículos desistem de fazer a linha em função do custo	2	0
Pela quantidade de carretas que trafega, acha que deveria asfaltar a MT 471	2	0
Falta responsabilidade em fazer uma manutenção para conservação por parte dos órgãos públicos, as fazendas fazem manutenção nas principais vias por interesse delas, mas deveria ser feito pelo governo	0	2
Outras respostas	0	3
<b>TOTAIS</b>	<b>96</b>	<b>74</b>

Fonte: o autor

As condições das vias inibem as pessoas de enfrentarem as estradas ruins, permitindo duvidar quanto ao sucesso do uso turístico do local, fator que influencia também de modo negativo na piscicultura, outra atividade desejada por alguns agricultores.

### **5.3 ALTERNATIVA DA PISCICULTURA**

A piscicultura tem sido beneficiada pelo olhar generoso de alguns agricultores, uma vez que muitos já têm o tanque escavado no lote, serviço executado pela Secretaria Municipal de Agricultura, como apoio à atividade.

O enchimento dos tanques será um problema, pois foram escavados em uma região arenosa e, segundo os moradores, necessitam de uma manta para impermeabilização que

possui um custo elevado. Além do mais, esses tanques estão longe do rio e necessitam de um sistema de bombeamento para que a água chegue até ao local.

As espécies utilizadas são resultados de melhoramento genético em laboratório, com características de precocidade e ganho de peso na carcaça; na alimentação, há o uso de ração específica para cada estágio da vida do peixe. Essa visão empreendedora é característica do agronegócio e não da agricultura familiar tradicional. Mas essa produção necessita ser posta no mercado.

A comercialização dessa produção também será um problema, porque, para vender em supermercados, os peixes devem ser abatidos em frigorífico próprio e com autorização mínima do Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Por não possuir frigorífico específico e o SIM, aliados à distância, percebe-se a inviabilidade para comercialização, seja no atacado ou como atividade de pesque pague, restando à venda no varejo para amigos e conhecidos, o que demanda tempo para abate, venda e entrega dos peixes.

#### **5.4 A CRIAÇÃO DE AVES**

Dentro das propriedades de agricultores familiares, as aves, em especial os galináceos, são inseridas, automaticamente, em nossa mente nesses tipos de propriedades. A criação é de galinha caipira, com poucos cuidados, com alimentação constituída à base de milho uma vez ao dia e, no restante do tempo, com a adoção do sistema de criação livre, com as aves soltas no lote e, com a medicação geralmente, posta no coxo com água.

A produção que, no geral, é para subsistência, é praticada para a venda do excedente da produção, exceto por um agricultor que está investindo no frango caipira como atividade principal para venda; no cruzamento das espécies índio gigante com a espécie índio “brigador”, obtém-se com esse resultado do cruzamento aves de porte intermediário em relação às matrizes, resistentes e com rusticidade, pois são criadas soltas, e o corpo dessas aves consegue sustentar sem problemas o peso que atingem. Sua intenção é fornecer as aves vivas a atravessadores para serem vendidas nas feiras.

A avicultura de corte difere deste sistema tradicional, costumeira nas famílias de agricultores familiares. Além do manejo que é diferenciado, o abate ocorre em menor tempo.

Algumas pessoas estão trabalhando com pequenas granjas, em ambientes rústicos, para criação de frangos e galinhas de corte. Em função do tipo de trabalho feito pelos agricultores entrevistados, as galinhas de “granja” (aves brancas) são abatidas entre 38 e 45 dias de vida. As galinhas semicaipiras, são abatidas entre 77 e 85 dias de vida, estas têm carne mais firme em relação à “galinha de granja”, porque ela é alimentada com ração até certo tempo de vida, depois as aves são soltas para alimentação no ambiente para ficar com a carne “firme”.

Mesmo não possuindo um abatedouro regulamentado e, por ser um número relativamente pequeno, as aves são abatidas nas residências e vendidas no varejo. Apresentam boa aceitação pelas pessoas, tanto dos moradores do assentamento como fora dele, fato que garante ao produtor uma renda com certa regularidade.

A produção é destinada principalmente à venda, mas são consumidas também, tudo depende da época do mês, mais próximo do final do mês, geralmente, é um período que as famílias, de modo geral, estão mais desprovidas financeiramente.

Essa atividade, para venda em escala, é um problema, pois necessita de abatedouro próprio e, no mínimo, autorização do SIM, para que possam ser vendidas em estabelecimentos comerciais.

Em relação ao preço, as aves de corte possuem pouca diferença, porém levam mais tempo para o abate. Apesar de “galinha de granja ser alimentada por ração do início ao fim, os criadores disseram que ela é mais viável economicamente.

As aves de corte têm preço para venda de dezoito a vinte e cinco reais; a galinha caipira é vendida por valores que vão de trinta a trinta e cinco reais. Comparando a galinha caipira com a de corte (branca), em uma simulação de venda, para lotes de 40 aves, cuja margem de lucro seja 40% do valor de venda, temos a seguinte exposição (Quadro 13).

**Quadro 13 – Simulação de venda de aves**

TIPO DE AVE	VALOR DE VENDA	TEMPO PARA ABATE	AVES ABATIDAS EM 6 MESES	LUCRO SIMULADO 40% UND	LUCRO SIMULADO 40% TOTAL
Caipira	R\$ 30,00	6 meses	40	R\$ 12,00	R\$ 480,00
Corte	R\$ 18,00	40 dias	160	R\$ 7,20	R\$ 1.152,00

Fonte: o autor

Essas informações quanto a preço e tempo de abate foram obtidas no decorrer da pesquisa de campo. Quanto ao criador, que acredita na venda do frango caipira, ele alegou que com o cruzamento das espécies, ele consegue reduzir pela metade o tempo para venda, uma vez que seu projeto é vender as aves vivas. Dessa maneira, ele terá uma renda semelhante ao frango de corte com menos trabalho, e parte dos ovos seriam vendidos, gerando mais renda.

## **5.5 A PRODUÇÃO DE LENHA**

A fonte de energia básica, na geração de calor para a transformação dos produtos agrícolas do agronegócio, é a lenha e, como sua obtenção através do extrativismo no espaço natural escasseou em virtude de redução das áreas disponíveis para o corte, acabou por ampliar a necessidade por essa matéria-prima.

O plantio de eucalipto foi apresentado como uma opção para aumentar a renda dos moradores da região, entretanto o retorno financeiro não ocorreu, porque alguns agricultores não realizaram o plantio correto nem fez o controle das formigas, o que fez com que perdessem a produção. Também sentiram dificuldades no controle de pragas em momento intermediário da planta, uma vez que utilizaram mudas, cuja variedade não era própria para o tipo de solo em que foram plantadas, fato que interferiu em seu desenvolvimento (Foto 7).

Dos agricultores que plantaram eucalipto, somente um acredita no seu sucesso, pois sua floresta foi colhida mecanicamente e transformada em cavaco no local. O citado produtor disse que pretende replantar a área de modo consorciado, no sistema agrosilvopastoril e, assim, pretende mostrar a viabilidade da lavoura às pessoas.

O plantio de eucalipto surgiu como opção de renda em substituição às atividades tradicionais, praticadas no “Chapadão” e no “Cerrado”, em uma tentativa de integração lavoura/floresta como parte de uma política de incentivo pela Secretaria Municipal de Agricultura, entre os anos de 2005 e 2006.

A queda na motivação, após 2006, deve-se pela baixa produtividade, uma vez que para essa lavoura o solo não recebeu a correção química necessária, faltou orientação

técnica e, com os problemas advindos, somados ao baixo preço para venda na atualidade, funcionou como desestímulo para a atividade. Atualmente, as lavouras de eucalipto que ainda existem no PA não têm perspectiva de lucro, uma parcela dos agricultores está voltando às práticas tradicionais de trabalho (pecuária leiteira e de corte).

**Foto 7 – Eucalipto plantado com mudas clonadas e incorporação de cinza ao solo (oriunda da BUNGE-ESQ), eucalipto plantado com mudas entregues pela Secretaria Municipal de Agricultura (DIR), plantadas no mesmo período**



Fonte: o autor

O plantio de eucalipto integra-se ao agronegócio por adotar o plantio intensivo, constituindo uma floresta homogênea. Na constituição dessa floresta, há uma seleção das mudas, com variedades adaptadas às diferentes condições de solo e clima, ação semelhante à existente no plantio de grãos.

O corte desta madeira pode ser mecanizado, com a transformação em cavaco. Dessa forma, há um aproveitamento maior da madeira, sendo utilizados, os galhos e as folhas neste processo. Segundo um agricultor, aumenta em média 50% a metragem se comparada à venda de madeira em toras, e a combustão e a liberação de calor nas caldeiras não se alteram em relação ao uso de toras.

Quando a colheita não é mecanizada para o corte, são utilizados motosserras, aliada à mão de obra para operar a ferramenta, empilhar a madeira e carregar os caminhões. O destino dessa madeira são as caldeiras, existindo em maior quantidade no município caldeiras em secadores de grãos e as *tradings*, que comercializam e transformam grãos, estabelecendo assim o vínculo do eucalipto com o agronegócio.

Tomando por base o volume da produção, tamanho da área disponibilizada e a quantidade de assentados praticantes, a pecuária e o cultivo de grãos serão tratados em um capítulo à parte.



## **6 PREDOMÍNIO DA PRODUÇÃO PARA O AGRONEGÓCIO**

As atividades voltadas à pecuária e à produção de grãos merecem destaque em virtude da dimensão e da importância que alcançam, sobressaindo a produção de leite e de grãos (soja e milho).

### **6.1 A PARTICIPAÇÃO DA PECUÁRIA**

O uso de mão de obra especializada no ambiente rural é uma evolução no modo de trabalho no campo, abrindo espaço para categorias de trabalho que exigem pessoas com conhecimento técnico, como por exemplo, a realização de inseminação nos animais. A necessidade de existir uma pessoa com conhecimento técnico para realizar esse tipo de serviço, está tornando-se corriqueiro devido à preocupação de uma boa parte dos pecuaristas em melhorar o rebanho dentro da propriedade, não importando se é rebanho leiteiro ou de corte.

No que se refere à pecuária leiteira no estado de Rondônia, Aragão e Paes (2010) estudam sobre a biotecnologia utilizada neste setor, em específico a inseminação artificial. Na pesquisa realizada por eles, no universo de estudo que é a parte sudeste do estado de Rondônia, observaram que as associações de agricultores que existiam eram, em sua totalidade, da agricultura familiar, e eram esses agricultores que estavam utilizando a biotecnologia como meio de melhorar o rebanho, cujo resultado são animais com melhor adaptação às condições climáticas da região.

Com a inseminação, além de ocorrer um melhor aproveitamento do que a monta natural, busca-se a melhoria genética dos animais. Assim, com o mesmo número de animais, obtém-se uma produção leiteira dobrada ou triplicada. Por isso, a preocupação é utilizar a mesma área de pastagem sem precisar ampliar a área para pastejo e, por consequência, evitar o desmatamento da vegetação natural, o que se constitui um problema.

No PA Carimã, alguns produtores do “Chapadão”, também, utilizam a inseminação na propriedade para a melhoria do rebanho, e o aumento da produtividade, como integrantes do Programa Balde Cheio. A diferença entre os produtores de Rondônia e os do PA Carimã

em Rondonópolis/MT é o fato de os produtores mato-grossenses não possuírem mais área para desmatar. Eles estão no limite, portanto a única solução e mais racional é o melhoramento genético do rebanho e o melhor aproveitamento da área de pastagem, uma vez que a aquisição de novas áreas onera em muito o custo.

Ao alcançar o objetivo com essa prática de melhoramento genético, o serviço na propriedade diminui, porque serão menos animais para ordenhar, a área de pasto a ser utilizada para pastejo do rebanho diminui, porque a quantidade de alimento ingerido é influenciada pelo porte do animal e não pela produção.

Montar um plantel dentro da propriedade é um processo lento, porém, com maior possibilidade de encontrar um animal com qualidades genéticas positivas, ao passo que, para aquisição, o vendedor precisa ser conhecido bem como as qualidades de seu rebanho.

No “Cerrado”, a pecuária é o principal destaque produtivo, com destaque para a pecuária leiteira tradicional. Ela utiliza a maior área possível do lote com pastagem, divisões de pasto, o que evita o pisoteio do gado por toda área de alimentação. Em parte das propriedades, segundo relatos, elas precisam de mais divisões de pasto, pois, segundo os proprietários, poderia ser feito um rodízio entre as pastagens, principalmente no período de seca.

A pecuária de corte também é expressiva. Os proprietários que aderiram a esse tipo de pecuária veem vantagem em relação à pecuária leiteira, principalmente no menor trabalho para cuidar do gado. Às vezes, realizam negócios de oportunidade, compram animais bons por baixo preço devido à necessidade do vendedor. Todavia, em uma pequena propriedade e com pastos sem adubação e com pouca biomassa, a capacidade de crescimento e ganho por unidade de animais produzida não permite muito avanço.

O pecuarista leiteiro devido à própria atividade não tem tempo para ficar à procura de novos negócios, às vezes, ele realiza negócios desta natureza quando o vendedor chega até a ele, diferente de quem trabalha com gado de corte, que sai à procura destes negócios. Alguns trabalham com a venda dos bezerras nascidos na propriedade, por isso a preocupação com a qualidade genética do rebanho. Nessa atividade, o produtor necessita de um capital maior para manter a família no decorrer do ano, pelo fato de, às vezes, a venda de animais ocorrer apenas anualmente.

Aqueles que comercializam bezerros ou engordam os animais para a venda, geralmente, conseguem realizar mais vendas no decorrer do ano, gerando uma fragmentação do lucro anual, tornando mais fácil a sobrevivência da família.

Na pecuária leiteira, dentro do “Chapadão”, destacam-se três produtores residentes nesse espaço por diferenciarem dos demais, incluindo os produtores do “Cerrado”, uma vez que esses não estão praticando a pecuária leiteira tradicional. Entre os produtores com maior produção leiteira, estão os que trabalham de modo diferenciado, adeptos do “Programa Balde Cheio”. Este sistema de trabalho é executado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda (COMAJUL).

Existem produtores leiteiros do PA, com sistema de trabalho tradicional, que têm produção mensal igual ou próxima ao produtor adepto do programa, que tem a segunda maior produção. A diferença está na quantidade de animais necessários para obter esta produção, os que não fazem parte do programa necessitam de mais animais para terem mais leite e, no momento da ordenha, a quantidade de animais influencia muito, porque os animais necessitam ter as patas traseiras amarradas durante o processo, isso resulta em mais tempo dispendido para executar esta etapa da pecuária leiteira. O ganho em economia de tempo é uma das vantagens do programa.

Em duas propriedades, já existem ordenha mecânica e tanque para resfriamento do leite produzido da propriedade. Ainda, assim, continuam investindo na melhoria do rebanho por meio de aquisição de melhores animais, com maior capacidade de lactação e uso de inseminação para a melhoria genética do rebanho, utilizando as matrizes existentes na propriedade.

Nessas propriedades, a área de pastagem está dividida em piquetes, sistema *voisin* para pastagem, com uso de fios energizados para separar as áreas de pastagem, havendo uma área plantada com cana para triturar no período de seca, associada à pastagem e ração, que é o alimento do rebanho nesse período crítico. A residência possui quintal e, mesmo assim, não chega a utilizar metade do lote, 10 hectares na atividade. Enquanto, nas outras propriedades, com sistema tradicional de trabalho, utiliza-se o lote inteiro, caso haja necessidade de mais animais para obterem uma produção semelhante.

O Programa Balde Cheio (Foto 8) procura introduzir no conceito de trabalho do agricultor que a propriedade deve ser conduzida como uma empresa, com controle de todas as despesas, com investimento na alimentação do rebanho que irá retornar em leite. O produtor precisa entender que seu ganho está no aumento da produtividade. Esta fala não deixa de ser verdadeira, mas é tendenciosa, uma vez que uma forte reclamação dos produtores em relação à cooperativa é o valor pago pelo litro de leite.

O valor pago é o principal fator para a desistência dos pecuaristas da atividade leiteira. Pagar mais auxiliaria sim esses produtores e aos adeptos do programa, porque são incentivados a acompanharem a saúde dos animais e não ordenharem animais que estão fazendo uso de algumas medicações. Antes da ordenha, é feita a higiene dos tetos dos animais, são secados com toalhas de papel, é aplicada uma solução de iodo ao final da ordenha mecânica, para evitar problemas com infecções.

Não está citado aqui todo o processo realizado por esses produtores, mas parte dele. Essa breve citação de alguns passos do processo de ordenha é para mostrar que esse leite possui um diferencial em relação à pecuária tradicional e com ordenha manual, e, por ser diferente, aparentemente, com mais qualidade, necessita ter um preço diferenciado pela qualidade do produto entregue à cooperativa.

Em palestra, durante o Encontro da Cadeia Produtiva do Leite, realizada em uma propriedade do PA Carimã, apresentada aos participantes como modelo na região, foi explicado que a quantidade de alimento ingerido por um animal com baixa produtividade leiteira comparada com um animal com boa capacidade de lactação, praticamente não altera a quantidade ingerida de um animal para o outro (Foto 8).

Portanto a meta do produtor deve ser aumentar a produção sem a necessidade de aquisição de mais animais para compor o rebanho ou necessidade de ampliar a área de pastagem. Para isso, aconselham que não sejam mantidos no pasto animais que não estejam correspondendo e, por essa razão, incentivam o controle da produção diária dos animais. A meta é sempre produzir mais com menos recursos, menor espaço para pastagem, redução da quantidade de animais, porém com qualidade genética e redução do trabalho para o agricultor na propriedade. Segundo dados apresentados pelo SEBRAE, os investimentos realizados, nesse sistema de trabalho leiteiro, terão o retorno dentro de um prazo de quatro anos.

**Foto 8: Pecuária leiteira, parceria entre SEBRAE e COMAJUL, uso de ordenha mecânica, piquetes para pastagem, diferencial na pecuária leiteira**



Fonte: o autor

A pecuária leiteira sempre teve seus percalços, os produtores atuais veem grande dificuldade no trabalho, seja pela dificuldade financeira ou manutenção do rebanho, porém a situação em diferentes partes do país é semelhante. Em uma pesquisa de campo, sobre produtores rurais na cidade de São Paulo, a entrevistada relata que mesmo quando possuía muitas vacas leiteiras, o ganho não era elevado:

Mesmo quando tinha muitas vacas, Dona Georgina disse que o ganho nunca foi alto. Ao contabilizar o que gastava com ração, remédios e salário de ajudante, a entrevistada disse que trabalhava praticamente “na base de troca”, ou seja, sem nenhum ganho [...] (CASTRO, 2010, p. 41).

Essa realidade é semelhante à vivida pelos produtores do PA, mesmo tendo se passado cinco anos em relação à pessoa entrevistada, as dificuldades são, praticamente, as mesmas. Esse fato nos leva a inferir sobre uma homogeneidade dos problemas existentes na agricultura familiar no país.

A pecuária leiteira tem comportamento semelhante em virtude da oscilação do preço pago pelas cooperativas ou laticínios, desestimulando muitos de continuarem na atividade. É uma situação tão complicada que, em entrevista junto à EMPAER, o técnico afirmou acreditar no fim da atividade leiteira praticada pelos agricultores familiares.

Em relação aos produtores do PA, apenas seis produtores não entregam sua produção à COMAJUL em função do baixo preço que está sendo pago. Optam por vender a produção de leite no varejo ou transformá-lo em queijo para venda na comunidade ou na cidade. Um número significativo dos produtores de leite sente segurança com a regularidade da renda que o produto assegura e entrega o leite na cooperativa que o processa e comercializa. No PA Carimã, são entregues, aproximadamente, 45 mil litros/mês de leite à COMAJUL.

Para analisar, a vinculação do agricultor familiar com o agronegócio na atividade de pecuária, primeiramente, houve a distinção das variedades que ocorrem no PA, como a pecuária leiteira tradicional, intensiva e a pecuária de corte.

A pecuária leiteira intensiva de imediato já pode ser considerada como integrante do agronegócio, porque é um sistema de trabalho diferente: há uso de técnicas, controle de produção dos animais, uso de inseminação para melhoramento genético, ordenha mecânica, a ração e a cana estão inseridas no plano de trabalho do agricultor, com uso racional da pastagem.

Por outro lado, na pecuária leiteira tradicional, tendo a pastagem como principal e, praticamente, única fonte de alimentação do rebanho, o uso de equipamentos técnicos é restrito. Na comunidade, existem seis resfriadores com uso coletivo e em trinta e seis propriedades existe triturador.

Dessa maneira, ao entender que o agronegócio é caracterizado pelo uso de equipamentos e informações atualizados, o produtor tradicional insere-se no conceito por intermédio da COMAJUL, pois, nesse lugar, enquanto cooperado, seu produto junto com os demais faz uso de equipamentos e técnicas.

Na pecuária leiteira tradicional, existem produtores que não entregam o leite à cooperativa, porque fazem os derivados e os vendem no varejo, o soro que sobra é utilizado na alimentação dos porcos, juntamente com o milho. Estes animais são engordados para consumo e venda do excedente, e a matéria-prima da alimentação, o milho, é o elo com o agronegócio.

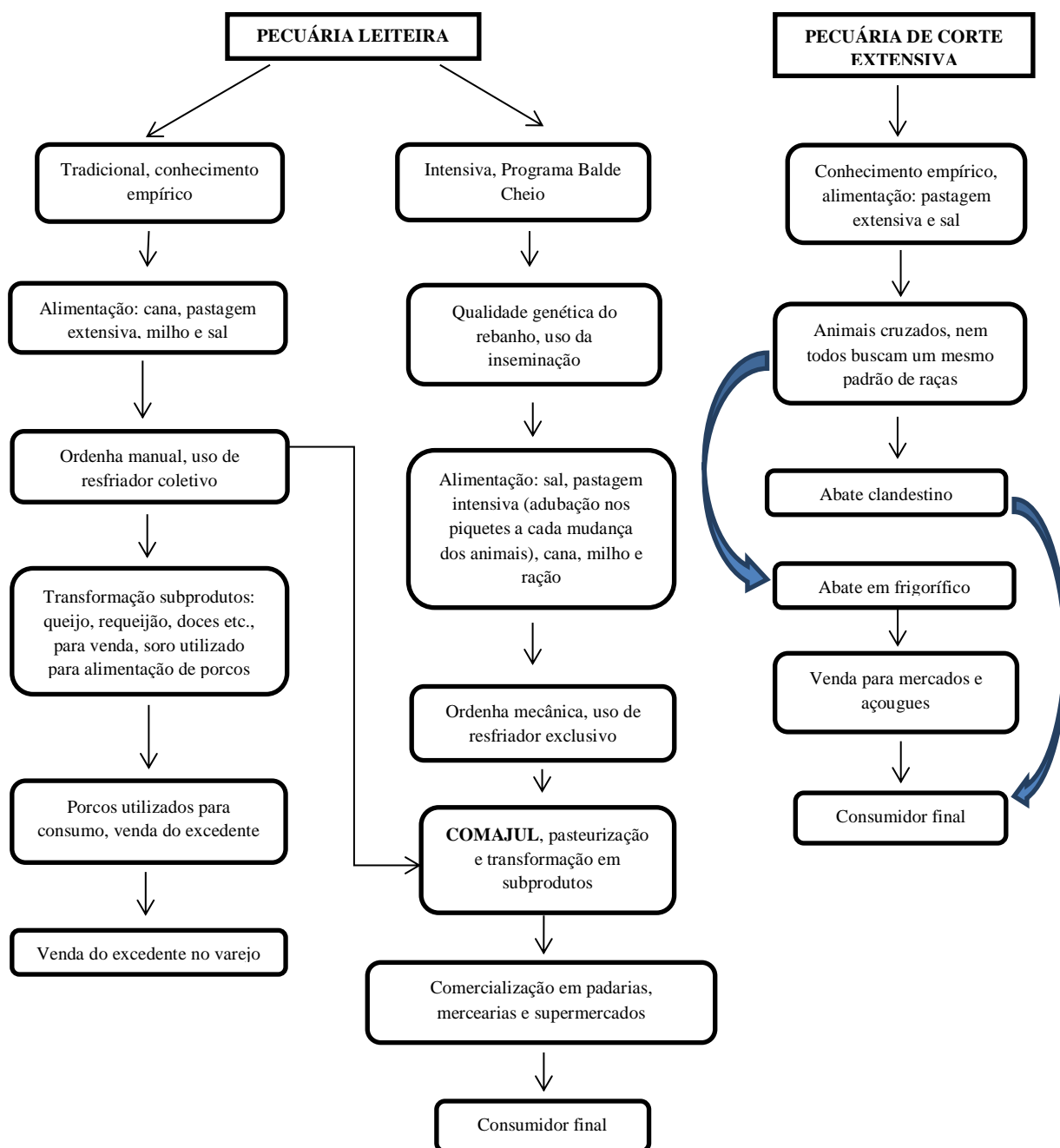
Os produtores não plantam milho para consumo, compram no comércio da cidade, ou colhem nos campos das fazendas as espigas que caíram durante a colheita que é mecanizada, ou compram de outras pessoas que colheram nos campos dos fazendeiros, especificamente para vender.

As pessoas que trabalham com pecuária de corte não têm tanta preocupação com a seleção do rebanho, eles trabalham com animais cruzados, o que eles avaliam é a possibilidade de ganho de peso do animal e a rusticidade, porque é criado de modo extensivo.

Alguns desses animais são abatidos “clandestinamente” e a carne desses animais é vendida dentro da própria comunidade, não sendo destinada para abastecimento do comércio urbano.

Todavia, quando os animais são vendidos para os frigoríficos, ocorre a vinculação com o agronegócio na constituição do circuito espacial produtivo. Isso porque não importa mais a origem e o tamanho da propriedade de onde veio o animal, se de confinamento ou não, todos os animais serão abatidos, tornar-se-ão carne para abastecer um mercado consumidor. O que determinará a aquisição pelo frigorífico é a quantidade de cabeças e o preço estabelecido em função do peso (Fluxograma 2).

**Fluxograma 2 - Atividade pecuária leiteira e de corte, realizada no PA Carimã**



Fonte: o autor

Na atualidade, a pecuária leiteira é resultado das mudanças pelas quais está passando o setor produtivo, porque “há uma crescente segmentação territorial das etapas do trabalho, intensificando-se as trocas e relações entre as regiões. Esses intercâmbios frequentes e



espessos não são obrigatoriamente entre áreas contíguas” (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 143). Em um processo produtivo, a matéria-prima vem de locais diferentes e proprietários diferentes, porém são concentradas no local de transformação, permitindo o estabelecimento das relações entre os locais. A COMAJUL, na pecuária leiteira, é o ponto de concentração da matéria-prima e conexão das localidades produtoras.

A conexão da produção desses ambientes segregados é possível mediante os círculos de cooperação, uma vez que eles são “[...] essenciais por permitirem colocar em conexão as diversas etapas, espacialmente separadas, da produção, articulando os diversos agentes e lugares que compõem o circuito espacial da produção” (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 464).

O leite concentrado na COMAJUL é oriundo basicamente de municípios integrantes da região sudeste mato-grossense, de várias localidades, por meio dessa integração da produção, há circulação de informações através dos padrões exigidos pela cooperativa e há também a circulação do capital no pagamento dos produtores, chegando até as lojas de ração e produtos agropecuários.

Por meio das informações é que se chega aos avanços do setor, usadas no desenvolvimento das atividades, como novas técnicas (manejo) no trabalho diário, uso de tecnologias na produção da matéria-prima, recursos para melhorar a produção. Esse tipo de preocupação era característico dos produtores de grãos, mas tem estendido essa preocupação para outros segmentos, com objetivo de ampliar o ganho financeiro real.

Após a transformação ou processamento do leite pela COMAJUL, tem início o que é pressuposto por Castillo e Frederico (2010), a circulação da matéria, assim como a aquisição de matéria ocorre à nível regional, a comercialização da produção, leite pasteurizado tipo C, manteiga, bebida láctea, iogurte, requeijão, doce de leite e queijos: muçarela, prato e parmesão, envolvendo parte do Estado de Mato Grosso e outros municípios de estados fronteiriços.

Mesmo com filiais em outras cidades do estado de Mato Grosso como: Nova Mutum, Nova Brasilândia, São José do Povo e Rio Branco<sup>16</sup>, a aquisição e comercialização dos produtos continuam no âmbito regional. Nesta situação as informações precisam estar fluindo

---

<sup>16</sup> <sup>16</sup> Informações sobre a COMAJUL foram obtidas no site [www.comajul.com.br](http://www.comajul.com.br), acesso realizado em 02/11/2015.

entre as partes que a integram, pois assim se estará “[...] garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente [...]” (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 465).

Dessa maneira, após vender os produtos para os consumidores, neste caso, não são os consumidores finais, a cooperativa terá uma probabilidade menor de prejuízo financeiro ao final da atividade. Este circuito produtivo possui um pouco mais de amplitude, quanto a sua atuação, comparando com a produção de hortaliças e frutas irrigadas.

## **6.2 O INTERESSE PELO AGRONEGÓCIO E A PRODUÇÃO DE GRÃOS**

Ao se analisar os sistemas de produção agrícola familiar e a relação desta com o agronegócio, o Estado não pode ser ignorado no processo, o modo como ele é visto e tratado é importante no resultado final das relações econômicas. Graziano da Silva (1998) trata sobre a feudalização do Estado. Na relação social um determinado grupo de pessoas, ligados a um setor produtivo, renega, em muitos casos, a ação do Estado, não acredita que ele seja capaz de gerir a sociedade, no entanto, em reuniões particulares cobram deste mesmo governo incompetente apoio às atividades econômicas desenvolvidas por eles.

A contradição se aplica a todos os setores empresariais, urbanos e rurais. No setor rural, os empresários agrícolas sempre reclamam do governo. As reclamações se arrastam ao longo dos anos e por vários governos, entretanto, a bancada ruralista sempre obtém vantagens para o setor e não é clara em sua oposição ao governo. Falar que é contra o governo e agir contra ele são ações distintas. A bancada do agronegócio tem se mostrado cooptadora de vários segmentos do Estado nos quais possui interesse para que esse Estado atue com favorecimento dos interesses particulares.

A influência exercida pelo agronegócio é bem mais incisiva do que a pressão exercida pelos pequenos produtores, que não possuem condições de cooptação, mas é assim que ocorre todo o processo nesse setor econômico, cada um recebendo do Estado suas parcelas próprias de incentivo. Essa visão de amparo estatal voltada faz com que muitos agricultores desejem se integrar a esse grupo de poder.

Dentro do agronegócio as atividades exercidas remetem ao uso de tecnologias atuais e aos novos sistemas de trabalho para a otimização da atividade realizada. A agricultura familiar está passando por mudanças, de certo modo, está se inserindo no agronegócio, está vinculando-se a ele, principalmente em relação a alguns produtos.

No PA Carimã, os agricultores familiares estão buscando uma otimização do trabalho realizado, estão se apropriando das tecnologias disponíveis, respeitando, obviamente, a condição financeira que possuem, como por exemplo, o uso de roçadeiras costais em substituição ao uso da foice, que permite um melhor rendimento na quantidade de serviço realizado e menor desgaste do agricultor.

Para o uso de herbicidas, que também são utilizados pelos integrantes do agronegócio, dentro do PA, foi identificado que um agricultor possui um Uniport, dois agricultores possuem Columbia, pulverizador que, para ser usado, deve ser acoplado a um trator e outros usam a bomba costal em serviços menores na pastagem.

Esse ambiente está muito semelhante ao seu entorno. Os agricultores familiares estão buscando tecnologia para usar em suas atividades como tanque para resfriamento de leite, uso de sementes selecionadas, mudas clonadas de eucalipto, uso da irrigação para algumas culturas, poço artesiano para uso individual, exclusivo para a propriedade, onde foi perfurado. Durante a pesquisa de campo, identificamos que três agricultores vizinhos estavam se preparando para furar um poço em conjunto, para atender a demanda das propriedades e, assim, iniciarem de modo individualizado produções irrigadas.

Além disso, foi exposto sobre a dificuldade em se obter financiamentos para atividades que eles desejam desenvolver, mas, para isso, dependeriam de garantias que pudessem oferecer junto as instituições financeiras.

A terra, caso possuíssem escritura, poderia ser a garantia, segundo eles, por isso reclamam do descaso dos órgãos competentes em titular os assentados, entregando o título definitivo, para assim, torná-lo autônomo.

Os primeiros assentamentos rurais já têm mais de 10 anos, enquanto algumas áreas antigas de colonização estão há mais de 20 anos pendurados no poder público. Isso cria uma espécie de paternalismo, pois tudo que ocorre ou precisa ser feito nos assentamentos depende do INCRA ou do governo estadual, desde a ponte que caiu até a falta de água. [...] (GRAZIANO NETO, 1998, p. 165)

Conforme a afirmação anterior de Graziano Neto (1998), o problema se arrasta há muitos anos pelo território nacional. A necessidade do título permanente aos assentados rurais é alvo de reclamações por uma boa parte dos assentados, porém a concessão do título não está nas metas do governo, permanecendo, assim, a relação de paternalismo com os assentados. Aqueles que buscavam uma área de terras para que pudessem ser autônomos em sua relação de trabalho ficam reféns desta nova situação, que pode pressupor a convivência da liderança dos movimentos com a estrutura posta.

Martins fala sobre um estado de anomia, em relação às organizações inseridas nos assentamentos implantados, e

Um desses sinais é a revenda de lotes, que aparece em toda parte, do Sul ao Norte, o que mostra a força da renda da terra como motivação de uma cultura do parasitismo social, cercada de esforços notáveis para construir um arcabouço de justificação social e ética dessa modalidade de inserção no sistema de apropriação e distribuição da riqueza. [...] (2003, p. 35).

Por isso, não basta a existência de políticas públicas voltadas ao agricultor familiar, é preciso o compromisso do produtor em cumprir a função para qual tanto lutou. É preciso que o desejo inicial de produção, presente no período que era somente um movimento, no período da lona preta, continue existindo no momento em que recebe a parcela.

É necessário que o assentado desenvolva as atividades em sua propriedade sem esperar pelo Estado e, ao mesmo tempo, usufruir das políticas públicas existentes para a categoria de trabalhadores da qual faz parte. Procurando agir sempre com responsabilidade, para sentir-se realizado enquanto agricultor familiar, sem frustrações.

Obter produção em áreas de assentamento é o principal objetivo do programa de reforma agrária, porque resultará em renda à família, por isso a produção não é desvinculada do programa, mas deve ser uma produção executada pelo proprietário da terra, Martins sobre a relação existente entre o assentado e a terra afirma que

O beneficiário da reforma agrária, quando aluga a terceiros terra recebida ou indevidamente a vende, regenera a renda fundiária como meio de sobrevivência, nega a relevância do trabalho e do produtivo e afirma a centralidade do tributo parasitário como meio de vida (MARTINS, 2003, p.15).

Logo, a produção não pode ser realizada por terceiros como ocorre em situações de arrendamento, aluguel da terra, podendo ser este aluguel da terra nua ou com pastagem, as duas situações são encontradas no PA. Porém isso não é uma situação exclusiva do local. Em relação à constituição do grupo de assentados, existe uma origem diferenciada, que irá influenciar no modo como cada um conduz a propriedade recebida,

Os vários casos estudados mostram que há até acentuado conflito no interior das facções que compõem um assentamento. Esses conflitos estão relacionados com a história de luta de cada grupo. Ou seja, são conflitos decorrentes de diferenças de origem de cada facção e diferenças de experiências e propósitos. O caso de Araraquara (SP) denota um grande preconceito do grupo mais identificado com a reforma agrária em relação ao grupo menos estruturado. Grupo que, com facilidade, aderiu à tentação de arrendar terras obtidas para os plantadores de cana-de-açúcar, uma negação prática da própria reforma agrária que o beneficiou (MARTINS, 2003, p. 33).

A situação exposta difere em relação ao PA Carimã somente pela cultura desenvolvida, no caso grãos (soja e milho), mas é resultado do mesmo problema social existente em Araraquara (SP), a adaptação ou predisposição do assentado em possuir uma relação de trabalho e produção com a terra, entra então em cena o arrendamento.

Mas qual a diferença entre arrendamento e parceria? O arrendamento é como um aluguel, independente de resultado ou do uso do solo, o valor pré-fixado tem que ser pago ao proprietário seja em espécie ou produto. A parceria é como se fosse uma sociedade entre as partes com uso comum das máquinas e instalações, além da divisão dos riscos ou lucros da lavoura de modo proporcional<sup>17</sup>.

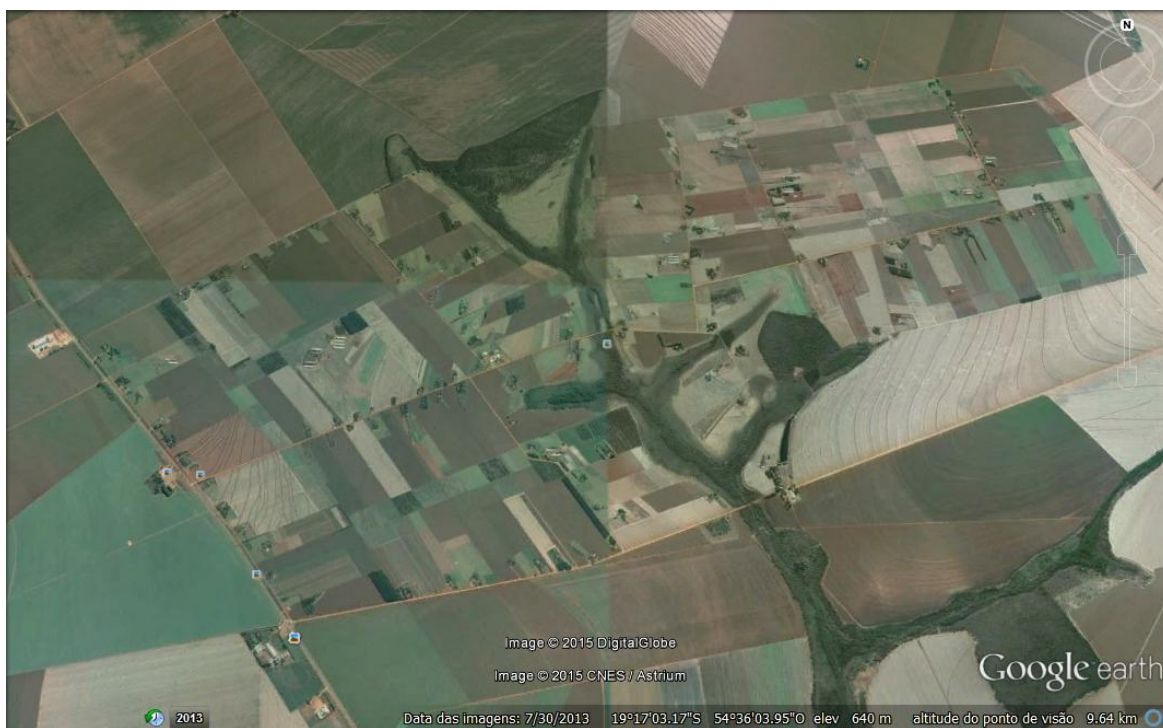
Para os assentados, quando o processo ocorre entre eles, é uma parceria, mas, quando envolve uma pessoa que não faz parte do assentamento, por exemplo, um fazendeiro, ocorre o arrendamento. Nesse processo, o que difere uma forma da outra não são as partes envolvidas, mas a forma de pagamento adotada, por isso, mesmo que seja uma ação entre assentados, se a forma de pagamento for pré-definida e sem a divisão de riscos ou lucro, é um arrendamento também.

Em projetos de assentamento constituídos em áreas de chapadas, a tendência é a produção de grãos, conforme pode ser observado através das Imagens 6 e 7.

---

<sup>17</sup> Informações sobre a COMAJUL foram obtidas no site [www.comajul.com.br](http://www.comajul.com.br), acesso realizado em 02/11/2015.

**Imagem 6 - PA em São Gabriel do Oeste/MS, implantado em área de chapadão**



Fonte: Google earth, org. por Sálvio Itamar

**Imagem 7 - PA Santa Irene, no município de Ipiranga do Norte/MT, implantado pelo INCRA em área de chapadão**



Fonte: <http://www.geosolobrasil.com.br/projetos/fazendas-santa-irene-e-fazendas-bonanza-gleba-a1-a2-b1-e-b2/>.

As imagens dos assentamentos não diferem de seu entorno, ou seja, também são produtores de grãos, o que não se sabe desses locais, é como se dá o processo produtivo, com recursos do assentado ou por intermédio de arrendamento e/ou parceria.

A observação das imagens remete à interpretação de Piccin (2012), quando analisa assentados no sul do país, possuidores de uma pequena porção de terra, que se transformam em produtores e competidores em um mercado.

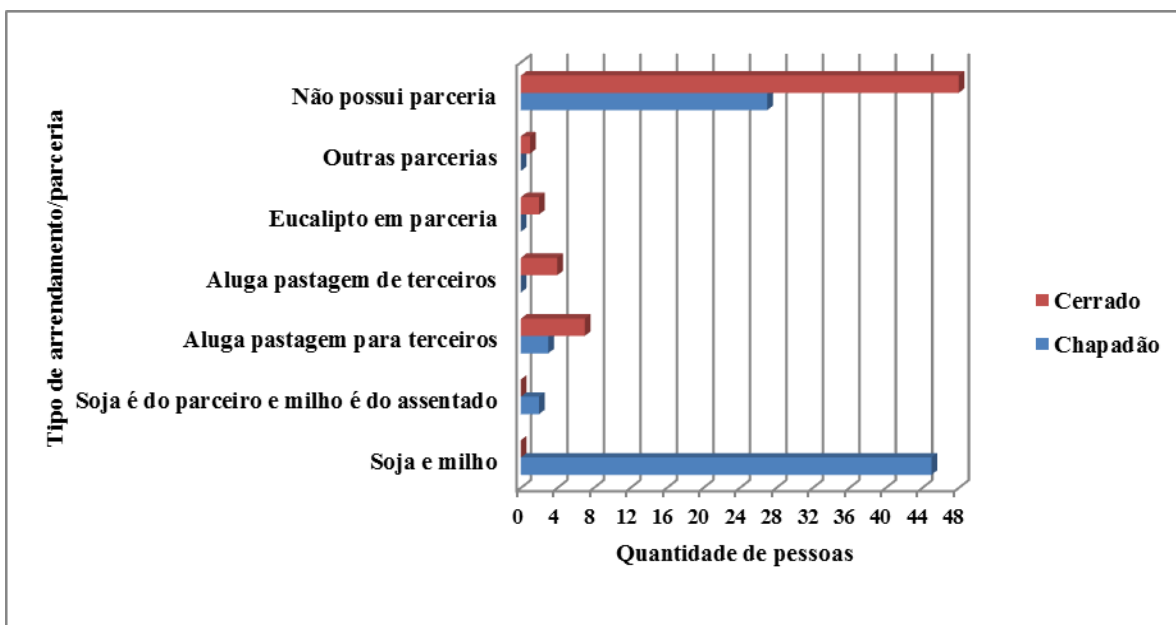
Se produzir *commodities* (soja ou leite, por exemplo), concorrendo, portanto, em um mercado oligopolizado, deve-se admitir que a categoria de agricultores-assentados ocupa uma das posições mais frágeis entre os competidores devido à sua pequena escala de produção e pelo quase desprezível tamanho de seu patrimônio produtivo, se comparado com capitalistas produtores das mesmas *commodities* (PICCIN, 2012, p.124).

Dessa forma, os pequenos que cultivam grão precisam aumentar a escala para a viabilização da atividade ou fazê-lo através de arrendamento, mas, mesmo assim, passam por “maior instabilidade das condições materiais e simbólicas de vida”, segundo o autor anteriormente citado.

Concernente às atividades realizadas em parceria e/ou arrendamento, no “Chapadão”, a atividade, predominante, é a produção agrícola, plantio de soja e milho, representando 58% das atividades por arrendamento existentes na área. A produção, em parceria, representa 2%, pois, após o plantio da soja, o milho tem que ser plantado e deixado para o dono do lote, sendo ele o responsável pela colheita. Neste local, 35% dos moradores não possuem parceria e/ou arrendamento nas atividades realizadas.

No “Cerrado”, existe o arrendamento de uma forma que muitas pessoas não enxergam como tal, o aluguel de pastagem, o que representa 11% das atividades em parceria e/ou arrendamento. A parceria ocorre no plantio de eucalipto, entre o proprietário da terra e uma empresa. A empresa é responsável pela preparação do solo, plantio e, posteriormente, a venda da madeira, enquanto ao proprietário da terra cabe o cuidado da lavoura. A madeira é destinada a queima em caldeiras de multinacionais comercializadoras de grãos e no Terminal Intermodal da América Latina Logística (ALL), e empresas ligadas ao agronegócio em Rondonópolis. No “Cerrado”, 77% dos entrevistados não possuem nenhum tipo de parceria (Gráfico 12).

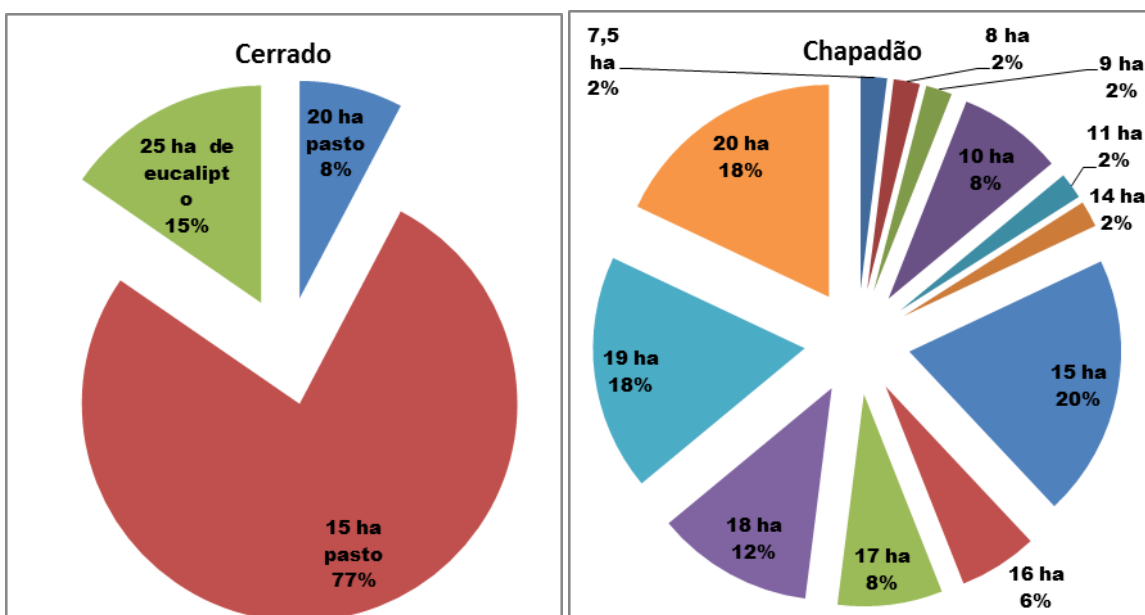
**Gráfico 12 - Atividades desenvolvidas por meio de arrendamento/parceria no PA Carimã**



Fonte: o autor

Nos dois ambientes, a maior parte das propriedades tem uma área superior a 15 hectares destinados ao arrendamento e/ou parceria, tendo como limite a área total disponível para uso, considerando que, no “Cerrado”, não há uniformidade no tamanho das parcelas devido à sua localização (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Comparativo da área destinada a arrendamento/parceria nos ambientes do PA Carimã**



Fonte: o autor



A prática de arrendamento e/ou parceria pelos dados levantados teve início no ano 1998, ou seja, logo após a criação do PA. No período de 1998 a 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve arrendamento e/ou parceria somente no “Chapadão”, perfazendo 18%. Entre os anos de 2003 a 2010, gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, no “Chapadão”, houve a adesão de 60% e no “Cerrado” 50% e, entre os anos de 2011 a 2014, gestão de Dilma Vana Rousseff, no “Chapadão”, foram 22% e no “Cerrado” 50%. Estes percentuais são aplicados ao total de lotes que adotaram o arrendamento e/ou parceria como modo de renda, são cinquenta propriedades no “Chapadão” e quatorze no “Cerrado”.

Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, houve baixo índice de adesão ao arrendamento e/ou parceria, tendo ocorrido somente em propriedades do “Chapadão”. A explicação está ligada à liberação de recursos financeiros para investimentos. Havia o temor de não se receber outras verbas, mas, mesmo assim, a atividade já permaneceu.

A gestão de Luiz Inácio Lula da Silva foi um período em que se reduziu a criação de novos assentamentos, mas existiram políticas de apoio à agricultura familiar, neste intervalo, houve a maior adesão à prática de arrendamento e/ou parceria. No “Chapadão”, foram 60% dos arrendamentos e/ou parcerias apresentados e teve início a prática na área do “Cerrado”, com 50% dos arrendamentos e/ou parcerias existentes.

Nas gestões de Dilma Vana Rousseff<sup>18</sup>, para o setor agrícola familiar, não houve mudanças significativas, o que está ocorrendo é a continuidade das políticas do governo anterior, e o percentual de arrendamento e/ou parceria é de 22% no “Chapadão” e de 50% no “Cerrado”. No Quadro 14, apresentamos as razões que levaram essas pessoas a optarem pela produção por intermédio do arrendamento.

---

<sup>18</sup> A pesquisa cobriu até os três primeiros meses do segundo mandato da Presidenta Dilma.

**Quadro 14 – Motivos que levaram a produção em arrendamento/parceria na propriedade**

<b>MOTIVOS DO ARRENDAMENTO/PARCEIRA</b>	<b>CHAPADÃO</b>	<b>CERRADO</b>
Está com mais gado do que a propriedade suporta, por isso aluga pastagem de outro	0	2
Estava com problema de percevejo marrom, não tinha condições de corrigir o solo por isso optou pela parceria, é feita a correção do solo e aplicação de inseticidas	2	0
Estava trabalhando com gado leiteiro e não deu o resultado esperado, por isso parou	2	0
Não necessita de todo lote para o gado, por isso tem parceria na pastagem	2	7
Não possui condições financeiras para trabalhar toda a área	23	1
Não tem condições financeiras nem apoio técnico, sem a parceria teria que vender o sítio	2	0
Não tem trator nem plantadeira, para plantar por conta, não tem recurso para cercar todo lote e trabalhar com gado, por isso optou pela parceria	2	0
Plantava por conta, sem maquinários sobrava pouco e tendo o risco, resolveu parar	3	0
Plantou por conta e teve prejuízo, para pagar as contas, foi trabalhar em fazendas e iniciou a parceria	2	0
Plantou por conta, não teve lucro porque teve que pagar serviços de máquinas, depois não plantou mais por conta, só parceria.	3	0
Por não possuir maquinários para plantar, colher, aplicar venenos e técnico para acompanhar a lavoura	4	0
Possui maquinário para plantar e colher, caminhão para escoar a produção, por isso resolveu expandir a área de plantio através da parceria	2	0
Outras respostas	10	4
<b>TOTAIS</b>	<b>57</b>	<b>13</b>

Fonte: o autor

No “Chapadão”, a resposta que mais se repetiu foi a falta de condições de trabalhar em toda área. Outra justificativa apresentada foi o fato de os assentados não possuírem as máquinas necessárias no plantio de grãos, alguns informaram que já plantaram soja e milho com recursos próprios, mas não obtiveram lucro, possivelmente, por desconhecimento técnico.

Essas são algumas das justificativas apresentadas pelos agricultores familiares por terem optado pela produção em arrendamento, que é a maior parte dos casos ou a parceria, que aparece em menor quantidade.

São justificativas contraditórias pelo fato de alguns, em número reduzido, plantarem grãos em sua propriedade utilizando a mão de obra terceirizada em todo o processo produtivo. Nestas condições, segundo este grupo de agricultores, apenas com o plantio da soja, pagando todos os custos, ela gera lucro um pouco acima do valor que seria recebido com o arrendamento. Depois, ainda, tem a lavoura de milho que, conforme os assentados, apesar do valor da saca ser menor, o custo da produção em relação à soja é bem menor também, entrando essa cultura como safrinha.

Segundo informações, o preço pago no arrendamento de toda a área, descontado o quintal da moradia que, em média chega até dois hectares, está em torno de R\$ 10.000,00 ao ano, para plantio de soja e milho pelo arrendatário.

Os proprietários que plantam com recurso próprio e terceirizam os serviços, a produção de soja é de 50 sacas por ha e o milho, 80 sacas por ha. Ao final das duas safras, eles contabilizam que o ganho pode chegar até 60% a mais, em relação ao arrendamento.

O plantio de soja e milho com recurso próprio ocorre em menor quantidade comparando à atividade por arrendamento. E essa prática predomina, em boa parte, na produção de grãos do “Chapadão”, ocorrendo, assim, uma produção do agronegócio em áreas de agricultura familiar, e não uma produção da agricultura familiar para o agronegócio.

Durante o trabalho de campo, ficou implícito por parte dos proprietários, o medo de correr riscos em relação ao plantio por conta própria, pois se uma safra não tiver um resultado positivo, ele terá que arcar com os prejuízos e, quando ele está arrendando a terra, tem a certeza de receber um recurso financeiro independente do resultado da safra. Logo, transfere-se o risco para o arrendatário. Existe, ainda, a figura do adiantamento do valor do arrendamento para safras futuras, cujo valor pago é menor, em que existe uma cobrança de juros por parte do arrendatário.

No “Cerrado”, as formas de arrendamento se aplicam principalmente sobre o aluguel de pasto. Nas propriedades, onde o proprietário não possui gado suficiente para usar toda a pastagem disponível, ou possui gado além da capacidade do lote e necessita da pastagem de outra pessoa, os proprietários costumam arrendar o que está disponível.

Entre as atividades desenvolvidas predominantes no “Chapadão” está a produção de soja e milho em arrendamento e/ou parceria, sendo seguida pela criação de frango caipira,

suinocultura tradicional, pecuária leiteira tradicional, frutas diversas e hortas domésticas. Além dessas atividades, levantaram-se outras.

O arrendamento é predominante na região, pois a atividade monocultora torna a paisagem homogênea<sup>19</sup>. Isso favorece a visualização dos quintais das casas e das árvores frutíferas. Ressaltamos que somente algumas pessoas vendem o excedente das frutas.

Na produção de grãos, o assentado pode ser um produtor integrante ou estar a serviço do agronegócio, ou então sendo usado pelo agronegócio, no caso do arrendamento. Esta vinculação com o agronegócio é a mais clara de todas as atividades realizadas dentro do PA, integrante do circuito espacial produtivo pelo uso de sementes e insumos necessários.

Independente de quem estiver produzindo, o sistema de trabalho é o mesmo, a transferência das informações, o uso de sementes selecionadas, adubos e herbicidas ocorrem do mesmo modo. Muitas vezes, esses produtos possuem a mesma fonte. De igual modo, o destino da produção de soja é para as *tradings*; no milho, uma parte é usada nas fábricas de ração do município, o excedente também tem as *tradings* como destino, constituindo a transferência de capitais, uma das formas dos círculos de cooperação (Fluxograma 3).

Quando se pensa em qualquer ação produtiva pelo ser humano, automaticamente, resultará em uma mudança ou interferência no espaço em que se está,

[...] Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. [...] (SANTOS, 2000, p. 104).

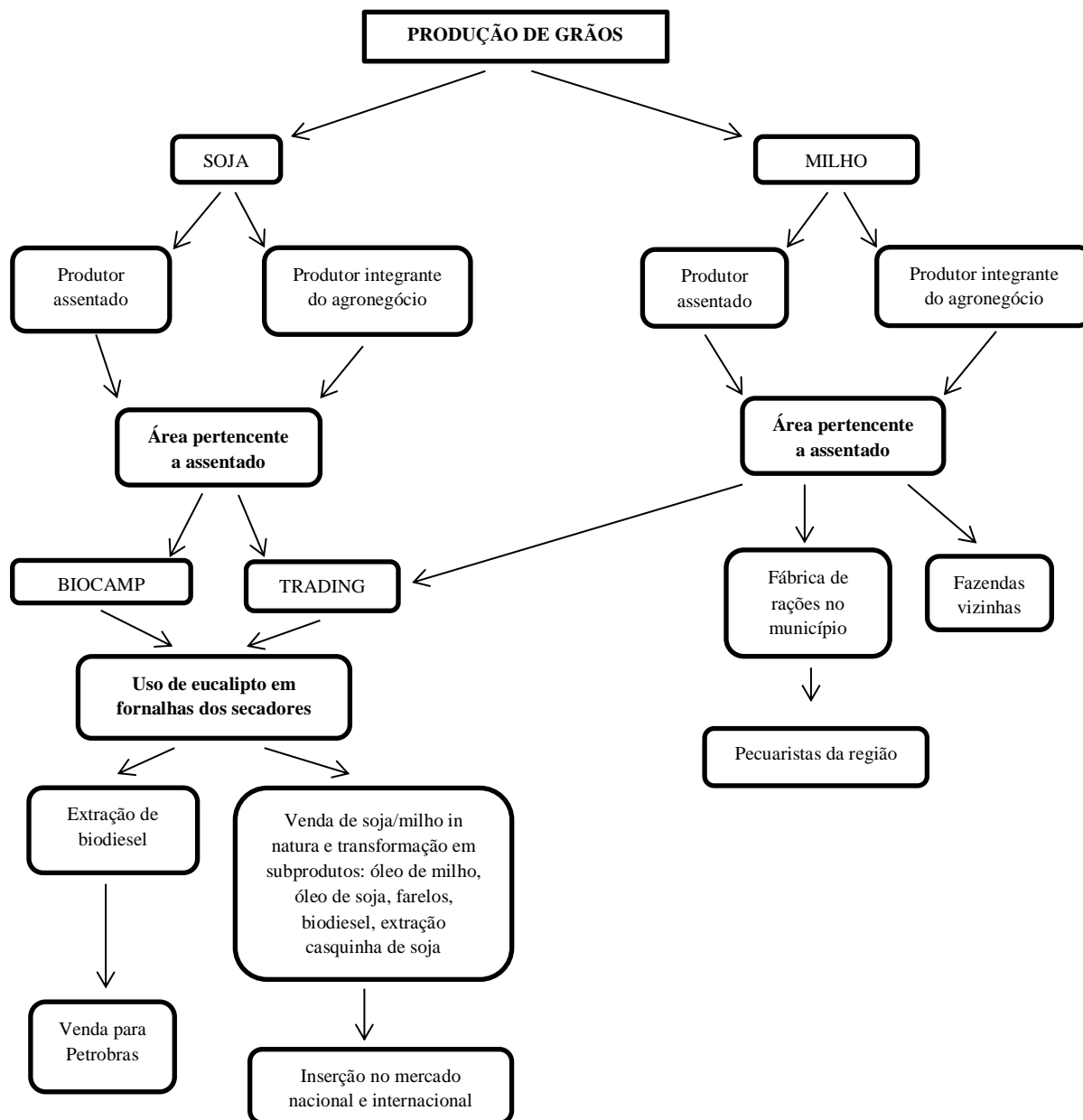
Esse espaço pode ser usado por todos, porém não é usado de modo igual por aqueles que o ocupam. O uso está relacionado às condições econômicas de cada agente, criando o uso diferenciado do espaço.

É, nesse contexto, que se dá o uso do espaço pelo agronegócio, a ocupação do mesmo por esse setor produtivo torna esta ação (ocupação do espaço) excludente, pelo fato de criar padrões de espaços propícios a essa atividade e segundo seus interesses, valorizando ou desvalorizando os espaços disponíveis.

---

<sup>19</sup> A homogeneidade da paisagem pode ser confirmada através da Imagem 01 na página 74.

**Fluxograma 3 – Circuito produtivo de grãos (soja e milho), com o momento em que ocorre a inserção do eucalipto no processo**



Fonte: o autor

A produção do agronegócio é resultado do que Santos (2012) denomina meio técnico-científico-informacional, “[...] a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a construir o seu substrato.” (SANTOS, 2012, p. 238).

O agronegócio, ao iniciar a produção de grãos, utiliza sementes. Estas, por sua vez, são selecionadas, melhoradas geneticamente e adaptadas a cada região em que estão sendo plantadas. As sementes são nacionais, porque houve um trabalho científico em sua estrutura genética, no país. Porém o uso de adubos, herbicidas, fungicidas, insumos em geral, necessários à produção, permite a inserção dessa atividade no mercado internacional. Esse fato revela que o circuito produtivo de grãos ocorre em escala global.

Quanto à valorização do espaço em que se encontra, isso é real dentro do PA Carimã. As propriedades do “Chapadão” são as mais visadas pelas pessoas, devido ao uso pelo agronegócio ou para o agronegócio. Essa valoração não se estende às propriedades do “Cerrado”.

Trata-se de uma relação contraditória, se para venda, as terras têm valor, devido a sua potencialidade produtiva, esse valor não é repassado para o arrendamento e, é mais barato, o que torna uma medida viável ao arrendatário, pois ele usa a terra enquanto for de seu interesse sem maiores vínculos.

Como há impedimento legal para a venda dos lotes, ainda não ocorreu o reagrupamento deles e, nos diversos espaços pelo agronegócio, ocorreu uma reinserção da atividade do agronegócio na maior parte das propriedades do “Chapadão” através do arrendamento e por poucos produtores assentados que produzem grãos.

Uma outra porção tem destino diferente: ela é entregue a Biocamp. A soja é comercializada pelas *tradings in natura* ou transformada em subprodutos como: biodiesel, farelos, casquinha de soja e óleo de soja. Estes produtos são vendidos no mercado nacional e internacional.

Abordando sobre a soja vendida a Biocamp, empresa com sede em Campo Verde-MT, temos que destacar que, segundo Monteiro (2011), no estado de Mato Grosso, havia até 2011, oito usinas para produção de biodiesel, sendo duas delas em Rondonópolis-MT. Logo a aquisição da soja por uma empresa de Campo de Verde para produção de Biodiesel causa estranheza.

A política para produção de biodiesel tem a “[...] intenção de incluir a agricultura familiar neste circuito produtivo, o programa tem suscitado muitas críticas no que se refere à sua eficácia no quesito inclusão social e redução das desigualdades regionais [...]” (SANTOS; LOCATEL, 2012, p. 2). Esta é a proposta do biodiesel, a de realizar a inclusão da agricultura

familiar no circuito produtivo e, simultaneamente, a inclusão social. Mas não é isso o que ocorre, portanto a estranheza na aquisição do que seria a produção da agricultura familiar por uma empresa de um município relativamente distante do local produzido, tendo em vista a necessidade de aquisição do produto da agricultura familiar. Os assentamentos nas chapadas, nesse caso, apresentam vantagens: possuem uniformidade de solo, de declive, tamanho e arranjo espacial dos lotes, seguindo uma geometria retilínea. Basta apenas a vontade do assentado, o recuo da cerca do fundo e das laterais dos lotes e, assim, tem-se um campo aberto para a operação das máquinas.

A dúvida é se é de fato uma produção familiar, porque, de acordo com as informações levantadas durante a pesquisa, foi informado de que agricultores já assinaram documentos de venda de soja para a Biocamp, o que garante a essa empresa o selo combustível social, necessário para a participação no leilão da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O restante da produção que não é “vendida” a Biocamp é vendido às *tradings* locais, independente do destino dos grãos (Biocamp ou *tradings*). Neste circuito produtivo, é inserida também a lenha, utilizada nas fornalhas dos secadores, para reduzir a umidade dos grãos antes da armazenagem ou transformação.

Devido à legislação ambiental, a madeira tem que ser originada de reflorestamento. No estado, tem sido utilizado, principalmente, o eucalipto, em toras ou transformado em cavaco, que, para o vendedor, gera mais volume de matéria-prima.

O biodiesel, após a extração, é vendido à Petrobras, para ser adicionado no percentual de 7% ao diesel mineral, extraído do petróleo, repassado às distribuidores e, posteriormente, ao consumidor final.

Na comercialização de milho, a venda é direcionada às fábricas de rações, principalmente, as locais que comercializam sua produção a nível regional e também nacional.

Quando esse grão é vendido às *tradings*, passa-se pelo processo de secagem, inserindo também o uso da madeira nas fornalhas, durante o processo. Ele pode ser transformado, por exemplo, para extração de óleo de milho, que tem valor diferenciado em relação ao óleo de soja.

Existem, ainda, empresas que transformam o milho em subprodutos para comercialização em todo o país e outras com atuação apenas regional. Entre os produtos derivados do milho, utilizados na alimentação do ser humano estão: fubá, milho para canjica, polenta semipronta, farinha de milho, entre outros.

Sua comercialização ocorre também no mercado nacional e internacional. Este processo é o que tem acontecido, pois com a

[...] crescente especialização produtiva dos lugares, possibilitada pela combinação entre o desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicações e a política de Estados e empresas, aumentam os fluxos materiais e informacionais, distanciando cada vez mais os locais de produção dos locais de consumo, tornando mais complexas a distribuição espacial das atividades econômicas e a articulação entre as diferentes etapas, em diferentes lugares, da produção (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 462).

Esta relação tornou-se mais complexa primeiramente, porque não podem ser vistas de modo individualizado, ela é integrante de um todo. Este conjunto é influenciado pelo meio técnico-informacional e integrado ao mercado financeiro, fato que atribui a esta atividade uma mobilidade superior quando comparada à comercialização nacional ou em menor escala, nas microrregiões.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecer os vínculos da agricultura familiar com o agronegócio consistiu no principal objetivo desta pesquisa. Permearam, ainda, no processo investigativo, a avaliação e a quantificação da produção do assentamento PA Carimã, conjuntamente com as dificuldades na manutenção da atividade agropastoril e na sobrevivência das famílias assentadas.

A análise efetuada tendo por base os princípios que norteiam o circuito espacial produtivo, enquanto viés analítico, foi de grande relevância pelo simples fato de que nenhuma atividade realizada é isolada nesta forma de análise. O processo é cíclico e todas, em determinado momento, se relacionam. Com a junção dos círculos de cooperação, há um afunilamento das atividades uma vez que essas podem contribuir com a circulação de informações técnicas-científicas e do capital.

A opção metodológica, por analisar o assentamento por intermédio de dois ambientes distintos, favoreceu a observação da dinâmica social e produtiva, possibilitando a sua relação com o espaço da produção. Permitiu compreender como há um alto nível de exploração da terra para atividade agrícola, principalmente no “Chapadão”. As propriedades que estão produzindo usam a mecanização como a principal ferramenta de trabalho. Aos moradores da área do “Cerrado”, a exploração da terra se dá de modo mais tradicional, em sua maioria, adeptos da pecuária.

Ao criar um assentamento, o propósito inicial é que ele seja produtivo, transforme o histórico de produção do local escolhido e traga mudança social. O PA Carimã é o assentamento com maior índice de produtividade, considerando o percentual das áreas, efetivamente, utilizadas para a produção, se comparada a outros projetos existentes no município, sejam criados pelo INCRA ou pelo Banco da Terra.

A figura da agricultura familiar, no contexto da sociedade, não consegue ser desvinculada da produção de alimentos voltados ao consumo interno, não importando se na escala local ou regional. Outra característica é o uso de um sistema de trabalho tradicional, onde, praticamente, todo o trabalho é manual e com o emprego de poucos equipamentos.

Esse sistema de trabalho, na atualidade, não pode ser uma característica da agricultura familiar, mas pensá-la dessa maneira hoje é caricato. O espaço agrícola tem

passado por modificações constantes, e a agricultura familiar constitui esse espaço também, por isso não pode ser excluída do avanço que se estabelece sobre esse segmento.

O uso de recursos técnicos científicos e informacionais não pode ser visto como um corpo estranho ao ambiente da agricultura familiar. Entretanto a prática de uma agricultura utilizando essas inovações não significa uma produção alheia às necessidades diárias da população dos produtos *in natura* e de consumo diário, como os hortifrutigranjeiros.

Na produção característica da agricultura familiar, as relações são pessoais, a discussão do preço acontece diretamente com os envolvidos e, muitas vezes, influenciados pela amizade existente ou tempo de fidelidade na relação comercial.

Alguns produtos como os grãos são operados no âmbito do que Milton Santos denomina de circuito superior da economia, assim como parte da destinação do leite e da madeira do assentamento. O preço do grão por excelência está vinculado ao capital internacional, em que o poder decisório dá-se distante do local de produção, e as relações estabelecidas são impessoais.

Os valores a serem pagos não são relacionados a laços de amizade, mas sujeitos a influência principalmente do mercado externo, no caso da soja, e o principal argumento que interfere no preço do produto é a cotação regida pelos mercados internacionais.

As relações comerciais características dos assentamentos ocorrem em nível local, uma vez que sua produção é destinada a abastecer este mercado. Diferentemente dos demais assentamentos de Rondonópolis/MT, no PA Carimã, as relações estabelecidas não ocorrem apenas na escala local e regional, centrada no sul de Mato Grosso, pelo contrário, mantém vínculos com essas duas escalas e também com a escala nacional e global. Assim ocorre pelo fato da produção integrar-se à produção do agronegócio, por intermédio da comercialização das tradings, que usam esses produtos para abastecer as filiais internas e o comércio externo.

A produção de grãos (soja e milho), atividade predominante no “Chapadão”, destaca-se por ocorrer em um ambiente da agricultura familiar, com uso de técnicas e recursos técnicos peculiares do agronegócio. As relações comerciais características dos assentamentos ocorrem em nível local, uma vez que sua produção é destinada a abastecer esse mercado. Por isso, por mais que o plantio de soja pareça uma anomalia entre os agricultores familiares, não é uma cultura proibida de ser executada por eles. Mesmo que não haja tradição neste segmento, quando o agricultor familiar opta por esta cultura, ele decide por esse direito.

Existem fatores que têm incentivado o plantio de grãos pelos agricultores como o avanço na idade dos moradores, envelhecimento da população que em função dessa condição física natural limita a execução de alguns serviços, precipitando esse grupo de pessoas para o arrendamento, principalmente para o plantio de grãos.

Outro fator que tem potencializado o plantio de grão são algumas políticas públicas, como o Programa do Biodiesel, porque com uso da DAP do agricultor proprietário da terra em mãos, a produção “é usada” para a participação das empresas nos leilões do governo. É uma política governamental de inserção do agricultor familiar, mas, indiretamente, incentiva a produção familiar do grão, além do que o produto colhido seguindo as diretrizes do Programa não tem por objetivo a alimentação humana, mas a produção de óleo combustível.

A DAP do agricultor familiar é como uma espécie de “nota promissória” com vantagens principalmente para as usinas beneficiadoras, tudo em nome de uma política pública como incentivo à produção de grão em áreas de agricultura familiar tradicionais ou de assentados, que apresentem características topográficas propícias à cultura.

A introdução do grão trouxe novas relações ao sistema produtivo da agricultura familiar, porém, para a grande maioria que não é um produtor direto, mas arrendatário, não houve mudança em sua vida, enquanto pessoa ou para sua família.

O cultivo de grãos, que é a principal ligação da agricultura familiar do PA Carimã com o agronegócio, quando realizado por meio de arrendamento, acaba por desvincular o homem da terra. Essa prática rompe relações de afinidade entre o indivíduo e o espaço produtivo, vivenciado, ou seja, é uma espécie de desterritorialização do agricultor e uma reterritorialização da atividade desenvolvida na fazenda anteriormente à criação do assentamento. Portanto, se constitui em um espaço de poder do agronegócio e não da produção familiar, constituindo-se em um rural ressignificado.

A pesquisa no PA Carimã demonstrou que, no caso específico desse assentamento, existem situações, nas quais a agricultura familiar ocorre como resistência ao agronegócio. Para outros, estar integrado ao agronegócio, simboliza modernidade, sobretudo quando as condições de natureza socioeconômica e tecnológica assim a favorecem. Entretanto, quando estes agricultores, buscam no arrendamento, o meio para produção, convertem a atividade submissa aos interesses do grande capital.

A opção por analisar a partir da totalidade das unidades componentes do PA Carimã, em uma perspectiva censitária, não se transformou em uma limitação, pelo contrário, possibilitou o conhecimento do todo e as relações entre as diversas subtotalidades. Contudo, a dinâmica do assentamento é de extrema complexidade e, como tal, requer novas pesquisas neste ou em outro ambiente social para compreender as transformações no campo.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1997, Brasília,. **Anais...** Brasília: PNUD, 1997. 222p.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 152 p.
- ALENTEJANO, Paulo. Uma análise geográfica dos conflitos no campo brasileiro. OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M. (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ, AMPEGE, 2008. p. 238-253.
- ALENTEJANO, Paulo; SILVA, Tiago L. A. Ocupações, acampamentos e assentamentos: o descompasso entre a luta pela terra e a política agrária do governo Lula. **Conflitos no Campo Brasil 2008..** Goiânia: CPT Nacional, 2008. p. 128 – 135.
- ALMEIDA JÚNIOR, Antônio R.; HOEFFEL, João L. M.; QUEDA, Oriowaldo. **A propriedade rural como símbolo: representações sociais e impactos sobre o ambiente na Bacia do Rio Atibainha, SP**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores Ltda, 2008. 155 p.
- ALMEIDA, Mauro W. B. O Estatuto da Terra e as reservas extrativistas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v 1, n. 25, 1995. p. 153 – 167,
- ALVES, Janice; FIGUEIREDO, Adriano M. R.; ZAVALA, Arturo A. Z. **(In)Eficiência dos assentamentos rurais em Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 2012. 186 p.
- ARAGÃO, José L.; PAES, Mariluce S. A agricultura familiar e as biotecnologias no processo de modernidade e pós-modernidade: uma visão contemporânea da inseminação artificial como instrumento de melhoramento genético do gado leiteiro na agricultura familiar de Rondônia. **Revista de Estudos Sociais: Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso**, Cuiabá, v. 2, n. 24, p. 21 – 29, 2010.
- ARRUDA, C. S.; RIBEIRO, T. R.; ANJOS, D. M. A competitividade da cadeia produtiva de orgânicos para agricultura familiar. **Revista de Estudos Sociais: Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso**, Cuiabá, v. 1, n. 19, p. 116 – 126. 2008.
- BACHA, Carlos J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 250 p.
- BARRACLOUGH, Solon L. A reforma agrária nos países em desenvolvimento: o papel do Estado e de outros agentes. TEÓFILO, E. (org.) *et al.* **A economia da reforma agrária: evidências internacionais/Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. p. 377 – 439.

BELIK, Walter. **Muito além da porteira** – Mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP – IE, 2001. 188 p.

BELIK, Walter; PULILLO, Luiz F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. LEITE, S. (org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 97 – 122.

BENEDETTI, Adriane C. Os impactos dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **Assentamentos Rurais: Mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004. p. 53 – 96.

BERGAMASCO, Sonia M. P. P.; FERRANTE, Vera L. S. B. No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S.L. C. (orgs). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 171 – 204.

BERGAMASCO, Sônia M. P. P.; NORDER, Luiz. A. C. A trajetória do Estatuto da Terra e o Paradoxo Agrário dos Anos 90. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v. 1, n. 25, p. 169 – 184, 1995.

BERNARDES, Júlia A. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 239 – 270.

BICALHO, Ana M. S. M. Comercialização da produção familiar: canais de distribuição da hortifruticultura no abastecimento urbano. OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M. (orgs). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ, AMPEGE, 2008. p. 279 – 298.

CARVALHO FILHO, José. J. C. A produção de alimentos e o problema da segurança alimentar. **Estudos Avançados**: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 173-194, 1995.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, 461 – 474, dez. 2010. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/sn/v22n3/04.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n3/04.pdf)> . Acesso em: 02 nov. 2015.

CASTRO, Elisabeth P. Uma leitura da territorialidade de produtores rurais na metrópole de São Paulo. **Revista Geografia e Pesquisa**: Universidade Estadual Paulista. Campus Experimental de Ourinhos do Curso de Geografia, Ourinhos, v. 3, n. 2, p. 23 – 48, 2008.

CONWAY, Gordon. **Produção de alimentos no século XXI**: biotecnologia e meio ambiente. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. 376 p.

CORRÊA, Walquíria K. A agricultura familiar e a nova modalidade de integração ao mercado: o caso da cultura da maçã. **Geografia**, Rio Claro, v. 26, nº 3, p. 113 – 130, 2001.

DA ROS, César A. A implementação do Banco da Terra no Rio Grande do Sul: uma leitura política. In: SAUER, S.; PEREIRA, J.M.M. (orgs.). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 259 – 283.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil** São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 81 – 112.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

DELGADO, Nelson G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. LEITE, S. (org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009. p. p.17 – 54.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a Região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 408 p.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente, 2013. Originalmente apresentado como Tese de livre-docência, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologias, 2013. 398 f. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/td/textos-volume1-bmf2013.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

FERNANDES, Bernardo M.; WELCH, Clifford A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. FERNANDES, B. M.(org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45 – 69.

FERNÁNDEZ, Antonio J. C.; FERREIRA, Eudson C. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **Assentamentos Rurais: Mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004. p. 187 – 228.

FLORESTA, Fernando A. V. Algumas considerações sobre o turismo ecológico ou ecoturismo. **Revista Mato-Grossense de Geografia**: Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, ano 11, n. 09, p. 75 – 86, 2006.

GERMANI, Guiomar; OLALDE, Alicia R.; OLIVEIRA, Gilca G.; CARVALHO, Edmilson. A implantação dos programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado no estado da Bahia. In: SAUER, S.; PEREIRA, J.M.M. (orgs.). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 229 – 258.

GNACCARINI, José C. **Latifúndio e Proletariado** (Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil Rural). São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda, 1980. 185 p.

GONÇALVES, Alfredo J. Migrações internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 173 - 184, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP – IE, 1998. 214 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP – IE, 2002. 152 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. **Estudos Avançados**: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15 n. 43, p. 37 - 50.

GRAZIANO NETO, Francisco. A (difícil) interpretação da realidade agrária. In: SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S.L. C. (orgs.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 153 – 169.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER. “Plantar pro gasto”: a impotência do auto-consumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), v. 46, n. 02, abr.-jun, 2008, p. 481-515.

GUIMARÃES, Rosana G.; ZAVALA, Arturo A. Z. A atividade turística da região de Nobres/MT como instrumento de desenvolvimento econômico sustentável. **Revista de Estudos Sociais**: Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso, v. 2, n. 22, p. 40 – 58, 2009.

HESPANHOL, Antonio N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (org. **Geografia agrária – teoria e poder**. 1. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007. p. 271 – 288.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 159 – 172, 1995.

<http://silviosenrra.blogspot.com.br/2010/05/parceria-e-arrendamento-qual-diferenca.html>, acesso em: 19 out. 2015.

<http://www.artigonal.com/pequenas-empresas-artigos/o-que-e-uma-empresa-de-trading-e-agora-4585601.html>, acesso em: 23 dez. 2015.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm), acesso em 15 abr. 2015.

<http://www.rbma.org.br/mercadomataatlantica/images/noticias/Condi%20E7%20F5es%20de%20Cr%20E9dito%20Rural%20do%20PRONAF%20-%20Modalidades%20e%20Grupos.pdf>, acesso em: 24 maio 2015.

[http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/DefinioTiposdeAssentamentoeCrditos.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/DefinioTiposdeAssentamentoeCrditos.pdf), acesso em: 28 abr. 2014.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 588p.

LIMA, Ronei C. de. **A (In)Viabilidade econômica da pequena produção agropecuária**: o caso do projeto de assentamento Carimã em Rondonópolis/MT. Cuiabá: UFMT/ICHS, 2004. 161 p.

LUTZENBERGER, José A. O absurdo da agricultura. **Estudos Avançados**: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 61 - 74., 2001.

MARKUS, Maria E. Mulheres e Homens na luta pela terra – algumas reflexões. **Coletâneas do nosso tempo**. Cuiabá: EduFMT, v. 7, n. 7, p. 155 – 170, 2008.



MARTINS, José S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1982. 188 p.

MARTINS, José S. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996. 166 p.

MARTINS, José S. **O sujeito oculto. Ordem e transgressão na Reforma Agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 240 p.

MENDONÇA, Sonia R. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964 – 1990. STEDILE, J. P. (org.). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 208 p.

MIKUSKA, A. **A Contabilidade de custo em análise-prática** – um estudo de caso do Assentamento Carimã – Rondonópolis – MT. Rondonópolis, 2001. Originalmente apresentado como monografia, Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis, 2001, 99 f.

MONTEIRO, Jorge L. G.; PINTO, Anderson A. O biodiesel e o Selo Combustível Social: dificuldades de implementação em Mato Grosso. In: BERNARDES, J. A; ARACRI, L. A. S. (orgs). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia**: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro, RJ: Arquimedes, 2011. p. 123 – 140.

MORENO, Gislaene. Terra, Poder e Corrupção: a política fundiária em Mato Grosso – 1970/1990. **Revista Mato-Grossense de Geografia**: Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, v. 02, n. 01 e 02, Dez 1996/1997, p. 7 - 44, 1998.

MOTA, Dalva M.; SCHMITZ, Heribert. Agricultura familiar: categoria teórica e/ou de ação política? Fragmentos de Cultura. V 16, Nº 11/12, p. 907 – 918. Goiânia, GO: 2006. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/issue/view/24>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MULLER, Geraldo. Cem Anos de República – Notas sobre as transformações estruturais no campo. **Estudos Avançados**: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 3, nº. 7, p. 109 – 136, 1989.

MÜLLER, Geraldo. Observações sobre a noção de complexo agroindustrial. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 8, n. 1/3. p. 28 – 47, 1991.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 15, n.43, p. 83 – 100, 2001.

NEVES, Delma P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (org.) **Geografia agrária** – teoria e poder. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211 – 270.

NOGUEIRA, Ana K. M.; SANTANA, Antônio C. Análise de sazonalidade de preços de varejo de açaí, cupuaçu e bacaba no estado do Pará. **Revista de Estudos Sociais**: Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, v. 1, n. 21, p. 7 – 22. 2009.

NOVAES, Washington. Dilemas do desenvolvimento agrário. **Estudos Avançados**: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 51 - 60, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185 - 206. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. O governo Lula assumiu a contrarreforma agrária: a violência do agrobandidismo continua. **Conflitos no Campo Brasil 2008**. Goiânia, CPT Nacional, 2008. p. 61 – 71.

OLIVEIRA, Sérgio. O paraíso revisitado. **Revista Produtor Rural**, Cuiabá, v. 11, n. 107, p. 24 – 29, 2002.

OYAMADA, Graciela C.; PEREIRA, Benedito D.; SILVA, Gerson R.; MENDES, Carlos M.; FARIA, Alexandre M.. Agricultura familiar e pluriatividade: estudo de caso em comunidade de Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**: Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, v. 1, n. 21, p. 29 – 46, 2009.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos Avançados**: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87 – 108, 1989.

PEREIRA, B. D.; PESSOA, S. G.; MARTINS, V. P. Mato Grosso: agribusiness e outras análises. **Revista Mato-Grossense de Geografia**: revista do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, ano 11, n. 09, p. 67 - 74, 2006.

PEREIRA, João M. M.; SAUER, Sérgio. História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil. SAUER, S.; PEREIRA, J.M.M. (orgs.). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. p. 173 – 206. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 352 p.

PEREIRA, Lisanil C. P. A expansão da fronteira agrícola e a realidade da agricultura familiar em Lucas do Rio Verde – MT. **Revista Mato-Grossense de Geografia**: revista do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, ano 04/05, n. 05/06, out. 2000/2001, p. 79 – 106, 2000/2001.

PICCIN, Marcos Botton – Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. **Economia e Sociedade**. Campinas: Unicamp/IE. v. 44, abril/2012, p.115-142.

REYDON, Bastiaan P.; PLATA, Ludwig E. A. O mercado de arrendamento no Brasil. REYDON, B.P.; CORNÉLIO, F.N.M. (org.). **Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Mercados de terras no Brasil**: Estrutura e dinâmica. Brasília: NEAD, 2006. p. 227 – 263.

RIBEIRO, Eduardo M.; ARAÚJO, Daniel P.; GALIZONI, Flávio M. Uma estimativa preliminar das receitas monetárias e não-monetárias de agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha. ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (orgs.). **Desenvolvimento**

**territorial, segurança alimentar e economia solidária.** Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 229 – 252.

RIBEIRO, Vanderlei V. A terra e a farda: a questão agrária sob regime militar no Brasil e no Peru. MOTTA, M. M.; OLINTO, B. A.; OLIVEIRA, O. (orgs.). **História Agrária: propriedade e conflito.** Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2009. p. 247 – 266.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75 - 82, 2001.

SANTO, Benedito R. E. **Caminhos da agricultura brasileira.** 2. ed. São Paulo: Evoluir, 2001. 304 p.

SANTOS, Lúcia R.; LOCATEL, Celso D. A inserção de agricultores familiares norte-rio-grandenses no circuito espacial de produção do biodiesel. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, outubro de 2012.

SANTOS, Manoel J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15 n. 43, p. 225 – 238, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 392 p.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: um manifesto. **XII Encontro Nacional de Geógrafos.** Florianópolis, Julho de 2000. Disponível em: <[www.revistaterritorio.com.br/pdf/09\\_7\\_santos.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2015.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Record Ltda, 2012. 476 p.

SAUER, Sérgio. Estado, Banco Mundial e protagonismo popular: o caso da reforma agrária de mercado no Brasil. SAUER, S.; PEREIRA, J.M.M. (orgs.). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 285 – 311.

SCHNEIDER, Sérgio. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA,** Campinas, v. 24, n. 3, p. 106 - 131, 1994.

SCHMIDT, Benício V.; MARINHO, Danilo N. C.; ROSA, Sueli L. C. Considerações gerais sobre o Censo Nacional dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S.L. C. (orgs.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 13 – 50.

SCHMIDT, Lisandro P.; MENDES, Cesar M. Novas atividades no espaço agrário brasileiro e o turismo rural. **GEOJANDAIA: Revista de Geografia/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul,** v. 1, n. 1, p. 59 – 68, 2001.

SIGAUD, Lygia M. Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na mata pernambucana. CARTER, M. (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 237 – 256.

SILVA, Fernanda F.; CORRÊA, Vanessa P.; NEDER, Henrique D. Estudo comparativo da distribuição de recursos do PRONAF Crédito e Infra-estrutura, nas regiões sul e nordeste do Brasil: uma abordagem estatística. ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.p. 123 – 158.

SILVA, José Gomes. Estatuto da Terra (ET), Trinta Anos. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, Campinas, v. 1, n. 25, p. 7-38, 1995.

TEIXEIRA, Gerson. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, Campinas, julho 2013. p. 13 – 30. Edição Especial.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Novos arranjos territoriais e velhos dilemas para o trabalho no campo, no Brasil, no século XXI. OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M. (orgs). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ, AMPEGE, 2008. p. 225 – 237.

VEIGA, José E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101- 120, 2001.

VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil – 1968. STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500 – 1960**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 127 – 168.

[www.comajul.com.br](http://www.comajul.com.br), acesso em: 02 nov. 2015.

[www.geosolobrasil.com.br/projetos/fazendas-santa-irene-e-fazendas-bonanza-gleba-a1-a2-b1-e-b2/](http://www.geosolobrasil.com.br/projetos/fazendas-santa-irene-e-fazendas-bonanza-gleba-a1-a2-b1-e-b2/), acesso em: 23 set. 2015.

[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br), acesso em: 27 out. 2015.

[www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1300\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1300_1.pdf), acesso em: 1º nov. 2015.

## ANEXOS

## ANEXO A - Relação de Assentamentos do INCRA no Estado de Mato Grosso

Município Sede	Famílias Capac.	Famílias Assent.	Qtde Assent	PA	PAC	PEA	PE	PCA	PAR	PDS	GLEBA
Acorizal	1506	1394	4				4				
Água Boa	1428	1204	7	7							
Alta Floresta	1690	1615	4		1		3				
Alto Araguaia	51	47	1	1							
Alto Boa Vista	776	435	3	2				1			
Alto Paraguai	844	720	8	6			1	1			
Apiacás	339	274	2				2				
Araguaiana	35	33	1	1							
Araguainha	13	13	1				1				
Araputanga	408	396	4	4							
Arenápolis	73	73	1				1				
Aripuanã	715	521	3	2			1				
Barão do Melgaço	322	249	3				3				
Barra do Bugres	47	47	2				2				
Barra do Garças	349	340	3	3							
Brasnorte	2041	1855	3	3							
Cáceres	2425	1699	21	20			1				
Campinápolis	720	671	2	2							
Campo Novo do Parecis	55	53	1	1							
Campo Verde	1022	1009	6	6							
Canabrava do Norte	927	880	5	4			1				
Canarana	200	120	1	1							
Carlinda	116	114	2	1						1	
Castanheira	601	568	2	1				1			
Chapara dos Guimarães	532	515	5	2			3				
Cláudia	871	737	4	1						3	
Cocalinho	80	80	1				1				
Colíder	4767	1892	5	2							3
Colniza	2718	2464	6	4			2				
Comodoro	1225	1175	7	7							
Confresa	5588	5029	15	15							
Conquista D'oeste	398	392	1	1							
Cotriguaçu	2252	1846	3	3							
Cuiabá	882	735	6				5	1			
Curvelândia	201	187	2	2							
Denise	141	108	2	2							
Diamantino	774	629	7	6			1				
<b>TOTAL DA PÁGINA</b>	<b>37132</b>	<b>30119</b>	<b>154</b>	<b>110</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>32</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>3</b>

Município Sede	Famílias Capac.	Famílias Assent.	Qtde Assent	PA	PAC	PEA	PE	PCA	PAR	PDS	GLEBA
Dom Aquino	195	134	4	3			1				
Feliz Natal	388	380	1	1							
Figueirópolis D'Oeste	26	24	1				1				
Gaúcha do Norte	87	87	1							1	
General Carneiro	166	162	2	2							
Guarantã do Norte	3281	2616	7	7							
Guiratinga	232	193	6	3			2	1			
Ipiranga do Norte	273	251	6	6							
Itiquira	80	74	1	1							
Jaciara	385	9	4	2			2				
Jangada	1059	995	9				9				
Jauru	963	891	3	3							
Juara	420	315	3	2				1			
Juína	422	410	3	3							
Juruena	250	245	1	1							
Juscimeira	427	327	3	3							
Marcelândia	375	374	1	1							
Matupá	1681	1493	2	2							
Mirassol D'oste	846	840	7	6			1				
Nobres	929	685	3	2			1				
Nortelândia	331	322	3	2			1				
N. Srª do Livramento	1525	1344	23	4			19				
Nova Bandeirantes	1245	1227	2	2							
Nova Brasilândia	252	243	2	2							
Nova Canaã do Norte	1058	1013	10	8			2				
Nova Guarita	643	492	10	10							
Nova Lacerda	604	544	3	3							
Nova Marilândia	214	213	2					2			
Nova Maringá	346	254	6	4				2			
Nova Monte Verde	450	132	1	1							
Nova Mutum	418	434	4	4							
Nova Nazaré	365	351	3	3							
Nova Olímpia	340	328	5	4						1	
Nova Ubiratã	961	927	4	4							
Nova Xavantina	981	913	6	6							
Novo Horizonte do Norte	281	260	5	3				2			
Novo Mundo	4153	3036	13	11	1		1				
<b>TOTAL DA PÁGINA</b>	<b>26652</b>	<b>22538</b>	<b>170</b>	<b>119</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>40</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Município Sede	Famílias Capac.	Famílias Assent.	Qtde Assent	PA	PAC	PEA	PE	PCA	PAR	PDS	GLEBA
Porto Alegre do Norte	1288	831	5	3			2				
Porto dos Gaúchos	27	25	1				1				
Porto Espiridião	76	72	2	1			1				
Porto Estrela	61	60	2	2							
Poxoréo	692	519	9	6			1	2			
Primavera do Leste	38	32	1	1							
Querência	1337	1202	5	5							
Reserva do Cabaçal	35	35	1					1			
Ribeirão Cascalheira	3168	2719	8	8							
Rio Branco	117	105	1	1							
Rondolândia	500	214	1						1		
Rondonópolis	853	746	10	10							
Rosário Oeste	2283	1910	26	5			21				
Salto do Céu	72	70	2	1			1				
Santa Carmem	40	36	1					1			
Santa Rita do Trivelato	60	47	1	1							
Santa Terezinha	746	811	3	3							
Santo Afonso	58	58	1	1							
Sto Antº do Leverger	989	1024	12	4			8				
São Félix do Araguaia	1594	1474	10	8			2				
São José do Povo	394	378	4	4							
São José do Rio Claro	1323	821	4	4							
São José do Xingu	489	327	2	2							
S. J. dos Quatro Marcos	73	71	1	1							
São Pedro da Cipa	24	24	1				1				
Serra Nova Dourada	876	851	4	3						1	
Novo Santo Antônio	600	598	1	1							
Novo São Joaquim	60	55	1	1							
Paranaíta	825	819	2	1			1				
Paranatinga	534	514	3	2			1				
Pedra Preta	629	560	10	10							
Peixoto de Azevedo	2915	2508	9	9							
Planalto da Serra	17	12	1	1							
Poconé	942	796	14	4			10				
Pontal do Araguaia	26	24	1				1				
Pontes e Lacerda	1867	1332	13	12			1				
<b>TOTAL DA PÁGINA</b>	<b>25628</b>	<b>21680</b>	<b>173</b>	<b>115</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>52</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

<b>Município Sede</b>	<b>Famílias Capac.</b>	<b>Famílias Assent.</b>	<b>Qtde Assent</b>	<b>PA</b>	<b>PAC</b>	<b>PEA</b>	<b>PE</b>	<b>PCA</b>	<b>PAR</b>	<b>PDS</b>	<b>GLEBA</b>
Sinop	647	514	1	1							
Sorriso	496	408	3	2				1			
Tabaporã	1163	1066	2	1			1				
Tangará da Serra	1149	1148	2	2							
Tapurah	1755	1675	5	5							
Terra Nova do Norte	3582	2558	8	6							2
União do Sul	282	126	5				1			4	
Várzea Grande	330	302	3	3							
Vera	232	224	1	1							
Vila Bela da S. Trindade	1274	1240	11	11							
Vila Rica	1209	1065	8	8							
<b>TOTAL DA PÁGINA</b>	<b>12119</b>	<b>10326</b>	<b>49</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>101531</b>	<b>84663</b>	<b>546</b>	<b>384</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>126</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>5</b>

Fonte: INCRA, org. o autor



### ANEXO B - Classificação dos assentamentos do INCRA

SIGLA	NOME/DESCRIÇÃO	CARACTERÍSTICA
<b>PA</b>	Projeto de Assentamento Federal	Ação que tem por objetivo a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do(a) trabalhador(a) rural e de seus familiares. A obtenção da terra, criação do Projeto, seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio à Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), parcelamento do projeto e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA.
<b>PAE</b>	Projeto de Assentamento Agroextrativista	Destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundos de comunidades extrativistas. A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA.
<b>PDS</b>	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	Modalidade de projeto criada para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental. A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA.
<b>PAF</b>	Projeto de Assentamento Florestal	Modalidade de assentamento, destinada a áreas com aptidão para o manejo florestal de uso múltiplo, em base familiar comunitária, prevê ainda à formação de plantios, com espécies nativas em casos de existência de áreas significativas já convertidas para outras atividades produtivas. A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA
<b>PEA</b>	Projeto Especial de Assentamento	Consistiu na execução de projetos emergenciais destinados a atender populações removidas compulsoriamente de áreas de conflito, por decisão do governo federal. Neste caso, a responsabilidade na implantação foi toda do INCRA: desde a organização territorial à colocação de infraestrutura e à administração tecno-financeira. Nessa modalidade foi implantado apenas o PEA – Lucas do Rio Verde, (...) Este projeto foi destinado, inicialmente, aos “Sem-Terra”, do acampamento da Encruzilhada do Natalino em Ronda Alta, RS, como forma de desarticular esse movimento de luta pela terra.
<b>PC</b>	Projeto de Colonização Oficial	Projetos criados pela União visando à colonização de áreas de vazio demográfico e de expansão da fronteira agrícola do

		território nacional, em especial da Amazônia Legal nas décadas de 70 e 80. Obtenção de terras, criação, aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção e a coordenação do Projeto eram de responsabilidade da União, a infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União, podendo ser feita conjuntamente com as unidades federativas e municípios através de parcerias, a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade do Incra.
<b>PAD</b>	Projeto de Assentamento Dirigido	Criados a partir da década de 70, com o objetivo de cumprir as determinações do Estatuto da Terra, quanto ao assentamento de pequenos e médios agricultores, em regime de propriedade familiar, projetos criados e titulados pela União visando a regularização de glebas rurais sob seu domínio.
<b>PAR</b>	Projeto de Assentamento Rápido	Projetos criados e titulados pela União visando a regularização de glebas rurais sob seu domínio. Aporte de recursos basicamente referentes à demarcação topográfica, não havia o aporte de recursos para implantação de infraestrutura básica.
<b>PEC</b>	Projeto Especial de Colonização	Mesmas características do Projeto de Assentamento Dirigido, porém com peculiaridades especiais que o tornam prioritário em sua implantação.
<b>PIC</b>	Projeto Integrado de Colonização	Projeto de Colonização Oficial, geralmente implantado em grandes extensões de área, envolvendo significativo número de famílias, requerendo ações integradas entre as três instâncias governamentais, implantados em terras da União ou desapropriadas pelo INCRA.
<b>PAC</b>	Projeto de Assentamento Conjunto	Projeto de Colonização Oficial implantado pelo INCRA em parceria previamente definida com empresas rurais de grande porte ou cooperativas.
<b>PF</b>	Projeto Fundiário	Perímetro de área rural estabelecido para o desenvolvimento de ações discriminatórias de terras, visando sua regularização fundiária, sem aporte de recursos de crédito e infraestrutura da União, a Titulação era de responsabilidade da União.
<b>PE</b>	Projeto de Assentamento Estadual	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários, o aporte de recursos de crédito e infraestrutura e titularização são de responsabilidade das Unidades Federativas, há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A) mediante convênio e no aporte de recursos relativos a Infraestrutura básica; O INCRA reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para esse Programa
<b>PAM</b>	Projeto de Assentamento Municipal	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários e titularização são de responsabilidade dos municípios. Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade dos municípios, com a possibilidade de participação da União. Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A) mediante convênio. O INCRA reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para esse Programa.
<b>PAP</b>	Projeto de Colonização Particular	Projetos visando a colonização de áreas de vazio demográfico e de expansão da fronteira agrícola do território nacional, em especial da Amazônia Legal nas décadas de 70. A coordenação do Projeto é de responsabilidade das empresas particulares de colonização cadastradas no INCRA, na quase maioria dos casos não há o PAP aporte financeiro da União/Estados quanto

		à obtenção de recursos fundiários, créditos e infraestrutura, cabendo ao INCRA a análise, aprovação e acompanhamento previsto no Projeto apresentado. forma pouco utilizada nas últimas duas décadas.
<b>PCA</b>	Projeto de Assentamento Casulo	Projeto de Assentamento criado pelo município, a União pode participar com os recursos para indenização de benfeitorias, mas a terra é obtida e titulada pelo município, aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) do Inca. Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade dos Governos Federal e Municipal, diferencia-se pela proximidade à centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas.
<b>PFP</b>	Projeto de Assentamento Fundo de Pasto	Projetos criados pelo Estado ou Municípios sob responsabilidade da Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão do governo do estado da Bahia, voltado ao atendimento dessas populações tradicionais locais. Esses projetos são reconhecidos o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao PRONAF A.
<b>RESEX</b>	Reservas Extrativistas	De competência do IBAMA, unidade de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A).
<b>FLONA</b>	Floresta Nacional	De competência do IBAMA, unidade de conservação de uso sustentável reconhecidas o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A).
<b>RDS</b>	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	De competência do IBAMA, unidade de conservação de uso sustentável reconhecidas o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A).
<b>PRB</b>	Projeto de Reassentamento de Barragem	A implantação é de competência dos empreendedores e o Inca reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental -ATES e Pronera.
<b>PCT</b>	Programa Cédula da Terra	Projeto de Assentamento criado pela União com a participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação. Os beneficiários recebem financiamento específico destinado a obtenção dos recursos fundiários e implantação da infraestrutura básica. A seleção dos beneficiários de responsabilidade do Governo Federal, a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União, direcionados para regiões de difícil obtenção de terras por meio da desapropriação.
<b>GLEBA</b>		Os beneficiados com glebas em assentamentos pagam pela terra e pelos créditos que receberem.

Fonte: INCRA, org. o autor

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Questionário para Levantamento de Dados das Propriedades Rurais no PA Carimã

01) Número do Lote: \_\_\_\_\_

02) Qual o tamanho do lote? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

03) O proprietário do lote esta no movimento desde o início no PA Carimã? Em caso de aquisição foi adquirido de terceiro? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

04) Possui algum tipo de veículo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

05) As pessoas mais novas da família já demonstraram interesse em permanecer no campo?

\_\_\_\_\_

06) Para você, permanecer no campo hoje, é uma vantagem ou desvantagem? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

07) Houve recebimento de incentivo financeiro do governo no lote e na produção? De que tipo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

08) Há alguma produção realizada em parceria? Que tipo de produto é plantado e qual a área utilizada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

09) Por que foi optada a produção em parceria? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10) Quais os insumos utilizados na propriedade (fungicida, herbicida, adubo)? Onde são adquiridos e de quem? \_\_\_\_\_

---

---

11) Já tiveram algum tipo de produção na propriedade e não produzem mais? \_\_\_\_\_

---

---

12) Onde e como foi adquirido o conhecimento para trabalhar a terra? \_\_\_\_\_

---

---

13) Foi aplicado o recurso no propósito estabelecido pelo governo? \_\_\_\_\_

---

14) O resultado foi satisfatório? Explique sua resposta. \_\_\_\_\_

---

---

15) Há uma perspectiva de investimento futuro na propriedade? Em quê? \_\_\_\_\_

---

---

16) Do que a propriedade precisa? \_\_\_\_\_

---

---

17) Há apoio de alguma entidade (Prefeitura, INCRA, ONG, Governo Estadual, EMPAER, etc.) nas atividades desenvolvidas na propriedade? \_\_\_\_\_

---

---

18) Há alguma produção voltada para o biodiesel? \_\_\_\_\_

---

---

19) Recebe apoio para comercialização dos produtos produzidos? \_\_\_\_\_

---

---

20) É utilizada mão-de-obra terceirizada? Em qual etapa da produção? \_\_\_\_\_

---

---

21) É utilizada alguma nova tecnologia no trabalho diário? \_\_\_\_\_

---

---

22) Como classifica as vias internas do PA Carimã:

( ) Péssimas ( ) Ruins ( ) Regulares ( ) Boas ( ) Ótimas

23) Como classifica as vias externas do PA Carimã:

( ) Péssimas ( ) Ruins ( ) Regulares ( ) Boas ( ) Ótimas

24) As condições das vias interferem em algo para você? Por quê? \_\_\_\_\_

---

---

**DADOS SÓCIOECONÔMICOS DA UNIDADE FAMILIAR**

NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	SEXO	TRABALHO		RENTA MENSAL	GRAU DE PARENTESCO
				SIM	NÃO		
						0	
						1	
						2 à 3	
						4 à 5	
						6 à 7	
						8 ACIMA	

**SOBRE A PRODUÇÃO**

PRODUTO	QUANTIDADE	DESTINO DA PRODUÇÃO		PARA QUEM É VENDIDO	LOCAL ONDE É VENDIDO	ORIGEM DA SEMENTE/ MUDA/ MATRIZ
		CONSUMO	VENDA			

Fonte: o autor

## **APÊNDICE B - Questionário utilizado em entrevista na Secretaria Municipal de Agricultura**

- 1) Classificando quanto à origem, INCRA e Banco da Terra, quais são os assentamentos localizados no município de Rondonópolis?
- 2) Qual a data de criação e a quantidade de lotes nos assentamentos do Banco da Terra.
- 3) Quantos deles têm uma produção agrícola comercializada no município?
- 4) O que é produzido nestes assentamentos?
- 5) A Secretaria de Agricultura possui alguma estatística de produção dos assentamentos?
- 6) É do conhecimento de todos que a merenda escolar deve ser adquirida em no mínimo 30% da agricultura familiar. A agricultura familiar do município tem condições de atender a demanda?
- 7) A literatura admite que a maior parte dos alimentos consumidos pela família brasileira provém da agricultura familiar. Essa situação também ocorre em Rondonópolis? Como faço para comprovar esta situação.
- 8) Parte significativa dos feirantes adquirem produtos de atacadista e/ou atravessadores com produtos provenientes da CEAGESP, do estado de Goiás, Jaciara, Campo Verde e Chapada dos Guimarães. Por que Rondonópolis não atende a esta demanda das famílias locais?
- 9) Qual é o assentamento de Rondonópolis modelo em produção familiar? E o que ele produz?
- 10) Quais os problemas da agricultura familiar em Rondonópolis?
- 11) Qual análise o senhor faz do Assentamento Carimã?
- 12) O Assentamento Carimã produz muita soja, como explicar esta situação?
- 13) A implantação de um assentamento no chapadão é viável? Por quê?
- 14) No passado o Assentamento Carimã voltou-se em um momento para produção de biodiesel. Qual foi o apoio na época desta secretaria?
- 15) Qual o papel da Secretaria de Agricultura no fomento da produção agropastoril?
- 16) O que está faltando para a agricultura familiar se constituir em um celeiro de produção?
- 17) Existe diferença entre o agricultor familiar do passado e de hoje? No passado mesmo sem técnica e tecnologia havia uma produção muito maior do que ocorre hoje pelo pequeno produtor. A que atribui isso?
- 18) No passado, mesmo com dificuldade, a família produzia para seu sustento, com diversidade de produtos no lote. Hoje isso ainda ocorre? Explique.



- 19) Os movimentos sociais ligados a causa agrária tem possibilitado retorno do homem ao campo em Rondonópolis e/ou tem incentivado a ocupação de terras por parte de pessoas sem tradição agrícola?
- 20) Qual o tamanho ideal de uma área rural para manutenção de uma família?
- 21) A Secretaria de Agricultura, viabiliza a comercialização dos produtos da agricultura familiar?
- 22) Pela Prefeitura Municipal, existe uma política de apoio ou um projeto voltado para o agricultor familiar assentado? Seja com assistência técnica ou outra ação?
- 23) E para o produtor familiar que tem sua origem fora do assentamento rural, há uma política para estes?

**APÊNDICE C - Questionário utilizado em entrevista no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis**

- 1) Nome do representante.
- 2) Início da militância sindical.
- 3) Como é realizada a escolha do representante?
- 4) Qual o papel do Sindicato frente aos trabalhadores rurais?
- 5) Qual a quantidade de filiados ao sindicato na atualidade?
- 6) Destes filiados, todos são proprietários de terras ou existem também os trabalhadores assalariados do setor agrícola?
- 7) Pensando no produtor agrícola familiar, que políticas ou ações têm sido realizadas ou pensadas para este segmento dos trabalhadores?
- 8) Quais são as reclamações mais frequentes relacionadas à produção familiar?
- 9) Qual o tamanho ideal de um lote para manutenção de uma família?
- 10) Classificando quanto à origem, INCRA e Banco da Terra, quais são os assentamentos localizados no município de Rondonópolis?
- 11) Qual a data de criação e a quantidade de lotes nos assentamentos do Banco da Terra.
- 12) Quantos deles têm uma produção agrícola comercializada no município?
- 13) O que é produzido nesses assentamentos?
- 14) A Secretaria de Agricultura possui alguma estatística de produção dos assentamentos?
- 15) É do conhecimento de todos que a merenda escolar deve ser adquirida em no mínimo 30% da agricultura familiar. A agricultura familiar do município tem condições de atender a demanda?
- 16) A literatura admite que a maior parte dos alimentos consumidos pela família brasileira provém da agricultura familiar. Essa situação também ocorre em Rondonópolis? Como faço para comprovar esta situação.
- 17) Parte significativa dos feirantes adquire produtos de atacadista e/ou atravessadores com produtos provenientes da CEAGESP, do estado de Goiás, Jaciara, Campo Verde e Chapada. Por que Rondonópolis não atende a esta demanda das famílias locais?
- 18) Qual é o assentamento de Rondonópolis modelo em produção familiar? E o que ele produz?
- 20) Quais os problemas da agricultura familiar em Rondonópolis?

- 21) Qual análise o senhor faz do Assentamento Carimã?
- 22) O Assentamento Carimã produz muita soja, como explicar esta situação?
- 23) A implantação de um assentamento no chapadão é viável? Por quê?
- 24) No passado o Assentamento Carimã voltou-se em um momento para produção de biodiesel. Qual foi o apoio do Sindicato na época?
- 25) O que está faltando para a agricultura familiar se constituir em um celeiro de produção?
- 26) Existe diferença entre o agricultor familiar do passado e de hoje? No passado mesmo sem técnica e tecnologia havia uma produção muito maior do que ocorre hoje pelo pequeno produtor. A que atribui isso?
- 27) No passado, mesmo com dificuldade, a família produzia para seu sustento, com diversidade de produtos no lote. Hoje isso ainda ocorre? Explique.
- 28) Os movimentos sociais ligados a causa agrária tem possibilitado retorno do homem ao campo em Rondonópolis e/ou tem incentivado a ocupação de terras por parte de pessoas sem tradição agrícola?

**APÊNDICE D - Questionário utilizado em entrevista na EMPAER, Rondonópolis/MT**

- 1) Classificando quanto à origem, INCRA e Banco da Terra, quais são os assentamentos localizados no município de Rondonópolis?
- 2) Qual a data de criação e a quantidade de lotes nos assentamentos do Banco da Terra.
- 3) Quantos deles têm uma produção agrícola comercializada no município?
- 4) O que é produzido nestes assentamentos?
- 5) A EMPAER possui alguma estatística de produção dos assentamentos?
- 6) É do conhecimento de todos que a merenda escolar deve ser adquirida em no mínimo 30% da agricultura familiar. A agricultura familiar do município tem condições de atender a demanda?
- 7) A literatura admite que a maior parte dos alimentos consumidos pela família brasileira provém da agricultura familiar. Essa situação também ocorre em Rondonópolis? Como faço para comprovar esta situação.
- 8) Parte significativa dos feirantes adquire produtos de atacadista e/ou atravessadores com produtos provenientes da CEAGESP, do estado de Goiás, Jaciara, Campo Verde e Chapada. Por que Rondonópolis não atende a esta demanda das famílias locais?
- 9) Qual é o assentamento de Rondonópolis modelo em produção familiar? E o que ele produz?
- 10) Quais os problemas da agricultura familiar em Rondonópolis?
- 11) Qual análise o senhor faz do Assentamento Carimã?
- 12) O Assentamento Carimã produz muita soja, como explicar esta situação?
- 13) A implantação de um assentamento no chapadão é viável? Por quê?
- 14) No passado o Assentamento Carimã voltou-se em um momento para produção de biodiesel. Qual foi o apoio na época da EMPAER?
- 15) Qual o papel da EMPAER no fomento da produção agropastoril?
- 16) O que está faltando para a agricultura familiar se constituir em um celeiro de produção?
- 17) Existe diferença entre o agricultor familiar do passado e de hoje? No passado mesmo sem técnica e tecnologia havia uma produção muito maior do que ocorre hoje pelo pequeno produtor. A que atribui isso?
- 18) No passado, mesmo com dificuldade, a família produzia para seu sustento, com diversidade de produtos no lote. Hoje isso ainda ocorre? Explique.

- 19) Os movimentos sociais ligados a causa agrária tem possibilitado retorno do homem ao campo em Rondonópolis e/ou tem incentivado a ocupação de terras por parte de pessoas sem tradição agrícola?
- 20) Qual o tamanho ideal de uma área rural para manutenção de uma família?
- 21) Pela EMPAER, existe uma política de apoio ou um projeto voltado para o agricultor familiar assentado? Seja com assistência técnica ou outra ação?
- 22) E para o produtor familiar que tem sua origem fora do assentamento rural, há uma política para estes?

## **APÊNDICE E - Questionário utilizado em entrevista na Associação Dando as Mãos**

- 1) Qual o nome da Associação?
- 2) Quando ela foi fundada e o propósito de sua criação?
- 3) Como está estruturada esta associação? Qual a hierarquia existente.
- 4) Qual a relação da associação com a igreja?
- 5) Quais os municípios que ela atende?
- 6) Os produtos são entregues na associação ou associação busca nas comunidades? Há uma comunidade/município em específico que fornece mais produtos a associação?
- 7) Hoje, o propósito da criação da entidade tem sido alcançado?
- 8) O que é exigido do produtor para participar da associação? Qualidade, quantidade, constância?
- 9) Existe alguma outra instituição ou empresa no município que trabalhe com este propósito?
- 10) É do conhecimento de todos que a merenda escolar deve ser adquirida em no mínimo 30% da agricultura familiar. A agricultura familiar do município tem condições de atender a demanda? Ela atende?
- 11) A associação existe exclusivamente para atender o fornecimento de merenda escolar?
- 12) Como se estabelece o preço dos produtos vendidos? É por meio de algum índice nacional ou outro meio?
- 13) Tudo o que é comercializado pela associação, é adquirido na região ou necessita vir de outras regiões/Estados? Quais os produtos comercializados.
- 14) Quais as principais dificuldades enfrentadas pela associação e pelos produtores.
- 15) No caso da merenda escolar, há uma aceitabilidade por parte da administração pública quanto a introdução dos produtos ou surgem barreiras nesta relação de comércio?
- 16) A literatura admite que a maior parte dos alimentos consumidos pela família brasileira provém da agricultura familiar. Essa situação também ocorre em Rondonópolis? Como faço para comprovar esta situação.
- 17) Os atacadistas como o Depósito Goiano, são concorrentes de vocês? Ou o segmento de mercado que vocês atuam é diferenciado?
- 18) Parte significativa dos feirantes adquirem produtos de atacadista e/ou atravessadores com produtos provenientes da CEAGESP, estado de Goiás, Jaciara, Campo Verde e Chapada. Isso também ocorre com a associação?

19) O que está faltando para viabilizar economicamente a agricultura familiar?

20) Que tipo de reclamações os produtores apresentam?

21) Vocês já receberam alguma pressão por parte da administração para solicitarem a desistência de algum contrato de fornecimento de produtos agrícolas? Por qual motivo?